



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ISABEL CRISTINA GARCIA MORILHA PATROCINO

**(I)MIGRAÇÃO DO SUL GLOBAL NA CIDADE DE LONDRINA:
PROTEÇÃO SOCIAL E SUAS CONCEPÇÕES
IDEOPOLÍTICAS**

Londrina
2023

ISABEL CRISTINA GARCIA MORILHA PATROCINO

**(I)MIGRAÇÃO DO SUL GLOBAL NA CIDADE DE
LONDRINA: PROTEÇÃO SOCIAL E SUAS CONCEPÇÕES
IDEOPOLÍTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
-Graduação em Serviço Social e Política Social
da Universidade Estadual de Londrina – UEL,
como requisito para obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Líria Maria Bettiol Lanza

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

PATROCINO, ISABEL CRISTINA GARCIA MORILHA

(I)MIGRAÇÃO DO SUL GLOBAL NA CIDADE DE LONDRINA: PROTEÇÃO SOCIAL E SUAS CONCEPÇÕES IDEOPOLÍTICAS / ISABEL CRISTINA GARCIA MORILHA PATROCINO. - Londrina, 2023.

186 f.

Orientador: LIRIA MARIA BETTIOL LANZA.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Imigração em Londrina; sul-global; política social; proteção social, Jornal "Folha de Londrina - Tese. I. BETTIOL LANZA, LIRIA MARIA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

ISABEL CRISTINA GARCIA MORILHA PATROCINO

**(I)MIGRAÇÃO DO SUL GLOBAL NA CIDADE DE LONDRINA:
PROTEÇÃO SOCIAL E SUAS CONCEPÇÕES
IDEOPOLÍTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Líria Maria Bettioli Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Evelyn Secco Faquin
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 20 de dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Não consigo conceber as noções da existência de todo universo sem a intervenção divina, desde os detalhes de cada elemento que compõe a nossa casa, que chamamos de mundo, até as coisas denominadas corriqueiras presentes no dia a dia, em tudo. E para tudo acontecer, tenho a convicção da presença de Deus mediante a fé atribuída dEle a nós, que apesar dos percalços que a vida impõe, traz uma paz inexplicável que excede todo o entendimento humano. Então, primeiramente, agradeço a Ele, por me colocar em caminhos que me trouxeram pessoas significativas, que junto comigo transformam e fazem a minha história.

Agradeço à Profa. Dra. Líria Maria Bettiol Lanza, minha orientadora presente, que se dispôs a me orientar, acreditando na minha capacidade de superar os desafios ao longo desta pesquisa, com competência, paciência e empenho, me ouvindo, orientando e me acolhendo com zelo e dedicação.

A todos funcionários do Departamento de Serviço Social e do NDPH da Universidade Estadual de Londrina, em especial aos professores, que trazem vida à Universidade em defesa da educação pública e gratuita. A vocês, minha Admiração e Respeito. A UEL Resiste.

Aos professores da Banca de Qualificação, Dra. Evelyn Secco Faquin e Prof. Dr. Fábio Lanza, que contribuem para o meu desenvolvimento crítico, com trocas e saberes, ampliando meus conhecimentos e trazendo novas percepções. E, aos professores Dra. Cláudia Neves e Prof. Dr. Francesco Romizi, que aceitaram o convite para suplentes, sempre acessíveis para contribuir no processo de aprendizado.

A todos integrantes do Grupo de pesquisa SerSaúde UEL, que muito somaram para o meu conhecimento sobre a temática Migração, através dos estudos aprofundados, artigos e debates realizados em nossos encontros, em especial a Júlia Ramalho, Daiane Aguiar, João Lemes e Oscar Sousa, sempre presentes para uma boa conversa e um abraço acolhedor.

Ao meu esposo, companheiro de vida que muito admiro, Luis Gustavo Patrocino, que me incentiva, inquieta e me acolhe todos os dias, às vezes acreditando em mim muito mais do que eu mesma. Você me inspira. Obrigada por isso!

Ao meu filho, Vicente Sangregório Patrocino, que me traz a leveza e o lúdico diariamente, me colocando em lugares alegres e divertidos com sua

simplicidade e espontaneidade fascinante de ver o mundo. A vida tem mais sentido com você.

Aos meus pais, Loide Garcia e José Sangregório, e sogros, Vera Lúcia Patrocino e Floriano Patrocino, que, sempre presentes no cuidado com a gente, foram fundamentais, principalmente nesses últimos anos, nos dando suporte em meio aos desafios. Também agradeço aos meus irmãos, Maria Paula G. M. Berzotti e João Marcos G. Morilha, cunhados André Berzotti, Ana Carolina P. Cutisque, Rafael Cutisque, Marco Vinícius Patrocino, Débora Piai e aos sobrinhos Maria Eduarda M. Berzotti, Maria Luiza M. Berzotti, Eduardo P. Cutisque e João Fernando L. Morilha, por todo convívio de solidariedade prestados a nós.

*“...continue a nadar”
(irmãs Mardini, 2022)*

RESUMO

PATROCINO, Isabel C. G. M. **(I) Migração do Sul Global na cidade de Londrina: Proteção Social e suas concepções ideopolíticas.** 2023. 186 f. Trabalho de Qualificação do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

O objetivo geral desta pesquisa visa analisar os discursos produzidos a respeito da proteção social aos (i) migrantes e as políticas sociais a eles aplicadas, considerando as suas concepções ideopolíticas produzidas pelos jornais da Folha de Londrina no período de 2011 à 2023. Foi realizada a historização do município para contextualizar o processo de desenvolvimento territorial. Analisou-se os discursos a respeito da proteção social aos migrantes e as políticas sociais a eles aplicadas, mensurando a maior ou menor relação da responsabilidade do Estado, bem como, foram correlacionadas as Matrizes Teóricas Ideológicas conflitantes: Residual, Social-Democrata ou Socialista (Pereira, 2016). Também foram analisados os discursos emitidos no jornal Folha de Londrina no intuito de definir a que tipo de ideologia pertence. À metodologia partiu das contribuições “Análise do Conteúdo” de Bardin (2016), cujo método expressa padrão de referência a partir do uso das palavras a organização textual. Para analisar os discursos, utilizou-se das contribuições bakhtiana (Bakhtin, 1997) para identificar os sentidos das palavras enunciadas. Também se valeu de fontes secundárias para pesquisa documental. Como resultado descobriu-se um alto percentual de discursos com opiniões vinculadas à matriz residual. Para aprofundar o processo de análise, os discursos foram correlacionados à Explicitação Básica das Categorias Teóricas Centrais através dos binômios Necessidades e Preferências, Direitos e méritos e Igualdade e desigualdade definidas por Pereira (2016). Essa segunda parte de análise, constatou-se a menor relação de correspondência entre proteção social e cidadania e a menor consciência protetora geradora pelo Estado de direito (Pereira, 2018).

Palavras-chave: Imigração em Londrina; sul-global; política social; proteção social, Jornal “Folha de Londrina

ABSTRACT

PATROCINO, Isabel C. G. M. **(I)Migration from the Global South in The City of Londrina: Social Protection and its Ideopolitical Conceptions:** ideopolitical conceptions and stereotypes produced by newspapers in the region in the last ten years and their impact on the implementation of social policy for migrants. 2023. 186 f. Qualification Work for the Graduate Course in Social Work and Social Policy – Center for Applied Social Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2023.

The general objective of this research aims to analyze the discourses produced regarding social protection for (i)migrants and the social policies applied to them, considering their ideopolitical conceptions produced by Folha de Londrina newspapers in the period from 2011 to 2023. Historization was carried out of the municipality to contextualize the process of territorial development. The discourses regarding social protection for migrants and the social policies applied to them were analyzed, measuring the greater or lesser extent of the State's responsibility, as well as the conflicting Ideological Theoretical Matrices were correlated: Residual, Social-Democratic or Socialist (Pereira, 2016). The speeches given in the Folha de Londrina newspaper were also analyzed in order to define what type of ideology it belongs to. The methodology came from the contributions "Content Analysis" by Bardin (2016), whose method expresses a reference standard based on the use of words and textual organization. To analyze the speeches, Bakhtian contributions (Bakhtin, 1997) were used to identify the meanings of the words uttered. He also used secondary sources for documentary research. As a result, a high percentage of speeches with opinions linked to the residual matrix were discovered. To deepen the analysis process, the speeches were correlated to the Basic Explanation of the Central Theoretical Categories through the binomials Needs and Preferences, Rights and merits and Equality and inequality defined by Pereira (2016). In this second part of the analysis, the lowest correspondence between social protection and citizenship and the lowest protective awareness generated by the rule of law were found (Pereira, 2018).

Keywords: Migration in Londrina; South-global; social policy; social protection; newspapers "Folha de Londrina."

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – “O triângulo de ouro” | 28 |
| Figura 2 – Matrizes Teóricas e Ideológicas da Proteção Social..... | 61 |
| Figura 3 – Distribuição percentual dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, por quadrimestre, segundo principais países, 2019 a 2023..... | 70 |
| Figura 4 – Países do Norte e do Sul-global | 72 |
| Figura 5 – Número de vistos concedidos, segundo as principais nacionalidades – Brasil, agosto de 2023... .. | 73 |
| Figura 6 – Desembarque de Africanos (sequestrados e escravizados) na América Portuguesa | 84 |
| Figura 7 – Total de imigrantes chegados ao Brasil de 1884 a 1959..... | 86 |
| Figura 8 – Imigração por nacionalidade de 1884 a 1959 | 86 |
| Figura 9 – Número de imigrantes internacionais vindos ao Brasil de 2011 a 2020 | 93 |
| Figura 10 – Número de vistos emitidos entre 2021 e janeiro de 2023 pelos postos consulares brasileiros..... | 94 |
| Figura 11 – Reportagem I Manchete | 105 |
| Figura 12 – Reportagem II Notícia | 105 |
| Figura 13 – Reportagem III Notícia | 106 |
| Figura 14 – Recorde do <i>feed</i> Instagram, publicação Folha de Londrina | 108 |
| Figura 15 – Distribuição da presença de reportagens sobre imigração Sul-Global entre 2011 e julho de 2023 | 118 |
| Figura 16 – Sentido das palavras | 125 |
| Figura 17 – A Embaixatriz no Haiti..... | 145 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Matrizes conflitantes e suas concepções históricas | 26 |
| Quadro 2 – Quadro aproximativo dos Estatutos dos Trabalhadores do século XIV ao XIX..... | 44 |
| Quadro 3 – Definição dos conceitos entre Estruturalismo e Liberalismo | 54 |
| Quadro 4 – Quadro das reportagens coletadas entre 2011 e 2023 | 111 |
| Quadro 5 – Pré-Análise F.L. (exemplificativo)..... | 127 |
| Quadro 6 – Quadro de reportagens por temas e categorias (Pereira, 2016).. | 129 |
| Quadro 7 – Sistematização das Reportagens correlacionadas às Necessidades e Preferências (Pereira, 2016)..... | 133 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 A PROTEÇÃO SOCIAL | 26 |
| 1.1 PROTEÇÃO SOCIAL, FRENTE ÀS MATRIZES TEÓRICAS CONFLITANTES..... | 26 |
| 1.2 EXPLICITAÇÃO BÁSICA DAS CATEGORIAS TEÓRICAS CENTRAIS POR PEREIRA (2016) | 30 |
| 1.2.1 Necessidades Humanas x Preferências Individuais..... | 30 |
| 1.2.2 Direito x Mérito..... | 32 |
| 1.2.3 Igualdade e Desigualdade | 34 |
| 1.3 IDEOLOGIA E CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO | 36 |
| 1.4 ANTECEDENTES REGULATÓRIOS À POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO..... | 39 |
| 1.5 CORRENTES ECONÔMICAS E SUAS CONCEPÇÕES IDEOPOLÍTICAS..... | 48 |
| 1.5.1 Liberalismo Econômico..... | 49 |
| 1.5.2 Estruturalismo Econômico | 53 |
| 1.5.3 Neoliberalismo Econômico | 55 |
| 1.5.4 A Proteção Social e a Política Social | 59 |
| 1.5.4.1 Considerações sobre a Gênese da Seguridade Social..... | 63 |
| 1.5.5 A Proteção Social no Brasil | 65 |
| 2 AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E AS DESPROTEÇÕES SOCIAIS | 69 |
| 2.1 AS MIGRAÇÕES E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAPITALISMO..... | 75 |
| 2.2 MIGRAÇÃO NO BRASIL..... | 84 |
| 2.3 LONDRINA AINDA NA ROTA DA (I)MIGRAÇÃO..... | 95 |
| 3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E METODOLOGIA DE ANÁLISE: CONTEÚDO E DISCURSO | 99 |
| 4 OS CONTEÚDOS E DISCURSOS SOBRE OS MIGRANTES E A PROTEÇÃO | |

| | |
|--|-----|
| SOCIAL | 117 |
| 4.1 PRIMEIRA FASE DE ANÁLISE | 117 |
| 4.2 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS E DECISÕES DE CAMINHOS ANALÍTICOS | 124 |
| 4.3 SEGUNDA FASE DE ANÁLISE | 124 |
| 4.3.1 Migração, Trabalho e Documentação | 136 |
| 4.3.2 Migração e o Protagonismo dos Migrantes..... | 143 |
| 4.3.3 Categoria Catástrofes Naturais..... | 146 |
| 4.3.4 Respeito à Pessoa Imigrante (xenofobia e outras dimensões) | 150 |
| 4.4 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS, SEGUNDO A EXPLICITAÇÃO BÁSICA DAS CATEGORIAS CENTRAIS (PEREIRA, 2016)..... | 157 |
| | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 164 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 170 |
| | |
| ANEXO 1 – REFERÊNCIAS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS | 183 |

INTRODUÇÃO

Uma vez que a cidade de Londrina possui altos índices de contingentes migratórios, desde sua constituição enquanto município até o presente momento, se torna importante para a compreensão do processo migratório local, estudar as migrações recentes advindas do sul global (Sul-Sul). Como exemplo, temos: as presenças bengalesas, haitianas, angolanas, venezuelanas, entre outras nacionalidades que se apresentam no território londrinense expressivamente. Neste sentido há no País um antagonismo evidente na questão: apesar de o Brasil também fazer parte do georreferenciamento como Sul global e ser ‘doador’ demográfico para vários países da Europa e Estados Unidos, ele também é tido como rota de acesso para diversas nacionalidades, configurando uma troca entre países do Sul global.

Desta forma, partindo do fato empírico obtido a partir da minha experiência profissional, trabalhando no Projeto municipal para acolhimento de adultos chamado “Operação Noite Fria” durante o ano de 2019, pude constatar a presença de imigrantes haitianos em desproteção social. E, frente a estes sujeitos em condições de vulnerabilidade social, expressão da questão social, emergiram as indagações para estudar esta realidade. Diante do contexto pandêmico, no qual pesquisas empíricas foram suspensas por conta da Covid-19, a alternativa foi abordar o problema utilizando metodologias documentais e bibliográficas, se valendo das reportagens sobre os migrantes dentro do recorte de migrações Sul-Sul, buscando identificar e analisar os tipos de Proteção social efetivados a esses imigrantes.

É importante considerar que a participação no Grupo de pesquisa “SerSaúde” da UEL, referência local nesta abordagem sobre migrantes do Sul-global, e todos os pesquisadores que o compõem, contribuíram para a construção desta pesquisa a partir dos debates e leituras acerca desta temática realizadas nos encontros ordinários do Grupo.

As migrações têm sido uns dos grandes temas globais nos últimos anos, segundo dados da OIM do Brasil¹. De acordo com a agência, no ano de 2021 foi observado o fluxo de aproximadamente 3.725 pessoas, dentre elas várias

¹ Conforme OIM, Brasil. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/governo-federal-e-oim-lancam-pesquisa-nacional-sobre-deslocamento-da-populacao-indigena-refugiada-e-migrante-venezuelana-no-brasil>. 27 fev. 2021 Acesso em: 14 out. 2023.

nacionalidades, como os povos indígenas da Venezuela. Tal fato revela ser crescente o fluxo de transição, principalmente entre os países Sul-Sul² nos últimos 5 anos.

São apresentados pela agência que, de 2011 a 2019, foram registrados no Brasil 1.085.673 imigrantes (OBMigra, 2020); importante ressaltar que nesse levantamento são considerados apenas aqueles sob amparos legais, os “documentados”. No mesmo relatório anual de 2020 da OBMigra, constata-se que em 2019, predominantemente, o fluxo de imigrantes da América do Sul e Caribe apresentou crescimento significativo, comparado aos anos anteriores, sendo as migrações haitiana e venezuelana aquelas com destaque nas ascensões neste período.

O mesmo relatório, emitido pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)³, constata que entre 2010 e 2019, foram registrados 660.349 imigrantes de longo tempo no Brasil, e as nacionalidades correspondentes ao território sul-sul expressam a soma total de 308.836, quase a metade do contingente total de migrantes que chegaram ao Brasil entre os anos destacados.

Destes, as nacionalidades de alto fluxos foram: venezuelana, paraguaia, boliviana e haitiana. Nos territórios do sul-global, chamam atenção as motivações para migrar e os recorrentes fluxos entre os países emergentes, o que desperta atenção para a urgência nas providências econômicas, políticas e sociais ao país que recebe, na necessidade de assumir medidas interventivas enquanto garantias à defesa de direitos e à proteção social do sujeito migrante que chega desprovido e, muitas vezes, vulnerável.

A migração dos países periféricos traz consigo diferentes expressões da questão social, dentre elas, migrar em busca de trabalho enquanto meio de superação das desproteções de onde esteve e saiu. No entanto, sua chegada ao território brasileiro não necessariamente resulta na superação de seus conflitos, ao contrário, ela está permeada de condicionantes a depender de medidas pactuadas entre as partes nacionais, “acordo de residência”, o que não converge em alguma forma de segurança para muitos migrantes que veem clandestinamente e, em razão disso,

² O termo “Sul” (geralmente utilizado com letra maiúscula, por se tratar de uma adjetivação do substantivo de significado geográfico) é sinônimo de países emergentes. Disponível em: <https://www.obs.org.br/cooperacao/662-o-sul-global-na-politica-e-academia>. Acesso em: 8 ago. 2023.

³ Relatório anual das migrações no Brasil (2020).

Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf.

não vivem a efetiva proteção do direito ao acesso (Villen, 2015, p. 252). Tal fato evidencia a permanência e o agravamento das desproteções sociais trazidas consigo, e na condição de “indocumentados”, portanto, desassistidos pelos serviços que executam e asseguram a proteção social.

Por esta condição e na particularidade presente em cada migração, a presença do migrante sul-sul possui significados particulares e sentidos que os diferem das demais migrações. Sua presença apresenta uma convivência com os brasileiros, tanto “*conflituosa* quanto *solidária*”⁴, que por vezes, em meio aos contextos históricos, é marcada por conflitos de ordem econômica e política em instância nacional e internacional. Não é incomum aos brasileiros transferirem ao sujeito (migrante) determinadas funcionalidades de subalternação em sua participação social, que evidenciam valores morais e *ethos* estruturados, dentre elas destaca-se a condição de estrangeiro do sul-global, a representação de “concorrente” no mercado de trabalho, o transformando em uma ameaça (Villen, 2015).

O Brasil, apesar de expressar na aparência das relações internacionais o título de território acolhedor, expressa diariamente, na essência, atos preconceituosos aos migrantes, xenofobia, e outras formas de violência baseadas na diferenciação étnica. A resposta cotidiana obtida por imigrantes do Sul, no país (Moraes, 2018), versa sobre ideais de pensamento individualista presente no *ethos* burguês, que define o comportamento dos sujeitos sociais, objetivando atender desejos particulares/privados que são determinados pelo capitalismo competitivo em detrimento de pensamentos e ações coletivas.

Deste modo, a intransigência a determinadas etnias, principalmente aos imigrantes periféricos, é constatada cotidianamente. O racismo é reflexo disso, da intolerância ainda presente, fruto da exploração, da escravidão não superada.

Quanto a isso, Eco (2020) considera que a intolerância tem “raízes biológicas” e, portanto, manifesta-se entre os animais como territorialidade, nas relações emocionais que, muitas vezes, são superficiais. O fato é que não se suporta os que são diferentes de nós “porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua diferente que não compreendemos. [...]” (Eco, 2020, p. 42).

Deste modo, a fundação da cidade londrinense foi constituída não apenas por imigrantes como os ingleses ‘pioneiros’, mas principalmente por migrantes

⁴ VILLEN, Patrícia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil, 2015.

frutos das miscigenações do Brasil, ou seja, migrantes que foram constituídos das relações entre brancas (os), índias(os) e negras(os). Esses brasileiros transitaram internamente vindos de outros Estados e, os paulistas e mineiros, foram de maior destaque na presença neste território (Tomazi, 1997).

Suas vindas à cidade são vinculadas ao efervescente período do café. Chegaram em Londrina para desbravar novos territórios, em busca de “se manterem padrões”. Em apenas 10 anos, o crescimento populacional foi surpreendente, e isso ocorreu em razão do progresso do café que percorria o avanço econômico naquele período e preponderava o desenvolvimento econômico local (Gurgel, 2015). Proprietários de bens avançavam à posse de novos espaços territoriais (Tomazi, 1997 p. 140).

É importante destacar que a disputa por espaço e o domínio da terra acompanham todo processo de exploração capitalista, portanto, antes do ‘homem branco’ chegar, os povos indígenas já ocupavam as terras do norte pioneiro. Esses povos originários, nominados Xetá, Guarani e Kaingang (Tomazi, 1997, p. 76) possuíam sua organização, cuja forma de viver e se relacionar não preconizava o valor de mercado, domínio e de propriedade privada, trazido com a colonização. Sua relação com a terra e a natureza expressava a codependência do homem enquanto extensão da natureza. E em razão dos pensamentos de domínio pelo viés capitalista, a disputa por território tornou-se um espaço de guerra, exploração e mortes, aniquilando aqueles que já estavam aqui.

Frente às vantagens de mercado e no processo de exploração, a Companhia Melhoramentos “Paraná Plantations”, que veio com a tradição da Escócia, percorreu o mundo para fazer nova colonização e “escolheu” o Norte do Paraná, onde estão as melhores terras do mundo. “Só existem iguais na Ucrânia” (Wille, 1997). Por essas empresas, terras foram vendidas em lotes para agricultores com pagamento a prazo, criando uma nova fronteira agrícola no Brasil, cujo café foi protagonista⁵ (Araujo, 2014).

Sob essas influências capitalistas, muitos brasileiros e estrangeiros aqui chegaram, tomaram terras, ocuparam espaço e se apropriaram de diversos territórios. O município foi constituído em 1934 com forte reconhecimento agrícola, setor

⁵ARAUJO, Motta. O Jornal de todos os Brasis. A história da Paraná Plantations Ltd. Publicado em 19 de fev. de 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cultura/a-historia-da-parana-plantations-ltd/> Acesso em: 7/10/23.

muito produtivo que trouxe muita demanda em busca de oportunidades, por saberem que aqui as relações de mercado e exportação eram vantajosas frente ao mercado internacional (Wille, 1997).

A elite londrinense foi sendo constituída e, com ela, a forma de expressão do poder socialmente formada, o domínio da privatização definida pelo *ethos* burguês, determinante na formação dos sujeitos sociais e suas relações entre sujeitos e sociedade vindas do Ocidente etnocêntrico, com destaque para os modos de pensar advindos do continente americano e da Europa central. Essa cosmovisão peculiar ao capitalismo também é plantada na cidade junto com os pés de café e é transmitida nas relações comerciais e pelos meios de comunicação disponíveis ou criados.

O 'pioneirismo' precursor na relação: *exploradores versus explorados*, se apropriaram dos países periféricos lhes impondo a condição de dependentes – *explorados*. Estabelecendo valores sociais e morais fundamentados por suas crenças, determinando o sagrado àquilo que está no cerne do ser, o subjetivo, onde consiste a fé e dá sentido, de modo a estabelecer “certo e errado”. Ato que, conseqüentemente, estruturam o 'modelo ideal' de comportamento de uma sociedade de “dominantes e dominados” para “objetivando e objetivados” pelos desejos dos capitalistas. Em resumo, abaixo, Barroco (2022) descreve sobre o conceito de *ethos* burguês:

Mas, embora dominante, o *ethos* burguês individualista e possessivo não é a única referência moral da sociedade capitalista. Formas de comportamento ético-morais são orientadas por visões de mundo e valores que se reproduzem socialmente desde que tenham uma base de sustentação nas relações sociais capitalistas, seja em face de sua afirmação ou de sua negação. Na medida em que o *ethos* burguês é dominante, a formação moral dos indivíduos tende a incorporá-lo e reproduzi-lo a partir da influência ideológica das várias instâncias de desenvolvimento da sociabilidade. O *ethos* burguês varia historicamente, assimilando novas determinações dadas pelo desenvolvimento do capitalismo e pelo enfrentamento da luta de classes. Na atualidade, frente à crise estrutural do capital, antigas formas de comportamento, como as do conservadorismo, aliam-se às ideias neoliberais pós-modernas, configurando o *ethos* burguês dominante. Ao mesmo tempo, formas de vida orientadas por valores e ideias progressistas e/ou emancipatórias, colocam-se em oposição, seja pela crítica da moral dominante, seja pelo enfrentamento prático de situações de caráter ético-moral (Barroco, 2022, p. 30).

O *ethos* burguês perverso faz a reversão dos fundamentos éticos que compõem a coletividade da política social, para os interesses de mercado, domínio e território. Suas intervenções são feitas por forças políticas hostis, tendo como base conceitos morais, gerados para a persuasão doutrinária que estabelece a ética

hedonista⁶, cujas perspectivas visam a realização do indivíduo em seus próprios prazeres, definindo a realização da felicidade ao consumo e mercado, de modo “egoísta, competitivo e consumista” (Pereira, 2020, p. 116). Tais conceitos são contrários à política social de *ethos* solidário, perdendo assim sua função mais nobre, que visava a luta pelos direitos sociais e suas concretizações, de modo a assegurar a sociedade por meio do poder público.

Convém afirmar que essa elite, por sua vez, representa a soberania da opinião, por ser a classe hegemônica capitalista que, mercadologicamente, se apropria de todos os espaços visando lucro e a privatização das relações. Ou seja, o sujeito é visto pelo valor monetário que representa, daquilo que possui por padrões econômicos desejados e estruturados por discursos que os legitimam, ou não, aos critérios para a participação do indivíduo em sociedade.

Em razão disso, emerge a relevância de se analisar os discursos produzidos no município, expressos e disseminados pelas mídias de massa, tendo em vista o domínio e a presença da elite conservadora sob a influência que concebe um tipo de ordem/organização social, nas esferas institucionais, sociais e nos espaços de poderes.

A indústria jornalística transmite os discursos, as vozes, expandindo/amplificando conceitos e valores morais e sociais dessa parcela dominante, legitimando-os, gerando reproduções em outras camadas/círculos de relações sociais das camadas subordinadas. Neste sentido, observar nas reportagens os autores das falas é um dos principais componentes que este trabalho analisou.

Assim, a pesquisa documental realizada nos cadernos de reportagens impressos e de acesso digital da “Folha de Londrina”, que corresponde ser a empresa jornalística cuja fundação ocorreu há 75 anos, e até o presente momento, ainda se manter ativa, mesmo em tempos de diminuição de materiais jornalísticos impressos em razão da tecnologia e os acessos nos ambientes digitais.

A Folha de Londrina, possui relevância para além do município de Londrina, seu prestígio entre leitores atinge o Estado do Paraná com reconhecimento no espaço legislativo. “O jornal contribui muito com a consolidação da nossa região. Foi determinante para definir nosso espírito de luta, de resistência e de enfrentamento pelo

⁶ Segundo legado filosófico da Grécia Antiga, “o prazer e a felicidade são bens supremos e que realmente importam”. FLOCKER. Michael, Manual do hedonista – dominando a esquecida arte do prazer, 2007.

bem comum"(Paraná, 2023). Portanto, por estas constatações, confirma-se que esta empresa corresponde à de maior circulação impressa de notícias e de maior número de leitores adeptos neste município, dada as quantidades de tiragens com aproximadamente 35 mil exemplares e em média 68 mil leitores diários⁷, onde possibilitou identificar os discursos produzidos sobre a Proteção social aos imigrantes, em específico do sul global, e a relevância da efetivação das políticas sociais a essa demanda, sobre o predomínio do *ethos burguês*⁸ na formação das opiniões.

Nesta dissertação, para investigar os discursos produzidos foi selecionado o meio de comunicação social Jornal Folha de Londrina. Sua escolha se deu pelo reconhecimento já mencionado anteriormente, enquanto meio de acesso à comunicação local, bem como pela sua influência presente por ser o jornal de maior acesso no território londrinense, e aquele cujo período de permanência e participação na Região Metropolitana de Londrina – RML corresponde há 60 anos (Grupo Folha, 2023).

Em sua ascensão, a Folha de Londrina se “popularizou”, abrangendo distintos espaços em Londrina e região, deixou de ser um jornal semanal e tornou-se um diário com oito páginas nos cadernos, com notícias internacionais na primeira página, e passou a ocupar espaço hegemônico na cidade por várias razões, sendo elas: 1) Por ser definido como caderno diário da cidade; 2) Seus diretores conseguiram sólido apoio das elites e dos poderes locais e regionais, e 3) Canal que permeou as mentalidades dirigentes do município, sendo “porta-vozes” das elites que favoreciam esta imprensa, mediante investimento. Assim, a Folha foi o jornal que se transformou rapidamente em indústria da comunicação, por consequência dos apoiadores e investidores que tivera (Gurgel, 2015).

Nos anos 90 a Folha de Londrina foi considerada a terceira empresa jornalística do País a adquirir uma impressora *offset*, com certificação ISO 9002⁹ e uma das primeiras do Brasil a comprar o moderno “sistema de impressão CTP (*Computer to Plate*), assim, esta empresa entrou para a história do jornalismo mundial com reconhecimento de seu produto internacionalmente” (Folha de Londrina, 1997).

Quanto ao destaque e relevância,

⁷ Conforme Grupo Folha de Londrina. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/grupofolha/>
Acesso em 8 ago. 2023

⁸ Conceituado na p. 23.

FOLHA, Londrina. ISSO 9002. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/iso-9002-54241.html?d=1>. Acesso em: 7 out. 2023.

De acordo com dados da pesquisa da Associação Nacional dos Jornais – ANJ –, a Folha de Londrina figura no 35º lugar no ranking dos maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano, com uma média de circulação de 28.256 exemplares/dia com uma variação entre 2013-2014 da ordem de 8,31% (Gurgel, 2015).

Assim sendo, a empresa jornalística ascendeu à relevância sustentada por leitores que, até o presente séc. XXI, buscam no jornal Folha de Londrina informação e formação de opiniões. Atualmente, a empresa celebra 75 anos de existência. João Milanez, fundador da empresa, falecido em 2009, foi protagonista junto com o sócio Correia Neto, das edições dos conteúdos semanais (Folha de Londrina, 2017). Há mais de meio século, seus cadernos ainda são acessados amplamente. Hoje, além da versão impressa, são oferecidos os acessos pelos meios digitais através de *sites*, *blogs*, redes sociais, Instagram, dentre outros, que adaptados pelas tecnologias remotas transmitem discursos relevantes à formação da sociedade londrinense.

Partindo do pressuposto de que a organização do pensamento muitas vezes é constituído mais com caráter formativo do que informativo, temos entre os leitores a reprodução de discursos e opiniões preestabelecidos pela elite dirigente que, significativamente, como já mencionado, forma o pensamento e as opiniões dos leitores e, coletivamente, dissemina ideias e/ou pensamentos padronizados por um *ethos* socialmente dominante, em discursos pré-constituídos por uma pequena parte da sociedade, a elite conservadora.

O período de análise dos cadernos impressos e das notícias digitais corresponde de 2011 a 2023, momento que possibilita identificar transições de representatividade política em esfera Federal, Estadual e Municipal, bem como os diferentes contextos históricos vividos pelos imigrantes, em âmbito internacional, em refúgios e que ocasionaram a ascensão das migrações.

Partindo deste processo reflexivo, definimos a expressão da questão social a ser pesquisada como: Quais são as concepções ideopolíticas (Pereira, 2016) da Proteção social referentes aos migrantes do Sul-global, identificadas a partir dos discursos emitidos no Jornal Folha de Londrina nos anos de 2011 a 2023?

Deste modo, o objeto de estudo é a Proteção social e suas concepções ideopolíticas referentes aos migrantes do Sul-global nos discursos emitidos nos jornais da Folha de Londrina nos anos de 2011 a 2023. Para isso, analisar os discursos feitos sobre migração e a imigração desse público é essencial para a compreensão dos tipos de opiniões que são formadas na RML (Região Metropolitana de Londrina), e o quanto

essas opiniões, constituídas por diferentes ideologias políticas (Pereira, 2016) influenciam, ou não, para o avanço ou retrocesso da política de migração e, para a compreensão dos sujeitos imigrantes, seus acessos aos direitos sociais na RML.

Do objetivo geral, esta pesquisa propõe analisar os discursos produzidos a respeito da Proteção social aos (i)migrantes e às políticas sociais efetivas, considerando o *ethos burguês* reproduzido nos jornais analisados e que estabelece as seguintes hipóteses: 1) Identificar os discursos das notícias produzidas pelo Jornal Folha de Londrina acerca da migração e dos migrantes; 2) Correlacionar as reportagens com as definições dos conceitos ideológicos mediante as “Matrizes Teóricas e Ideológicas Conflitantes” apresentadas por Pereira (2016)¹⁰; e 3) Problematizar de que forma os discursos contidos nas reportagens são dirigidos, se para a legitimação da proteção social aos imigrantes e a efetivação de políticas sociais, ou se não reconhece a Proteção social como direitos sociais.

A metodologia utilizada foi constituída de levantamento documental das reportagens nos jornais da Folha de Londrina de 2011 a 2023 contidas na hemeroteca do NDPH da UEL. Houve duas abordagens de coleta. A primeira se deu nos jornais impressos de periodicidade diária. Foi realizada uma leitura direcionada, buscando encontrar elementos (nome de países, termos: imigrantes/imigração ou correlatos) sobre imigrante/imigração do sul-global de cada primeira página e do editorial de todos os jornais produzidos entre 2011 e 2023, com o objetivo de localizar as matérias referentes ao tema dentro das pastas organizadas por mês pelo NDPH. Quando a reportagem encontrada produzia-se a identificação por meio de registro fotográfico e a catalogação das notícias nos anos a ela correspondente. Foram encontradas 35 reportagens sobre as condições mencionadas.

As reportagens foram coletadas no segundo semestre de 2022, identificando títulos relativos a “Migrantes do Sul-Global”. A seleção foi realizada a partir das “palavras-chaves” ou “frases de efeito” utilizadas para a construção de chamada ao leitor, que representa a técnica utilizada pelo redator dos meios de comunicação em massa para prender o leitor à narrativa apresentada. Esse levantamento de documentos foi realizado, presencialmente, no Núcleo de Documentos e Pesquisa Histórica – NDPH da Universidade Estadual de Londrina.

¹⁰ Modelo das Matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo, 2016, p. 336.

A segunda etapa foi realizada de forma *on-line* no *site* do jornal, partindo dos seguintes eixos norteadores de busca: “migração”, “imigração”, “refugiados”, “política migratória”, “Guiné-Bissau”, “Venezuela”, “Congo”, “Haiti”, “Bangladesh”, “migração do Sul-global”, dentre outros; os marcadores norteadores balizaram a filtragem da busca digital das reportagens realizadas no *site* da Folha de Londrina.

A leitura da obra: “Proteção Social no Capitalismo. Crítica a teorias e ideologias conflitantes” (Pereira, 2016) embasou a construção teórica do Quadro de análise desta pesquisa, fornecendo as categorias político-ideológicas utilizadas para distinção do pensamento expresso nas reportagens. E, posteriormente, em um segundo momento a análise, a correlação às “*Explicitações básicas das categorias teóricas centrais*”, na categorização dos discursos ao conceito de Necessidades humanas, ou Preferências individuais, Direitos e méritos e Igualdade e desigualdade (Pereira, 2016 p. 57).

Desta forma, utilizou-se os conceitos produzidos pela autora para localizar as ideias político-econômicas na ‘geografia’ das variadas noções e arranjos possíveis, bem como das diversas nomenclaturas utilizadas nessas conceitualizações que visam expressar as aproximações e distanciamentos entre os pensamentos político-econômicos.

Dado que os conceitos utilizados pela autora têm relevância científica dentro das pesquisas sobre organização social e de políticas sociais, por simplificar as variadas nuances existentes dentre todas as possibilidades de arranjos entre as ideias, coube utilizar essa classificação como eixo delimitador. Simplificação¹¹ aqui não é algo entendido como demérito, mas justamente o oposto, encontrar elementos comuns e excludentes e criar grupos/agrupamentos a partir de aproximações e distanciamentos é algo difícil em todos os campos das ciências (sejam naturais, humanas, físicas). Neste sentido, tendo em vista o resultado desta pesquisa, também é uma classificação de ideias, a utilização dos conceitos já desenvolvidos pela autora possibilitou o avanço teórico e até mesmo o teste dos limites deles dentro do tema abordado.

Uma vez que o texto do jornal foi compreendido como um discurso, ou seja, algo produzido para ser disseminado a outros, fez-se necessário uma apropriação teórica sobre análise de discursos que serão aprofundadas nas metodologias. Assim,

¹¹ Marx e Engels são exemplos dessa ação, quando pensamos na criação do conceito de classes sociais. A utilização do critério *propriedade privada dos meios de produção* possibilitou a compreensão das diferenças e aproximações sociais de pessoas e grupos, simplificando elementos particulares e associações possíveis a apenas duas classes (Marx; Engels, 2010).

para leitura crítica e analítica dos discursos, recorreu-se à instrumentalização com o método de análise bakhtiniana nas obras: “*Marxismo e Filosofia da Linguagem*” (2006) e “*Estética da Criação Verbal*” (1997), que foram essenciais para a aproximação à crítica a respeito do discurso e, para compreensão da técnica de “Análise do Discurso,” o uso da metodologia de “*Análise do Conteúdo*” por Laurence Bardin (2016), que viabilizou a técnica necessária à compreensão dos distintos discursos analisados.

Para a primeira etapa da análise dos materiais, primeiro buscou-se na literatura suporte operacional/organizativo e conceitual teórico. O resultado foi a criação de um ‘quadro’ modelo¹², que conteve tanto as informações de conjunturas (data, repórter, se em caderno impresso, ou no acesso digital, o título) quanto a análise teórica, de modo a esses quadros estarem acessíveis, facilitando assim na constatação dos dados mediante a classificação das palavras e dos discursos, conforme as categorizações teóricas.

Os eixos que nortearam a Análise inicial foram:

- I) Identificando as vozes sobre migração e o imigrante nas matérias estudadas;
- II) Hipóteses: os discursos – conteúdos sobre os migrantes e as migrações são expressos nas matérias selecionadas;
- III) Contexto de produção das matérias;
- IV) Relação do Migrante com o trabalho;
- V) Os diálogos com a proteção social ao migrante, a partir das “matrizes teóricas e ideológicas conflitantes” (Pereira, 2016).

A partir deste desmembramento de informações para entender as concepções ideopolíticas por trás do que se informa nos jornais, é realizado o preenchimento do “eixo V”, que consiste no ato aproximativo do discurso frente às “Matrizes Teóricas”, apresentadas por Camila Potyara (2016), sendo elas: “*Residual, Social-democrata e Socialista*”, tidas enquanto conflitantes devido às disputas no processo estrutural em sociedade.

Os resultados dessa primeira fase suscitaram o retorno à teoria para identificar proximidade ou distanciamento entre os discursos produzidos e as matrizes ideológicas da Proteção Social, e assim, optamos por organizar as análises a partir do que Pereira (2016, p. 57) denominou como “Explicitação Básica das Categorias

¹² Vide Quadro 5 p. 117

Teóricas Centrais”, a saber: *Necessidades e Preferências; Direitos e Mérito e Igualdade e Desigualdade*.

Concluído o respectivo processo de análise, frente às hipóteses apresentadas, teremos a presente concretização dos dados quanto ao perfil produzido sobre o (i)migrante advindo do Sul-global presente na região metropolitana de Londrina e discursado pelo Jornal Folha de Londrina. Essa efetiva compreensão, pautada na interpretação das reportagens, expressará a opinião que a sociedade da RML caracteriza enquanto Proteção social ao (i)migrante e, se legitimam, ou não, a efetiva atuação do Estado na existência de Políticas públicas que garantam a Proteção social aos migrantes.

No primeiro capítulo será exposta a Proteção social e sua origem, tendo em vista a presença do *ethos* nas concepções de princípios morais e valores socialmente constituídos já no surgimento do capitalismo. Quanto a isto, serão expostas três perspectivas distintas e divergentes; a Residual, Social-democrata e Socialista (Pereira, 2016), cujas influências transcendem os períodos históricos no pós-capitalismo e formam modos de comportamentos nas relações sociais e as estruturas que compõem a organização desse espaço definido por sociedade mediante as instituições e demais esferas que legitimam a Proteção social, segundo os preceitos estabelecidos em cada ideologia (Pereira, 2016). Também serão apresentados os seis conceitos definidos por Pereira (2016): Necessidades humanas e preferências individuais, Direito e mérito, Igualdade e desigualdade, utilizados para a segunda fase das análises.

No segundo capítulo será abordado sobre os imigrantes do Sul-global, as estimativas migratórias e os fluxos desses imigrantes para o Brasil, dos pedidos de autorização para permanência no Brasil e seus percentuais. São consideradas as particularidades do “ser migrante” deste território, cuja posição geopolítica a que se refere, representa conflituosas relações internas, o que pode ser fator motivador para suas saídas. E, posteriormente, as relações dos fluxos migratórios desses indivíduos para o Brasil (Sul-Sul), tendo em vista que o País compõe o mesmo georreferenciamento e, portanto, também é periférico. Nesta condição, será analisado que tipo de Proteção social é efetivada, ou não, aos (i)migrantes (Sul-Sul) no presente município, tendo em vista o aumento desta demanda migratória no século XXI e quais as opiniões manifestadas nos jornais da Folha de Londrina quanto às políticas públicas de proteção social.

Para essa análise, o terceiro capítulo corresponde à metodologia aplicada às leituras direcionadas dos jornais da Folha de Londrina, intencionalmente selecionadas em migrações do Sul-global, e que para este levantamento foi utilizada a técnica de “Análise do Conteúdo” por Bardin (2016) para identificação de palavras centrais e extração do conteúdo essencial do discurso. E para a análise crítica dos discursos emitidos nas notícias, teve-se por aproximação ao método de Bakhtin (1997), que enfatiza a reação por reação presente no discurso e as manifestações que rodeiam as definições dos sentidos e significados que se anunciam.

No quarto capítulo serão apresentadas as análises realizadas de cada discurso, elencando: os títulos de apresentação, subtítulos, frase de destaque, nome do redator, dia, mês e ano da divulgação da notícia. Esse critério de análise se manterá para os jornais impressos e aos disponíveis no *site*, por meio dos acessos digitais. As análises serão efetuadas a partir dos eixos norteadores, já apresentados anteriormente, e nela estarão os elementos estruturantes para a identificação e associação do *ethos* produzido pelos discursos dos jornais a partir das definições do tipo de Proteção social explicitada e a categorização dos Conceito de: *Necessidades humanas ou de Preferências individuais; Direito e Mérito; Igualdade e Desigualdade* (Pereira, 2016).

1 A PROTEÇÃO SOCIAL

O objetivo deste capítulo é problematizar a política social como uma ação pertencente à proteção social, partindo dos ethos que molda o comportamento e a identidade da coletividade, conforme as matrizes teóricas ideológicas desenvolvidas por Pereira (2016).

Para isso, buscou-se expor parte do processo histórico acerca dos modos interventivos da proteção social a indivíduos e coletividades. Também apresentar como indivíduos e coletivos organizaram e se organizam para enfrentar as desproteções sociais a partir das relações de poder existentes. Deste modo, um breve contexto histórico será constituído, do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, procurando entender as continuidades e rupturas de valores e normas que atravessaram e atravessam o tempo-espaço, os quais consistem em ser arenas de disputa em torno do que chamamos de Estado.

1.1 PROTEÇÃO SOCIAL, FRENTE ÀS MATRIZES TEÓRICAS CONFLITANTES

Mediante Pereira (2016), a “Proteção Social no Capitalismo” percorre o processo histórico da sociedade que influenciou e delineou os tipos de Proteção social presentes ainda em contextos contemporâneos para os enfrentamentos da desproteção social.

O quadro abaixo sistematiza e diferencia os tipos de ideologias contidas em cada modelo de Proteção social por Pereira (2016) e, as características correspondentes a cada uma delas quanto ao Bem-Estar Social.

Quadro 1 – Matrizes conflitantes e suas concepções históricas

| Ideologia | Características |
|--|---|
| Matriz Residual | Seu destaque ocorre nos anos 1970 como crítica liberal à ação social do Estado, tendo em vista seu surgimento em decorrência da crise de 1973, reconhecida como a crise do petróleo, ao qual exigiu do Estado a regulação social do mercado; Embasada na Teoria Funcionalista; sob a teoria da convergência, ou determinismo tecnológico, em que o estado de bem-estar é gerado pelo desenvolvimento industrial. Ideologia da Nova direita, Neoliberalismo, Neoconservadorismo. |
| Matriz Social-democrata Democrática ou institucional | Seus idealizadores prospectam no “ <i>Welfare State</i> ” – Estado de Bem-Estar ou Estado Social, a condição de um estágio |

| | |
|-------------------|---|
| | acima do processo de transição, capitalismo do “ <i>laissez-faire</i> ” para o socialismo, caminho da democracia parlamentar e do reformismo político (Pereira, 2016). Esta transição deverá ser gradual e pacífica, por rejeitar a ação violenta de ultrapassagem do capitalismo, por razões pragmáticas e éticas; Ideologia da Via Média, ideologia intermediária, entre residual da individualidade defendido pela nova direita e da universalidade do socialismo democrático. |
| Matriz Socialista | Tendo grande atração do <i>Welfare State</i> , e pautado em um grande esforço analítico, que a partir de 1970 estudiosos passaram a analisar o sistema de proteção social. |

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (2016, p. 41-42).

No modelo de matriz residual, os Estados Unidos são considerados como exemplo, tendo em vista a perspectiva de proteção social gerada pelo próprio indivíduo, com mínimas ações protetivas geradas pelo Estado que se foca aos extremamente pobres, e não pertencente ao *status* do direito social que se constrói e desenvolve com relutância por parte do governo (Pereira, 2016). Neste caso, o que prevalece é o interesse ao livre mercado e a noção individual de propriedade privada.

A esse preceito ideológico residual são presentes a *Teoria da Convergência e a Nova Direita*¹³, concepção política positivista que estabelece determinadas funções às instituições para a ordem social. A matriz residual influenciou governos e lideranças administrativas nos processos de constituição social em âmbito global, principalmente a partir da década de 1970 (Pereira, 2016), com as crises econômicas e a ascensão aos avanços da globalização, e que posteriormente caminha para o neoconservadorismo e à Nova direita.

Por ele fica instituída a seguinte hierarquização da organização de redes de proteção, da “Secretaria dos Direitos Humanos” (Pereira, 2016, p 148) centraliza a “Rede Social Movimentalista”, que está vinculada aos espaços individuais:

- 1) Espaço doméstico Integral Rede Social espontânea;
- 2) Espaço comunitário de Proteção Redes Sociocomunitárias;
- 3) Espaço Governamental Rede de serviços públicos – institucionais; e
- 4) Espaço privado Redes de serviços privados. Essas redes se solidarizam ao sujeito desajustado socialmente para que haja o seu ajustamento e a retomada nas estruturas estabelecidas na organização social (Pereira, 2016, p. 148-149).

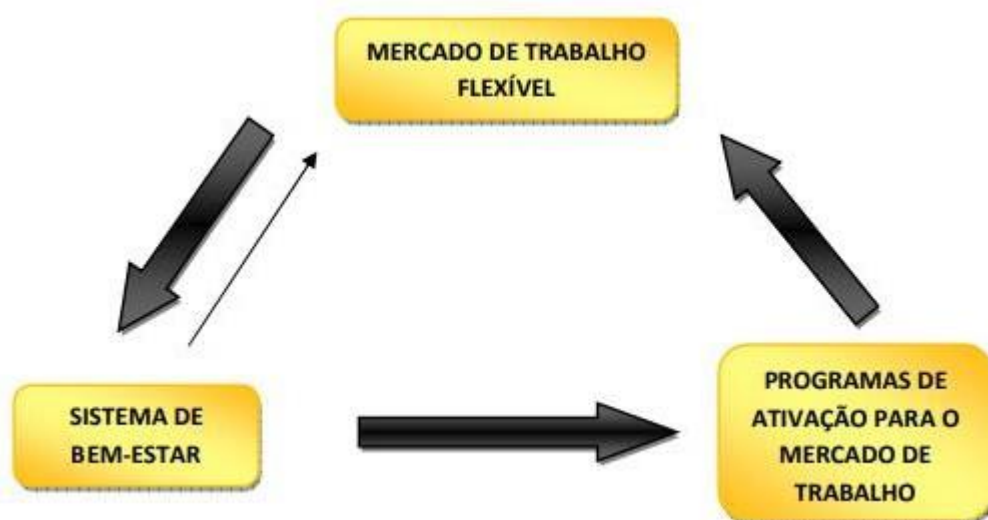
¹³ [...] representa a fusão do neoliberalismo com o neoconservadorismo (Pereira, 2016).

Outra Matriz organizada pela autora é a Social-democrata, na qual a defesa consiste na democratização do parlamento e da política no intuito de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, e com propensão à superação do capitalismo. Neste movimento, foi instituída a Teoria da cidadania, que faz presença, com o sociólogo em destaque T. H. Marshall (1940), britânico, que em seu texto diz: “Cidadania, classe social e *status* (1967)¹⁴, elabora as razões históricas da consolidação do *Welfare State* no segundo pós-guerra em meio aos preceitos morais e políticos que abarcaram o período.

Neste processo em luta ocorre um relativo consenso, uma ideologia intermediária, definida por “Via média”, entre o antioletivismo ou coletivismo residual defendido pela Nova Direita e o coletivismo universal do socialismo democrático. Reconhece a necessidade da regulação econômica e da existência de um Estado provedor de bem-estar à sociedade, no entanto, manter as convicções de que a iniciativa privada, contida na lógica capitalista, deve ser mantida (Pereira, 2016).

Deste modo, o modelo de Via média prevê a lógica da proteção social para a retomada do sujeito social ao mercado de trabalho flexível. E para definição dessa lógica, é exposto o incentivo pelo Estado de Bem-Estar Social, que estabelece o contínuo fluxo.

Figura 1 – “O triângulo de ouro”



Fonte: Pereira (2013, p. 224).

¹⁴ Escrito em 1949 e publicado no Brasil em 1967. A formulação de T. H. Marshall (1967) sobre cidadania.

Perante esta definição, a Social democracia corresponde o ponto central entre as extremidades ocupadas pela ideologia Residual e, de outro lado, a Socialista, representando uma alternativa para alcançar o equilíbrio entre capitalismo e o comunismo, o *status* burguês e os avanços da revolução, dos movimentos sociais em busca de igualdade em meio ao capitalismo.

A terceira matriz conceituada pela autora é o Socialismo, por vezes confundido com a socialdemocracia, consiste como a única corrente referida à compreensão crítica ao processo de divisão do trabalho elaborada por Marx e Engels (1820), e, para além dessa compreensão pautada no materialismo-histórico dialético, ocorrem subdivisões advindas das afinidades com a lógica desse pensamento; *socialismo utópico, socialismo cristão, ecossocialismo ou socialismo verde, socialismo libertário ou anarquismo social, socialismo de mercado, socialismo pós-industrial, socialismo democrático* (Pereira, 2016). No entanto, a autora busca aprofundar-se no *Socialismo democrático* e no *Marxismo*.

Em que pese a ascensão da matriz Socialismo consistir na superação do Estado como uma das instituições sociais do *ethos* burguês, por sua vez o socialismo embasa-se numa perspectiva de emancipação humana e, somente por ela, a equidade e a justiça social serão alcançadas. Assim, nesta matriz a participação democrática tem caráter universalista, ao contrário do capitalismo que estabelece uma organização “democrática” excludente, por ser pautada em privilégios advindos das relações de mercado.

No entendimento dos ideários marxistas (Pereira, 2016), o *Welfare State* e o movimento democrático a ele pertencente viabilizaram meios para superar o capitalismo, no entanto, mediante as adequações estabelecidas entre sociais-democratas e liberais, chegaram à conclusão de que o termo “*Welfare State*” é uma mistificação, pelo fato de aparentar uma face “benfeitora do capitalismo”, distorcendo assim seu real significado.

Portanto, na matriz de conceito socialista, o objetivo primeiro da Proteção Social consiste em ser utilizada para poder contribuir com a superação do capitalismo e a emancipação humana, e para a conservação do capitalismo e da alienação humana. Logo, se estabelece a contrariedade (Pereira, 2016). Podendo ser a Proteção social direito, ou não, pelo fato de o Estado representar as determinações da hegemonia burguesa e os direitos por suas pretensões, refletir a vontade privada, presente no *ethos* burguês.

A partir desta contextualização sobre a Proteção social nos países capitalistas centrais, é possível compreender as perspectivas aplicadas em meio às desproteções sociais tão presentes no contexto capitalista e latente nos países denominados periféricos ou definidos por sul global.

1.2 EXPLICITAÇÃO BÁSICA DAS CATEGORIAS TEÓRICAS CENTRAIS POR PEREIRA (2016)

1.2.1 Necessidades Humanas x Preferências Individuais

Segundo Pereira (2016), para se pensar a proteção social é preciso definir um conceito fundamental da condição humana, geralmente negado ou imprecisamente utilizado. Para a autora, o conceito de necessidade tem localização central nos diálogos sobre a proteção social.

Central para compreensão teórica e execução prática da política social, a opção por determinada definição de necessidades também implica: a definição da natureza; do público-alvo; da modalidade de ação; do investimento; dos critérios de oferta e distribuição de bens e serviços, e do papel do Estado na tentativa de satisfazê-las. A depender da conotação do termo, a ação governamental, referente à sua aplicação prática, pode se revelar insuficiente ou até mesmo desastrosa [...] (Pereira, 2016, p. 57).

Assim posto, é preciso compreender a palavra dentro do contexto político ao qual ela é utilizada, e o primeiro lastro de significado que ela recebe é referente às noções de direitos. Disto emerge as principais questões vinculadas ao ente responsabilizado pela resolução dela.

[...] de quem é a responsabilidade pelo atendimento das necessidades humanas? Será o livre, natural e espontâneo movimento da vida em comunidades consensuais que automaticamente regula distribuição ou a contenção de recursos a depender da abundância ou escassez deste? Do indivíduo que as padece? Do Estado investido de obrigações cidadãs, de caráter público? Do mercado, como agente privado, cuja lógica incentiva a competição como o principal ingrediente para o alcance individual da autossustentação dos portadores de carências materiais? Ou de outros atores privados não mercantis, como a família e a solidariedade primária de vizinhos, amigos e correligionários? (Pereira, 2016, p. 58).

Das perguntas realizadas temos categorizados cinco agentes possíveis de serem responsabilizados pela ação de findar a condição de necessidade: o acaso, o indivíduo, o Estado, o Mercado ou outras instituições. E é justamente da ausência

das respostas às perguntas, que transformam a palavra e o conceito que ela representa, como alvo de inúmeras discussões e ideias que, independentemente de estarem certas, são concretizadas por meio de costumes ou até leis por aqueles que possuem legitimidade de poder social para isso. Neste sentido, a autora apresenta que de um lado a ala liberal opera negando a existência das necessidades humanas:

Os partidários de ideologias burguesas, por seu lado, preferem negar a existência de necessidades humanas para não admitirem a possibilidade de elas serem atendidas por políticas públicas. [...] identificam essas necessidades, que são sociais, com preferências individuais, quando não com vícios, desejos e sonhos de consumo, cuja satisfação escaparia ao comprometimento do Estado (Pereira, 2016, p. 59).

Do outro lado, os progressistas produzem usos que a deixam com um “*sentido polissêmico, confuso e pouco prestigiado*” (Pereira, 2016, p. 59). Essa forma de lidar com o conceito é fundamental para a percepção da proteção social, pois para ser suprida, uma necessidade precisa da definição que indique seu agente supridor. A autora é enfática ao dizer que:

É ao Estado que compete sim a satisfação das necessidades humanas, visto que elas constituem a base das políticas públicas e, por consequência, da concretização de direitos sociais conquistados pela sociedade de declarados nas leis [...] (Pereira, 2016, p. 60). É essa noção de necessidades que obriga o Estado a ser o principal agente de sua satisfação, descartando, por consequência, o mercado (que não tem vocação social) e as instituições privadas sem fins lucrativos (que não garantem direitos) do exercício dessa função (Pereira, 2016, p. 61).

Por essas afirmações podemos perceber que as necessidades humanas são a própria razão de existir do Estado enquanto ente coletivo. Não são as proteções de liberdades individuais Lockeanas, paz para o comércio e liberdade de propriedade de Adam Smith que geram o Estado, mas sim a própria condição humana de dependência do coletivo para se constituir.

Outra característica dessas necessidades é seu caráter universal: “Todos os seres humanos, em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as culturas, têm necessidades básicas comuns” (Pereira-Pereira, 2008, p. 67). A autora ainda afirma que é justamente o ato de atender as necessidades uma precondição para “*a participação social no sentido democrático*” (Pereira, 2016, p.

62). Desta forma, duas precondições são elencadas como causadoras das necessidades: a condição de *saúde física* que, se ausente ou inexistente em nível mínimo, também significa incapacitação;

e, a necessidade de *autonomia*, ou seja, de agência sobre si e das relações às quais está inserido.

Uma vez definido o conceito e sua vinculação com os direitos e Estado, independentemente de haver um gradiente (básico/mínimo, intermediário, pleno) emerge seu antagônico, o conceito de que não existe *necessidades*, apenas *preferências individuais*. Essa segunda noção vinculada a elementos liberais, como: meritocracia, individualismo e 'liberdade', configuram uma forma de pensar socialmente reproduzida.

Em suma, corroborando a autora, é da relação entre os dois pensamentos que projeta o pensar entre necessidades humanas ou preferências individuais que temos duas categorias suficientes para analisarmos a Proteção Social e outras noções políticas.

[...] é o par categorial “necessidades e preferências”, tal como acima definido, que constituirá o parâmetro pelo qual se analisará a maior ou menor relação de correspondência entre proteção social e cidadania e a maior ou menor consistência protetora das medidas criadas para esse fim (Pereira, 2016, p. 63).

Dessa forma, nas análises realizadas sobre o objeto desta dissertação, que expõe as condições da proteção social estendidas ou não às pessoas em situação de imigração, se valerá desse par categorial para constatação dessa maior ou menor consistência protetora.

1.2.2 Direito x Mérito

Outro binômio apresentado por Pereira (2016) é composto pela relação antagônica entre a noção de *Direito* e de *Mérito*. A autora enfatiza que há um imbricamento entre direitos sociais e políticas públicas nas concepções político-econômicas dos Estados Modernos. O que se viu sob o *Welfare State* em termos de conquistas sociais (direitos) se deveu e muito à aplicação de princípios baseados em relações de equidade e justiça social. Estes, por sua vez, só ocorreram por interferência do Estado.

Com a ascensão e globalização do neoliberalismo emerge outro princípio norteador das ações político-econômicas, que se transferem para as demais relações sociais, podendo ser atualmente percebido até nas conversas cotidianas. Subjugando o direito social, a lógica que premia o esforço e capacidades individuais

para a obtenção dos sucessos sociais, denominada de *meritocracia*, se torna hegemônica. Por esta perspectiva, as obtenções de posses e posições sociais não são fruto de uma historicidade relacionada às condições preexistentes dos atores em questão, mas assumem uma face ‘neutra’ como se todos tivessem as mesmas possibilidades e condições, como se as diferenças fossem o resultado das ações e capacidades individuais postas em práticas.

Há também no argumento meritocrático exposto pela autora, uma espécie de proteção moral dos produtos socialmente produzidos contra grupos ou pessoas improdutivas. Desta forma, o mérito se apresenta como uma confirmação de validade ao mesmo tempo que exclui quem não contribui de alguma forma. Ainda assim, ela expõe que é possível entender o mérito sob outros significados. Por exemplo, na ciência Direito há uma relação com a palavra *demérito*, sendo o mérito o conteúdo fundamental de uma questão. Ainda há o fato de que seu uso pode ser realizado para atestar justamente uma insuficiência, assim, o merecedor da intervenção estatal passa a ser alguém desprotegido socialmente, ou como diz a autora “*o pobre dentre os pobres*” (Pereira, 2016, p. 65):

[...] o merecedor da proteção social deve ser o mais pobre dentre os pobres; vale dizer, deve ser aquele que comprove não possuir os pré-requisitos básicos para uma existência verdadeiramente humana, além de demonstrar idoneidade moral: não fraudar o sistema e oferecer contrapartidas.

É justamente para triar os merecedores das intervenções que emergem os critérios de elegibilidade que foram e estão sendo utilizados por programas sociais. Aplicando essa noção nos sujeitos dessa pesquisa, podemos evidenciar a necessidade da autorização de residência para fins laborais¹⁵ concedida pelo Ministério do Trabalho para o estabelecimento de moradia fixa no País e a legalização do seu ato de trabalhar.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 prescreve que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). Esse artigo restringe a proteção de direitos a estrangeiros “residentes no Brasil”, entretanto, a interpretação desse artigo pelo Supremo Tribunal Federal vem estendendo a proteção dos

¹⁵ Vide Autorização de Residência para fins laborais. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/itemlist/category/76-trabalho-estrangeiro>. Acesso em: 12 nov. 2023.

direitos aos estrangeiros também não residentes no Brasil [...] (Mendes, 2020, p. 68).

Como é possível perceber, há uma restrição no texto constitucional, um critério adotado para distinguir estrangeiros de estrangeiros, ou seja, há no cerne do mérito de ser um imigrante trabalhador, um elemento estigmatizador dos não reconhecidos como trabalhadores por estes não terem de alguma forma conseguido obter o critério de residência. Os estigmas e classificações gerados pelo mecanismo meritocrático implicam que:

[...] para que um indivíduo se torne merecedor de um mínimo de proteção social pública precisará provar a sua derrota e incapacidade de superá-la via empenho próprio. E, ao proceder dessa maneira, os direitos sociais arduamente conquistados perdem seu caráter civilizador, transformando-se em ajuda ou favor ofertado não aos que têm acesso à cidadania, mas aos que provam estar à margem dela. Nesse caso, o mérito é o da necessidade, da privação (Pereira, 2016, p. 69).

Percebe-se por esta afirmação a vinculação entre as quatro categorias expostas até aqui: o primeiro par de antagonismo *Necessidades humanas e preferências individuais* dialogam diretamente com este segundo, uma vez que os *direitos sociais* são fruto da consciência de que o coletivo social e seus membros são compostos de realidades distintas, mas que carregam as mesmas condições para o processo de humanização. Da mesma forma, as *preferências individuais* são evidenciadas ou até mesmo concebidas como fruto da ação meritocrática e são legitimadas justamente pelo pensamento da neutralização das condições de pertença dos indivíduos em intensa concorrência até para se constituir como o *pobre entre os pobres*.

1.2.3 Igualdade e Desigualdade

O terceiro par de conceitos relacionados à proteção social utilizada pela autora como categoria de análise de pesquisa, diz respeito à base na qual as críticas ao modelo capitalista se situam. Neste sentido, tomar os termos desatrelados das realidades inerentes ao modo de produção capitalista conduz as palavras a interpretações equivocadas de significados. Portanto, é preciso, primeiramente, entender que a concepção de igualdade, que está atrelada à lógica da liberdade e

direitos burgueses, é rasa e uma das formas de ocultação daquilo que ela realmente produz: a desigualdade.

Na verdade, a igualdade que o capitalismo cultiva e propala é um simulacro do conceito genuíno, pois consiste em um indicador exclusivamente funcional à persistência da dominação do trabalho pelo capital (Pereira, 2016, p. 71).

Assim, a autora, ao se referenciar ao termo igualdade, expõe que a mesma tem dois significados: um associado à liberdade negativa que é oposta às políticas públicas, e à positiva que lhes são favoráveis. A lógica de desenvolvimento econômico sobre um ambiente de tensão, pôde ser vista nos últimos séculos e é apresentada por Marx ao contrastar a palavra igualdade sob a dimensão da liberdade negativa, ou seja, como algo produtor da desigualdade.

Esse sentido para a palavra igualdade seria como um motor que impulsiona os mecanismos da apropriação capitalista da mais valia por meio da noção de liberdade de poder vender sua força de trabalho ao preço que melhor lhe convier. Essa perspectiva omite a realidade na qual o valor da hora/trabalho é predefinido pelo comprador e que sem ter outra alternativa para conseguir meios para se sustentar ao 'trabalhador livre' só resta aceitar as condições impostas no mercado pelos detentores dos meios de produção. Esse processo não enriquece ou desenvolve economicamente o trabalhador, no máximo o mantém vivo para continuar atuando, desta forma, as condições de desigualdades vão se perpetuando.

Pode-se ver um exemplo disso na Reportagem nº 14 exposta no eixo documentação (Capítulo 4), mas que também poderia ser incluída no eixo trabalho. Ali vê-se um imigrante com problema trabalhista e a reportagem enfatiza a ação positiva do sistema Judiciário em tratá-lo sob as leis trabalhistas, independentemente do mesmo não estar documentado. A questão posta se relaciona com a ideia de Pereira (2016), justamente por ser o imigrante tratado dentro das regras nacionais para o trabalho capitalista, e isso é tido como uma vantagem/privilégio/reconhecimento/justo, ou seja, algo positivo.

A barbárie trabalhista é tamanha que a melhor condição possível àquele imigrante é ser tratado adequadamente pelo direito, ou seja, como um trabalhador **igual** aos demais. Assim, ao aplicar a justiça na situação, a expropriação capitalista não aparece, apenas a inadequação do trabalhador às convenções regidas pelo estatuto de direitos de trabalho nacional. Em resumo, ele ganhou o 'direito' de ter

as horas trabalhadas pagas, sendo igual aos demais trabalhadores que também as têm, pois as venderam no mercado. Se o valor é suficiente para a vida, se proporciona moradia digna, alimentação adequada, acesso a transporte, lazer e demais atributos de qualidade de vida, é questão irrelevante.

É nesse sentido que Pereira (2016) apresenta o binômio, não apenas sendo um antagônico do outro, como as principais formas na língua portuguesa apontam, mas como uma relação de causa/efeito, na qual a desigualdade é gerada pela forma como a noção de igualdade é proposta.

Quando esse valor é aplicado na política, percebe-se que outros termos também são afetados pela lógica capitalista de concepção da vida. As noções de democracia, política e, por consequência, cidadania, estão diretamente atreladas às consequências causadas pela noção equivocada de igualdade.

Contudo, a autora apresenta que é possível um outro sentido para a palavra, através de uma série de seis características apontadas por Chauí (2012, p. 1), em que se vê nesses itens como a igualdade vinculada com as noções de liberdade capitalista estão longe de realmente ser ou representarem uma condição humanamente igualitária.

Os seis conceitos abordados por Pereira (2016) *necessidades humanas e preferências individuais; mérito e direito, e igualdade e desigualdade* serão utilizados nesta dissertação para aprofundar a discussão sobre as matrizes ideopolíticas já apresentadas. Esses conceitos auxiliaram o processo de perceber a realidade da proteção social nos sujeitos da pesquisa (imigrantes do Sul-global) na RMLondrina.

1.3 IDEOLOGIA E CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

Permeada por disputas de interesses e poder, a sociedade se constitui e se transforma, mediante o movimento entre as relações estabelecidas e os processos de organização. Estes, por sua vez, determinam o modo como serão estruturadas as relações sociais, tendo em vista a transição do modo feudal para o capitalismo que estabelece uma nova forma de sistematizar, estruturar e justificar os novos processos históricos a partir da Modernização¹⁶ do trabalho no final do séc. XIX, em que constitui

¹⁶ Divisões sociais do trabalho sob modo de produção capitalista.

a repressiva condição de exploração da classe trabalhadora (Behring; Boschetti, 2007).

Na sociedade capitalista, os sujeitos se construíram com o crescimento de um ‘novo’ modelo econômico, o industrial (Harvey, 2022). Os desafios e “oportunidades” em relação ao trabalho se alteraram, e uma das modificações corresponde ao fato de a mão de obra humana na nova forma de produzir, representar apenas uma parte do processo de produção industrial, e não mais o todo como ocorria no sistema feudal e sua produção artesanal ou manufaturada. No novo modo de produção, a participação do trabalhador é cada vez mais restrita, servindo-o de “apêndice das máquinas” e excluindo-o do processo criador.

Outra condição diz respeito à produção em larga escala, tendo o trabalhador a função de operar as máquinas para produzir uma grande quantidade e variedade de produtos ao invés de objetos específicos, os quais aprendeu a produzir de forma tradicional (artesanato), e que serviam para o uso de suas necessidades cotidianas (Pereira, 2008).

As mudanças ocorridas influenciaram os traços fundamentais nas concepções de ideias como independentes¹⁷, com interesses individuais e a busca de liberdades nas relações com o mercado. Essa ‘mentalidade’ sutilmente estabelece o *status quo* que se mantém enquanto pilar da estrutura ideológica liberal, definidora do “*ethos burguês*, ou *ethos dominante*” (Pereira, 2020) e seus efeitos no comportamento e consciência liberal, identificados como produtores das mazelas sociais.

A noção ideológica se constitui da relação do homem com os espaços institucionais e os valores a eles atrelados, sendo presentes nas instituições religiosas, no trabalho, nas instituições de ensino, dentre outros espaços que efetuem o papel coercitivo ao pensamento hegemônico, determinado pela burguesia. Segundo Chauí (2008), a ideologia se trata de um processo histórico social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento corresponde a uma forma de assegurar e manter o sistema que controla a exploração econômica geradora da desigualdade social, o capitalismo. E, essa dominação política em vigência, por sua vez, é constituída pela burguesia.¹⁸

¹⁷ CHAUI, Marilena. O que é Ideologia. 2004, p. 5.

¹⁸ Ao considerar a ideologia enquanto uma construção regida por um sistema hegemônico, a autora cita o filósofo Aristóteles, a partir da noção de causalidade, em que: “*conhecer é conhecer pela causa*”. Essa “Teoria das Quatro Causas” é referenciada nas distintas sociedades: Grécia antiga, cuja forma escravista era presente e, da Europa medieval, em que a organização baseava-se na servidão. Em ambas as sociedades existe uma relação pautada na condição de causalidade que, de modo objetivo, explica os fenômenos naturais da física e os fenômenos humanos, através da ética, política e do

A relação do homem com o trabalho, a partir da ideologia burguesa, incorporou a concepção de causalidade¹⁹ frente às transformações ocorridas, dando sentido a essa nova organização que se estabelecia. Chauí (2008) considera ser uma espécie de “transposição involuntária” nas relações sociais, que é determinada pelo plano das ideias que são constituídas: [...] em um determinado espaço-tempo; dirigida por uma determinada causa; a qual contribui diretamente à formação e manutenção das concepções ideopolíticas que transfiguram a mentalidade do indivíduo (Chauí, 2008, p. 14).

Esta “transfiguração da mentalidade” perpassa a divisão social do trabalho, cuja relação do trabalhador está para além da simples divisão de tarefas, ou seja, se trata da condição de apropriação à nova lógica econômica, que se insere a partir da propriedade e do acúmulo entre as relações sociais, submetendo o poder ao detentor do capital, que determina condições exploratórias de trabalho a quem se emprega, e que resulta na desigualdade socioeconômica e no pauperismo social²⁰.

A engendrada divisão social do trabalho produz a desigualdade social (Chauí, 2008) em razão da dependência econômica imposta ao trabalhador como único meio para a obtenção de sustento, na exploração da força de trabalho, em razão da privatização dos meios de produção. Marx e Engels (2007) na obra “*A ideologia Alemã*”, consideram que, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência”, sendo a “*ideologia geral*” correspondente à determinação das diferenças do modo de trabalho, presente na divisão social do trabalho. Há nessa consideração mais um fator agravante, na condição da divisão social do trabalho, a separação do trabalho material ou manual de trabalho intelectual.

A “ideologia geral” determina ao sujeito a construção da consciência a partir de valores individuais, assim, sua mentalidade enquanto sujeito vivo²¹, ‘natural,’ é usurpada resultando a desnaturalização do trabalho, que antes era realizado de forma

trabalho entre as relações estabelecidas. Assim, a autora considera: Se tomarmos o cidadão ou o senhor e indagarmos a qual das causas ele corresponde, veremos que corresponde à causa final, isto é, o fim ou motivo pelo qual alguma coisa é feita, é o usuário dessa coisa, aquele que ordenou sua fabricação (por isso, na teologia cristã, Deus é considerado a causa final, do universo, que existe “para Sua maior glória e honra”). Em outras palavras, a causa final está vinculada à ideia de uso, e esta depende da vontade de quem ordena a produção de alguma coisa (Chauí, 2008, p. 12).

¹⁹ A causalidade, corresponde a uma justificativa dos fatos estabelecidos, tanto no plano da Natureza quanto nas relações entre os indivíduos no processo de organização social, necessária para conceber as noções de ideologias.

²⁰ NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, 2011, p. 19.

²¹ “Pela primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como o próprio indivíduo vivo; pela segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente com a *sua* consciência” (Marx; Engels, 2007).

criativa, causando a alienação ao processo de criação, alterando os sentidos e os significados contidos na construção (Marx; Engels, 2007). Nessa condição, o sujeito perde sua singularidade de construir e de transformar a natureza em objetos de uso, sendo constituído um novo modo de socializar, estabelecido a partir do interesse econômico.

Compreender o processo histórico que envolve a constituição política ideológica do ocidente e as suas influências na esfera global, é de extrema importância para compreendermos o que motivou, por parte da nobreza, no sistema feudal, e da burguesia, no sistema capitalista, a existência de leis e estatutos que controlassem a ordem vigente frente aos regimentos estabelecidos aos pobres e trabalhadores.

Deste modo, no próximo subtítulo traremos elementos pertinentes à formação da sociedade moderna em favor dos interesses presentes no capitalismo, e as estratégias sociais para driblar as adversidades impostas a este sistema.

1.4 ANTECEDENTES REGULATÓRIOS À POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

Ao observar o processo histórico, temos que na transição do feudalismo ao capitalismo ocorreu a modernização geradora da questão social enquanto fruto da contradição da nova ordem social instituída. Contudo, essas alterações não ocorreram sem dinâmicas e tensões oriundas das características de mercado inatas do modo de produção capitalista. Houve, nesse processo, fases que se sucederam: no primeiro momento ocorreu a transição do período pré-capitalista para o capitalismo concorrencial e, posteriormente, deste para o modo capitalista de tipo monopolista (Netto, 2011).

Deste modo, traremos um panorama das condições que permearam as relações sociais de disputas, e o quanto os fatos destes períodos históricos contribuíram para o atual contexto social e suas regulações. A respeito disso, da nova ordem que se estabelece, partiremos da perspectiva de materialismo histórico dialético para compreensão das disputas e os vários agrupamentos sociais existentes: nobres, burgueses, aldeões, servos, trabalhadores urbanos, camponeses, dentre outros. Serão compreendidos a partir do conceito de classe estabelecido por Marx e Engels²² (2010)

²² Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção

no “Manifesto Comunista”. Essa opção não visa ocultar as diferenças e particularidades existentes entre as diversas frações de classe existentes, mas sim, se apropriar da possibilidade de simplificação da realidade social, utilizando para tal o critério econômico das duas classes: burgueses e proletários. Desta forma, a simplificação segue o critério de distinção social a partir daqueles que possuem ou não as ferramentas necessárias para a produção da sobrevivência. Assim, onde se lê ricos e pobres ou outras expressões relacionadas a diferenças econômicas, apenas está se usando sinônimos do binômio definido por Marx e Engels (2010).

Ao observar o processo histórico europeu nos deparamos com uma série de problemas, não apenas de ordem econômica, mas que a influenciaram:

Em 1351, a Grã-Bretanha, sob o reinado de Eduardo III, se deparava não só com o extermínio de aproximadamente um terço de sua população pela Peste Negra, mas também com o desafio econômico de enfrentar uma crônica escassez de braços para trabalhar nas fazendas, implicando aumento de salários. Surge daí a estreita relação entre assistência social e trabalho, que vai constituir um imperativo categórico no capitalismo (Pereira, 2008, p. 62).

A escassez de mão de obra no período pré-capitalista (séc. XVI ao XVIII) proporcionou uma condição para que os trabalhadores se organizassem a partir do valor de seu trabalho. Frente à árida ausência de atuantes braçais nas terras, evidenciou-se o reconhecimento de seu trabalho, da força braçal e, com isso, a rejeição à deplorável condição de exploração de trabalho no campo entre os pobres, gerando revoltas camponesas.

Este período descrito corresponde ao regime monárquico na Inglaterra, que em busca de superar desafios econômicos estabeleceu o controle coercitivo da população empobrecida, caracterizando-os enquanto subordinados ao trabalho sem opção de escolha, haja vista que aquele que se negava ao trabalho era tido como vadio, portanto, cabível de punição e violentamente inserido a um regime de trabalho forçado (Pereira, 2008).

Tendo em vista a existência de entraves para o livre comércio, os sujeitos pertencentes ao período pré-capitalista se movimentaram em busca de romper com o domínio absolutista que existia, visando alcançar seus próprios interesses,

social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888) (MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, 2010, p. 40).

almejando conquistar a ascensão econômica por meio do livre comércio.

Ao que pese aos avanços ao pensamento moderno e industrial e à liberdade desejada, é imprescindível destacar as correntes filosóficas que embasaram o processo em transformação, por meio dos Contratualistas²³ presentes no século XVII e XVIII, estabeleceram a noção de liberdade social, a partir de perspectivas idealizadas ao tipo ideal de Estado e a relação entre os homens. Assim, os pensadores que serão destacados, são: Thomas Hobbes (1588), John Locke (1632) e Rousseau (1712), pensadores que, diretamente, propuseram caminhos para a compreensão filosófica de como o Estado foi formado. Ainda que suas visões sejam fruto de especulações racionalistas, os elementos utilizados para as construções (Estado, liberdade, estado de natureza... etc.) evidenciam fatores sociais relevantes para o período e, portanto, para a compreensão da transição feudal para a capitalista e as consequências regulatórias (leis) para convivência.

Para HOBBS, sob a ótica e defesa do Estado Absolutista, o

Estado de natureza é a condição em que se encontram os homens antes da formação de uma comunidade política (ou sociedade), em que eles disputam todas as coisas por direito natural e absoluto, posto que são iguais entre si. Em outras palavras, todos têm igual direito à sobrevivência e à autopreservação. Justamente por isso, trata-se de um momento periclitante em que há um perigo eminentemente de morte violenta, posto que existe uma guerra declarada de todos contra todos (Garcia; Veloso, 2007, p. 133-134).

Neste sentido, o estado de natureza hobbesiano evidencia a necessidade do Estado como árbitro entre as disputas individuais; não havendo a dimensão do bem comum, a lei não existe, e em razão de sua ausência, não há distinção entre o que é bom e o que é mau. Pois, o “homem é o lobo do homem” Hobbes (2007, p. 97) e, por isso, age com egoísmo em prol da manutenção de sua vida. A solução para o problema vem a ser um Estado Absoluto sobre todos, no qual a vontade geral se sobreponha às individuais.

Já o filósofo John Locke (1632) considera o Estado como algo natural como parte fundamental à constituição do Estado Civil, considerando que o Homem tem “direitos naturais inalienáveis, irrenunciáveis e irrevogáveis, sendo eles: a vida, a liberdade, o próprio corpo, mas, principalmente, a propriedade privada de bens” (Garcia; Veloso, 2007, p. 138). Para ele, os homens viviam livremente e iguais, sem

²³ Hobbes, Rousseau e Locke.

governo, sendo regidos pela lei natural que parte racionalmente da relação entre os homens, no entanto, defende a elaboração de contrato social, ou seja, a criação do Estado para que este assegure, a partir do pacto estabelecido entre os indivíduos, a manutenção dos direitos naturais, especialmente referente à propriedade.

Rousseau (1712) defendia que a liberdade está vinculada à vontade coletiva, pensar a vida em sociedade é inevitável, portanto, pensar nas vontades que mediante Lei, elaborada pela coletividade, estabelecerá a ordem convergente que atenderá aos desejos pessoais, a partir da vontade geral. Ele, por sua vez, partindo do estado de natureza no qual o ser humano é livre, bom e inocente, difere de Hobbes. Rousseau “afirma que é no estado de natureza que o ser humano encontra paz e harmonia consigo, com a natureza e com os outros” (Garcia; Veloso, 2007, p. 146).

(...) a condição da felicidade e equilíbrio é quebrada pelo nascimento das estruturas sociais, cujas bases se assentam sobre a propriedade privada, que, segundo Rousseau, é elemento fomentador do lucro, do acúmulo, da escravidão e da violência (Garcia; Veloso, 2007, p. 146).

É importante destacar que, sob a consolidação do poder político estavam presentes, principalmente, nobres e burgueses que ansiavam pela consolidação de um Estado liberal por defenderem interesses individuais. E, por meio dessa organização civil, foi estabelecida a convivência social entre indivíduos sob o exercício da cidadania e da propriedade privada²⁴, cujas convicções iam de encontro com o conceito de liberdade apresentado por Locke com convicções parlamentaristas em defesa da propriedade, e com elementos antiabsolutistas que são expressados na Revolução Francesa.

Para Vianna (1989), a igualdade, nesta perspectiva de liberdade sob a compreensão do liberalismo clássico, não pode ser concebida como igualdade natural ou abstrata. Isso porque sua constituição é concretizada no exercício desigual em que se estabelece a noção de liberdade privada, assim, opressões e injustiças são expressadas concretamente na sociedade.

Frente às desiguais condições sociais que emergimos, esta pesquisa busca partir do conceito de liberdade frente ao materialismo histórico dialético, em razão da noção de totalidade da realidade social a ele presente. Neste contexto,

²⁴ Artigo 17 1 – Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. 2 – Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade (UNICEF, 1948). Disponível em [Declaração Universal dos Direitos Humanos \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/declaracao-universal-dos-direitos-humanos). Acesso em: 14 oct. 2023.

A liberdade para Marx é uma espécie de superabundância criativa acima do que materialmente essencial, aquilo que ultrapassa a medida e se torna seu próprio padrão. Acontece que, para tudo isso acontecer na sociedade, certas condições materiais são necessárias; de tal forma que o próprio “excesso” de consciência acima da natureza de Marx considera a marca distintiva de nossa humanidade é ele próprio um estado de coisas materialmente condicionado. O lugar onde a consciência e a prática social convergem mais obviamente para Marx é a própria linguagem (Eagleton, 2002, p. 13).

A linguagem está presente na construção da mentalidade social, que hegemonicamente é manifestada pela classe burguesa em busca pela liberdade do livre comércio, da individualidade, da propriedade privada, em defesa dos desejos individuais e da superação de fronteiras. Assim, fica exposto que as relações são constituídas nesse ideal, cuja

[...] linguagem é tão velha quanto a consciência; a linguagem é a consciência prática, real, que existe igualmente para outros homens, e apenas assim existe para mim também; a linguagem como a consciência, somente emerge a partir da carência da necessidade do comércio com outros homens (Eagleton, 2002, p. 13).

Nesta consciência prática, fica estabelecido aquilo que consiste ser as definições de ordem entre as relações sociais, sendo a vontade instituída entre ricos e detentores dos modos de produção, a ponto de utilizar estratégias para garantir a ordem social e manter seus interesses, advindos da consciência estabelecida pela linguagem frente à necessidade presente no *status* burguês e apresentado no processo histórico aqui descortinado, ou seja, da construção instituída na sociedade, regida pelos preceitos burgueses.

É justamente esse conjunto de normas, costumes, leis, tidos como naturalmente existentes (Locke) que precisam ser assegurados para se concretizarem a partir de um Estado, cujo pensamento marxista se antagoniza, por dizer que há uma inversão da compreensão social (ou seja, ela é ideológica²⁵) que vai prevalecer socialmente uma concretização em forma de leis, hábitos, comportamentos e ideias, o modo de pensar (*ethos*) da classe (burguesa), cujos interesses passam a ter hegemonia no modo capitalista de produção. Um ‘local’ para observar essa concretização do modo de ser da classe em ascensão é o estabelecimento das leis.

Assim, é possível encontrar já no começo dos séculos XIV e XV, leis cujo propósito consistem no esvaziamento (limpeza) dos espaços públicos. Aos idosos

²⁵ O conceito e suas implicações serão abordadas (Pereira, 2016).

e deficientes era concedida a permissão de transitar, em determinados locais da cidade, conforme determinação condicionada pela monarquia. Era dada a permissão para pedir esmolas (Marx, 1996). No entanto, tais práticas não eram bem-vistas pela sociedade e a busca de combater tal realidade eram antecedentes de cunho regulatório para a consolidação de direitos.

Abaixo, consta o quadro que sintetiza as respectivas leis dentro de seus períodos históricos e os objetivos de “proteção” a partir da perspectiva de Potyara Pereira (2008) e Karl Polanyi (2000).

Quadro 2 – Quadro aproximativo dos Estatutos dos Trabalhadores do século XIV ao XIX

| Leis | Ano | Objetivo |
|--|----------------------------|--|
| <i>Estatuto dos Trabalhadores</i> | Séc. XIV entre 1349 e 1388 | Impedir a mobilidade dos trabalhadores; Caráter punitivo e repressivo; Pobre saudável obrigado ao trabalho; Manter a cidade limpa, livre da vadiagem e vagabundagem; Regidos pela Paróquia territorial; |
| <i>Estatuto dos Artesãos</i> | 1563 | Aos artesãos lhes eram permitidos desempenhar seus trabalhos com a finalidade de atender as necessidades presentes dentro do feudo ao qual estava inserido. |
| <i>Leis dos pobres elisabetanas Poor-houses (casas dos pobres)</i> | Séc. XVI entre 1531 e 1601 | Obter a regulação social a partir dos diferentes tipos de pobres a serem atendidos; Retirada do trabalho da zona de perigo, e a política anticerceamento; |
| <i>Poor-Law (Lei dos Pobres)</i> | 1601 | Abrigar pobres impotentes, idosos, deficientes, crianças órfãs nas <i>Poor-houses</i> ; Aos pobres sadios ou mendigos fortes dispostos ao trabalho nas <i>Workhouse</i> , e àqueles que se negavam ao trabalho, reformatórios ou casa de correção; Presença de supervisão determinada por um conselho privado para cobrança de tributos; |
| <i>Lei de Domicílio (Settlement)</i> | 1662 | Impedia que os trabalhadores se deslocassem para outras Paróquias mais atraentes quanto à remuneração de seu trabalho; |
| <i>Lei Speenhamland – “sistema de abonos”</i> | 1795 a 1834 | Reforço ao sistema paternalista da organização de trabalho. Adiantamento aos salários, que tinha como base aproximativa a tabela do preço do pão. Lei que assegurou ao pobre uma renda mínima, independentemente de seus proventos ²⁶ . Possibilitou abertura para melhores condições de salário aos trabalhadores e impediu o avanço do mercado competitivo ansiado pela organização capitalista. Suprimida pelo ataque liberal que julgava tal lei contribuir para a vadiagem entre os trabalhadores; |
| <i>Nova lei dos Pobres</i> | 1834 | Substituiu a lei <i>Speenhamland</i> , em razão dos interesses da classe média no desenvolvimento da nova economia. |

²⁶ POLANYI. Karl, A Grande Transformação, 2000, p. 100.

| | | |
|--|--|--|
| | | Reforçar a lei anterior (Lei dos Pobres), que já estabelecia as regras coercitivas, obrigando os sujeitos ao trabalho sem possibilidade de acordos salariais, obrigando-os a permanecerem em tipos de trabalhos indesejados para manter sua sobrevivência. |
|--|--|--|

Fonte: Elaboração própria, a partir de Behring e Boschetti (2007, p. 48-51).

O quadro acima demonstra, em síntese, as leis referentes ao controle dos sujeitos pobres sadios, dos pobres acometidos por doença, ou idosos, deficientes e crianças órfãs. Essas Leis correspondiam às políticas protetivas aos pobres no período pré-capitalista e posterior a ele, cujas funções visam promover efetivamente o cerceamento do pobre.

Portanto, à aplicação destas leis:

[...] funcionava, simultaneamente, como controle sobre o trabalho e possíveis consequências negativas, para a ordem prevalecente, de uma pobreza não confinada territorialmente. Sua índole era mais punitiva que protetora, mas não muito eficiente e eficaz no alcance de seus objetivos. As temidas “vagabundagens” e mendicância não foram debeladas por essa forma de controle social que incluía surras, mutilações e queimaduras de ferro em brasa nos andarilhos, embora estes, àquela época, não fossem tão numerosos como se fazia crer (Pereira, 2008, p. 62).

Aos pobres tidos como sadios, que se recusaram a trabalhar nos anos de 1547, foi estabelecida a condenação por descumprimento da lei e, como forma de punição, o risco de serem escravos da pessoa que o denunciou enquanto vadia. Nesta compreensão, fica exposto que a primeira Lei aos pobres estabelecida na Inglaterra, visava proteger os interesses da nobreza, repressora e perversa, com ausência de alternativas aos pobres, senão a condição do trabalho lhe imposto, e o restrito favorecimento à nobreza e ao clero. No descumprimento das determinações em lei, era aplicado tratamentos cruéis aos pobres açoitados, tratados como criminosos e inimigo da comunidade, submetidos à execução (Marx, 2013).

Por esta circunstância é exposta a indigna condição do sujeito pobre inserido em uma perversidade estrutural promovida pela organização capitalista que, por estar entrelaçada ao interesse de poder, promovia intervenções desumanas e propositivas aos seus próprios interesses. Caracterizando o pobre enquanto um elemento executor do trabalho, ou seja, algo despossuído de possibilidades e potencialidades para além daquilo que lhe é imposto como dever, sujeitado a promover trabalho forçado e em seu limite territorial, vivendo uma forma de cerceamento.

A instituição religiosa, com predominância a católica na Europa ocidental e protestante na América central, fazia parte do processo de controle por serem aliados aos dirigentes que mantinham o poder aristocrático. Assim, para estabelecer o poder a ela instituída, usava o nome de Deus como forma de persuadir e disciplinar aqueles que não se adequavam à presente ordem.

Por consequência da transição do modo feudal, com a mercantilização, o empobrecimento da nobreza, e a ascensão da burguesia, alguns atos específicos da lei foram alterados, como foi o caso da *Lei Artífices* em 1563, que surge para os artesãos em meio à transição, cujo intuito correspondia ao fortalecimento da comercialização, apesar da limitação de território (Behring; Boschetti, 2007).

Desse modo, esta lei favorece o fluxo para a comercialização, em busca de mudança à organização de cerceamento que se tinha, uma possibilidade para direcionar e estabelecer novos meios de comércio que se consolidaram e traziam um novo conceito econômico e aos processos de relações sociais estabelecidas. Importante destacar que, conforme Polanyi (2000), o processo de transição do feudalismo ao capitalismo ocorreu inicialmente na França e Inglaterra, com o movimento de privilégios aos proprietários dos feudos e, somente no período da “Grande Revolução de 1789²⁷”, houve oposição à questão da propriedade fundiária, mas na Inglaterra a relação ainda dispunha de uma forma medieval.

Dentre as presentes Leis, a identificada como menos repressora foi a *Speenhamland*, de 1795, que nas afirmações de Behring e Boschetti (2007) estabelecia a assistência social a indivíduos empregados, buscando promover uma base aos salários, sendo utilizado como escala de referenciamento a partir do preço do pão e no tamanho da família. Já Pereira (2008), afirma que tal lei estabelecia ao trabalhador uma ação por parte dele como contrapartida, sendo esta uma forma de impedimento à mudança de trabalho, fixando-o ao território a ele submetido.

Em comparação às leis anteriores e aos modos de proteção social oferecidos, a *Speenhamland* foi a que menos culpabilizou o pobre. Frente a isso Behring e Boschetti (2007) consideram que esta lei, instituída em 6 de maio de 1795 e, apesar de limitada, expressava o surgimento da manifestação ao direito assegurado ao trabalhador pobre, pois garantia a ele abono em adiantamento aos salários, com uma

²⁷ A Revolução Francesa de 1789 a 1799, período em que movimentos antifeudais buscaram romper com os privilégios da aristocracia com o fim do antigo regime. VOVELLE, M.; ECHALAR, M. A Revolução Francesa. São Paulo, Editora Unesp, 2019.

tabela que dependeria do preço do pão (Polanyi, 2000); independentemente do quanto este sujeito haveria de receber em seu trabalho, ele estava assegurado com este recurso mínimo para o sustento e de sua família.

Mediante sua notável relevância na promoção da proteção entre os trabalhadores, esta lei estabeleceu incertezas entre os dirigentes e detentores do poder advindos da perspectiva liberal, pois eles buscavam um mercado no qual tivessem liberdade para comercializar. Afirmando que a lei acomodava o trabalhador e com isso privilegia essa demanda ao não trabalho, o que é prejuízo à idealização liberal de mercado.

Esta lei promoveu exigências menos repressivas, com possibilidades para a sobrevivência do pobre a partir do controle dos salários e o “indexamento” ao custo de vida dos sujeitos, ou a obtenção dos recursos via impostos, que eram destinados aos pobres, visando suprir os salários dos trabalhadores.

A lei foi alterada passando a ser: a “Nova Lei dos Pobres”, que estabelecia a liberdade aos pobres de transitar em busca de trabalho. Esta lei de 1834 foi um dos marcos para a ascensão do capitalismo. Ela aboliu o “tímido” direito, que na lei anterior havia sido conquistado, aquele que assegurava ao pobre a possibilidade de negociar o preço de sua força de trabalho, em razão da renda mínima que lhe era garantida. Quanto a isso, as autoras consideram,

A nova lei dos pobres revogou os direitos assegurados pela Lei *Speenhamland*, restabeleceu a assistência interna nos albergues para os pobres “inválidos”, resistiu a obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres capazes de trabalhar, deixando à própria sorte uma população de pobres e miseráveis sujeitos à “exploração sem lei” do capitalismo nascente (Behring; Boschetti, 2007, p. 50).

A adequação da Lei foi instituída não para assegurar a desproteção dos indivíduos, mas para estabelecer condições totalizantes e garantidoras ao desenvolvimento industrial, gerando ao trabalhador a sujeição à exploração e concordância ao trabalho imposto.

Diante do quadro de transformações apresentadas até aqui, tem-se que a transição ocorrida entre os modos de produção social (feudalismo para o capitalismo) demonstrados acima pelas leis e concepções filosóficas, evidenciam fatores ainda existentes na sociedade e que são percebidos nos resultados das

análises dos discursos coletados nos jornais²⁸, com os seguintes resultados: a) da presença da instituição religiosa, com prevalência à católica, referência no exercício da proteção social; b) das pessoas excluídas da organização social; c) do *ethos* burguês que produz as leis estabelecidas; d) da tímida atuação social do Estado em relação à proteção social.

Desta forma, a partir dos subtópicos abordados neste capítulo, conclui-se que as concepções ideopolíticas são determinadas pelo *ethos* burguês dominante, em que consiste na coercitividades das ações em prol da organização social e estabelecem as prioridades a serem aplicadas para o Estado, que serão apresentadas no próximo tópico, a partir das determinações geradas pela supremacia dominante, a burguesia, no atendimento aos interesses rentáveis, favorecendo o desenvolvimento do capital, e responsabiliza a sociedade civil e outras instituições do atendimento às expressões da questão social, esperando que a resolutividade dos fatos emblemáticos gerados pelas desigualdades sociais do capitalismo sejam solucionadas por ações emergentes e de “ajustes”.

1.5 CORRENTES ECONÔMICAS E SUAS CONCEPÇÕES IDEOPOLÍTICAS

Com o levantamento histórico apresentado, temos que a ideologia liberal preenche o alicerçamento da estrutura social preconizada na lógica de Marx e Engels, pelo autor Sell (2015), sob a condição de que a história não é o “fruto do Espírito Absoluto”, mas sim, o fruto do trabalho humano.

Frente a isso, o trabalho é elemento essencial no processo de desenvolvimento econômico aos interesses capitalistas, e barateá-lo é o objetivo entre os possuidores do modo de produção, apostando no processo tecnológico e nas máquinas que substituem a mão de obra braçal.

O professor e pesquisador em economia Luzio Santos (2019), considera que a economia é fundamental entre as relações sociais, expressando que suas primeiras manifestações se limitavam em atribuir as necessidades a um determinado arranjo de organização ou grupo em busca de meios para promover a

²⁸ Conforme Capítulo 4. Análises dos discursos sobre a Proteção social aos Migrantes, em específico aos advindos do Sul-global, realizado no período de 2011 a 2023 nos cadernos impressos ou, pelos acessos digitais, da Empresa Jornalística Folha de Londrina.

subsistência àquilo que era necessário, sem excedentes ou possibilidades de estabelecer trocas.

Posteriormente, frente aos processos de transformação social, atrelados aos avanços tecnológicos, com o acúmulo de conhecimento e ambição, as criações excedentes viabilizaram uma nova relação de comércio em grupos e, com isso, o surgimento de mercados, que fortaleceram a ponto de romper com as fronteiras nacionais estabelecidas, alcançando novas relações globais.

Nesta vertente, a construção da economia perpassa por diferentes pensamentos e modelos, sua existência advém da necessidade do próprio mercado em buscar subterfúgios para lidar com os recursos escassos, frente às necessidades ilimitadas transmitidas em sociedade.

A partir das perspectivas presentes nos grupos políticos e ideológicos, temos o liberalismo, o estruturalismo²⁹, e o neoliberalismo, enquanto perspectivas centrais para a formação do processo econômico estabelecido em sociedade.

1.5.1 Liberalismo Econômico

A corrente econômica liberal emerge a partir do século XVIII com os pensadores Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e J. B. Say³⁰. A partir desses pensadores, a noção de defesa à liberdade individual ganha destaque enquanto mecanismo essencial e eficaz para produzir riqueza e progresso material e tecnológico. Sobre isso, Smith, no livro “*A Riqueza das Nações*” (1996), expressa a privilegiada criação da doutrina liberal, “*laissez-faire, laissez-passer*”, que segundo Santos (2019) significa “*deixar fazer, deixar passar*”. Esta frase corresponde à apologia para a liberdade dos mercados e à anulação de qualquer forma de intervenção estatal.

Deste modo, o liberalismo econômico, a partir dos interesses individuais, estabelece ao sujeito a responsabilidade de seus atos, sendo ele

²⁹ “(...) o estruturalismo se distancia do individualismo metodológico. Segundo este, a análise da ação humana pode ser realizada a partir da perspectiva dos agentes individuais. Para tanto, afirma que todos os fenômenos sociais são mais bem explicados pelas propriedades dos indivíduos compreendidos no fenômeno. Ou, de outra maneira, que toda explicação que envolve conceitos sociológicos de nível macro deveria, em princípio, ser reduzida a explicações no plano micro dos indivíduos e suas propriedades” (Missio; Junior; Oreiro, 2012. Disponível em: <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3b4c257c6943e21b64ad04a29763cb3685ea7215.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

³⁰ “Infraestrutura = forças produtivas + relações de produção” (Estrutura econômica da sociedade). (SELL, 2015, p. 51).

recompensado ou prejudicado conforme os resultados que conseguiu, independentemente de seu estado ou condições sociais. Também compõe a condição do sujeito no liberalismo o ser autossuficiente em uma perspectiva meritocrática concorrencial em busca de alcançar sonhos e superar desafios de forma particular, individual, sem levar em consideração as desigualdades preexistentes na sociedade na qual ele está em virtude das explorações, e que resultou realidades econômicas distintas entre os sujeitos em relação.

Esta ideologia considera que as pessoas precisam de liberdade para alcançar suas riquezas. A noção de liberdade na condição capitalista, segundo o pesquisador Biondi (2020), atribui ao direito de circulação da força de trabalho e de vendê-la para atender aos interesses de mercado, independentemente das interferências manifestadas pelo Estado ou das instituições externas, devendo ir contra qualquer mecanismo interventivo de regulação do Estado aos mercados.

Já Dardot e Laval (2014), a partir de uma perspectiva crítica embasada no materialismo histórico dialético, enfatizam que:

O primeiro liberalismo, aquele que toma corpo no século XVIII, caracteriza-se pela elaboração da questão dos limites do governo. O governo liberal é enquadrado por “leis”, mais ou menos conjugadas: leis naturais que fazem do homem o que ele é “naturalmente” e devem servir de marco para a ação pública; leis econômicas, igualmente “naturais”, que devem circunscrever e regular a decisão política (Dardot; Laval, 2014, p. 33).

A partir desta perspectiva, a noção liberal no pensamento do sujeito histórico passa a ser introjetada enquanto modo de reprodução social, ou seja, Ihe são estabelecidas normas sociais originadas na consciência de classe dos proprietários dos meios de produção, que serão definidas neste texto, ao abordar sobre a determinada formação da superestrutura e infraestrutura.

Com a corrente liberal, a forma mais adequada para regular o mercado consiste em sua desregulamentação pelo fato de manter a demanda sempre à procura do produto, pois com a escassez de recursos e redução da oferta, estimula-se a competição e a necessidade de inovação visando superar aquilo que já existe, ampliando assim a diversidade de produtos e serviços, e submetendo ao trabalhador condições ínfimas de recursos, provenientes do trabalho explorado. O autor afirma que

Entende-se que, ao priorizarem interesses individuais em um ambiente competitivo, estabelecem-se as condições mais propícias para a

maximização da eficiência com ganhos estendidos a todos os cidadãos – “vícios privados, virtudes públicas (Santos, 2019, p. 24).

Nesta compreensão, o autor faz a definição das seguintes premissas básicas a respeito do liberalismo clássico:

[...] 1) Ampla liberdade individual; 2) Democracia representativa com a separação e independência entre poderes: executivo, legislativo e judiciário; 3) Direito à propriedade privada; 4) Primazia da livre iniciativa e da concorrência como bases para harmonizar interesses individuais e coletivos e promover o desenvolvimento. 5) O Estado deve simplesmente assegurar o direito à propriedade e à livre concorrência;
6) O crescimento da riqueza de uma nação depende da produtividade auferida que, por sua vez, é resultado do grau de especialização alcançada com a divisão do trabalho (Santos, 2019, p. 24).

Assim, a partir desta citação, a construção do pensamento liberal considera natural as desigualdades socioeconômicas, responsabilizando tal fenômeno de diferenciação, enquanto “seleção natural”, onde os mais competentes, na lógica da meritocracia, serão premiados e reconhecidos enquanto merecedores da riqueza. E aos vencidos cabe a aplicação de mais esforço para um dia chegar ao patamar alcançado por poucos.

O liberal nega a participação do Estado, e a respeito disso, Pereira (2016) considera em seu livro: “Proteção Social e Capitalismo”, o termo *Residual* para expressar e qualificar a matriz teórica correspondente à ideologia liberal. Isso ocorre porque

[...] para indicar um perfil politicamente avarento de proteção social pública, tem a propriedade de agregar tendências que, ao mesmo tempo, reforçam as correntes teóricas e ideológicas componentes da referida Matriz e são balizadas por elas. (...). Tal termo alude, mais especificamente, a um padrão de proteção social mínima, focalizada nos extremamente pobres, deslocada do status de direito e que constrói e desenvolve com relutância por parte de governos, legisladores, gestores e executores dos países onde ela se processa. (Pereira, 2016, p. 91).

Neste contexto, as relações aqui estabelecidas são permeadas pela lógica excludente, exploratória e individual, valorizando o sujeito enquanto indivíduo pertencente a uma estrutura socialmente constituída acerca de direitos individuais que atendam liberdades individuais e interesses mercadológicos, sob uma organização protetiva ínfima, por desacreditar no Estado interventivo.

O pesquisador na obra “*A nova razão do mundo*” considera que

O liberalismo é um mundo de tensões. Sua unidade, desde o princípio, é problemática. O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado são certamente alguns dogmas do pensamento liberal dominante em meados do século XIX. Modificar os princípios seria quebrar a máquina do progresso e romper com o equilíbrio social (Dardot; Laval, 2014, p. 37).

A partir desta afirmação, fica compreendido que a lógica do pensamento liberal, estruturada no século XIX, determinou as relações que comparam as relações sociais ao organismo³¹ e sua função, que, segundo Durkheim (1978), o termo função refere-se à “relação de correspondência que existe entre os movimentos [vitais] e algumas necessidades do organismo”. Deste modo, o todo presente ao organismo (sociedade) impulsiona exigências que não podem ser avaliadas isoladamente.

Contrária a essa perspectiva funcionalista presente na ideologia liberal, temos a perspectiva do método em Marx, que, segundo Sell (2015), concebe os diferentes níveis da vida social por meio da superestrutura política³², sendo aquela que define as formas sociais de consciência e a infraestrutura³³ cerceada pela vontade determinada pela superestrutura mediante a política de consciência a ela atribuída.

Assim, a relação de dependência do trabalho para fins de sobrevivência que o liberalismo estrutural projeta no sujeito social, torna-o indissolúvel ao labor e, em diferentes perspectivas ideológicas, tanto no funcionalismo liberal quanto na ideologia marxista. Apesar de diferentes críticas de análises, fica estabelecido que a questão trabalho transcende o determinismo social sob a lógica liberal.

No entanto, esse ideário tão presente ao longo do percurso desta pesquisa, evidenciou que com a falência econômica ocorrida com o “*crash*” da Bolsa de Valores de 1929 em Nova Iorque, as prerrogativas individualizantes passaram a ser insuficientes para o desenvolvimento do capitalismo moderno e, com a desestabilização da organização econômica lucrativa, houve necessidade do Estado intervir para manter o equilíbrio econômico e alcançar o progresso, que contava com a participação e o desenvolvimento da classe trabalhadora na relação social e mercado.

Com as medidas interventivas adotadas para socorrer o fracasso

³¹ “Durkheim (1858) desenvolveu o funcionalismo moderno: analogia orgânica, ou seja, a comparação dos sistemas sociais aos organismos vivos, biológicos” (Pereira, 2016, p. 100).

³² “Superestrutura política” (superestrutura jurídica e política). “Superestrutura ideológica” (formas sociais determinadas de consciência) (Sell, 2015, p. 51).

³³ “Infraestrutura = forças produtivas + relações de produção” (Estrutura econômica da sociedade). (Sell, 2015, p. 51).

econômico liberal, o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) aplicou ideais estruturalistas, cujas amplas ofertas de emprego garantidas pelo Estado contribuíram para o desenvolvimento econômico.

1.5.2 Estruturalismo Econômico

Com a crise da Bolsa de Valores em 1929 em Nova Iorque, as necessidades de superar os desafios econômicos emergiram, posto que este fato histórico ficou reconhecido como “*A Grande Depressão*”, por ser uma forte crise do capitalismo financeiro. O teórico economista John Maynard Keynes (1883-1946) buscou novas estratégias para compreender que o equilíbrio automático da economia não ocorreria conforme a expressiva defesa dos pensadores liberais. Deste modo, o pensamento estruturalista investe na expressiva atuação do Estado, na economia enquanto incentivador à retomada do crescimento econômico prejudicado com a crise de 1929, potencializando a oferta de empregos mediante a construção de equipamentos públicos, gerando a distribuição de renda e a expansão do bem-estar social, para a manutenção do funcionamento cíclico do mercado.

Partindo do pressuposto de que o orçamento público é disputado entre distintos interesses, tanto de esferas públicas quanto privadas, a concessão de recursos econômicos para a efetivação de ações interventivas de proteção social na maioria das vezes não é bem vista entre os liberais. No entanto, no modo econômico estruturalista, diferente do liberalismo e do neoliberalismo, a proteção social é ponto essencial para estabelecer o progresso do capitalismo. Portanto, Pereira (2016) considera que

Esta dinâmica de simultânea acumulação da riqueza e da pobreza que desafia o capitalismo a encontrar estratégias anticrises, seja no terreno da legitimação, com medidas socialmente protetivas, seja no terreno da reprodução do capital, com medidas que transformam tudo em mercadoria e os cidadãos em massa de consumidores estimulados inclusive por sistema de créditos avalizados pelos próprios governos. Não é à toa que, ao mesmo tempo que fica evidente que o capitalismo não vive sem crises, transparece que esse modo de produção não pode viver sem créditos e sem políticas de bem-estar social (Pereira, 2016, p. 51).

Os direcionamentos consistem em medidas protetivas aplicadas pelo Estado como forma de prever a exigência ao processo capitalista, pois para haver

produção é necessária mão de obra ativa disponível e em condições saudáveis para tal, estabelecendo, assim, a ativa movimentação cíclica do mercado. Deste modo, recursos financeiros destinados a interesses públicos, retornam ao próprio sistema capitalista mediante o bem-estar entre as classes que, por meio da oferta de trabalho, se enquadram aos modos sociais determinados por esta sociedade, possibilitando ao indivíduo a inclusão social sob o poder de consumo.

Partindo do estruturalismo econômico e seu modo operante, temos que a ideologia social-democrata converge a esta perspectiva, tendo em vista que esperam do Estado a garantia de proteção social. Definido por Pereira (2016) está exposto que,

A chave da real compreensão da proteção social capitalista, contudo, reside no fato de que a sua razão de ser resulta na existência de desigualdades sociais e econômicas criadas pelo próprio sistema do capital, que reivindica dessa proteção de intervenção. Logo, pela lógica desse sistema, a sua principal tarefa seria não exatamente a de suprimir a desigual posição social de indivíduos e classes, mas sim, de reduzi-la ou alivia-la como estratégia de legitimação do sistema. (PEREIRA, 2021, p. 205)

Pelas contribuições de Pereira (2008), fica evidente que a doutrina keynesiana (de John Maynard Keynes) foi a que favoreceu o desenvolvimento de mercado, contudo estabeleceu novas formas de regulação da economia, atendendo a necessidade da oferta de trabalho à coletividade. Assim, na compreensão política e interventiva de Keynes,

[...] o governo deveria promover a construção maciça de obras públicas, a fim de gerar dispêndios capazes de erradicar o desemprego e, de modo geral, manter aquecida a demanda agregada (procura global pelos produtos postos à venda) para garantir o pleno emprego. (Pereira, 2008, p. 32).

Esta medida estrategista culminou na “*socialização da produção*” em processo de alcançar uma sociedade em combate à pobreza e à latente desigualdade social, mediante a proteção social, no entanto, associado ao capitalismo enquanto eixo central ao modo em funcionamento desta lógica ativamente operante.

Em aproximativo entre o liberalismo e o estruturalismo são estabelecidas as seguintes definições:

Quadro 3 – Definição dos conceitos entre Estruturalismo e Liberalismo

| CARACTERÍSTICAS* | ESTRUTURALISMO | LIBERALISMO |
|-------------------------|-----------------------|--------------------|
|-------------------------|-----------------------|--------------------|

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| Princípio maior | Equidade | Liberdade individual |
| Objeto* | Sociedade | Indivíduo |
| Estado | Forte | Mínimo |
| Mercado | Regulado pelo Estado – intervencionismo | Regulado pelas leis de livre mercado – livre concorrência |
| Foco | Política fiscal | Política monetária |
| Percepção das desigualdades | Desigualdades são vistas como processo de construção histórica | Desigualdades são vistas como processo natural – meritocracia |
| Responsabilização | Do Estado pela proteção social universal | De cada indivíduo pela sua condição de vida |

Fonte: Santos (2019, p. 35).

Nota: *Elaboradas a partir da fonte.

No quadro acima, ficam evidentes as diferentes visões entre uma ideologia e a outra, que resultam em diferentes princípios de organização política e econômica na sociedade moderna, com distintas atuações do Estado no processo interventivo para a conservação do capitalismo.

Mediante os princípios norteadores da economia estruturalista, a crise de 1929 foi progressivamente estabilizada e, com isso, os capitalistas em disputa e buscando novos meios de aquecer o mercado, superaram expectativas com evolução tecnológica e obtiveram, com a globalização, a conexão entre distintas partes do planeta.

Intencionalmente, o capitalismo se apropria dessa relação internacional e estrutura bolsões econômicos sob a gerência dos países desenvolvidos, dominando os países de capitalismo tardio ou em desenvolvimento, instituindo uma nova faceta econômica social, o neoliberalismo.

1.5.3 Neoliberalismo Econômico

Segundo o pesquisador Santos (2019), o *Consenso de Washington* nos Estados Unidos em 1989 é um dos marcos no processo de expansão e fortalecimento do neoliberalismo.

Neste processo em busca de expansão mercadológica, para além das fronteiras nacionais em um cenário no qual a principal alternativa contrária ao capitalismo havia se esvaído com o fim da guerra fria, o Banco Mundial passou a operacionalizar o controle do mercado mundial através de uma ‘nova’ onda do capitalismo: a financeirização tida por Netto (2011) como monopolista.

Com isso, houve a ascensão do capital financeiro sob o industrial e comercial gerando uma nova configuração nas relações econômicas que se viram dependentes do crédito oferecido pelos bancos para realizarem suas atividades econômicas. Também se alteram as relações entre empresas, Estados e as noções e limites dessas instituições, fatores geradores da intensificação do processo de exploração dos países em desenvolvimento, tidos como periféricos, que foram inseridos no modo capitalista de livre mercado tardiamente por terem servido, como será mencionado no subitem que trata de historicizar o processo de globalização produzido por Harvey (2022), de colônias exportadoras de matérias-primas para a produção e acumulação primitiva dos países colonizadores.

Assim, com a globalização, o mercado econômico presente nos países desenvolvidos, passou a regular decisões de forma global, interferindo nas organizações econômicas e de mercado, transformando as relações sociais e seus interesses. Com o pensamento neoliberal houve a intensificação e a propagação desse tipo de pensamento liberal adaptado em relação à sua versão anterior que fracassou no Crash de 1929, tendo sua dispersão e hegemonia estabelecida em diferentes esferas entre as sociedades.

Este pensamento econômico visa a atuação do Estado em duas frentes: a primeira visa oferecer apenas o mínimo de serviços públicos, retirando esse agente mercado para 'dar espaço' para empresas privadas atuarem sem a concorrência desse *player*. Contudo, em áreas onde muitos investimentos são necessários ou de desinteresse no segmento, a atuação é tolerada. Assim, diferente do liberalismo clássico que o retirava de cena o concebendo como um empecilho por causa das regulamentações criadas por ele, o neoliberalismo considera que o Estado deve assegurar os interesses pertinentes ao capital, e, quanto às demandas públicas das quais se referem à proteção social, deve terceirizar mediante as privatizações das ofertas dos serviços interventivos, na saúde, educação, previdência e assistência social. Desresponsabilizando o Estado e eximindo-o do dever de prover o acesso a direitos sociais e ao bem-estar.

Com isso, instituições provenientes de um novo conceito de organização interinstitucional e batizada de 'sociedade civil', foram responsabilizadas na execução de ações assistencialistas, entre outras formas de atender as expressões da questão social, e em seu discurso mantido pelo *ethos* burguês que responsabiliza o pobre pela condição de desproteção que se encontra, acreditando que por meio de seu

próprio esforço alcançará superação dos entraves sociais que enfrenta.

O neoliberalismo propaga aos sujeitos sociais uma perspectiva que visa fazê-lo enxergar o serviço público enquanto espaço de baixa qualidade, inferior àquele serviço que é pago, comprado nos serviços (empresas) privatizadas e classificados de boa qualidade por serem particulares.

Essa negação da oferta do serviço público é constituída pelo *ethos* burguês, que, intencionalmente, visa manter mínimos investimentos aos espaços públicos e a precarização na oferta do serviço, bem como na limitada contratação e de valores de salários oferecida aos profissionais atuantes nesses espaços.

Ao chegar ao poder, a construção do espaço público como algo sucateado deixa a esfera do discurso e se concretiza através da ausência proposital de investimentos, gerando assim, no usuário/sociedade, os efeitos preconizados e desejados pelos regentes da ideia. Em razão disso, a demanda social experimenta do mínimo social, acreditando que a política pública e a oferta da proteção social garantida pelo Estado é inferior àquela “oferecida” pelas empresas privadas, sendo que o que ocorre propositalmente, é a baixa concessão de recursos financeiros para a implementação de serviços amplamente efetivos em razão da vontade liberal de manter a insuficiência nesses espaços, para assegurar o acesso da demanda aos serviços privados. A exemplo disso, os planos de saúde, educação particular, dentre outros.

Acresce-se à noção de ausência do Estado nas prestações de serviço a noção de individualismo. Pois, por esta noção, incide na condição de que o Estado não deve investir os recursos em áreas sociais, uma vez que cada indivíduo deve alcançar seus próprios meios de se autopromover meritocraticamente, por meio de sua sagacidade, competitividade e esforço. Assim, sob o neoliberalismo, não querem um Estado que promova a proteção social.

Neste sentido temos um componente importante para pensarmos os sujeitos dessa dissertação: os imigrantes do sul global; tendo em vista os fatores gerais presentes no comportamento social, que os classifica, por vezes, enquanto indivíduos vencidos e que ao serem “inseridos” nessa sociedade, no caso, a londrinense, lutam para conseguir integrar-se socialmente. O Brasil, como um todo, pertence ao sul global, ainda assim há internamente um seletivo grupo (elite) que cultiva um “viés de superioridade” abastecido por padrões ocidentais da branquitude soberana, conservadora e liberal, que moldam as relações preconceituosas, xenofóbicas e intolerantes ainda presentes no País.

De maneira sucinta, Santos (2019) apresenta as propostas que balizam o pensamento neoliberal, cujo foco está na atenção mínima do Estado enquanto garantidor da proteção social, responsabilizando assim o sujeito social por suas demandas de fragilidade. Segundo o autor, foram fundadas por Milton Friedman (1984), os seguintes princípios teóricos da doutrina:

- 1) A liberdade individual deverá ser a finalidade das organizações sociais;
- 2) O mercado deverá ser o único agente regulador da economia, que tenderá ao equilíbrio automático;
- 3) Devem-se evitar os monopólios e trustes que limitam o desenvolvimento sadio do mercado;
- 4) Deve-se acabar com os programas estatais de seguridade social e habitação popular, deixando-os para a iniciativa privada;
- 5) Não deverá haver controle sobre aluguéis e salários (opondo-se à existência de salário mínimo);
- 6) Os governos deverão sair da atividade econômica via privatizações em massa;
- 7) Com estados reduzidos, os impostos poderão e deverão ser minimizados, estimulando consumo e produção;
- 8) Deve-se acabar com os subsídios para qualquer atividade econômica e restringir a atuação dos sindicatos (Santos, 2019, p. 27).

Os princípios teóricos acerca da ideologia neoliberal estabelecem perspectivas similares ao pensamento liberal, no entanto aqui, diferente do liberalismo, o Estado deve intervir quando a economia necessitar de meios estratégicos para regular o desenvolvimento capitalista, e com isso manter o desenvolvimento lucrativo entre os mercados em disputa, de forma autônoma, sendo o Estado um agente regulador, a *mão invisível*.

Segundo Dardot e Laval (2014), o Estado neoliberal corresponde a “uma peça de máquina que deve ser combatida”, haja vista todo desarranjo social produzido por esta forma de gestão, que faz dos sujeitos mercadorias com endividamento em massa, tão expressivos na sociedade contemporânea. Assim, nessa perspectiva unicamente mercadológica

O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (John Locke) ou ao cálculo da utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si (Parte I). Considerado uma racionalidade governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (Parte II) (Dardot; Laval 2014, p. 31).

Com isso, seus interesses estão cerceados em objetivos monetários, e, conseqüentemente, toda organização para o pensamento político também. Assim, em razão dos valores praticados pelo neoliberalismo, as relações sociais são

econômicas, o que leva a entender que a existência das políticas sociais não garante da superação da exploração, tendo em vista que nessa realidade econômica, prioritariamente nas intervenções, são decorrentes do mercado, o que pode ferir a relação do trabalhador com o trabalho. Pois, no capitalismo os objetivos consistem em monetizar cada vez mais as relações sociais, desconsiderando a importância dos espaços coletivos e sucumbindo a garantia da proteção social enquanto forma de assegurar a defesa dos direitos sociais.

Nesta perspectiva, entre as relações que são estabelecidas no mercado econômico presente, o Liberalismo, o Estruturalismo e o Neoliberalismo, concluímos que existe o predomínio soberano *ethos* burguês e, nas três dimensões singular e historicamente constituídas não há medidas interventivas da existência do Estado soberano, na garantia ampla da proteção social. O que há de medidas interventivas geradas pelo Estado, por exemplo, é no Estruturalismo, que consiste na existência do bem-estar coletivo, mas que sua primazia consiste no desenvolvimento econômico. Nos demais planos econômicos, liberais e neoliberais, o Estado é dispensado de exercer meios que assegurem a proteção social.

No próximo capítulo abordaremos as questões relacionadas à Proteção social, sendo ela medida interventiva indispensável para o desenvolvimento da sociedade democrática e aplicada mediante as políticas sociais interventivas, como forma de assegurar os acessos mínimos aos direitos garantidos constitucionalmente.

1.5.4 A Proteção Social e a Política Social

Neste capítulo, abordaremos ações precursoras da Proteção social e da Política social e, como base a essas temáticas, mais adiante no decorrer do texto, utilizaremos as contribuições autores e pesquisadores do Serviço Social, que consistem em representar respostas públicas às expressões da Questão social³⁴ que é definida por algo incontornável e praticamente consensual (NETTO, 2001).

A Proteção social, conforme Pereira (2016), corresponde ao elemento central, que pode ser constituído frente às tomadas de decisões políticas. Em meio ao

³⁴ A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental, que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrialmente concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação, dados quantitativos do quadro do pauperismo europeu (Netto, 2001).

seu processo genérico e amplo, que necessita ser “afunilada” para total compreensão teórica, embasada a partir de determinações objetivas, as Políticas sociais são estruturadas àquilo que consiste em ser considerado demandas essenciais da Proteção social e, com a diretriz definida, estabelece medidas interventivas em modalidades e delineamentos referentes ao atendimento do público-alvo e aos critérios de oferta e distribuição de bens e serviços que serão prestados.

Por esta concepção, uma vez que as migrações produzem e são frutos invariavelmente de uma série de desproteções sociais, tanto dos locais de origem quanto nos de destino, compreender a relação, histórico e os meandros da constituição das iniciativas protetivas e, no que tange às ações do Estado usando as políticas sociais como caminhos, é não apenas relevante, mas evidenciadores aos aspectos que envolvem os variados “porquês” que o Brasil tem sido escolhido como destino, ainda que não figure como um dos melhores países em termos econômicos, quanto da qualidade de vida e oportunidades proporcionadas àqueles que chegam.

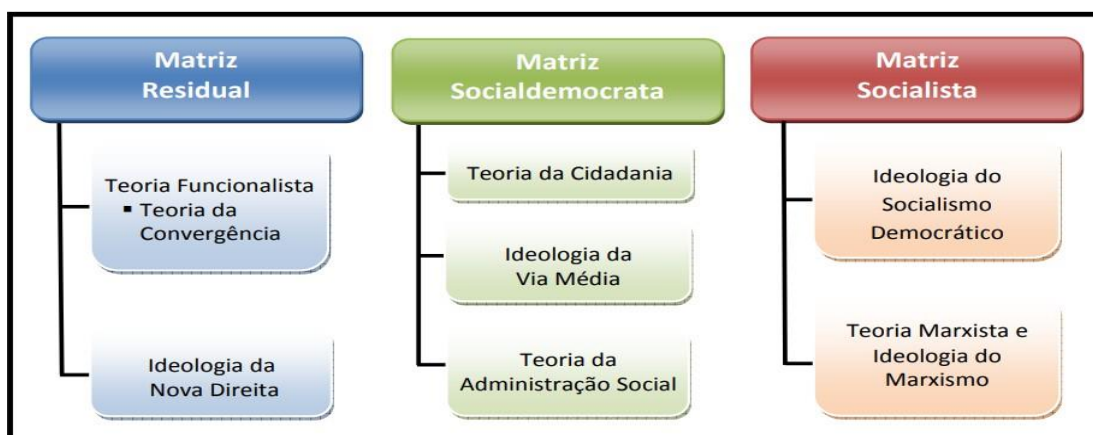
A primeira perspectiva abordada é a de Camila Potyara Pereira (2016), a partir das análises frente à Proteção Social, o Estado de Bem-estar Social e as influências para a formação das Matrizes teóricas ideológicas. Posteriormente, e não menos importante, as contribuições de Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2007), e também Vianna (2005) que ao final deste capítulo, trará uma perspectiva sobre a seguridade social no Brasil.

Por estas pesquisas, será possível compreender a presença da Proteção social originada, e seus desafios no capitalismo produtor das desigualdades sociais.

Em geral, as autoras trazem categorias centrais para a compreensão das ideologias norteadoras que fundamentaram as práticas interventivas e que, diretamente, definem e determinam as concepções presentes ao desenvolvimento da Proteção social e as políticas sociais, cujos ideais liberais estabelecem o controle derivado da necessidade de intervenção mediante o desenvolvimento do mercado.

Assim, as bases ideológicas aplicadas por Pereira (2016), e que balizam a construção das consciências sociais, são apresentadas e calcadas nas teorias da Figura abaixo.

Figura 2 – Matrizes Teóricas e Ideológicas da Proteção Social



Fonte: Matrizes Teóricas e Ideológicas da Proteção Social (Pereira, 2016, p. 42).

Em busca de dignidade e autonomia, os sujeitos sociais almejavam meios que os assegurassem à participação social mediante a existência de direitos que fundamentassem as “necessidades e preferências”, que Pereira (2016) estabelece ser atribuídas desde a saúde básica necessária para decidir e escolher, mediante autonomia, quanto às necessidades intermediárias “que extrapolam os limites das necessidades básicas”, sendo seus indicadores em conceitos universais e científicos em contínuo movimento.

Pereira (2016), partindo da implantação de um Estado Social presente no século XX, considera que

Essa modalidade de direitos, por conseguinte, deve estar referenciada em valores e princípios inerentes à proteção social pública, tais como equidade e justiça social, e garantida ou regulada pelo Estado. (...) Como tais, eles não se reduzem a um mero sistema institucional de garantia de prevenção e de assistência, como sinônimo de compensação de falhas do mercado ou de ações governamentais, mas devem legitimar e dar cobertura legal às políticas sociais universais mediante as quais eles se materializam (Pereira, 2016, p. 64).

Logo, apesar de uma perspectiva positivista, que consiste na defesa do progresso social³⁵, mediante a realização da ordem fundamental (Aron, 1993), os direitos sociais consistem na existência deste Estado interventivo e regulador, centrado em ideais que naturalizam a desigualdade social, sendo demérito do sujeito. Tal pensamento é estruturado pelo capitalismo, e por ele próprio, estrategicamente,

³⁵ (...) Augusto Comte conclui, a partir da análise da sociedade em que vive, que reforma social tem como condição fundamental a reforma intelectual. Os imponderáveis de uma revolução ou a violência não permitem reorganizar a sociedade em crise. Para isso, é preciso uma síntese das ciências e a criação de uma política positiva (Aron, 1993, p. 72).

estabelece medidas mínimas de proteção, apesar das desproteções serem indissolúveis, e que se complexifica na medida em que o capitalismo se desenvolve.

Dessa forma:

A ideia de igualdade e do seu contrário – *desigualdade* – reside no coração da proteção social capitalista; e dificilmente poderá ser analisada dissociada do que se convencionou chamar de liberdade positiva, que requer políticas públicas, por oposição à liberdade negativa que renega essas políticas. Todavia, como já assinalado, ao capitalismo não interessa extinguir a desigualdade social, pois é dela que se alimenta e se reproduz (Pereira, 2016, p. 70).

As formas interventivas da Proteção social visam assegurar protetivamente uma parcela da sociedade, àqueles que não atendem mais às exigências ao modo de produção capitalista, sendo: idosos, deficientes e pessoas impossibilitadas a exercerem o trabalho pelos seus próprios meios.

Deste modo, para além das políticas sociais viabilizadas minimamente no cumprimento da atenção à superação das desproteções sociais, elas também atuam na manutenção da organização da sociedade sob preceitos positivistas. Sua efetiva intervenção não visa superar as desigualdades sociais, mas, sim, manter os sujeitos sociais ativos e inseridos no ato predatório do capitalismo, uma vez que nesse sistema são as condições de desigualdades que retroalimentam sua existência.

Com a primeira grande crise econômica de 1929, já citada anteriormente, e somado ao segundo período de guerra mundial, a necessidade de obtenção de um Estado presente para o enfrentamento emergiu com estratégias de proteção, conforme apresentado por Behring e Boschetti (2007):

[...] pela conjugação de alguns fatores como: a) estabelecimento de políticas keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal; b) instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demanda e ampliar o mercado de consumo; e c) um amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho [...] (Behring; Boschetti, 2007, p. 92).

O regime de Estado de Bem-Estar corresponde a um dos modelos de Proteção social, tendo como elemento preconizador os conjuntos de ideais sociais-democratas, que, mediante disputas políticas, econômicas e sociais, ocorridas entre as lutas de defesa de direitos, efetivou a existência de políticas sociais essenciais para a superação das crises presentes no capitalismo.

1.5.4.1 Considerações sobre a Gênese da Seguridade Social

Antecedente ao período acima explicitado, é imprescindível abordar o processo histórico correspondente à seguridade social, pois esse processo foi contributivo para iniciar o período das políticas sociais. Para isso, partiremos do ideal bismarckiano, por Otto von Bismarck em 1883.

Pereira (2016) expõe que na Alemanha esse modelo de seguridade ganhou destaque em prol das investidas dos movimentos em massa e o fortalecimento de sindicatos que demarcaram a luta dos trabalhadores para assegurar direitos trabalhistas em meio ao período de modernização do trabalho.

Assim, surgiu o primeiro sistema previdenciário mediante a contribuição dos trabalhadores em poupanças compulsórias, que eram administradas pelo Estado e que lhe faziam jus à proteção, somente a quem contribuía.

Nas formas de seguridade, eram previstos: seguro contra a velhice e invalidez, contra acidente de trabalho e contra doenças. Os trabalhadores e, dentre eles os pequenos agricultores rurais, reivindicavam a existência de meios garantidores da proteção, e mediante a implementação deste seguro, foi denominado o “Código de Seguro Social Alemão”, em que os assegurados passaram a obter algumas medidas protetivas privativas.

O modelo bismarckiano superou fronteiras frente às estratégias de proteção social, no entanto, sua eficiência na garantia estava pautada na relação homem x trabalho, associada à condição de direito previdenciário de seguro social, efetivado a partir da relação com o trabalho e com a contribuição compulsória, portanto não era universal.

Com os agravos da Segunda Guerra mundial emergiu a necessidade de atuação do Estado em defesa da sociedade capitalista. Neste processo, o Plano Beveridge, no Reino Unido em 1942, de forma universal passou a contemplar os direitos à proteção social a todos os cidadãos, universalmente.

Por meio desses planos interventivos foi constituído o *Welfare State* nos países capitalistas centrais, propiciando meios de organização das políticas sociais para garantir a Proteção social.

Behring e Boschetti (2007) sinalizam que o Plano Beveridge (1942) foi instituído nos países do Reino Unido com as seguintes estratégias: em primeiro lugar a responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida do cidadão por meio

de um conjunto de ações em três direções: a) regulação da economia de mercado, a fim de manter elevado nível de emprego; b) prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; c) e um conjunto de serviços pessoais. Em segundo, a universalidade dos serviços sociais. E, em terceiro, a implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

Já na Alemanha, o Estado que se constituía com o plano bismarckiano em 1883, mediante o seguro social alemão, promovia o bem-estar econômico e social independentemente da tensão existente entre as ideias do liberalismo e do socialismo presente. Frente a isso, houve neste período o prelúdio às políticas sociais no âmbito da seguridade social e, no final do século XIX e início do século XX, surge o *Welfare State* na Alemanha.

O movimento constituiu-se como pauta irrevogável ao compromisso imposto à burguesia dirigente em acatar a imposição das classes ao novo padrão econômico instituído, sendo um amplo sistema de direitos ancorados em políticas compensatórias de elevação salarial e de pleno emprego em favor do trabalhador coletivo (Gomes, 2016).

Quanto ao *Welfare State*, Behring e Boschetti (2007, p. 64) consideram que:

Discutindo a origem do *Welfare State*, Pierson (1991) entende que a simples presença de algumas medidas de regulação pública não é suficiente para definir sua existência. Para esse autor, o que ajuda a demarcar a emergência de políticas sociais são alguns elementos surgidos no final do século XIX, decorrentes da luta da classe trabalhadora. O primeiro foi a introdução de políticas sociais orientadas pela lógica de seguro social na Alemanha, a partir de 1883.

Por meio dessas medidas em defesa da proteção entre os trabalhadores, fica instituída a presença da social-democracia que, em oposição aos ideais do liberalismo econômico, em defesa da coletividade mediante as lutas sociais, ocupou reconhecimento no parlamento, inicialmente alemão, visando garantias ao bem-estar social, em que Rosa Luxemburgo foi revolucionária precursora da luta pela Social-democracia Independente da Alemanha.

Com as históricas crises econômicas durante o início do século XX (1929-1932), seguidas dos agravos gerados com a Segunda Guerra mundial, o Estado precisou tomar providências interventivas como forma de promover a proteção social, assim, o surgimento do *Welfare State* sob as bases do plano *Beveridge* (1942), mas

com algumas mudanças definidoras, possibilitou meios de atenuar as expressões da questão social presente naquele período. São presentes as medidas interventivas,

[...] 1) introdução e ampliação de serviços sociais em que se incluem a seguridade social, o serviço nacional de saúde, os serviços de educação, habitação, emprego e assistência aos idosos, a pessoas com deficiência e a crianças; 2) a manutenção do pleno emprego; 3) um programa de nacionalização (Behring; Boschetti, 2007, p. 94).

Estas medidas interventivas viabilizaram lutas sociais promovidas pela classe trabalhadora na participação das decisões políticas, que eram determinadas pelos representantes de Estado (*ethos* burguês) e, em defesa dos direitos sociais aos trabalhadores, lutaram para garantir a defesa de seus interesses, enquanto categoria de classe, e a existência da proteção social (*Welfare State*) em meio ao desenvolvimento capitalista.

1.5.5 A Proteção Social no Brasil

O Brasil, diferente dos países presentes na Europa, não viveu as revoluções dos países de capitalismo central considerados berços da Revolução Industrial (Behring; Boschetti, 2007). Por outro lado, enquanto país periférico, buscou medidas para estabelecer a “Seguridade Social e o combate à Pobreza” (Vianna, 2005), tendo em vista o alto índice de vulnerabilidade³⁶ e desigualdade³⁷ social presentes no País que, identificados pelos indicadores sociais realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, consideram a questão da desigualdade no Brasil variáveis, cujas distintas dimensões incluem os aspectos racial, sexual e cultural, fatores estruturantes às respostas da diferença salarial e, conseqüentemente, da condição socioeconômica (Cavalcante, 2020).

O Brasil desenvolve sua história cerceado de representatividades externas, impostas por europeus, brancos, que constituiu o território brasileiro em uma sociedade colônia, permeada de incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia, dissoluções nos costumes, inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos (Prado, 2000).

³⁶A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 2).

³⁷ Conforme IPEA, p. 14. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf

Diante desse contexto, o Brasil foi constituído sob a condição do trabalho escravo, que foi tardiamente abolido em 1888. Não distante, em 1923 o País instituiu a Lei Eloy Chaves³⁸, criada exclusivamente aos empregados das empresas de estradas de ferro, que estabeleceu a caixa de aposentadoria e pensões – (CAP)³⁹. Este foi o primeiro movimento previdenciário que assegurou trabalhadores, apesar de somente aqueles vinculados à companhia ferroviária, mas importante por despertar a futura organização previdenciária do País e seus meios de assegurar demais trabalhadores.

Tendo em vista os variáveis riscos que afligem a organização social: doenças, velhice, invalidez, desemprego e exclusão (por renda, raça, gênero, etnia, cultura etc.) (Viana; Levcovitz, 2005), o Brasil, apesar de não constituir a social-democracia estabelecida nos países de capitalismo central, teve como inspiração esses modelos bismarckiano e beveridgiano de seguridade e universalidade ao acesso visando promover a organização social.

O processo previdenciário contributivo antecedeu a universalidade do acesso, deste modo, o processo de participação e acesso aos serviços era constituído mediante a documentação que atestava a conduta do trabalhador, a Carteira Profissional, em 1932 e, posterior, em 1969, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – (CTPS) substituiu a carteira profissional, conforme decreto-lei nº 926 de 10 de outubro de 1969, passando a conter informações da vida profissional do trabalhador e as anotações sobre sua filiação ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS⁴⁰.

Deste modo, o Estado de bem-estar social do Brasil presente no século XX foi instituído como forma de estabelecer ato conciliatório para superar a crise econômica e discrepante desigualdade que o capitalismo enfrentava. Diante deste exposto cenário, a miséria assolava o território nacional e, no período da redemocratização do Brasil, em 1988, o País alcançou uma nova Constituição Federal

³⁸ BRASIL, Câmara dos Deputados – Legislação Informatizada – Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Diário Oficial da União – Seção 1 – 13/4/1923, Página 10859 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

³⁹ BRASIL. Senado Federal. Primeira lei da Previdência, de 1923 permitia aposentadoria aos 50 anos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁴⁰ BRASIL, M.T. Emprego. História da Carteira de Trabalho no Brasil. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/casa_japao/ctps_historico.asp#:~:text=Primeiramente%2C%20surge%20com%20carteira%20profissional,criada%20pelo%20decreto%2Dlei%20n%C2%BA. Acesso em: 11 out. 2023.

do Brasil⁴¹ em defesa do Estado Democrático de Direito, através de uma assembleia constituinte presidida por Ulysses Guimarães. A Carta Magna buscava a defesa da soberania brasileira, da superação da miséria, da participação democrática, da seguridade social, em razão das desproteções sociais, e na garantia às liberdades individuais, sendo promulgada em 5 de outubro de 1988 (Brasil, 2023).

Pautada por esse marco histórico, a Proteção social, através da seguridade social, corresponde ao “consenso empericista” através das Políticas sociais, surgidas do desbotamento entre as teorias em disputas, que adotaram a ideia de política social como forma de enfrentar a questão social (Vianna, 2005, ou seja, a política social foi compreendida como um empenho social (Estado e setores) no intuito de alcançar medidas interventivas para o enfrentamento das desigualdades sociais, de modo abrangente e universal à atenção pública.

Esse conceito de proteção está apoiado na noção de cidadania⁴² defendida pelos sociais-democratas, com previsão do direito às liberdades individuais preconizadas pelo *ethos* burguês. Mas estabelece o compromisso do Estado em dispor recursos para a expansão de benefícios sociais em prol de um sistema econômico misto e minimamente garantidor de bem-estar à sociedade.

Quanto a essa predominância interventiva,

[...] na categoria de legítima representante da concepção liberal revisada. Um é o estímulo à empreendedora atividade empresarial como instrumento de inclusão social. O outro consiste no “novo” assistencialismo, caracterizado por transferências de renda aos pobres como condicionalidades (Vianna, 2011 p. 25).

Diante disso, as desproteções sociais provenientes da miséria e da desigualdade de distribuição de renda, foram motivações para a proposição de meios que assegurassem à população brasileira a possibilidade de superação da fome.

Foram efetuadas ações interventivas juntamente com a sociedade civil e demais instituições e, para além disso, propostas de política pública interventivas prevendo a geração de renda, que diante da acentuada desigualdade social, consistem

⁴¹ BRASIL. E. S. Tribunal. Pilar da democracia, Constituição Federal completa 35 anos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/pilar-da-democracia-constituicao-federal-completa-35-anos>. Acesso em: 11 out. 2023.

⁴² Ver PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo. 2016, p. 196 a 208. “Num contexto de ampla utilização das estratégias fordistas-keynesianas, é paradigmática das transformações societárias daqueles anos, em que o tema da política social ganha um novo estatuto teórico, expressão de sua nova condição nas realidades concretas dos países, com destaque para o padrão de bem-estar social europeu” (Behring; Boschetti, 2007).

em benefícios sociais destinados à rentabilidade econômica, que por vezes é confundida enquanto política econômica (Vianna, 2005), haja vista a intencionalidade a esta ação interventiva que possibilita, mediante a renda destinada, o acesso a meios de consumo e, conseqüentemente, a manutenção ao movimento cíclico do capital.

Portanto, as interventivas adotadas pelo Brasil a partir dos anos 90 são marcos que direcionam o País para um novo percurso histórico-social viabilizando o tripé da seguridade social: assistência social, a quem dela necessitar, previdência social contributiva, e saúde de acesso universal, mas não assegura efetivamente superação das desigualdades sociais, posto na condição de país emergente, decorrentes da exploração e discrepante ausência de distribuição de renda mais igualitária.

No entanto, mesmo a essa legitimidade protetiva estabelecida em Lei, ainda é limitada sua efetividade em razão das prioridades sociais determinadas pelo *ethos* burguês que estabelece a mínima providência de proteção gerada pelo Estado e a monetarização entre as relações, acreditando que a intervenção do Estado somente deve ser aplicada aos extremamente vulneráveis, que por vezes se constituem em sujeitos migrantes Sul-Sul e suas inestimáveis razões à mobilidade internacional.

2 AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E AS DESPROTEÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo abordaremos as migrações internacionais, e as dinâmicas territoriais no capitalismo com foco no Brasil, país periférico que, apesar de expressar as complexas demandas emergentes da desigualdade social, ainda representa no cenário global território para rota de (i) migração.

O conceito de migração, é definido pela Organização Internacional para as Migrações – OIM (2009) como:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos. (OIM, 2009, p. 40).

Na concepção de Dutra (2013), a questão migratória está para além da noção de travessia, uma vez que a mobilidade humana, “o migrar”, corresponde a um conceito carregado de elementos que equivalem a uma necessidade, cuja definição está associada às motivações em quem determinou a saída, retirada, retorno e demais conceitos inseridos no movimento em fluxo. Assim, para a autora:

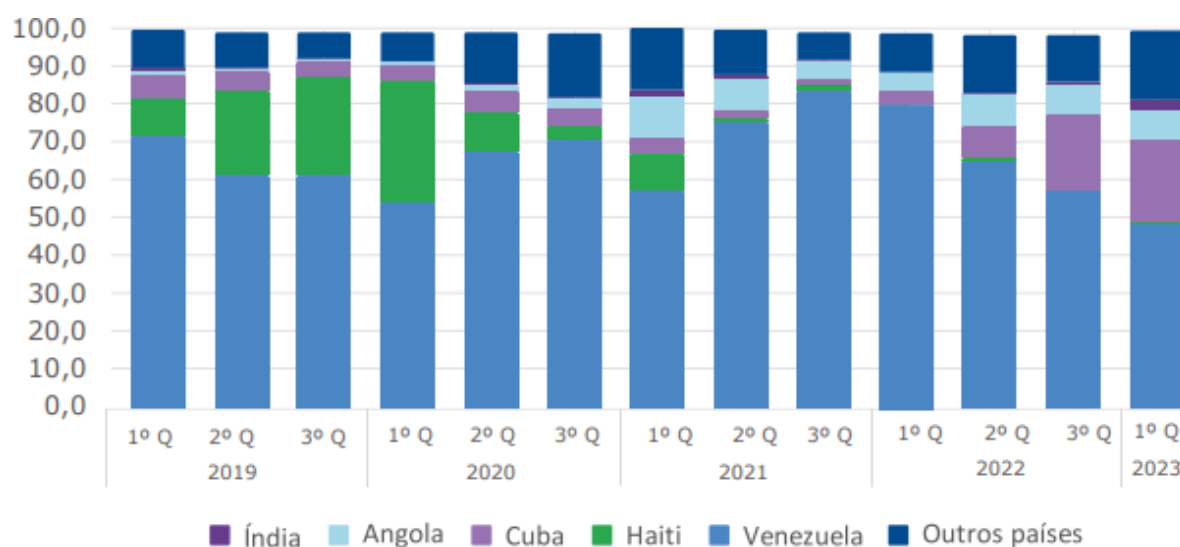
A ênfase maior no deslocamento, ou no movimento, que traz implícita a palavra migrante, remete-nos a procurar aquela do termo “estrangeiro”. Do latim extra – fora, extraneus – estranho, no termo enfatiza mais o caráter de ser diferente dos outros. Consequentemente, consideremos que um estaria contido no outro, pois o estranho (estrangeiro) que vem de fora está numa situação de mobilidade *ipso facto* e nesse transitar (migração) carrega no seu corpo marcas de ser alguém diferente (Dutra, 2013, p. 35-36).

Com esta citação entendemos que a mobilidade humana é carregada de fatores para além daquilo que objetivamente podem ser percebidos. E, com isso, pensar nas motivações e no que mobiliza as disposições fomentadoras do ato de migrar passa a ser um desafio em questão. Neste sentido, o sociólogo Lahire (2004, p. 27) considera que:

Realmente não podemos compreender por que indivíduos com diferentes experiências socializadoras passadas reagem de forma diferente aos mesmos *stimuli* externos, se não levantarmos a hipótese de que esse passado sedimentou, de alguma forma, e se converteu em maneiras mais ou menos duradouras de ver, sentir e agir, isso é em características disposicionais: propensões, inclinações, hábitos, tendências, persistentes maneiras de ser [...].

Assim, as disposições são compostas de fatores objetivos e subjetivos, contudo, quando se percebe quantitativamente um contingente em um fluxo significativo e constante, compreende-se que os elementos causadores são oriundos de razões objetivas. Desta forma, podemos pensar a partir dos dados da Agência da ONU para Refugiados – ACNUR Brasil, que expressa a maior demanda presente no Brasil, e que atualmente é constituída de refugiados⁴³ advindos dos países do Sul-Global⁴⁴. Com relação a essa demanda, existe uma estimativa em razão da dificuldade em contabilizar os imigrantes que não estão legalizados, os “indocumentados”.

Figura 3 – Distribuição percentual dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, por quadrimestre, segundo principais países, 2019 a 2023



Fonte: Simões et al. (2023, p. 10)⁴⁵.

⁴³ “[...] Refúgio, essa movimentação é involuntária, ou seja, a pessoa foi forçada a sair do país por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, ou por causa de grave e generalizada violação de direitos humanos. Essas pessoas não se sentiam seguras nesses países, seja onde nasceram (países de origem) ou onde viviam até então, e por isso partiram em busca de proteção. Elas são consideradas refugiadas.” Brasil, M. J. S. Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio#:~:text=O%20ref%20C3%BAgio%20%20C3%A9%20uma%20prote%20C3%A7%20C3%A3o,condi%20C3%A7%20de%20refugiado%20no%20Brasil>. Acesso em: 5 jun. 2023.

⁴⁴ Conforme Villen, (2018) No Sul global, as migrações costumam ser movidas pela pobreza, desemprego, por guerras, questões ambientais ou doenças. “De imediato, o deslocamento internacional os faz entender que, apesar da imagem, o Brasil continua sendo um país da periferia do capitalismo, ou seja, o trabalho aqui é pesado e vale pouco. Mas, a despeito disso, ainda é uma via para se buscar melhores condições de vida em relação àquelas encontradas no país de origem” (VILLEN, 2015, p, 259).

⁴⁵ SIMÕES, A.; HALLAK NETO, J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; LEMOS SILVA, S. Relatório Conjuntural: tendências da imigração e refúgio no Brasil, 1º quadrimestre/2023. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio_Conjunturais/Informativo_Conjuntural_1-23.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

Além dos dados acima descritos, o relatório organizado pelo (OBMIGRA, 2023) indica que a região Norte do Brasil tem sido a que mais recebeu demandas de solicitantes de entrada para refúgio, sendo responsável por 82,7% em 2022 e por 61% em 2023. A proximidade geográfica é o motivo desses números. Conforme a Figura 2 expõe, os venezuelanos aparecem com maior percentual ao longo dos anos de 2019 a 2023, mas no primeiro quadrimestre deste último ano representa menos de 50% do total de solicitantes de refúgio. No ano de 2022 foi identificado que, no mesmo período, a solicitação de refúgio de venezuelanos já havia chegado a mais de 80% do total.

Uma vez que os dados conseguidos estão em forma percentual, precisamos considerar que o declínio evidenciado pode estar associado não apenas à diminuição do número absoluto de pedidos venezuelanos, mas também ao crescimento do número de solicitações por outras nacionalidades, a exemplo dos angolanos com 7,8% do total de solicitantes de refúgio, correspondendo à terceira maior nacionalidade presente no Brasil no primeiro quadrimestre de 2023. Os cubanos, com 21,9% do total de solicitantes do mesmo período de 2023, mantendo-se como a segunda principal nacionalidade em ascensão, pois em comparação com o ano anterior, 2022, houve aumento de mais de 30% do número total de solicitantes cubanos neste ano. Os haitianos mantêm a mesma frequência desde 2021, com variação entre o segundo período de 2019 e o primeiro quadrimestre de 2020. Os indianos, por sua vez, aparecem com crescente percentual no quadrimestre de 2023, com 2,5% do total de solicitações de refúgio (Simões et al., 2023).

Nesta relação, em que a pesquisa extrai as migrações Sul-sul, os fluxos transitam a locais cujo georreferenciamento é o mesmo, portanto a condição periférica é mantida desde o processo de saída, à mobilidade até a chegada ao destino, tendo em vista a permanência ou até mesmo o agravamento de desproteção, que a depender do caso, se manterá sob contexto exploratório estabelecido pelo capitalismo e a lógica das delimitações territoriais no mundo.

Sobre essa delimitação territorial estabelecida pelo georreferenciamento, a Figura 4 imprime as demarcações estabelecidas entre os países de capitalismo central e os países periféricos. Os países apresentados na cor laranja correspondem aos países em desenvolvimento caracterizados Sul-global. Os países na cor azul correspondem à extensão dos desenvolvidos, e que foi também caracterizado por muito tempo enquanto “terceiro mundo”.

Figura 4 – Países do Norte e do Sul-global

Fonte: Wolff (2020).

A partir desta dimensão territorial, podemos compreender que as condições exploratórias atribuídas aos países em desenvolvimento foram iniciadas durante o processo de colonização, cuja extração de matéria-prima para o fornecimento aos países com potencial tecnológico, estabeleceu aos países tardios a dependência econômica e o empobrecimento territorial em razão da condição de exploração ali contida, por vezes imersos em conflitos territoriais, guerras civis, dentre outros fatores.

Com isso, tendo em vista a necessidade pela busca de sobrevivência, o processo migratório advindo do Sul-Global é recorrente no presente século XXI, visto a necessidade de transitar para a obtenção de melhores condições econômicas que garantam o sustento do sujeito e de sua família, ou na possibilidade de acessar políticas sociais a partir da proteção social, sendo: educação, saúde e previdência, que lhes assegurem melhores condições de vida.

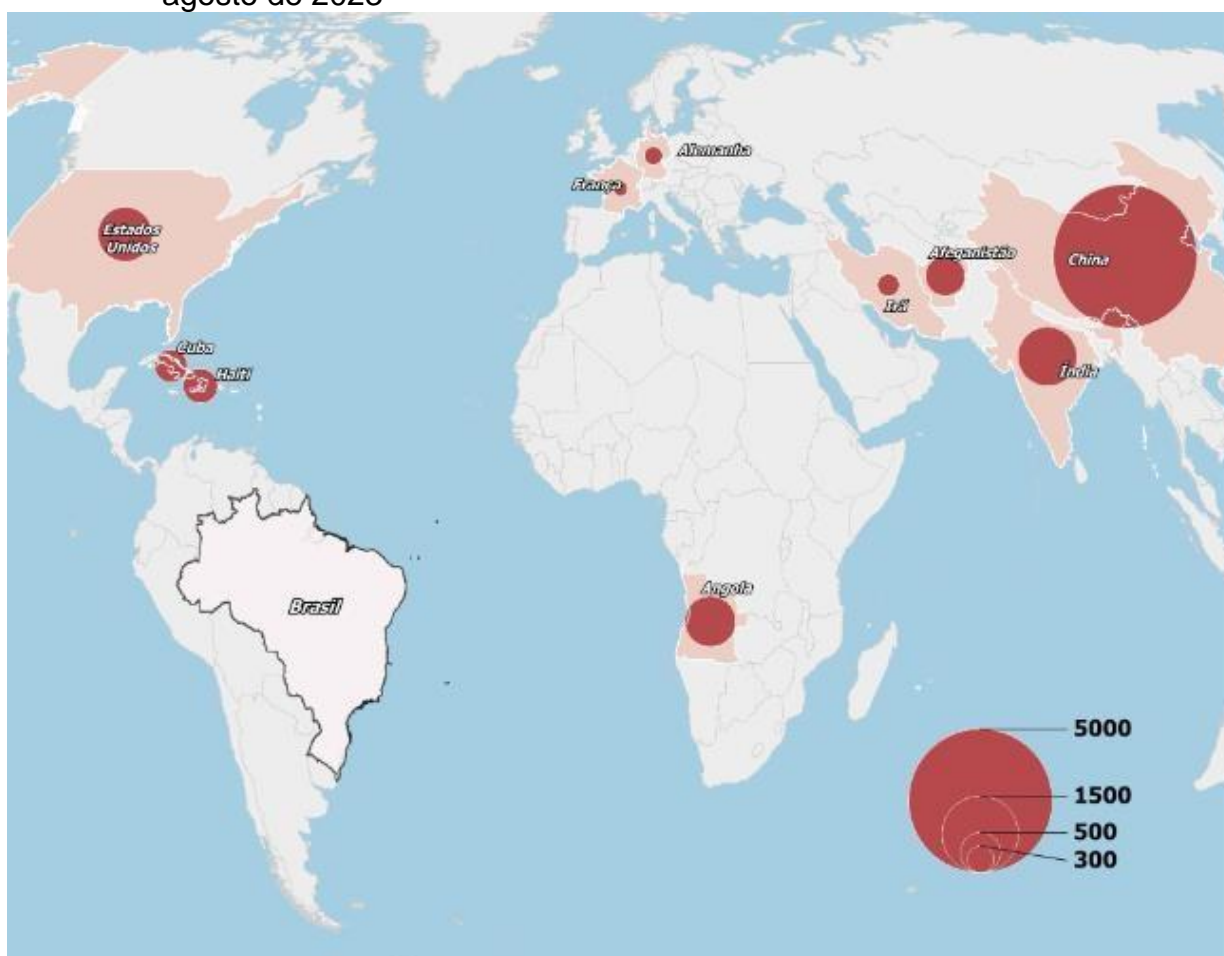
A realidade local, de onde esse migrante vem, é um elemento estruturante para definir sobre a posição desse sujeito no espaço que ocupa. Dessa maneira, o ato de migrar atravessa a condição do imigrante, uma vez que o fator que o leva à mobilizar-se, e transitar para outro lugar, pode estar associado a diferentes insatisfações ou condições socioeconômicas, educacionais, de trabalho, ou o simples fato de buscar outros locais para viver, mas todos os processos são solidificados aos valores do ethos burguês capitalista.

A tentativa de rompimento, por parte do sujeito, posto à condições de

vulnerabilidades sociais que lhe ferem, pode representar um fator que o leva a migrar, na esperança de alcançar melhores condições para sua existência, no entanto, por vezes, esse migrante se depara com precárias condições de trabalho e com a ausência de Proteção social efetiva através de Políticas sociais, pelo fato de não ser reconhecido enquanto cidadão pertencente àquele território que ocupa. Essa desproteção está presente principalmente aos migrantes “*indocumentados*”, que migram sem a documentação exigida pelas leis do país de instalação.

Conforme a Figura 5, a seguir, temos a representação em destaque das proporções dos países que mais emigraram ao Brasil.

Figura 5 – Número de vistos concedidos, segundo as principais nacionalidades – Brasil, agosto de 2023



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério das Relações Exteriores, agosto de 2023.

Diante destes dados, fica exposto que aos chineses foram concedidos exatos 4.865 vistos de entrada, sendo indicado na marcação dos 5.000 vistos, em seguida, os indianos, com 943, os estadunidenses com 817, e angolanos, com 727,

esses na média dos 1.500 vistos, após Afeganistão, Cuba, Haiti com aproximadamente 500 vistos, e, por fim, mas não menos importantes, os países Alemanha, Irã. França perto dos 300 vistos aprovados. E, para além dessa informação, também no mês de agosto a SisMigra (2023), em relatório mensal, apurou que as principais nacionalidades a possuírem registro de residência⁴⁶ foram os venezuelanos, com 12.889 autorizações e os bolivianos com 1.769.

Em presença dos dados, temos que a China e a Índia correspondem aos países de maior contingência populacional com vistos concedidos pelo Brasil até março de 2023. Nesses presentes dados, damos destaque aos fluxos migratórios advindos do Sul-Global que, comparados aos outros territórios do globo, representam expressiva quantidade de migrantes instalados ou com vistos para o Brasil.

Há de se considerar que neste levantamento não foram apresentadas as migrações oriundas da Venezuela, que correspondem ao contingente de aproximadamente 425 mil venezuelanos (ACNUR, 2023).

Partindo da presente realidade posta e com os dados, conforme as figuras demonstradas acima, os índices dos recém-chegados ao Brasil de fato aumentaram, em comparação aos anos anteriores. Quanto a isso, requer-se analisar se a Proteção social do Brasil responde às necessidades demandadas pelos migrantes advindos dos territórios Sul-Sul. E, no estreitamento dessa observação, tendo como foco o município de Londrina/PR, que tem registrado intensos fluxos migratórios nos últimos anos, far-se-á necessário elencar os tipos de medidas protetivas disponibilizadas à comunidade migrante. Tendo em vista o histórico de ausentes políticas sociais efetivas no Brasil, Londrina/PR, pertencente a este território nacional, refletiu a ausência na efetiva proteção social garantida pelo Estado.

Entre os serviços que promovem a efetivação das políticas sociais, como forma de proteção social, a depender das diretrizes de governo que administram essas políticas, são identificadas insuficiências nos acessos, tendo em vista os limitados recursos disponíveis que, mediante a escassez, não asseguram a proteção social a todos.

Com o avanço da ideia de Estado mínimo nas gestões, percebe-se a desestruturação das políticas existentes. Temos, principalmente nos últimos seis anos,

⁴⁶ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Autorização em Residência. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia>: Acesso em: 10 out. 2023.

em esfera nacional, o enfraquecimento das políticas sociais. Considerando o processo de globalização no qual quase todo o globo está inserido sob a lógica do neoliberalismo, é importante ponderar sobre a relação existente entre as questões territoriais e a consolidação dessa doutrina econômica frente aos territórios, distinguindo como o capitalismo se espalhou pelo globo de forma desigual, gerando contextos e crises sociais em diferentes partes do mundo.

2.1 AS MIGRAÇÕES E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAPITALISMO

O direito de estar e de circular livremente por diferentes territórios não é algo fácil de se obter, tornando-se assim um tema a ser problematizado frente aos conceitos de liberdade estabelecidos nas Leis que constituem a organização dos direitos humanos. Em 1948, mediante a Organização das Nações Unidas - ONU, no pós-segunda guerra, que assegura o direito ao indivíduo, mediante a condição cidadã; o que não corresponde a todo sujeito migrante, tido muitas vezes como “indocumentado”.

Outro elemento importante de ser considerado nos processos de migração é o fato de que, embora ele ocorra entre toda fauna, a depender das condições propiciadoras de sobrevivência do espaço nativo, no caso humano, o local de instalação é também uma composição realizada no processo histórico e, portanto, consequência das variadas relações sociais estabelecidas. Desta forma, ponderar sobre como a dispersão/confinamento impostos pelos modos de produção e suas abrangências territoriais, considerando seu impacto sobre os demais territórios do globo, precisam ser analisados.

Uma vez que o recorte temporal desta dissertação compreende o período do modo de produção capitalista, ponderar sobre a fase de transição ocorrida de seu antecessor ajuda não apenas a proporcionar, pelas diferenças, a evidenciação e seus aspectos mais significantes, as vulnerabilidades sociais mais latentes em determinados territórios, como também expõe as ‘novas’ condições e condicionantes para prática da vida social. Neste sentido, Harvey (2022) nos ajuda a entender como as práticas capitalistas de comércio, principalmente o exterior, remodelam o globo, alterando e construindo o espaço para a finalidade de acumulação do capital.

Marx considera o desenvolvimento do comércio exterior, a formação do mercado mundial e a ascensão do capitalismo como relacionados a um

processo no qual as consequências em determinado patamar tornam-se precondições para o próximo. O impulso para superar barreiras espaciais, por exemplo, prevê a absorção, a dissolução ou a transformação de todos os modos de produção não capitais sob a força homogeneizadora da circulação de capital. A monetização, a troca de mercadorias e, finalmente, a imposição de relações capitais de produção representam diversos passos desse processo (Harvey, 2022, p. 66).

Especifica-se a importância do comércio para a concretização da acumulação e superação dos entraves que o capital fixo e imóvel (fundiário e industrial) se encontrava. Esse ramo da atividade econômica foi o principal elemento produtor das alterações espaciais dos séculos anteriores, pois se por um lado foi preciso expandir territórios para conquistar mercados para os produtos do setor industrial, por outro, houve a exploração de novos territórios para o acúmulo de matérias-primas. Assim, temos territórios com distintas funções: os explorados e os privilegiados.

Por essa razão, das ambições atribuídas pela lógica capitalista ao processo de exploração, ocorre a anulação das distâncias pelo tempo necessário para percorrê-las, expõe a necessidade e ações intensas na construção de máquinas, estradas e veículos capazes de vencer as distâncias sempre com o menor tempo possível; esse fenômeno Harvey (2022, p. 56) define como “anulação do espaço pelo tempo”.

O setor comercial emerge então com uma face que visa difundir os produtos gerados nos territórios ‘antigos’ (industrializados) para ‘novos’ locais (colônias), criando uma forma para que o mais-valor⁴⁷ pudesse ser consumado. Assim, percebe-se a necessidade de expansão dos mercados. Podemos utilizar aspectos da história do Brasil para exemplificar e apresentar essa realidade. Segundo o historiador Laurentino Gomes (2014), na relação entre Portugal e Inglaterra, que garantiu a vinda escoltada da corte portuguesa em fuga de Napoleão em 1808, os portos e cidades se viram abarrotados de mercadorias nem sempre tão úteis.

Outra testemunha da época, um viajante francês, confirmou ter visto o desembarque de patins de gelo no Rio de Janeiro, além de outras “esquisitas mercadorias”, que incluíam pesados cobertores de lã e fogões de calefação de cobre para aquecer a cama [...] (GOMES, 2014, p. 196).

Gomes (2014) também nos traz uma noção de como foi a intensificação das relações comerciais, ao apresentar alguns dados alfandegários da época, segundo

⁴⁷ Vide Marx, Karl. O Capital. 4ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

ele:

As consequências da abertura dos portos e do tratado de 1810 podem ser medidas em números. Em 1808 entraram no porto do Rio de Janeiro noventa navios estrangeiros, o que correspondia a 10% do total. Os outros 90% eram embarcações portuguesas. Dois anos depois, o número de navios estrangeiros tinha aumentado cinco vezes, para 422, quase todos ingleses, enquanto os portugueses haviam diminuído. Um ano depois da abertura dos portos, já existiam mais de cem empresas comerciais britânicas operando no Rio de Janeiro (Gomes, 2014, p. 195196).

Nesta atividade expansionista, contrariamente ao que parece ser uma adição dos novos produtos aos já existentes, há justamente o oposto. Mais do que apresentar novidades em forma de mercadorias, fato gerador de uma ampliação das possibilidades e variedades, viu-se e vê-se, ainda, um reducionismo dos tipos de mercadorias locais, substituídas pelas novas de forma impositiva.

O barateamento dos produtos feitos à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. Assim, por exemplo, as Índias Orientais foram obrigadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc., para a Grã-Bretanha (Harvey, 2022, p. 67).

Ao alterar as condições de produção dos novos territórios, há um desbalanceamento das relações produtivas, não apenas produtos deixam de existir, mas também a economia que os tinha como elementos, gerando reflexos diretos na força de trabalho que o produziam.

Huberman (1986) evidencia que essa expansão alterou não apenas a realidade dos 'novos' territórios, a organização dos processos produtivos dos 'antigos' também sofreu impactos. A presença do setor comercial, independentemente do produtor, que o autor denomina de intermediário, mostrou como a necessidade de concretização do mais-valor requereu na divisão social do trabalho a outra especialidade: aquele que vendia tanto a matéria-prima quanto o objeto produzido. O mestre artesão que antes se ocupava, segundo o autor, de cinco atividades (negociante/mercador, comerciante lojista, empregador, capataz e a de mestre artesão), deixa de exercer as negociações das matérias-primas que usa e de vender sua produção que passa a ter um intermediário.

A estrutura das corporações destinava-se ao mercado local; quando este se tornou nacional e internacional, a corporação deixou de ter utilidade. Os artesãos locais podiam entender e realizar o comércio de uma cidade, mas o comércio mundial era coisa totalmente diversa. A ampliação do mercado criou o intermediário, que chamou a si a tarefa de fazer com que as mercadorias produzidas pelos trabalhadores chegassem ao consumidor que podia estar a milhares de quilômetros de distância.

[...] os ofícios de mercador e comerciante deixaram de ser atribuição sua. O intermediário coloca-se entre ele e o comprador. A tarefa do mestre artesão passou a ser simplesmente produzir mercadorias acabadas tão logo recebe matéria-prima (Huberman, 1986, p. 109-110).

As alterações produtivas geradas pela expansão comercial tinham em uma das mãos as mercadorias industrializadas e na outra as matérias-primas. Na primeira, a ideia era apropriar-se dos territórios ‘novos’, na segunda esvaziar-se dos ‘antigos’. Justamente para gerar os recursos para a indústria que se estabelece em transformar esses territórios em fornecedores de matérias-primas. No centro dessa ação estão as relações econômicas coloniais.

Harvey (2022), utilizando as concepções de *mais valia* e exploração de Marx⁴⁸, expõe os dois tipos de colonização que ocorreram sob o regime capitalista: um tipo autocentrado orientado para autossustentabilidade que ocorria nos EUA e Austrália, e o segundo que ocorria nas *plantation* nas quais sua organização era para servir ao sistema capitalista e ao mercado mundial, mas sem, contudo, ser capitalista, pois o sistema produtivo era operado por escravos, que por sua vez inviabilizavam a organização de uma base produtiva assalariada de trabalho ‘livre’. Ironicamente, embora Marx apontasse que nos dois casos houvesse desajustes entre ambos e o emergente modo de produção, o futuro dessas colônias (nosso tempo presente) apontou que essa gênese possibilitou ao primeiro tipo uma condição de adequação ao modo de produção mais intenso, sendo atualmente nações de capitalismo desenvolvido, enquanto as colônias do segundo tipo são, majoritariamente, formadoras do Sul-Global quando muito denominadas de emergentes ou em desenvolvimento.

Neste sentido é que a afirmação seguinte demonstra a impossibilidade de se pensar o fenômeno migratório sem a compreensão da produção espacial e de formação dos países, os quais são geradores ou recebedores de imigrantes:

A virtude de suas observações fragmentárias não repousa em sua sofisticação, mas na visão que elas projetam do papel da produção e da **reestruturação incansáveis das paisagens geográficas e das relações espaciais enquanto momentos ativos nas dinâmicas de**

⁴⁸ MARX, Karl. O Capital. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

acumulação de capital. As revoluções nas forças produtivas embutidas na terra, na capacidade de superar o espaço e anular o espaço com o tempo não devem ser questões complementares acrescentadas ao capítulo final de uma análise, esses elementos são fundamentais [...] (Harvey, 2022, p. 64 grifos nossos).

A atividade capitalista é, portanto, a base criadora na qual determinadas territorialidades se tornam 'desertos' e outros 'oásis' produtivos. Mudanças não dependentes ou consequências de fenômenos naturais, mas da história pensada enquanto processo das condições materiais da existência da humanidade.

A localização da produção não pode, portanto, ser interpretada como mera resposta das condições naturais, mas como o resultado de um processo social em que as modificações dos naturais, mas como o resultado de um processo social em que as modificações da natureza, da vantagem locacional e do processo de trabalho se conectam. (Harvey, 2022, p. 58).

Justamente por essa ruptura com o natural que o antigo, não necessariamente, deixa de existir diante do novo ou perde força. Na condição capitalista os países mais antigos na adoção do sistema têm vigor maior, justamente por suplantarem os novos por instrumentos, como as leis e Estado e pelo poder econômico advindo da acumulação realizada. A paisagem produzida pela dinâmica econômica, se definiu a partir do uso das colônias *plantation* como locais de produção exclusivamente de matéria-prima, regulando o processo de industrialização e desenvolvimento das forças produtivas.

Quando pensamos na América Central e do Sul, percebemos essa estratégia produtiva sem muito esforço. E se estudarmos a história da fundação da cidade de Londrina, recorte territorial desse trabalho, a vemos sob essa lógica. O nome da incorporadora que 'organizou' o espaço do norte-paranaense tinha o objetivo mencionado.⁴⁹

Isto posto, fica evidente que, ao pensar os fluxos migratórios nas dinâmicas territoriais capitalistas, especialmente dos países do Sul, é fundamental o debate da categoria trabalho. Neste sentido, Abdelmalek Sayad (1998) faz apontamentos imprescindíveis a respeito da vinculação da condição do imigrante ao trabalho, expressando que tal lógica paradoxal é considerada pelo fato de que o trabalho é,

Objetivamente questionado enquanto razão de ser da imigração e, em

⁴⁹ Paraná *Plantations*.

última instância, razão última do mal e do mal-estar que se experimenta em relação à imigração, e cuja responsabilidade se atribuiu à imigração, que ele tende a se constituir como eixo central de uma existência dilacerada, minada por dentro (confrontada a uma contradição interna) a ponto de perder o sentido da vida (Sayad, 1998, p. 46).

Essa noção apresentada pelo pesquisador, permite compreender que o sentido da imigração é condicionado pelo trabalho, enxergando o sujeito enquanto mão de obra, ou seja, é isso que dá a ele o sentido da vida. Anulando, portanto, qualquer valor cultural étnico, permeado de historicidade e subjetividade que são moldados em seu processo de formação enquanto indivíduo. Questões que estão muito além das concepções mercadológicas que o capitalismo estabelece.

Deste modo, o estabelecido pelo capitalismo resulta neste paradoxo que há entre a imigração e o trabalho, cuja possibilidade de trabalho não contempla a todos os indivíduos, e aqueles que conseguem ser inseridos, muitas vezes ocupam postos de trabalho precários, com baixa remuneração e condições indignas ao ponto de não atender as necessidades básicas para a manutenção de sua subsistência.

Na relação do imigrante enquanto sujeito protagonista do processo histórico, Sayad (1998, p. 26) faz referência sobre o ato de migrar, olhando para o personagem principal, o sujeito que deixou sua condição de onde vem, além de outros fatores objetivos e subjetivos que envolvem o conceito “migração”. E neste processo, o sociólogo buscou analisar os discursos dos migrantes, de modo a não considerar apenas o evento em si, de transição, mas a partir de indagações que ele fazia a si mesmo, com relação àquilo que ele viveu e sentiu dentro de seu processo de vida enquanto imigrante. Com isso, ele enxergou que o trabalhador imigrante é “isolado, pobre, porque está em sua qualidade de estrangeiro e de estrangeiro de baixo estrato social”.

Enquanto migrante, o argelino, conscientemente crítico desses enfiamentos, buscou manter o distanciamento de si, para não ferir a condição do outro, pois para interpretar a condição do outro é necessário prevalecer a relação do outro imigrante frente às questões do próprio sujeito, distinto e de modo austero.

Contando com as contribuições da sociologia, ele expressa que:

[...] o discurso do sociólogo não existe para atenuar, com observações linguísticas ou etnográficas e com comentários “esclarecedores”, logo reconfortantes, a opacidade do discurso autêntico, que mobiliza todos os recursos de uma cultura e de uma língua originais para expressar experiências que essa língua e essa cultura desconhecem, ou recusam (Sayad, 1998, p. 26).

Tal afirmação faz referência à noção metodológica que o autor apresenta na relação ao sujeito e o objeto, de que o migrante é porta-voz de sua própria história. Desse modo, ainda que o autor também estivesse na mesma condição, sua busca era por não antecipar aquilo que o emigrante (informante) irá expressar, por compreender que cada sujeito possui sua particularidade no processo migratório.

Assim, o pesquisador busca a autenticidade e a particularidade pertencente a cada sujeito migrante, seja a superação da condição econômica, e/ou da fuga de guerras, ou as manifestações por eles expressadas.

Distante dessa observação apresentada por Sayad (1998), o migrante tem sua singularidade e fala por si, no entanto, por vezes, os sujeitos do Sul-global não falam, mas falam por si. Autorizado a permanecer no país, mas visto e recebido como o Outro que não pertencente e é transitório.

Nas relações internacionais, por meio de acordos entre governos, estão presentes interesses econômicos, e nisso inclui a abertura ou fechamento de fronteiras, que permite inclusão ou não de migrantes. Assim, quando há oferta de trabalho e o cadastro de reserva de trabalhadores é insuficiente, o imigrante representa mão de obra barata e disponível para o mercado, e a inclusão em outro território ocorre mediante tais convenções bilaterais entre os países, ficando o emigrante a depender da autorização de permanência estabelecida pelos governos.

Level, Silva e Magalhães (2020) consideram que ao pensar nas categorias: Migração, Trabalho e Estado, na perspectiva de Sayad (1998), a observação de refletir sobre, como são pensados os de dentro e os Outros, permite avançar a reflexão analítica ao indivíduo que, por vezes, são ignorados nas relações sociais, ou mau tratados frente aos olhares preconceituosos por aqueles que são de dentro.

O objetivo disso é construir uma fronteira entre os de dentro e os de fora, os que são do grupo e os que não porque não compartilham das mesmas características, dos mesmos ideais. Mas, o que queremos problematizar aqui é que apesar de toda essa preocupação em estabelecer os limites entre Nós e o Outro, que culmina em termos de soberania de Estado, em estabelecer fronteiras bem marcadas de onde começa e termina o território de cada país (Level; Silva; Magalhães, 2020, p. 126).

Pensar na presença do migrante e o acesso deste aos mecanismos garantidores da proteção social, resulta pensar o modo como a sociedade civil, privada e os agentes públicos, presentes a ela estão vinculados, e/ou inseridos no cotidiano

desse sujeito, denominado por “outro”, por aqueles de dentro.

Quanto a isso, as leituras dirigidas realizadas nos jornais analisados possibilitaram enxergar a construção de discursos, por vezes superficiais e “repetitivas” que não expressa o migrante enquanto sujeito em si. Falam do lugar de onde vêm e da condição precária que aqui chegam. Esta reflexão pode parecer óbvia, mas é instigante quando partimos que são por meio dessas impressões discursadas que os valores entre os sujeitos são constituídos. Se vencedores ou vencidos numa dinâmica determinada pelo ethos burguês a de pensar e discursar.

Deste modo, fazer leitura de como o Outro é exposto, através das palavras, fotografias, a posição do enunciado no jornal, entre outras formas; consiste em entender a que movimento o outro está, e como é caracterizado ou identificado no lugar instalado, nos acessos aos direitos sociais a ele pertencentes.

Por esta conjuntura, ter um Estado provedor de direitos sociais, que considere o migrante em suas particularidades, passa a ser um desafio. Para começar, a comunicação é um elemento dificultador. São nulos os cursos e treinamentos ofertados aos profissionais nas redes de atendimento público em relação às línguas, sejam elas da linguagem de sinais para atender brasileiros surdos ou referentes à demanda dos usuários. Esse fator, tendo em vista a ausência de compreensão ao diferente idioma, passa a ser mais um fator impeditivo ao acesso de direitos. Por esta afirmação, podemos perceber que Lanza *et al.* (2021) consideram que:

Ao acolher as demandas dos imigrantes na Assistência Social, os profissionais entrevistados relataram dificuldades, sendo o idioma a principal. No entanto, o caráter descentralizador da execução da política também carrega consigo a dificuldade de uniformizar alguns conceitos, que não se estabelecem de forma igualitária na atuação profissional (Lanza *et al.*, 2021, p. 314).

Posto as dificuldades de acesso no Brasil, a organização entre grupos e comunidades de migrantes, na prática, tornam-se um espaço facilitador para informar e esclarecer os meios de acesso às garantias de direitos que, apesar de limitadas, mediante os graus de fragilidades presentes, são imprescindíveis, mas carentes de avanços enquanto direito efetivo. Sobretudo, quando muitas das necessidades dos migrantes são ofertadas por instituições religiosas, com práticas de cunho caritativo e religioso, confundindo aquilo que é de direito e enfraquecendo as tensões de disputas necessárias a esses espaços públicos (Lanza *et al.*, 2021).

A historicidade desses sujeitos atravessa cotidianamente as expressões da questão social, tais como: ausência de espaços de trabalho, precárias ofertas aos atendimentos públicos, ausência de moradia. Assim, refletir sobre as possibilidades reais e os desejos, sonhos, por eles almejados, retoma compreender se o lugar por ele instalado, e as consciências a este lugar quanto ao imigrante do Sul-global, possibilita esse sujeito chegar aonde quer.

(...) O irmão mais velho pretende migrar para a França e ela gostaria de cursar medicina em Cuba, e também queria ser “cantora”, mas desistiu, “Porque eu sou imigrante e vai ser difícil pra mim ser cantora num país estrangeiro”. A pesquisadora insistiu: “Às vezes, você sabe que, na televisão, vejo outras pessoas de outros países que cantam”, e a jovem conclui: “É, mas você sabe que eu sou negra” (Lanza *et al.*, 2021, p. 274).

Frente a isso, Dutra (2013) expressa que toda relação socialmente instituída parte da construção do significado do linguajar utilizado para se retratar ao Outro (o estrangeiro), o (i)migrante. E a partir desta relação “metodológico-epistêmica”, mediante os contextos de produção é que são disseminados os significados e os valores constituídos.

No entanto, apesar de todo preconceito determinado, a lógica capitalista seduz o sujeito imigrante periférico, impondo meios que o condicionam ao cumprimento daquilo que lhe é determinado, o trabalho, a ponto do trabalhador exterminar sua noção singular. Ele acredita naquilo que é discursado a seu respeito e se mantém na condição de subserviência. “Trabalhar como um animal”, “trabalhar até não mais poder” (Sayad, 1998), sua subjetividade, vontades, habilidades e criatividade já foram corrompidas pelo *ethos* dominante, imputando-lhe a ponto da exaustão.

Concluimos que a condição fica mais fragilizada quando identificamos que o sujeito migrante a que se fala, por vezes, representa um estereótipo socialmente predeterminado e “indesejado” pelo fato de vir do Sul-global. Sua representatividade é permeada de significados, cujos preconceitos são definidos pela supremacia branca presente no *ethos* burguês que alimenta a reprodução da consciência com práticas intolerantes com valores sociais e morais conservadores, que negam sua participação de igual modo.

Frente a isso, no próximo capítulo, traremos um panorama do processo migratório no Brasil para identificar como ocorreu o processo de chegada dos migrantes aqui.

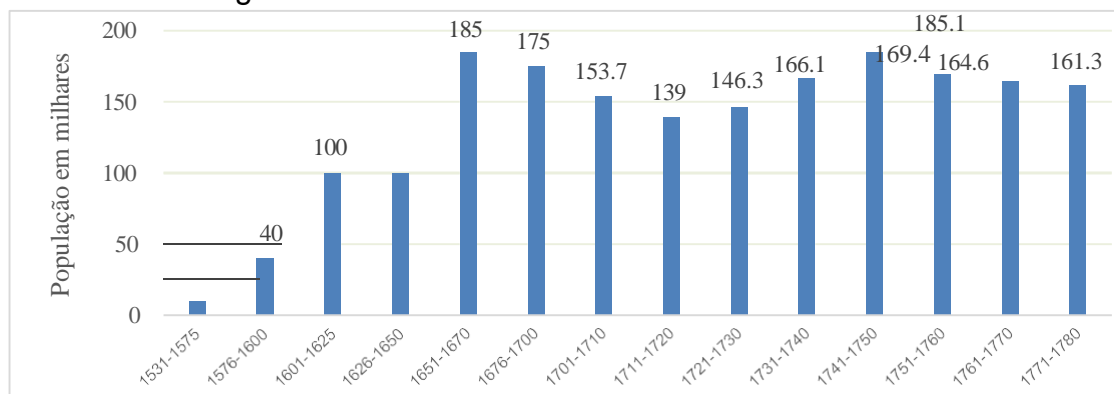
2.2 MIGRAÇÃO NO BRASIL

O Brasil, assim como alguns outros países na América Latina, teve seu contingente demográfico fortemente formado com populações de outros territórios. O processo de dizimação indígena, tanto física quanto sociocultural, os marginalizou e excluiu da composição e participação produtiva de sentido capitalista no último século e no atual.

Quando observamos o cenário brasileiro, vemos historicamente dois grandes momentos da relação entre produção/trabalho e imigração, bem como outros dois de movimentações internas. A primeira intensificação de fluxo ocorreu na chegada dos portugueses, mas que também traziam outros consigo: os africanos escravizados. Ao colonizarem o Brasil, os portugueses produziram um processo histórico complexo e muito peculiar, pois a mistura de culturas e povos era mais do que hoje, embora permaneça tido como problema. A partir destas considerações referentes ao contexto histórico peculiar do (i)migrante⁵⁰, é possível considerar o fato migratório como parte da questão social, uma vez que ele está diretamente inserido na contradição da relação capital x trabalho.

É possível perceber no Brasil alguns períodos nos quais a demografia do processo de migração foi acirrada, tanto nos ciclos produtivos de cana de açúcar quanto de ouro; esses dois atores, portugueses e africanos escravos, foram os protagonistas.

Figura 6 – Desembarque de Africanos (sequestrados e escravizados) na América Portuguesa



⁵⁰ O uso dos parênteses na palavra representa a dupla possibilidade de conceituação de vários sujeitos históricos que serão mencionados neste trabalho. Como exemplo do que se quer expressar, temos: japoneses que vieram para o Brasil, mas não tiveram sua primeira estadia no território do norte do Paraná, fazendo tanto uma imigração quanto uma migração.

Fonte: IBGE. Pesquisa Brasil: 500 anos de povoamento, 2007, p. 226.

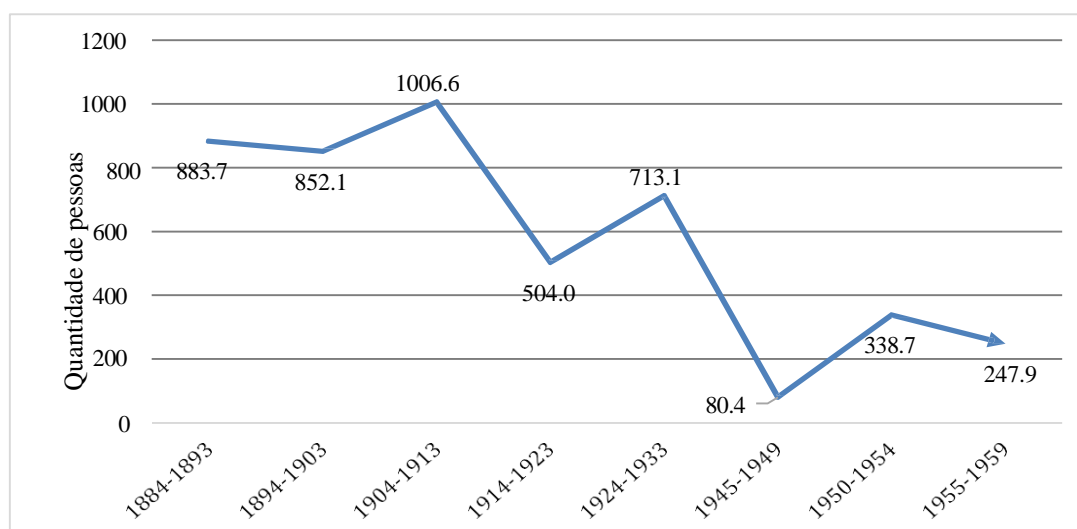
Observamos na Figura 6 quão intenso foi esse processo social, e não podemos esquecer das condições de traslado e vida ao qual esses homens e mulheres estavam submetidos, desta forma, os números apresentados dizem respeito aos que chegaram e não aos que partiram dos seus territórios, além de serem números oficiais em um tempo no qual a informalidade/ilegalidade tinham mais oportunidades/condições de acontecerem. Segundo Costa e Silva (2018), foram 12 milhões de africanos sequestrados do Continente Africano, dos quais 5 milhões desembarcaram no Brasil e pelo menos 2 milhões morreram na travessia.

Durante⁵¹ o Império Português da América, os africanos faziam suas histórias a partir das estratégias e ferramentas disponíveis em seu contexto, oriundos da violência gerada pelo português, pelo homem branco. Foram, portanto, sequestrados, retirados compulsoriamente, submetidos ao trabalho forçado, a violências físicas, sexuais, simbólicas – religiosas, tendo em vista que o africano usava como fuga o quilombo, as revoltas nas senzalas, os ritos religiosos “camuflados” de forma católica.

A identidade brasileira, portanto, tem em sua composição essa relação forçada entre povos distintos, o que faz com que tenhamos uma diversidade de heranças culturais e genéticas. Há também as presenças combatidas: holandesa em Pernambuco e francesa na Paraíba e Rio de Janeiro, e as aceitas como a inglesa na época imperial, todos ingredientes da mistura que se complexificará mais ainda no fim do século XIX.

Suprir a lacuna da mão de obra escrava ao longo da segunda parte do século XIX e depois ao mesmo tempo em que o Ocidente passava por um período de pós primeira guerra mundial (1914-1918), as fronteiras foram ‘abertas’ e vários imigrantes europeus encontraram no país um local para sobreviver e ‘fugir’ dos horrores acometidos pela guerra e suas consequências destrutivas.

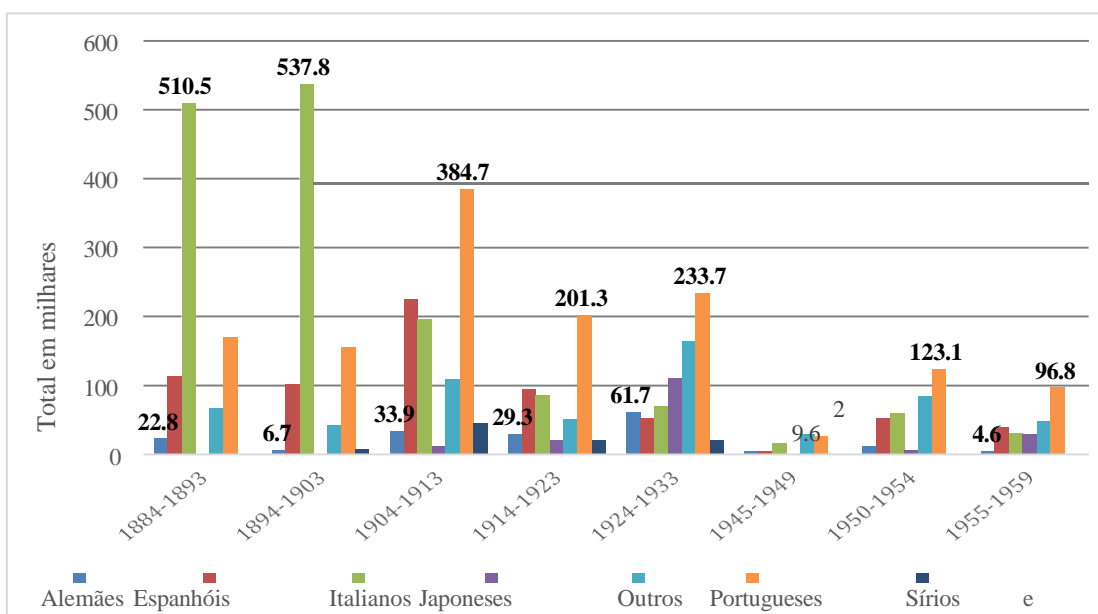
Com a incorporação desse novo contingente de mão de obra, o Brasil ganhou a mão de obra que precisava para manter sua principal atividade econômica: a agricultura; e um novo ciclo produtivo com a inserção do café. Esse reforço demográfico foi mais representativo na transição do Império para República (1889), apresentando seu auge na última década do século XIX e primeira do século XX.

Figura 7 – Total de imigrantes chegados ao Brasil de 1884 a 1959

Fonte: IBGE. Pesquisa Brasil: 500 anos de povoamento, 2007, p. 226.

São muitas as contribuições desses imigrantes na composição da história do País e a diversidade racial marcou, portanto, a historicidade nacional.

A Figura 8 evidencia que naquele período os italianos foram os que mais desembarcaram no nosso território, seguido pelos portugueses que assumem a predominância a partir de 1914.

Figura 8 – Imigração por nacionalidade de 1884 a 1959

Fonte: IBGE (2000). Estatística de povoamento: imigração por nacionalidade 1884 a 1893.

No período do governo e pós-governo Vargas, os baixos preços do

café no mercado internacional e intervenção estatal na regulação dos preços por meio do Instituto Brasileiro de Cafés (IBC) evidenciaram um problema produtivo antigo: a dependência econômica do País sempre atrelada a apenas um elemento natural. Embora a agricultura seja até hoje o principal componente do Produto Interno Bruto, naquele momento era praticamente seu único; era preciso se modernizar, ou seja, se industrializar.

Com o processo industrial em desenvolvimento e a monopolização dos grandes segmentos, o objetivo era atender ao interesse do mercado, viabilizando assim a produção industrial. Conforme exposto por Montanõ e Duriguetto (2011), neste processo histórico o Estado surge como instituição que desempenha funções de intermediação financeira, servindo de fonte de crédito para a indústria. No Brasil, é possível ver essa ação quando o Estado resolveu criar o BNDES em 1952.

Com o início da implantação do pátio industrial (1950) e necessidade de mão de obra, o êxodo rural iniciou seu processo e vários daqueles imigrantes que tinham inicialmente se implantado no campo, migraram para os centros urbanos adensando esses espaços e produzindo novos arranjos e problemas sociais para o País. Capacitar lavradores para que se transformassem em operários foi um dos desafios.

O Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI surge em 1942 para solucionar esse hiato, educando direcionalmente para suprir as necessidades emergenciais do recente pátio industrial. Contudo, esse ‘novo’ modo de produção se concentrou no Sudeste e Sul, deixando os demais territórios sem a presença da Indústria, fato desencadeador de um processo de migração interna.

Neste contexto, trabalhadores com baixa escolaridade produtiva (competências e habilidades que os inserisse na forma industrial de produção) ocuparam setores específicos da economia, como a construção civil. Assim, a história das cidades a partir da década de 1940 do século XX se agita e complexifica, tendo em vista que muitos migrantes vindos ao País durante os anos de 1920 e 1930, tiveram expectativas quanto a essa transição, no entanto, as decepções logo vieram frente às questões político-econômicas apresentadas, e também pela ausência de se reconhecer pertencente a este País.

[...] o Brasil foi o destino de centenas de milhares de migrantes, principalmente europeus e japoneses, em busca de um futuro mais próspero. A mudança provocou um abalo na autoimagem de “país de imigrantes” cultivada até então, e foi retratada pelos jornais e pela

televisão como mais um sintoma de fracasso do país em atender as grandes expectativas referentes ao seu desenvolvimento econômico e social (Reis, 2011, p. 47).

Já nas décadas de 70 e 80 o País viveu o período das trevas, sob o período de ditadura, que teve início em 1964 e perdurou até 1985. E, no período dos anos 80, o Brasil viveu o período da “década perdida” com a acentuada crise econômica, do petróleo e o aumento da dívida externa, a inflação impediu a população de comprar itens básicos e alimentos. Neste período as doenças geradas pela desnutrição, a fome e a falta saneamento básico à saúde geraram crise humanitária. Somado à desvalorização da moeda e o descontrole inflacionário do país, nesse período, portanto, o País teve mais emigrações do que imigrações em razão da crise nacional.

No período dos anos 90, pós Constituição Federal de 1988, com a retomada da democracia, o tripé da seguridade social é promulgado na tentativa de promover a proteção social no Brasil (BRASIL, 1988, capítulo II seção I). O país passou a vislumbrar novas possibilidades que o impulsionou a investidas possibilidades de superação, parcialmente, dos dramas que o assolavam durante o regime político ditador.

Nesse período, de 1990 a 2000, são consideradas as migrações internas no Brasil, e a emigração internacional, movimento impulsionado por conjunturas econômicas com a ascensão do mercado internacional, o declínio da industrialização brasileira e, conseqüentemente, da economia interna, estreitamento e maior rigidez dos mercados de trabalho, principalmente nos centros urbanos, bem como a falência dos polos agrícolas nacionais (IPEA, 2023).

Em 1994 houve o Plano Real e com ele a valorização da moeda e o controle da hiperinflação, havendo possibilidades de renegociação do acúmulo de débitos do País. As taxas recolhidas dos impostos são responsáveis pelo custeamento dos serviços públicos prestados diretamente pelo Estado, cabendo à União compartilhar com os estados e municípios. “As contribuições sociais, por sua vez, têm destinação determinada e são recolhidas exclusivamente pela União, dessa forma, representam a maior fonte de arrecadação atual do governo federal” (Botelho; Abrantes, 2018) e os meios possíveis para assegurar medidas protetivas sociais.

Dentro desse contexto, pós-constituição, o Brasil avançou na efetividade da oferta da política pública com a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, expressão da universalidade ao atendimento gratuito. Nesse sentido, com a

pactuação do atendimento público, um possível avanço ao bem-estar social, o Brasil progrediu com a superação da mortalidade infantil, da desnutrição e do acesso à educação pública.

Em curtos passos o País vem se estruturando, e junto a essa nova organização, a questão migratória daqueles que emigraram também foi uma situação a ser enfrentada. Deste modo

Em 1996, outra mudança significativa na legislação reconhecia a importância da emigração brasileira e a necessidade de garantir aos brasileiros estabelecidos em outros países a manutenção dos seus laços com o Brasil e dos seus direitos como cidadãos. A introdução da possibilidade da dupla cidadania era uma reivindicação importante dos emigrados brasileiros, que estavam começando a estabelecer famílias no exterior (Reis, 2011, p. 50).

As questões emigratórias presentes no século XX são expressões do avanço da globalização, elas se intensificaram nesse período e as saídas e entradas de pessoas passaram a ser algo frequente. As migrações em tempo de globalização, no neoliberalismo, representam fluxos, e não mais permanência. Seu objetivo visa acessar os países de capitalismo central, como os Estados Unidos, por exemplo, e faz dos demais territórios os países periféricos, lugares de passagem, e que até hoje são caracterizados enquanto locais temporários em rotas emigratórias.

Nos anos 2000 o Brasil se tornou um dos países com maior crescimento na presença de imigrantes, essa informação corresponde ao período de 2000 e 2010 (Uebel, 2014), cujos censos expressam o aumento de demandas internacionais de 3,5% em 2000. Quanto a isso,

Observam-se os fenômenos cíclicos de expansão-estabilização-declínio dos fluxos migratórios para determinados países de origem, bem como a ocorrência de migrações que não obedecem a essa ordem cíclica e de imigrantes de países com vieses duais para o médio e longo prazo, que especialmente afetam a estrutura social, econômica e de inserção geopolítica do Brasil (Uebel, 2014, p. 999).

Destacam-se nesse período as migrações Sul-Sul, que devido à desestabilização econômica decorrente das catástrofes naturais e guerras civis, recorreram à transição para outros países, apesar de serem geopoliticamente também emergentes.

O estado de São Paulo corresponde ser o primeiro colocado a receber imigrantes, foram cerca de 300 mil que solicitaram residência entre 2011 e 2020, conforme Cavalcante *et al.* (2021, p. 67. Mapa 3). É importante considerar que este

estado, desde o século XIX, recebeu e ainda recebe alto contingente de imigrantes de vários países, e, atualmente, com destaque aos imigrantes do Sul-global, em razão do desenvolvimento capitalista e a exploração que assola os países emergentes.

O estado de São Paulo tem seu destaque na presença de imigrantes desde o século XIX, por ser o estado que mais rapidamente se industrializou (Koga; Pereira; Souza, 2021, p. 159). A presença dos portos também influenciou para isso, tendo em vista que as altas demandas migratórias chegavam por lá, principalmente os imigrantes internacionais que chegavam pelo Porto de Santos, destinados aos trabalhadores nas lavouras e colônias.

Deste modo, Koga, Pereira e Souza (2021) consideram que São Paulo leva consigo o reconhecimento mundial enquanto referência para o “acolhimento humano e integração local, dignos de pessoas imigrantes” (Koga, Pereira e Souza, 2021, p. 159), a partir da história imigratória que impera no Brasil.

A relação que existe em São Paulo com a questão migratória não corresponde às realidades sociais presentes nos demais estados brasileiros, tendo em vista que a metrópole possui Lei Municipal ao Imigrante nº 16.478, de julho de 2016, que prevê responsabilidades às ofertas e acessos aos direitos sociais e aos serviços públicos.

Nesta perspectiva, os autores consideram que:

Pioneira no Brasil, essa lei estipula como garantia o serviço do Centro de Referência e Atendimento a Imigrantes (CRAI), da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) e do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), ambos a partir do Decreto nº 57.533 de dezembro de 2016 [...] (Koga; Pereira; Souza, 2021, p. 159).

Acordos entre os países foram estabelecidos ao longo dos anos, mediante os fluxos migratórios. Entendendo que o Brasil tem muito a avançar, haja vista que os outros estados e municípios, para além de São Paulo, não estão devidamente estruturados a ponto de atenderem toda demanda com efetividades. A região metropolitana de Londrina, por exemplo, expressa desafios aos acessos da demanda de imigrantes às políticas à proteção social que expõe muitos sujeitos imigrantes à condição e permanência de vulnerabilidades.

Para superar essas barreiras, é imprescindível políticas públicas que legitimem avanços à superação desses obstáculos, que inviabilizem os acessos e, portanto, compreender o ideário que embasa as consciências da frente representativa

sobre essas questões, tanto no Município quanto no Estado e Nação, é decisivo para o avanço ou retrocesso dessas políticas públicas.

Atento a esse público, em 2002, o então candidato à Presidência do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, divulgou a “Carta aos brasileiros longe de casa”, na qual incorporava à sua plataforma de campanha um conjunto de propostas políticas como a redução da taxa para remessas e a melhora do atendimento consular para brasileiros no exterior. Também em 2002 foi realizado, em Portugal, o I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, promovido pela Procuradoria Regional de Direitos do Cidadão do Distrito Federal, com a participação de emigrantes, políticos, religiosos e pesquisadores, que articularam as demandas dos emigrantes brasileiros no que ficou conhecido como Documentos de Lisboa (Reis, 2011, p. 52).

Dentre as variadas questões que assolaram o período histórico do Brasil, quanto às relações diplomáticas a ele estabelecidas, há de se considerar que a partir dos anos 2000 as ações em prol do avanço da Política Migratória em Congressos, Comissões, Encontros e Conferências tiveram uma intensificação se comparado às Políticas de Governo anteriores. Como resultado,

Em 2008, pela primeira vez, no Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência Brasileiros no Mundo. Em 2009, na segunda conferência, foi sugerida a criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE). Ainda nesse ano, a sugestão foi incorporada ao Decreto Presidencial 7.214, que também estabeleceu as diretrizes da política governamental para os brasileiros no exterior, determinou a periodicidade anual para a Conferência Brasileiros no Mundo e formulou a Ata Consolidada de Demanda das Comunidades, elaborada a partir das reivindicações presentes nas duas primeiras conferências, como “roteiro para os órgãos públicos prestarem contas a respeito de suas ações que beneficiam os brasileiros no exterior” (Reis, 2011, p. 53-54).

Com os investidos planos ao desenvolvimento do Brasil, o País passou a ser reconhecido internacionalmente e retomou o posto de país atrativo. Muitos emigrantes retornaram e o País passou a receber emigrantes de diferentes nacionalidades, apesar das complexas desigualdades sociais que ainda assolam o País. Quanto aos fluxos internacionais advindos para o Brasil, na Figura 9 são apresentados os números de imigrantes por país.

Em 2017 um passo adiante a respeito da legitimidade migratória foi alcançado, com a Lei de Migração 13.445, instituída em maio de 2017, que prevê condicionalidades aos migrantes inseridos no País. Quanto às prerrogativas da lei são instituídos direitos ao imigrante, conforme Art. 4º inciso XVI do “direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização

migratória (Brasil, 2017) ". E, no que consiste à regularização migratória, conforme Artigo 113º parágrafo 3º

Não serão cobrados taxas e emolumentos consulares pela concessão de vistos ou para a obtenção de documentos para regularização migratória aos integrantes de grupos vulneráveis e indivíduos em condição de hipossuficiência econômica (Brasil, 2017).

O reconhecimento migratório é recente, tendo em vista que a lei ainda é desconhecida. Importante considerar que anterior à Lei nº 13.445 de 2017, o que se tinha era o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815 de agosto de 1980, que, segundo Castro (2012), não incluía a pessoa vinda de fora, tratando-a por "diferente", com conceitos e terminologias que diminuem a condição do outro.

A Lei de Migração nº 13.445 de 2017 estabelece uma nova definição acerca desse sujeito, que segundo Carolina Claro (2020):

Migrante, por sua vez, inclui não apenas o não nacional, como também pessoas que se deslocam no espaço geográfico de um mesmo país (migrante interno), e pessoas apátridas, aquelas que não têm nacionalidade de nenhum Estado (Claro, 2020, p. 43).

O que tivemos de avanço na questão Migratória foi a promulgação da Lei Migratória em 2017, pelo então presidente Michel Temer, mas é importante considerar que os debates, estudos e planejamentos acerca dessa temática foram realizados no governo anterior.

Os dois últimos representantes de governo, Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016/2022), tiveram condutas econômicas neoliberais de extrema-direita, cujas prerrogativas são contrárias a intervenções de proteção social sob esfera estatal, visando a terceirização das responsabilidades do Estado. Somado a isso, ou por influência, as condições internas e externas são fatores decisivos para o progresso ou decadência de ideais a serem objetivados. Portanto, os retrocessos sociais, que feriram diretamente a sociedade trabalhadora, ocorrem dentro desse momento histórico de governo ultradireita.

Quanto a isso, foram considerados os números de imigrantes e os países de nascimento, daqueles vindos ao Brasil no período de 2011 a 2020, para levantar as nacionalidades mais presentes nos territórios brasileiros neste período. A pesquisa se ateve nesse período em razão do turbulento momento político de governo, em que a

Nova Direita⁵² se destacava na disputa com a propensão às diversas intolerâncias por meio dos discursos xenófobos, inclusive aos imigrantes.

Figura 9 – Número de imigrantes internacionais vindos ao Brasil de 2011 a 2020

| Principais países | TOTAL | | |
|-------------------|------------|-------------|---------|
| | Residentes | Temporários | Total |
| TOTAL | 265.408 | 706.398 | 971.806 |
| VENEZUELA | 8.933 | 163.373 | 172.306 |
| HAITI | 99.669 | 49.416 | 149.085 |
| BOLÍVIA | 3.540 | 52.100 | 55.640 |
| COLÔMBIA | 2.727 | 51.075 | 53.802 |
| ESTADOS UNIDOS | 5.420 | 32.295 | 37.715 |
| CHINA | 19.312 | 16.278 | 35.590 |
| ARGENTINA | 2.212 | 25.392 | 27.604 |
| CUBA | 5.464 | 20.128 | 25.592 |
| FRANÇA | 6.026 | 18.593 | 24.619 |
| PERU | 2.044 | 21.484 | 23.528 |
| PORTUGAL | 11.406 | 11.479 | 22.885 |
| ITÁLIA | 8.901 | 12.590 | 21.491 |
| PARAGUAI | 3.408 | 17.237 | 20.645 |
| ESPAÑA | 6.123 | 13.505 | 19.628 |
| FILIPINAS | 372 | 18.738 | 19.110 |
| ALEMANHA | 3.560 | 15.460 | 19.020 |
| URUGUAI | 10.448 | 7.532 | 17.980 |
| ÍNDIA | 970 | 15.648 | 16.618 |
| JAPÃO | 4.234 | 10.088 | 14.322 |
| MÉXICO | 1.667 | 11.259 | 12.926 |
| Outros países | 58.972 | 122.728 | 181.700 |

Fonte: Cavalcante *et al.* (2021, p. 58). Tabela 2. Número de imigrantes por classificação, segundo principais países de nascimento – Brasil, 2011-2020.

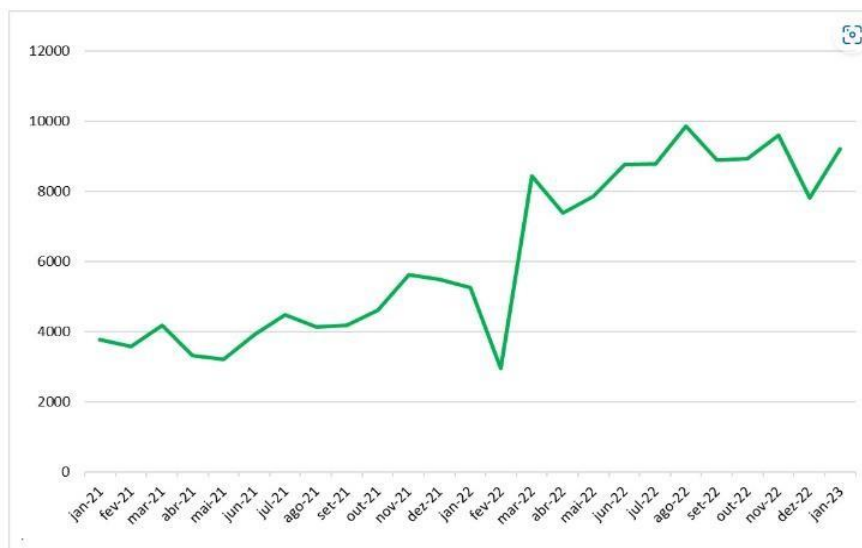
Através dos dados temos a significativa presença dos territórios do Sul-global em território brasileiro, com alta demanda entre os residentes haitianos com 99.669, em seguida os chineses com 19.312. Aos temporários, os dados informam que os venezuelanos correspondem a 163.373 imigrantes temporários no País, seguindo para Bolívia com 52.100.

Observada a alta demanda de imigrantes vindos do Sul-global, mediante a expressão dos dados presentes na Figura 9, e, com a concessão de vistos para o Brasil, que estabelece questões de diplomacia entre países.

⁵² As emergências internacionais da extrema direita, da qual Bolsonaro é a principal expressão latino-americana, não é a simples repetição de episódio fascista do passado, pois possui especificidades que respondem à natureza da atual crise mundial. As eleições norte-americanas, de 2016, guinaram o republicano Donald Trump ao poder com um discurso xenofóbico, sexista e racista. Na França, a Frente Nacional chegou pela segunda vez ao segundo turno das eleições presidenciais e, no pleito de 2017, acabou servindo para que uma candidatura neoliberal (Emmanuel Macron) fosse tida como progressista. No discurso da Frente Nacional francesa, compunham-se argumentos contrários à União Europeia, à imigração e a defesa da deportação de imigrantes desempregados (Pereira, 2020, p. 31).

Abaixo, na Figura 10, serão apresentados os dados atualizados, a respeito dos números de vistos emitidos entre 2021 e 2023, que mostram como os movimentos de fluxos ocorreram neste período.

Figura 10 – Número de vistos emitidos entre 2021 e janeiro de 2023 pelos postos consulares brasileiros



Fonte: Cavalcante *et al.*, 24 mar. 2023, Ano 4. Número 1. Janeiro de 2023. Gráfico 1. Número de vistos emitidos pelos postos consulares – Brasil, 2021-2023.

Na presente figura consta que, a partir de janeiro de 2021, a estimativa era (<) menor que 4.000 imigrantes com vistos emitidos pelo Brasil. No ano de 2021 ocorre uma projeção em alta correspondendo a 4.000, posteriormente obteve-se uma queda entre os meses de março 2021 e maio do mesmo ano. No mês de junho 2021 observa-se a crescente demanda de vistos emitidos, ultrapassando os 4.000 presentes no início do mesmo ano, em fevereiro 2021. O dado ganha destaque nos meses de janeiro e fevereiro de 2022 em que a queda é significativa, alterando de > 4.000 e < 6.000, chegando a > 2.000 e < 4.000 no mesmo mês. E, após, ocorre uma ascensão significativa entre fevereiro e março com crescentes concessões de vistos até agosto 2022. O dado finaliza com o mês de janeiro 2023 em alta.

Importante destacar que neste recorde de tempo analisado, entre os anos de 2020 a maio de 2023, a pandemia de Covid-19 e suas variantes assombravam o mundo e, em razão disso, a baixa emissão de vistos nesse período, principalmente presente em 2022, correspondeu ao declínio migratório devido ao surto pandêmico.

Concluimos que, em períodos não pandêmicos, o Brasil está na rota de fluxos enquanto país de permanência, ainda que momentânea. Sendo geopoliticamente considerado em desenvolvimento, conforme apresentam os dados do

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo a ONU (2022), o país é sinalizado enquanto estado de desenvolvimento humano elevado, ocupando a 87ª posição⁵³, o que mantém a vinda de migrantes em situações de extrema vulnerabilidade, com expectativas de encontrar melhores condições de vida, no entanto, muitas vezes, são surpreendidos às limitadas políticas sociais e à permanência ou agravos das desproteções que os envolvem.

Portanto, realizar o levantamento dos discursos presentes nos jornais da Folha de Londrina, suas influências para os avanços ou retrocessos à Proteção social aos imigrantes, condiz interpretar o que a sociedade londrinense espera, ou caracteriza ser Proteção social, a que ela, a proteção social, está associada, se ao Estado em defesa de direitos ou vinculada à caridade das instituições. A seguir será discorrido sobre a análise de conteúdo utilizada para alcançar esta interpretação.

2.3 LONDRINA AINDA NA ROTA DA (I)MIGRAÇÃO

Dos vários trabalhos, livros, textos acadêmicos e artigos que contam sobre o processo de fundação da cidade de Londrina, muitos utilizam seu início e as condições de existência em meio a um território nativo como elemento da narrativa. Também se conta sobre os processos e ciclos econômicos, sobre as personalidades, arquitetura e urbanização. Um fato é comum a todos, a presença e a necessidade de se lidar com o multiculturalismo trazido pelos vários imigrantes de diversos locais do país e do globo.

A fundação da cidade de Londrina é parte do processo histórico nacional, a partir da exploração territorial e de índios e negros que já estavam aqui, e foram tomados pela supremacia branca. Somado a isso, a mão de obra nacional e estrangeira incorporou a formação do território de terra vermelha,

Desde o último quartel do século XIX, alguns fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais já vinham procurando o norte do Paraná para expandir seus negócios em torno da cafeicultura. Muitos dos quais obtiveram do governo do Paraná grandes extensões de terras para seus empreendimentos agrários (Ferreira; Rompatto, 2015, p. 3394).

No ano de 1924 surgiu o projeto de desenvolvimento ferroviário São Paulo-Paraná. Lord Lovat, visando atender a indústria têxtil inglesa, implantava um sistema

⁵³ ONU. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22>

monocultor no norte do Paraná, que se organizou em Londres, a *Brasil Plantations Syndicity* Ltda. (Ferreira; Rompato, 2015). Portanto, sob este bojo, emigrantes vinham em busca de organizar a vida social e familiar neste território promissor à agricultura e nesta ação expansionista Londrina foi constituída e fundada em 1934.

Tendo em vista a ferrovia, como principal ligação nacional para a chegada e saída, tanto de pessoas quanto de produtos, Londrina foi impulsionada ao desenvolvimento em razão das divisões territoriais partilhadas entre os coronéis e detentores dos modos de cultivo com a agricultura.

Na constituição da população de Londrina aparecem os principais elementos do povoamento do próprio Norte do Paraná, como se olhássemos para uma amostra: 92,1% de brasileiros e 7,9% de estrangeiros. Do elemento nacional: 70% de paulistas, 15% de mineiros, 10% de paranaenses; entre os estrangeiros (num total de 2.682), 39% de japoneses (945), vindo depois os italianos (382), portugueses (368) espanhóis (358), alemães (193) e mais 21 nacionalidades, compreendendo os restantes 439 (Müller, 2001, p. 109).

Em análise geral, a imigração japonesa tem destaque no índice populacional, frente ao contexto histórico das emergências internacionais da segunda guerra mundial. E, quanto às emigrações, presentes nos fluxos de estados, os paulistanos lideram a frente nesse movimento transitório.

Se o início do adensamento demográfico da localidade se fez por imigrantes, as últimas décadas evidenciaram a ainda viva 'vocalização' de receptora de imigrantes. E, quanto a isso, as vivências desses sujeitos em Londrina e região podem ser vistas nos sinais de trânsito, nos ambulantes do Calçadão, nos Projetos de acolhimentos sociais, nas invasões habitacionais e de fundo de vales. Também são percebidas nas indústrias frigoríficas da região, construção civil e na entidade social Cáritas.

Sem um órgão específico produtor de informações sobre a questão, as informações podem advir de situações publicadas na mídia, de experiências obtidas pelo contato com os imigrantes ou por pesquisas realizadas para essa finalidade. Diante desse quadro, pesquisadores do Projeto de Extensão "Migrar com Direitos" (2017-2018) realizaram estudos, ações educativas/orientativas e entrevistas com 102 imigrantes pertencentes às nacionalidades: bengaleses, haitianos, angolanos, venezuelanos, bolivianos, colombianos. Todos entrevistados pertencentes aos territórios Sul-Sul (Lanza *et al.*, 2021). Entre as pesquisas e disseminações do grupo

SerSaúde⁵⁴ evidenciam-se não apenas a presença, mas a qualidade de vida que estes imigrantes estão tendo, disso derivando a necessidade de se pensar na Proteção Social.

Outra entidade que evidencia a presença de contingente de imigrantes em condição de vulnerabilidade na cidade é a instituição Cáritas Arquidiocesana de Londrina, que atende as modalidades de Proteção Social Básica e Especial. Segundo dados do relatório anual de 2022, foram realizados 2.491 atendimentos em todo território da cidade. Apenas no Bairro Flores do Campo, há aproximadamente 341 imigrantes categorizados como do Sul-global.

É desse conjunto de situações analisadas pelo grupo, atendidas pela instituição Cáritas e experienciadas no dia a dia da cidade que emerge o problema dessa dissertação: uma vez que a cidade é constituída por imigrantes e ainda é polo receptor de pessoas, quais são as proteções sociais aplicadas sobre eles?

Neste sentido esta dissertação integra mais uma fonte de informações dessa realidade local, utilizando para a narrativa os discursos produzidos sobre um grupo específico de imigrantes (Sul-global). Não os considerados como ‘bravos pioneiros’, mas daqueles que chegaram posteriormente vindos de locais pobres, e por vezes estigmatizados pela cor da pele, sotaques e realidade econômica.

Por este contexto histórico e indicadores apresentados neste capítulo, buscou-se mostrar informações que compõem os principais elementos relativos às imigrações no território nacional e local. Neste recorte temporal pertencente aos últimos séculos e décadas, pode-se perceber uma constante presença de imigrantes, em sua maioria oriunda do Sul-global.

Tendo em vista a crescente presença desses imigrantes em território londrinense, é importante identificar, na presente sociedade, quais discursos são apresentados, e para isso foram escolhidos jornais impressos da Folha de Londrina, buscando encontrar elementos dos discursos que os vinculem ao tipo de Proteção social disposta a esses imigrantes. Para isso, daremos continuidade no próximo capítulo a partir da aproximação sobre a Análise do Discurso, onde se buscou utilizar para enxergar a informação para além da palavra, para compreender de que contexto social são constituídas as opiniões. E, a Análise de Conteúdo para o critério de análise durante o processo de leitura, correspondente à metodologia utilizada para a coleta e análises.

⁵⁴ Para mais informações, acesse as disseminações no *link*. Disponível em: <http://www2.uel.br/grupos/sersaude/>. Acesso em: 14 out. 2023.

3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E METODOLOGIA DE ANÁLISE: CONTEÚDO E DISCURSO

Neste capítulo será abordado sobre o meio de comunicação veiculado pelos jornais impressos e de acesso digital e os atuais prejuízos que a comunicação noticiada vem sofrendo com a substituição desses acessos “tradicionais”, sites e jornais impressos, para os acessos instantâneos nas redes sociais, como exemplo, o instagram. E para esta análise, a metodologia usa das distintas contribuições de Bardin (2016) e Bakhtin (1997) para alcançar a compreensão crítica e categórica desta pesquisa.

A partir da compressão de que em todo o processo histórico, desde os primórdios humanos até o tempo presente, o meio de comunicação sempre foi atividade realizada entre as espécies que habitam o globo, desde grunhidos às mímicas/gestos que incorporam algo essencial a ser comunicado, ser transmitido para o outro.

No Brasil, enquanto colônia de Portugal, e pelo processo de dominação instaurado neste território, não teve um processo de comunicação bem desenvolvido comparado à Europa, deste modo,

[...] quanto mais riquezas eram encontradas aqui, mais a Coroa portuguesa e seus prepostos se preocupavam em controlar as informações sobre a colônia, impedindo inclusive que se imprimisse e editasse em solo brasileiro.

Desde 1487, se imprimia em Portugal. A tipografia chegou ao Novo Mundo em 1539 no México, produzindo o mesmo fenômeno multiplicador do conhecimento que vimos na Europa. No Brasil só se imprimiu oficialmente com a vinda da família imperial, em 1808. Portanto, uma defasagem de mais de trezentos anos em relação à Europa (Gontijo, 2004, p. 258).

Partindo desse pressuposto, da condição do Brasil ser colônia de Portugal e, frente à identificação de três elementos que estabelecem uma comunidade: “uma população organizada em um território, em maior ou menor medida nele enraizado, cujos membros vivem numa relação de interdependência mútua de caráter simbiótico” (Mattelart, 2003, p. 31). Resulta que o processo de comunicação no Brasil também foi usurpado, junto com o desenvolvimento do País, em razão da ausência de investimentos depositados e o acúmulo da exploração aqui instituída.

Portanto, com os avanços históricos e adquiridas novas formas e meios de se comunicar, a organização social foi sendo constituída e com ela os valores, padrões que se configuram trouxeram conceitos de ordem, sendo a cidadania, direitos

sociais constitucionalizados. Essa formação estrutural foi gerada quando os meios tecnológicos, séc. XIX, assumem a função central na organização da sociedade mediante à nova ordem mundial (Mattelart, 2003, p. 157).

A partir da industrialização no séc. XIX, a elite da sociedade se apropria dos meios industriais e, até o presente século XXI, essa elite burguesa se beneficia dos equipamentos tecnológicos para acessar as transmissões de comunicação, por meio de *smartphone*, plataformas digitais, internet, de modo imediato às informações que são transmitidas via satélite em tempo real amplamente (Lanza, 2006).

Os acessos aos meios de comunicação, ainda que sejam amplos, são desiguais em razão das diferenças socioeconômicas existentes no capitalismo. Neste sentido, os sujeitos desprovidos de recursos financeiros, por vezes, não obtêm os objetos tecnológicos, ou quando possuem os aparelhos eletrônicos, estão submetidos a acessos e transmissões limitadas. Se for por meio televisivo, aos canais populares, em rede aberta, de teor narrativo e sincrético, propagadores de comunicação em massa.

Se for pelos *smartphones*, os acessos são possíveis desde que habilitada à rede de internet, *wi-fi* ou dados móveis, ambos acessados mediante pagamento, o que estabelece condições de acesso, ou não.

A forma televisiva, nos conteúdos disponíveis nos canais abertos, é a maneira mais disponível e, conseqüentemente, a forma em que os telespectadores pobres têm à disposição para assistir. Havendo essa diferenciação no ato de comunicar-se e de acessar tais meios, é posto que:

Nesse sentido, o direito de comunicação tornou-se não apenas um privilégio de poucos, mas uma estratégia política responsável pelo controle ideológico da sociedade [...]. O cidadão contemporâneo, que atingiu a maioria e superou a fase do aprendizado sistemático (escolarização), depende do MCM [meios de comunicação de massa] para se manter sintonizado com o meio ambiente. E tudo que ele conhece ou deixa de conhecer é filtrado por essa instância de reprodução simbólica (Melo, 1984, p. 614).

Observamos ser recorrente a manifestação de discursos produzidos pelos meios de comunicação em massa, com opiniões cujas narrativas influenciam diretamente no comportamento da coletividade. Essas opiniões, permeadas de elementos individualistas, evidenciam as mudanças sociais e relacionais pertencentes ao capitalismo, cujas fortes influências geraram noções individuais de acumulação, à financeirização à “diversificação” de tecnologias, e informáticas, criando novos canais

de comunicação e novas tendências desde 1980 (Pereira, 2020), e que estão inclinados ao sensacionalismo tendencioso, representando, portanto, cotidianamente, valores morais e sociais instituídos pelas superestruturas às estruturas sociais, estabelecidas pelo ethos burguês e essenciais para manter a reprodução do comportamento social regido por esta supremacia.

Com a globalização e a ampliação dos meios tecnológicos de comunicação, a propagação dos discursos rompeu fronteiras e se difundiu amplamente em diferentes locais, contudo a informação que chega nos canais abertos nem sempre resulta em bons conteúdos, por vezes são discursos sensacionalistas cujos propósitos estão na captação de telespectadores. Portanto, os Meios de Comunicação em Massa são formados de narrativas acrílicas.

No século XX

(...) a Europa e a América do Norte consolidaram para o mundo o conceito do jornal e revista. O hábito de consumir informação com periodicidade em um espaço gráfico familiar e com estilo direto e objetivo, diferente da literatura ficcional, foi se disseminando cada vez mais pelas diferentes classes sociais. O fato de existir um fosso separando os interesses das elites daqueles das classes menos favorecidas acabou determinando diferentes formas de narrar os fatos e, mais adiante, de diagramar os jornais voltados para cada público específico (Gontijo, 2004, p. 223-224).

As discussões referentes à comunicação em massa, ou jornalismo popular, estão centradas no fenômeno e na descrição das estratégias “semiótico-discursivas”, que é o estudo dos procedimentos e mecanismos de geração dos sentidos em textos verbais, não verbais e sincréticos (Coutinho; Filho; Paiva 2011, p. 59). E, nesta condição, temos as produções dos discursos com uma finalidade de causalidade. Assim, avalia-se que:

Do ponto de vista das estratégias, procura-se dar conta de recursos muito distintos (mais notícias locais e menos internacionais, mais imagens e menos textos, mais histórias de interesse humano e menos notícias políticas e econômicas), mas que se reúnem sob o propósito de atrair a atenção do espectador; do ponto de vista dos conteúdos que privilegia, a ênfase recai sobre a abordagem da vida privada, do grotesco, da criminalidade, da tragédia, da transgressão, da sexualidade e da vida de celebridades; do ponto de vista do tipo de produto que gera a baixa qualidade (Coutinho; Filho; Paiva, 2011, p. 59).

Dentre as distintas formas que a comunicação é estabelecida, temos aquela cujo propósito visa o popular, com enfoque na captação de leitores ou

telespectadores em massa. Das influências aos significados direcionados. As palavras são direcionadas com símbolos e significados que expressam a vontade da elite soberana, a burguesia (Moraes, 2010).

Para compreensão da propagação do discurso em massa, é importante destacar que com os avanços das tecnologias na era digital (século XXI), outros espaços trazem sentidos às linguagens que foram transformadas, alterando novamente sentidos e interpretações (Aguilar, 2004).

À medida que a tecnologia digital avança, são disponibilizados *sites* de buscas, de relacionamentos sociais, de redes sociais, e demais plataformas midiáticas, com conteúdos produzidos pelos próprios usuários, ou seja, sem necessariamente ter algum critério estabelecido quanto à veracidade dos fatos ou compromisso científico. São conteúdos repletos de opiniões pessoais fornecidas pelo senso comum. Esse fato acentua a superficialidade nos conteúdos, produzindo uma fragmentação dos discursos que são tidos como opiniões e, portanto, com um ‘dever’ de serem respeitadas não pela veracidade, mas pelo simples fato de existirem.

Agrava a realidade da internet, a existência de algoritmos que sugerem conteúdos com base ou nas procuras e preferências que o usuário faz, ou por um perfil criado a partir dos dados de idade, gênero, nacionalidade, escolaridade desse usuário o categorizando como potencial ‘consumidor’ na busca por engajamento do marketing digital. Esse cenário por vezes acaba gerando um ciclo ou ‘bolha’, que pode manter o internauta ‘preso’ a informações dos mesmos grupos, dos mesmos temas, pelas mesmas perspectivas sob a condição de uma reprodução sem fim do mesmo.

Outro meio de acesso à comunicação que ganhou proporção incontrolável é o *WhatsApp*, tendo destaque ao seu descontrole o período das últimas eleições presidenciais. A ferramenta linha de transmissão de informações, muitas vezes, compartilha *Fake News*, que são virais influenciando as opiniões.

Dessa forma, a propagação de conteúdos espontâneos e o encurtamento dos textos, ganham destaque e espaço nos acessos digitais. Os jornais impressos nos cadernos que continham grandes textos narrativos, apesar de mais informar do que formar conteúdos críticos, traziam elementos textuais de diferentes narradores. No caso aqui, trazemos enfoque aos discursos dos imigrantes do Sul-global que foram analisados àqueles presentes no jornal impresso.

Em razão da tênue condição ao possível não acesso a todo conteúdo por meio dos acessos digitais, a pesquisa se alicerçou ao jornal impresso, no processo

de folhear as páginas, e visualizar mês a mês, dia a dia, dos jornais arquivados no local de pesquisa NDPH, e, esse levantamento de dados demandou aproximadamente seis meses, com aproximadamente 26 reportagens coletadas. Destas, foram extraídas 3, pois não correspondiam, especificamente, aos imigrantes do Sul-global e não correspondiam ao tema abordado, pois discursavam sobre os emigrantes brasileiros e migrações internas, então, novamente foram extraídas 3 notícias e mantidas 20 impressas na análise final. Este processo de levantamento e análise percorreu o período de aproximadamente 7 meses.

Posterior a essa ação metodológica presente na “Análise de Conteúdo” aos materiais impressos, também se recorreu às reportagens no acesso digital no *site* da Folha de Londrina, para buscar novas notícias que compõem o contexto desta pesquisa. Foram identificadas 13 notícias sobre imigrantes do Sul-global.

No *site* foram buscados os mesmos registros que contidas nos cadernos impressos, e do total de 26, foram localizadas 18, mas selecionadas 16. Essas notícias foram comparadas na contemplação textual, se o conteúdo fornecido pelo meio digital expressa as mesmas notícias que os jornais impressos. E nesta análise de conteúdo, foi identificado que há diferenças entre as formas de exposição de notícias (digitais e impressas) no que tange ao conteúdo. Percebeu-se que a notícia apresentada pelo *site* é resumida e contém recortes das informações.

Para organização dos discursos foi utilizado o critério de classificação dos jornais que inicialmente serviu para referenciar as notícias e, esta ordem, manteve-se a mesma ao longo desta pesquisa, ou seja, o mesmo número de classificação das reportagens permeceu em todo o processo, conforme consta no quadro 4 desta dissertação, que leva o título: “Quadro das reportagens coletadas entre 2011 e 2023”.

As figuras 11 e 12, de classificação 16, jornal com o título principal “*Terra Estrangeira: Demandas de imigrantes e refugiados geram debate sobre direitos e políticas*” (Avansini, 2017 a), representam a organização do jornal impresso. Da capa, a manchete se destaca com o título em negrito e a fonte maior que os demais dizeres, há a fotografia de dois imigrantes na parte superior do jornal ocupando grande parte da primeira página.

Nas páginas internas, o assunto é abordado na parte do “Caderno Geral, p. 9, ” onde consta a reportagem principal com o destaque da participação das Entidades que se organizam para atender as demandas emergentes dos imigrantes; ao lado deste discurso, consta um quadro que traz no título: “*Oportunidades superam*

dificuldades” (Avansini, 2017b), espaço que os imigrantes falam das dificuldades vivenciadas no Haiti e as expectativas de alcançar melhores condições de vida em Londrina.

Do lugar em que a notícia está impressa, ela ocupa a folha de frente (direita) da página, posição estratégica ao olhar do leitor ao abrir o caderno e, na organização da reportagem, estão presentes diferentes vozes que discursam, e, dentre elas, a voz do imigrante, que durante a execução da análise não são apresentadas com frequência em outros cadernos analisados.

Importante considerar que na Figura 12 estão presentes com a mesma temática, mas distintas. Em uma delas com o título: “*Oportunidades superam dificuldades*” consta na fala de um migrante sírio, que supera os desafios sociais e econômicos vividos. Fica exposto que tal superação foi obtida por sua dedicação e mediante o apoio da família, ou seja, este discurso, através do conceito Direitos e Méritos (Pereira, 2016), expressa a relação meritocrática do indivíduo em particularizar a superação das dificuldades enfrentadas, afirmando conseguir se restabelecer economicamente em Londrina.

Toda essa notícia sobre a migração, contida neste caderno, quando efetuada a busca no *site* da Folha de Londrina, não foi localizada nos acessos digitais de igual modo ao posto no jornal impresso. Pelo acesso digital, consta apenas o discurso da reportagem “TERRA ESTRANGEIRA – *Interior do Paraná se consolida como destino de migrantes*”, classificação 36, com discurso promovido pelo representante religioso, de nacionalidade haitiana, que fala sobre a condição dos outros imigrantes na condição de vivências de preconceitos; intolerância e desproteção social.

Figura 11 – Reportagem I Manchete



Figura 12 – Reportagem II Notícia



Fonte: Folha Geral. Oportunidades superam dificuldades, de 17 e 18 de jun. 2017.

Posterior à apresentação do jornal das Figura 11 e 12 acima, é importante mencionar que no mesmo caderno, na “Folha Especial, p. 10, consta outra reportagem sobre a temática. A Figura 13, abaixo, possui uma fotografia centralizada na parte superior do jornal, que consta uma cruz ao fundo e uma figura religiosa, cujo discurso posto na legenda da foto diz: “O padre haitiano Wilnie Jean acompanha o dia a dia de seus compatriotas e vê as dificuldades enfrentadas por eles desde a chegada ao Brasil” (Saris, 2017) em demonstração à vinculação da igreja católica no acolhimento aos imigrantes e refugiados. Fatos que constata a ausência da responsabilidade do Estado na promoção da Proteção social e as organizações sociais, principalmente de cunho religioso, assumindo esta demanda essencialmente, com cunho caridoso.

Figura 13 – Reportagem III Notícia

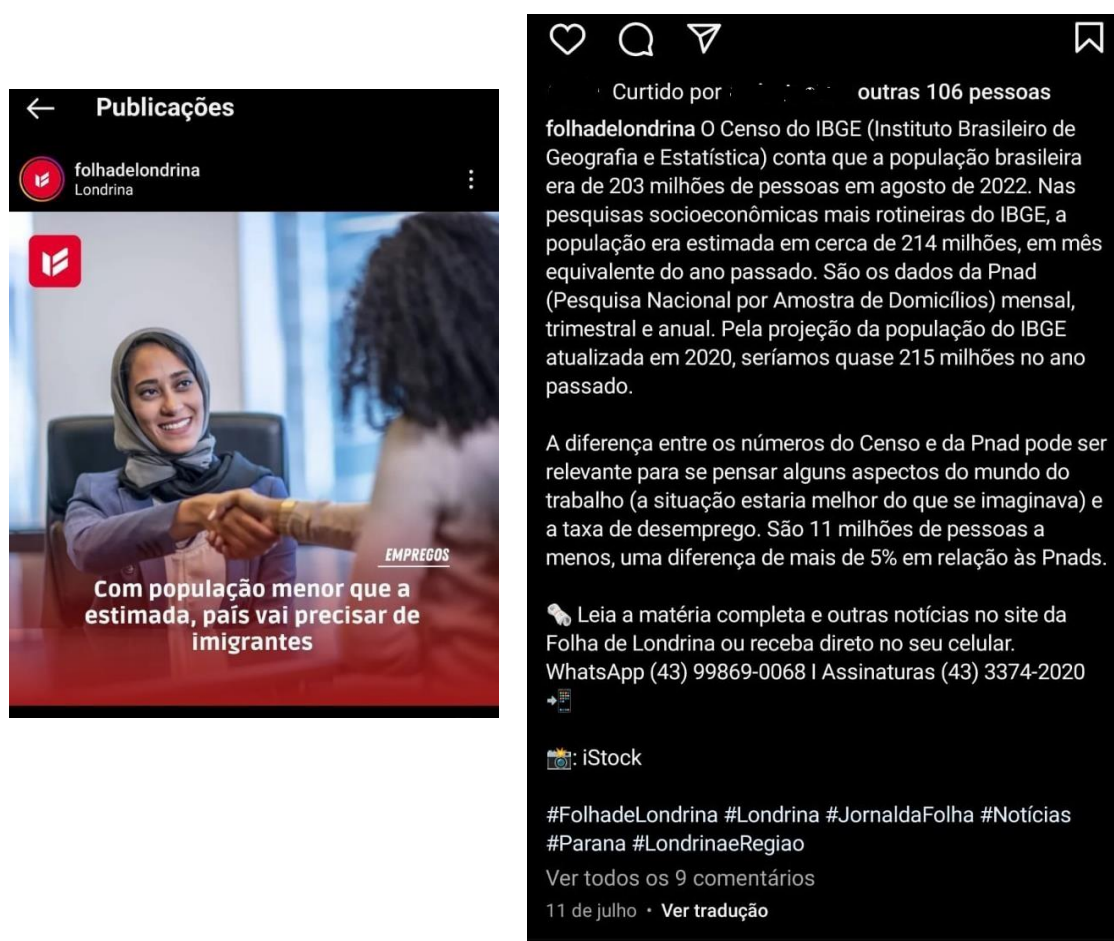


Fonte: Folha Geral. Oportunidades superam dificuldades, de 17 e 18 de jun. 2017.

Esta notícia em específico, em comparação ao conteúdo digital, é diferente, pois traz a exposição do discurso com mais informação e elemento, quando ao lado da reportagem está exposto um quadro onde consta a narrativa dos fatos vividos por um imigrante sírio. Essa parte em que consiste ser a fala do imigrante não aparece no jornal digital, ou seja, seu discurso não é contemplado. Os textos que permanecem são daqueles que falam no lugar do imigrante.

Importante destacar que, em meio ao processo de observação aos discursos, outro fator que acentua ainda mais o prejuízo ao “conteúdo completo”, são as chamadas em forma de “resumo da informação” presentes na descrição das legendas do *feed* do Instagram, pois o leitor visualiza parcialmente a informação tendenciosa e utilizada para captar novos assinantes ao *site* do jornal e, essa informação, obtida superficialmente naquele pequeno contexto fragmentado, também é utilizada para formar opinião. Abaixo, segue a Figura 14 que demonstra as observações identificadas.

Figura 14 – Recorde do *feed* Instagram, publicação Folha de Londrina



Fonte: Instagram Folha de Londrina em 11 de jul. 2023. Acesso 17 out. 2023.

Contudo, a propensão ao risco de leitores superficiais pode aumentar, uma vez que os conteúdos digitais das redes sociais, como o Instagram, são os meios de acesso mais recorrentes atualmente e, por vezes, usados para gerar informação em uma contextualização superficial, pois o objetivo do Instagram corresponde à venda, ele representa uma vitrine virtual. Nesse sentido, os recortes das notícias presentes nas legendas servem para captar a atenção do leitor e levá-lo ao acesso dos conteúdos no *site* do jornal, mas, por vezes, o visualizador da postagem não acessa os *sites*, que são pagos, e mantém apenas a informação de destaque. Portanto, se antes em conteúdo impresso a notícia informava e não formava sujeitos críticos, no acesso digital a notícia não informa e, tampouco, forma o pensamento crítico do sujeito leitor.

Essas diferenças entre os conteúdos impressos e os disponibilizados nos acessos digitais, foram constatadas no decorrer desta pesquisa, e, de fato, identificados mediante as leituras das reportagens. Portanto, a construção desta

pesquisa se aproximou da técnica de “Análise de Conteúdo” para estabelecer os critérios à leitura direcionada, bem como realizar todo o levantamento dos dados. Assim, embora essa metodologia de análise proporcione sua execução a determinada função de ordem, ela traz elementos importantes para a organização dessas notícias apresentadas e analisadas (Veneu; Ferraz; Rezende, 2015). No processo de leitura, um dos objetivos consiste em fazer a decodificação, para isso, inicia-se pelo tema, onde Bardin (2016) destaca ser importante, em razão da noção em que Berelson (1952) define ser no tema a presença da afirmação acerca do conteúdo, ou seja, antecede o leitor com uma “unidade de significação” (Bardin, 2016).

Desta maneira, utiliza-se a análise indutiva presente nos dados e que prossegue do específico para o geral, de modo a identificar os principais conceitos, temas e elementos que existem no conjunto de dados e, em seguida, o agrupamento das categorias para identificar padrões de análises e definir até que ponto eles existem (Macnamara, 2019).

O processo de análise qualitativa de conteúdo identificou algumas palavras repetidas, mesmo em diferentes reportagens, e, no levantamento dessas palavras, a formação dos eixos de análise das categorias.

Na aplicação de frequência dessas palavras, ou seja, em como elas são repetidas no decorrer dos discursos, como “trabalho, dificuldade, ajuda”..., os sentidos dos textos estabelecem ao leitor um determinado direcionamento e juízo de valor, que por vezes antecede o leitor ao conteúdo posto em si e não a uma reflexão livre, desprendida daquilo que está posto e se enuncia.

[...] a palavra expressa o juízo de valor de um homem individual (aquele cuja palavra serve de norma: o homem de ação, o escritor, o cientista, o pai, a mãe, o amigo, o mestre etc.) e apresenta-se como um aglomerado de enunciados (Bakhtin, 1997, p. 313).

Para compreensão dos sentidos é necessário entender o contexto de onde aquele discurso emerge, para então avançar na compreensão do discurso criticamente, respeitando as presentes particularidades definidoras no processo analítico daquilo que soma para a formação de opinião. A “Análise do Discurso” por Bakhtin (2006) atende amplamente esse processo analítico, e auxiliou em todo processo de leitura e interpretação da intencionalidade dos fatos e das condições de disputas que cercam as interações sociais. Com isso, entendemos que não há possibilidade da existência de neutralidade no discurso.

Neste contexto da inexistente neutralidade nos discursos e somada à identificação desta pesquisa à metodologia, a partir da dimensão teórico-metodológica, no processo de análise, a perspectiva bakhtiniana contemplou a construção da perspectiva crítica social. Logo, adentrar em uma pequena parte do universo dos diferentes gêneros linguísticos, que corresponde para além da palavra escrita, presente nos sentidos a quem impera a palavra, seus signos e significados constituem valores expressos na construção de opinião, a partir de elementos socialmente construídos pelo ethos burguês.

Nos estudos realizados pelo filósofo, é posto que a ideologia se articula com a linguagem, e isso ocorre por intermédio do signo estabelecido, deste modo, “[...] tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, [...] tudo que é ideológico é signo. Sem signos não existe ideologia” [...] (Bakhtin, 2006, p. 23).

Em razão dessa construção pautada na exploração capitalista, de desvalorização da condição humana, que não é dita, tampouco pautada em impressões, mas vivida, sentidas cotidianamente na concretude das desigualdades sociais e da desproteção que insiste em permanecer, buscaremos aferir o enunciado discursado sobre a Proteção social aos imigrantes do Sul-global e suas semelhanças mediante as “explicitações básicas das categorias teóricas centrais – i) Necessidades e preferências, ii) Direitos e méritos, e iii) Igualdade e desigualdade”, definidas por Pereira (2016).

No próximo tópico, são apresentadas as notícias selecionadas para o cumprimento das análises, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Quadro das reportagens coletadas entre 2011 e 2023

| Class. | Jornal/ ano/redator | Notícia de chamada | Subtítulo, ou explicativo | País de nascimento |
|--------|--|---|--|--------------------|
| 01 | Folha de Londrina 18 de jun. 2011, Caderno Geral, por Sergio Ranalli. NDPH e Digital | Os dramas humanos na nação das catástrofes | Crianças escravas, doenças, fome, violência tornam mais trágico os desastres naturais no país mais pobre das américas | Haiti |
| 02 | Folha de Londrina 22 de jun. 2011, Caderno Geral, por Davi Balducci NDPH e Digital | Perseguidos políticos buscam abrigo no Brasil | Cerca de 4,5 mil estrangeiros de 76 nacionalidades tentam refazer a vida em território brasileiro. Paraná abriga 51 refugiados. Oscar Santos fugiu de Guiné-Bissau para não ser morto pela ditadura e, hoje em Sertanópolis, espera por reconhecimento do governo | Guiné-Bissau |
| 03 | Folha de Londrina. 19 de jun. 2011 Caderno Geral, por s/autoria NDPH e Digital | Uma embaixatriz surpreendente Trabalho exemplar | A bióloga curitibana Roseana Kipman deixou as funções burocráticas do campo em segundo plano e partiu para a ação. 'Não seria feliz em nenhum outro lugar'. | Haiti |
| 04 | Folha de Londrina. 19 de jun. 2011 Caderno Geral, por s/autoria NDPH e Digital | Os símbolos e os órfãos | Com US\$ 1,00 por mês militares brasileiros dão oportunidades a dezenas de pequenos haitianos sem família | Haiti |
| 05 | Folha de Londrina 20 de jan. 2012 Caderno Mundo, por s/autoria NDPH | Obama decide facilitar visto para brasileiros | Entre as novidades divulgadas pela Casa Branca está a possibilidade de abolir entrevista pessoal em um consulado (Excluída por se tratar de emigração) | Brasil |
| 06 | Folha de Londrina 24 de jan. 2012 NDPH Caderno Mundo, por s/autoria | Brasileiros nos EUA | 'O governo brasileiro também deveria lançar medidas de incentivo ao turismo nacional e de desoneração incidente sobre alguns produtos' (Excluída por se tratar de emigração) | Brasil |
| 07 | Folha de Londrina 24 de jan. 2012. Caderno Geral, por Davi Balducci | Haitianos são contratados para trabalhar em Ibiporã | Promessa de emprego e moradia para atrair imigrantes | Haiti |
| 08 | Folha de Londrina 28 de jan. 2012. Caderno Geral por Davi Balducci NDPH | Histórias marcadas pelo terremoto | Haitianos sonham em recuperar, com o trabalho em Ibiporã, a vida e a dignidade destruída pelo abalo de janeiro de 2010 | Haiti |
| 09 | Folha de Londrina 7 de maio 2012. Caderno Geral por Fábio Galão NDPH e Digital | Paraná diminui saldo negativo no fluxo migratório | Apesar de ter sofrido o maior processo de expulsão populacional do Brasil nas décadas de 1970 e 80 quando perdeu 2,6 milhões de habitantes, Estado tem conseguido reduzir diferença entre a saída e a chegada de pessoas de seu território (excluída por se tratar de fluxos internos) | Fluxos |
| 10 | Folha de Londrina 12 de | ALERTA | Guiné-Bissau, que faz fronteira com o país com epidemia do ebola é | Guiné-Bissau |

| | | | | |
|----|---|---|--|---------------------|
| | ago. 2014 Caderno Geral, por Diego Prazeres NDPH | | o destino de vários missionários do norte do Paraná. Criado em Iporã, o bispo da Diocese de Bafatá, dom Pedro Zilli (foto), está radicado naquele país há 30 anos e garante que, apesar da apreensão a situação está relativamente tranquila. (LOGO ABAIXO) Secretaria de Saúde de Londrina investiga suspeita da doença em paciente procedente do Togo. | |
| 11 | Folha de Londrina 9 de fev. 2015. Caderno Geral por Marian Trigueiros NDPH | RECOMEÇO Falta de estrutura para receber refugiados | Refugiados haitianos que chegaram ao Brasil há cerca de três anos começaram a trazer seus familiares, mas há falta de estrutura para atendê-los, o que reflete a ausência de uma política de imigração no País. Mesmo com trabalho, eles relatam que a situação financeira é crítica, como é o caso de Feguens Charleron (à dir.), que vive hoje no País com a esposa, os filhos e os dois irmãos. | Haiti |
| 12 | Folha de Londrina 26 e 27 de nov. 2016 Caderno Especial Folha Mais África. por Carolina Avansini, Érika Goncalves. NDPH e Digital | Um continente, muitas tendências Missa Afro celebra diversidade religiosa | Movimentos sociais valorizam a cultura africana contemporânea e despertam interesses dos brasileiros para além da feijoada e da capoeira Proposta de pastoral é criar um vínculo com a população afrodescendente e combater a intolerância religiosa | Continente Africano |
| 13 | Folha de Londrina 20 de nov. 2016. Caderno Reportagem. por s/autoria NDPH e Digita | Na mira de Trump, imigrantes veem sonho americano ameaçado Imigração – Sonho americano ameaçado. | Maringaense que está ilegalmente nos EUA diz que foi vítima de xenofobia após vitória do republicano que prometeu endurecer políticas na área de imigração. Cientista político afirmou que perfil “imprevisível” do presidente eleito causa receio: “As instituições americanas controlam o País, mas até que ponto são capazes de evitar ideias como deportação em massa?” Londrinense que mora em Massachusetts com visto de trabalho, entretanto, acredita que radicalismo foi “estratégia de campanha”. (Excluída por se tratar de emigração) | Brasil |
| 14 | Folha de Londrina 15 de mar. 2017. Caderno Cidades por Carolina Avansini NDPH e Digital | Mesmo ilegais, imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos | Decisão favorável a bengalês com documentação irregular que cobrou recebimento de FGTS rendeu prêmio a juíza paranaense | Bangladesh |
| 15 | Folha de Londrina 30 e 31 de dez. 2017. Caderno Esporte. por Lucio Flávio Cruz NDPH e Digital | Africanos pés vermelhos na São Silvestre | Entre os atletas de ponta treinados na Nova Santa Bárbara, dois quenianos despontam com chances de fazer uma boa prova | Quênia |
| 16 | Folha de Londrina 17 e 18 de jun. 2017. Caderno Especial. por Caroline Avansini NDPH | Demandas de imigrantes e refugiados geram debate sobre direitos e políticas | Interior do Paraná se consolida com o destino de trabalhadores que buscam o Brasil para fugir de crises em seus países de origem, como os haitianos Robson Augustein e Samuel Fleurissaint. Serviços de assistência social amenizam necessidades mais urgentes dessa população, mas não resolvem o problema. Acesso ao mercado de | Haiti |

| | | | trabalho é principal dificuldade | |
|----|--|--|--|--|
| 17 | Folha de Londrina 21 de dez. 2018. Caderno Geral por Rafael Costa Acesso digital | Novo grupo de imigrantes venezuelanos chega ao Paraná | | Venezuela |
| 18 | Folha de Londrina 5 de dez. 2018. Caderno Cidades por Pedro Marconi NDPH e Digital | Universidade Estadual de Londrina de portas abertas para o mundo | Projeto de extensão da instituição desenvolve diversas atividades para integrar estudantes estrangeiros | Haiti e Paquistão |
| 19 | Folha de Londrina 10 de jan. 2019. Caderno Opinião por Talita Fernandes NDPH e Digital | Brasil é soberano para decidir sobre migração, diz Bolsonaro | Governo anuncia que o país deixará pacto global da ONU; fluxo intenso de venezuelanos sobrecarrega serviços públicos em Roraima. | Venezuela |
| 20 | Folha de Londrina 15 de jun. 2019. Caderno Geral. Por Isabela Fleischmann NDPH e Digital | Refugiados disputam copa de futebol em Maringá | Maringá tem final da Copa de Refugiados | Angola, Guiné-Bissau, Haiti, Venezuela, Síria, Líbano |
| 21 | Folha de Londrina 8 de jun. 2019. Caderno Geral. Por Rafael Costa NDPH e Digital | Mesmo com escolaridade elevada, refugiados têm dificuldade de inclusão | Qualificados e com vontade de empreender Primeira pesquisa nacional sobre refugiados no Brasil mostra população com educação acima da média do País e propensão ao empreendedorismo – porém, com dificuldade de inserção. | Síria, República Democrática do Congo, Angola e Colômbia |
| 22 | Folha de Londrina 10 de jun. 2020. Caderno Mundo. Por Flavia Mantovani (digital) Acesso digital | Refugiado iraniano cria app de entrega de comida caseira para vizinhos no Brasil | | Irã |
| 23 | Folha de Londrina 15 de dez. 2020. Caderno Geral, por Vitor Struck Acesso digital | Estudo revela perfil dos imigrantes que vivem na RML | | Haiti, Bangladesh, Colômbia, Senegal, Angola, Guiné-Bissau |
| 24 | Folha de Londrina 25 de jun. 2020. Dia do Migrante, por Pedro Marconi NDPH e Digital | Número de atendimentos a migrantes aumenta na Cáritas de Londrina | Famílias vão em busca de cestas básicas e outros produtos de primeira necessidade; pandemia do coronavírus agravou a situação dessas pessoas | Venezuela |

| | | | | |
|----|--|--|---|--------------|
| 25 | Folha de Londrina 3 de maio 2021. Caderno Cidades, por Rafael Machado Acesso Digital | Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina | | Venezuela |
| 26 | Folha de Londrina 25 de jun. 2021. Caderno Cidades. Por Pedro Marconi NDPH e Digital | Imigrantes, refugiados e apátridas recebem capacitação para produzir pães e bolos por meio do programa Economia Solidária. Pandemia de coronavírus aumentou exposição de estrangeiros à vulnerabilidade social | Desde que o projeto passou a ser coordenado pela Cáritas Arquidiocesana, 13 pessoas que vieram de outros países foram incluídas no programa | Venezuela |
| 27 | Folha de Londrina 30 de jul. 2021. Caderno Últimas notícias. Por Ricardo dela Coletta Acesso digital | Bolsonaro convida africano acusado de guinada autoritária para visita oficial | | Guiné-Bissau |
| 28 | Folha de Londrina. 16 de fev. 2021. Caderno Cidades. Por Pedro Marconi NDPH e Digital | Venezuelana que mora em Londrina busca ajuda para estudar na Inglaterra | Adolescente teve redação selecionada em curso internacional e ganhou oportunidade de imersão nas universidades de Oxford e Cambridge | Venezuela |
| 29 | Folha de Londrina. 3 de fev. 2022 Caderno Opinião, s/autoria Acesso digital | A vergonha e a barbárie | | Congo |
| 30 | Folha de Londrina. 4 de fev. 2022 Caderno Opinião, por João Reis Gomes Filho Acesso digital | Espaço aberto – A carne mais barata do mercado... | A história de Moise seria a mesma se ele fosse branco? E se tivesse registro com carteira profissional assinada por seu empregador? | Congo |
| 31 | Folha de Londrina. 8 de fev. 2022 Caderno Opinião, por Padre Manuel Joaquim R. dos Santos Acesso digital | Espaço aberto – Nova ordem sem axiologia | Moise veio ao Brasil com a família em 2022 para fugir da fome e da guerra no Congo. Encontrou a morte num país negro e racista | Congo |
| 32 | Folha de Londrina. 22 de fev. 2022 Caderno Geral, por Ana Luiza Albuquerque Acesso digital | Ministério Público denuncia 3 presos pela morte de Moises Kabagambe | Congolês foi agredido até a morte, com socos, chutes e palmadas, no dia 24 de janeiro, em um quiosque na praia da Barra da Tijuca | Congo |

| | | | | |
|----|--|---|--|-----------|
| 33 | Folha de Londrina. 16 de mar. 2022 Caderno Geral, por Ana Cristina Campos Acesso digital | Família de congolês administrará quiosque no Rio | Moíses foi espancado até a morte em janeiro, na Barra da Tijuca | Congo |
| 34 | Folha de Londrina. 15 de jan. 2023 Caderno Geral, por Vitor Ogawa Acesso digital | Operação Acolhida interioriza refugiados venezuelanos no Paraná | Nos últimos quatro anos, o estado acolheu 16,3 mil venezuelanos pelo programa criado pelo governo federal, sendo 406 em Londrina | Venezuela |
| 35 | Folha de Londrina. 16 de jan. 2023 Caderno Opinião, por Vitor Ogawa Acesso digital | Editorial: A acolhida brasileira para refugiados | O Brasil recebe, com frequência, pessoas de outras nacionalidades em situação de refúgio e o Paraná é um dos principais destinos | Venezuela |
| 36 | Folha de Londrina. 17 e 18 de junho de 2017 Folha Especial, por Simone Saris | Maior dificuldade é o acesso ao mercado de trabalho | Serviços de assistência social amenizam, mas não satisfazem as necessidades mais urgentes dos migrantes | Haiti |

Fonte: Quadro de elaboração própria.

Nota: Reportagens 5,6,9 e 13 não foram analisadas por incompatibilidade temática.

Assim, os discursos são excelentes executores para a formação de opinião, e mediante os jornais identificá-los em seus determinados sentidos não foi tarefa fácil. Portanto, a metodologia de análise utilizada foi estruturante à construção das opiniões preponderantes, e determinadas a partir do princípio hegemônico presente nessa sociedade capitalista, e que posteriormente contribuiu para definição do tipo de proteção social que se estabelece na cidade de Londrina aos imigrantes do Sul-global.

4 OS CONTEÚDOS E DISCURSOS SOBRE OS MIGRANTES E A PROTEÇÃO SOCIAL

O quarto capítulo apresenta o processo de análise dos discursos expondo as constatações dos enunciados postos nos jornais, os levantamentos quantitativos da frequência da temática “migração” com destaque à periodicidade do ano, bem como destacar a eloquência ao abordar a questão migratoria ao público leitor.

As análises dos discursos ocorreram em duas fases. Na primeira, a partir da produção de um ‘mapa’ geral. As reportagens foram analisadas sob seus aspectos amplos: leitura dos textos, identificação de territorialidades, data de produção, vinculação com a temática proposta, utilização das matrizes teóricas, ordenação classificatória.

Na segunda fase, a partir das informações obtidas da fase antecessora foi possível a análise mais ‘profunda’, observando aspectos como a adesão dos discursos aos conceitos de *preferência e necessidades, Direitos e mérito e Igualdade e Desigualdade* (Pereira, 2016).

4.1 PRIMEIRA FASE DE ANÁLISE

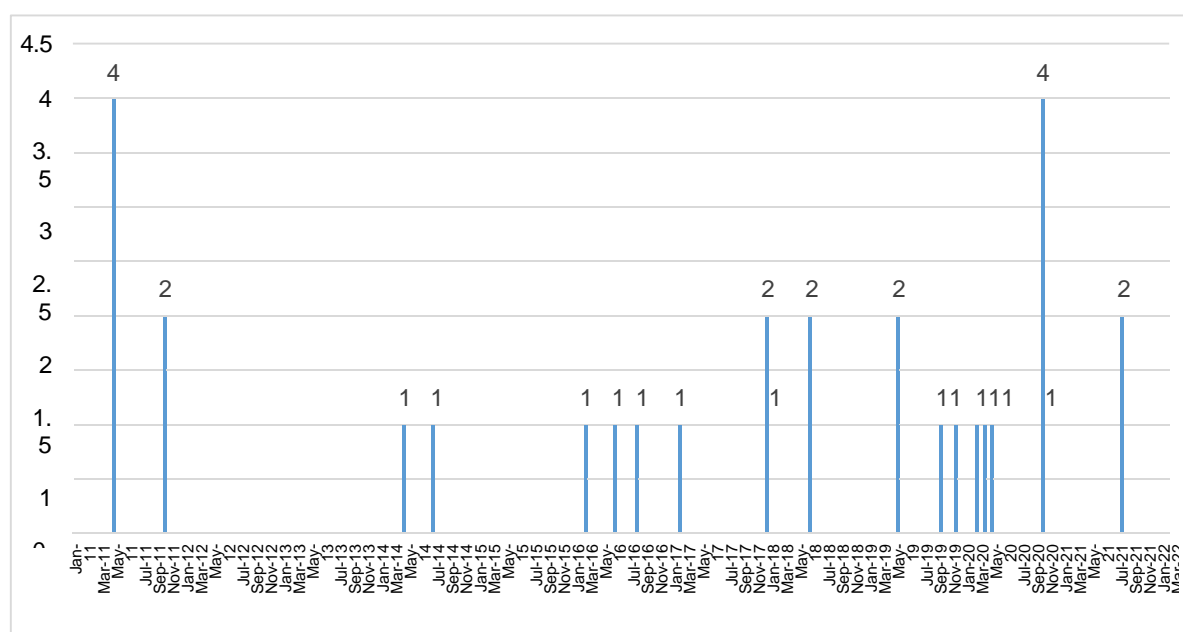
Para a realização da primeira fase foram levantadas 35 reportagens coletadas da hemeroteca do NDPH, posterior à filtragem de mais 1 notícia que foi acrescentada, resultando em 36 materiais para análise, que foram classificados e listados com: i) título da manchete, ii) data da publicação, iii) território londrinense ou cidades vizinhas, como por exemplo: “Ibiporã”, iv) ordem classificatória, ou seja, a que parte do caderno no jornal a notícia é apresentada. Deste mapa emergiram as constatações de ordem mais amplas, como será demonstrado a seguir.

A primeira delas, percebida nas reportagens, diz respeito a periodicidade; os tipos de reportagens em que a temática sobre imigração aparece. O processo de seleção e análise já descritas no cap. 3 evidenciaram hiatos temporais entre as reportagens. Conforme indica a Figura 15, foi possível perceber que as

reportagens aparecem temporalmente próximas, concentradas entre períodos de ausências. Essa presença concentrada em um tempo evidencia que o tema só emerge em situações-problemas que de alguma forma se ‘avolumam’ em determinados momentos, mas que são ‘esquecidos’ com a mesma efemeridade que emergem.

Assim, evidenciou-se que a frequência das reportagens cujos discursos falam da presença do imigrante com menor vinculação a conflitos externos, ou seja, que fala do imigrante, de sua presença, do fato migrar em si, para além das condições externas político, econômico ou social, ocorre no mês de junho, entre os dias 13 e 23. E quanto a isso, recentemente foi determinada a Lei 14.678/23 que legitima a Semana do Migrante e do Refugiado nas mesmas datas acima destacadas⁵⁵.

Figura 15 – Distribuição da presença de reportagens sobre imigração Sul-Global entre 2011 e julho de 2023



Fonte: Acervo NDPH. Elaborado pela autora.

Nota: Para uma melhor visualização, optou-se por criar o gráfico com os meses e não os dias.

Os dois principais hiatos ocorrem entre os meses de janeiro de 2012 e agosto de 2014 (30 meses) e entre fevereiro de 2015 e novembro de 2016 (21

⁵⁵ Conforme Câmara dos Deputados: Nova Lei institui Semana do Migrante e do Refugiado, no mês de junho. Disponível em [https://www.camara.leg.br/noticias/999115-nova-lei-institui-semana-do-migrante-e-do-refugiado-no-mes-de-junho/#:~:text=A%20Semana%20do%20Migrante%20e,Oficial%20da%20Uni%C3%A3o%20\(DOU\)](https://www.camara.leg.br/noticias/999115-nova-lei-institui-semana-do-migrante-e-do-refugiado-no-mes-de-junho/#:~:text=A%20Semana%20do%20Migrante%20e,Oficial%20da%20Uni%C3%A3o%20(DOU).). Acesso em 30 nov. 2023

meses), nesses períodos não há nenhuma menção do tema. Se somarmos os períodos temos 51 meses, ou seja, 4,5 anos de ausência. Contrasta com essa ausência o mês de maio de 2011 (4 presenças), o período de dezembro de 2018 a junho de 2019 (5 presenças), de maio a junho de 2021 (4 presenças), o mês de fevereiro de 2022 (5 presenças). Por essa análise constata-se a primeira consideração: embora o fenômeno migratório exista com as várias mazelas vistas a olho nu nos sinaleiros, nas ocupações habitacionais (como o atual Jardim Flores do Campo que abriga número expressivo de migrantes), nas vendas informais no Calçadão de Londrina, e oficialmente já apresentadas pelas pesquisas TIT Ser saúde (2018-2019), entre outras que confirmam sua existência, o tema só é pautado quando há alguma demanda gerada por algum acontecimento, como as reportagens referentes ao Haiti⁵⁶, onde é prevalente no mesmo mês a quantidade de três reportagens em junho de 2011, que discursaram a importância da “compaixão” pelo país, em razão da catástrofe natural que prejudicou amplamente o território, no entanto, na medida em que outros eventos acontecem, essas notícias se abstêm, elas desaparecem, como se não houvesse ocorrido tal fato.

A segunda constatação expressa essa identificação frequente nos discursos em massa, como é o caso de Moïse⁵⁷, o congolês assassinado no início do ano de 2022, que foi propagado no jornal da Folha de Londrina durante um curto período de três meses, janeiro a março de 2022, contendo cinco reportagens, dentre elas o “Espaço Aberto”, onde leitores e assinantes da Folha de Londrina expuseram textos dissertativos sobre a questão do imigrante, no entanto, sob uma observação isolada, individual de Moïse, sem considerar a desproteção dos imigrantes, para além deste fato.

Portanto, a migração por essas duas reportagens analisadas, aparece associada a tragédias (naturais e sociais) demandando compaixão pela condição dos migrantes, no entanto, para além disso, o tema é negligenciado e não desperta interesse no aprofundamento da questão.

⁵⁶ Forte terremoto causa destruição no Haiti em janeiro de 2010, que atingiu 7.0 graus na escala Richter, localizado a cerca de 15 quilômetros da capital, Porto Príncipe, considerado o terremoto mais forte a afetar o país nos últimos 200 anos (NEWS, BBC. Brasil, 2010).

⁵⁷ Jovem congolês, que morreu assassinado quando foi cobrar o pagamento do trabalho que havia realizado por 2 dias no Quiosque da praia da Barra da Tijuca – na Zona Oeste do Rio de Janeiro, foi agredido até a morte por um grupo de quatro pessoas no dia 24 de janeiro de 2022, na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Puente, 2022).

Partindo dessa identificação inicial, o processo analítico caminhou para a segunda fase da análise, de identificar nos discursos produzidos nas reportagens elementos das Matrizes ideopolíticas da Proteção social, conforme Pereira (2016), para identificar a correlação dos discursos e possíveis vinculações aos imigrantes do Sul-global na região. A partir desta aproximação foi constatado que, preponderantemente, 28 notícias das 32 analisadas estavam mais próximas e vinculadas à *matriz residual*, cujos discursos associam-se às perspectivas funcionalistas com foco na responsabilidade do indivíduo e na presença do Estado associado ao mercado. Esta constatação fica explícita quando as reportagens expõem o seguintes discursos: “Entidades se organizam para garantir direitos [...]” (Avansini, 2017a), onde fica exposto a responsabilização e participação de instituições ao desenvolvimento de estratégias na superação da desproteção social, ou, outro exemplo com o título: “Qualificados e com vontade de empreender” (Costa, 2019), onde destaca a vinculação dos sujeitos aos interesses pelo mercado, e quando a ênfase do acesso à proteção social é designada à entidade terceirizada, como exemplo: “Referência no atendimento e acolhida de pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo os migrantes, a Cáritas Arquidiocesana de Londrina registrou um aumento na procura de famílias de outros países” (Marconi, 2020). Em outras reportagens foram constatados aspectos que se associavam também à perspectiva social democrata, como a notícia de “class. 18”, que discursa sobre a Universidade Estadual de Londrina, em que apesar de vinculada a associações internacionais que prestam apoio aos estrangeiros, o projeto, mediante recurso público, está posto no discurso de forma integrativa, onde o próprio nome do projeto “Be”, que traduzido do inglês significa “estar”, de modo inclusivo, visa cooperar para a inclusão de outros, tanto os de fora quanto os de dentro da UEL, viabilizando o direito ao acesso, independentemente do idioma, da nacionalidade, o foco consiste na abertura de portas da Universidade pública ao mundo (Marconi, 2018). Outro discurso que caminha nesta vinculação à perspectiva “Social-democrata” corresponde à reportagem que leva como título: “Maringá tem final da Copa de Refugiados”, de “class. 20”. Apesar da reportagem se passar no município vizinho a Londrina, na “Associação de Estrangeiros Residentes na Região de Maringá”, tiveram da Prefeitura do município o título de utilidade pública. O discurso é apresentado no jornal de Londrina, que expressa sobre a formação coletiva dos imigrantes e seu

reconhecimento enquanto espaço coletivo, representativo, deliberativo de categoria que busca o reconhecimento dos imigrantes na cidade de Maringá.

Mesmo assim, apesar de consideradas as vozes que ora expressam noções quanto à perspectiva social-democrata, elas são incluídas sob opinião liberal. Pode-se dizer que, no que concerne à reprodução social de ideias político-econômicas no campo da proteção social, em termos de jornal local e pelas reportagens analisadas por este jornal “Folha de Londrina”, a população londrinense não tem acesso a nenhuma outra perspectiva que diferencie ou expresse outros discursos para além das mesmas opiniões reproduzidas, que estabelecem barreiras ao que tange à proteção social enquanto reconhecimento do Direito social aos imigrantes garantido pelo Estado.

Houve quatro notícias que apresentaram o discurso, pertencentes à Matriz Social-democrata; sendo eles:

1) A reportagem de ordem classificatória 14, “*Mesmo ilegais, imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos*” (Avansini, 2017b), discursa sobre o migrante em condição de irregularidade documental e que, apesar desta condição, teve os direitos trabalhistas garantidos, assim, se obteve a efetivação de seu direito mediante o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Pela reportagem o leitor é levado a interpretar o imigrante como aquele em oposição à lei e que não se pode lidar. A *ilegalidade* é um termo que é aplicado ao indivíduo e sua inadequação, sem que se expresse os processos burocráticos e os custos à requisição de obtenção/renovação de seu direito de permanência. É um termo auferido ao indivíduo que o deprecia, desconsiderador da condição vulnerável socioeconômica que o indivíduo pode estar submetido (Moore, 2021).

2) A notícia de ordem de classificação 20, “*Refugiados disputam copa de futebol em Maringá*” (Fleischmann, 2019), onde consiste apresentar os refugiados que estabeleceram vínculos a partir da atividade esportiva, o futebol, e desse envolvimento coletivo surgiu a associação representativa dos refugiados, que obteve da prefeitura do município a titulação de utilidade pública com representatividade nos espaços públicos democráticos, conforme assegurado pela Lei de Migração nº 13.445 de maio de 2017.

3) A notícia de ordem de classificação 23, “*Estudo revela perfil dos*

imigrantes que vivem na RML” (Struck, 2020), cuja reportagem expressa o discurso sobre o estudo do “Perfil dos Imigrantes que vivem na RML”, realizado pelo Grupo de Pesquisa SerSaúde, do departamento de Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina, que consiste no levantamento de dados extraídos das entrevistas realizadas com alguns migrantes do Sul-global que estão em Londrina e região, e nas respostas constatou-se a ausência do Estado enquanto poder público responsável pelo apoio a esses imigrantes quando da sua chegada, ou seja, a problematização da desproteção social e o distanciamento do Estado de direito.

4) Entrevista, de ordem de classificação 18, é discursada sobre a Universidade Estadual de Londrina com o projeto “Be UEL”, uma iniciativa multidisciplinar dirigida pelo Departamento de Letras da universidade com foco integrativo aos migrantes que chegam na região e não têm conhecimento do idioma português. Nesta reportagem a política pública de educação é representada em sua universalidade, sendo este projeto aberto a toda comunidade.

Essa constatação, da menor quantidade de discursos emitidos pelos jornais analisados referente à Matriz Social-democrata e a inexistência de discursos de Matriz Socialista, nos levou a identificar que há uma hibridez nos discursos nas reportagens que exigem cuidado ao enquadrar as mesmas em cada uma das matrizes, que nos leva a uma terceira consideração decorrente da primeira: há nas reportagens, evidências de que a cidade de Londrina está sob o processo de massificação das informações e da produção de *uma sociedade de massas*, como apontam vários autores dos estudos sobre mídias e meios de comunicação desde os Frankfurtianos, Mills (1977) e contemporâneos. Essa constatação é válida no caso da imigração nas reportagens coletadas.

Após as considerações mais gerais, definiu-se que para o aprofundamento da análise e diante da impossibilidade de isolar os dados de forma rígida nas Matrizes ideopolíticas (Pereira, 2016), optou-se por partir dos seis elementos básicos centrais das categorias teóricas centrais elaborados pela mesma autora, que serviram para auxiliar nas interpretações dos discursos para a correlação desses às Matrizes, considerando que os discursos podem corresponder a mais de uma delas. Trata-se, portanto, de uma hibridez, pois as matrizes não podem ser classificadas como tipos puros⁵⁸, mas a partir dos elementos básicos centrais

⁵⁸ Vide Max Weber, 2009, p. 5.

podemos identificar a preponderância de uma ou outra, assim como a hibridez. Para a segunda fase da análise foram utilizados os conceitos de *preferências individuais* ou *necessidades humanas, direitos e méritos e igualdade e desigualdade* contidas nas “Explicitações básicas das categorias teóricas centrais” definidas por Pereira (2016, p. 57-75), que se referem à compreensão teórica da política social, bem como sua execução na prática, conforme demonstrado no capítulo 1 deste texto.

Nas vinte e oito reportagens, elencadas à Matriz Residual, são expostas notícias de diferentes nacionalidades, tendo elas os territórios: congolês, haitiano, venezuelano, Bissau-guineense, bengalês, paquistanês, iraniano, senegalês, queniano e etíope. Em todos os países citados há a similaridade de serem territórios colonizados e explorados por países capitalistas centrais. Também é comum as expressões da questão social por eles enfrentadas quando chegam ao país.

A quarta constatação da pesquisa emergiu desse processo: observou-se que as particularidades de cada país, de seus processos históricos, culturais e sociais não são apresentadas nas notícias. Se levarmos em conta a observação do todo analisado, temos que o conceito de *preferência individual* é o padrão mais adotado nos discursos, uma vez que nas reportagens estão constatadas questões individuais, focalizadoras, como: “Venezuelana que mora em Londrina busca ajuda para estudar na Inglaterra” (Marconi, 2021), que expressa na reportagem a dificuldade econômica vivenciada pela jovem estudante e sua família à viabilização de recursos econômicos para o acesso aos estudos nas universidades, onde ganhou oportunidade de ser inserida na Europa, no entanto, para isso, busca meios estratégicos particulares de solidariedade para tornar efetivo esse desejo. Portanto, o fato representa bem a preferência individual, uma vez que sua efetividade está exclusivamente associada ao mérito do indivíduo em relação ao mercado.

Ao se estudar os contextos socioeconômicos e culturais dos países que constam das reportagens selecionadas, tem-se a quinta constatação: percebe-se similaridades entre os países de cujos intensos fluxos migratórios demonstram a similaridade na desproteção social – os países do Sul-global – e a hegemonia capitalista no processo exploratório. Associa-se a isso a relação de dependência e subserviência do imigrante ao trabalho tão presente nos países periféricos que foram socialmente construídos em decorrência dos conflitos territoriais externos, civis-internos e sociais. Ou seja, a ausência de Proteção Social nos países de cunho

político econômico neoliberal, na condição países emergentes, intensifica os fatores que condicionam do processo ao fluxo migratório.

4.2 APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS E DECISÕES DE CAMINHOS ANALÍTICOS

Com relação à estrutura da análise, pensou-se em duas formas para a sistematização, a primeira de analisar as questões migratórias por fluxos e, a segunda, a partir da identificação por temas frequentes abordados nas reportagens.

Durante o processo de análises, que gerou a apropriação do discurso dos jornais, as realidades e vulnerabilidades enfrentadas pela demanda migrante tornaram-se muito intensas, pois chama atenção, além das similaridades nos discursos descritos, a condição de desproteção, entre os países periféricos (Villen, 2015).

Nos textos percebeu-se um modo padronizado, uma presença frequente de palavras (ajuda, preconceito, dificuldade, refúgio, desemprego, pobreza, vulnerabilidade) que expressam condição de inferioridade desses locais, mas sem problematizar as causas. Deste modo, ao associar a imagem do imigrante advindo do Sul-global, os 'pré-conceitos' surgem a partir daquilo que é dito sobre eles, dos significados que estes sujeitos foram classificados nos discursos e as opiniões em um constante processo de reprodução, sem variação ou contrariedade ao tipo de discurso produzido. Percebe-se discursos apelativos às emoções pessoais dos leitores e não à mobilização para os direitos sociais/humanos constituídos.

A relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal através da "Análise do Discurso" (Bakhtin, 1997, p. 345). As opiniões sobre os imigrantes estão simbolicamente definidas e são reproduzidas nestes espaços de diálogos, que comunicam e formam sentidos e valores. Como exemplo, a Figura 16 abaixo, com o título: "Sentido das Palavras", de class. 4 nas análises – expressa em seu título: "HAITI Os símbolos e os **órfãos**" (posto em negrito somente "órfãos"), e no subtítulo destacado com letras em vermelho: "*Com US\$ 1,00 por mês, militares brasileiros dão oportunidades a dezenas de pequenos haitianos sem família*". Expressa intencionalmente aquilo que o enunciado busca destacar com os efeitos (negrito em órfãos e destaque da cor vermelha no subtítulo), que delimita a atenção do leitor ao discurso, neste caso a precária condição aos "órfãos" e a ação solidária feitas pelos militares brasileiros às crianças haitianas.

Figura 16 – Sentido das palavras



Fonte: Folha Reportagem. HAITI Os símbolos e os órfãos, de 19 jun. 2011.

Por essas constatações, das demarcações presentes nos títulos e subtítulos das reportagens, iniciou-se, primeiramente, a organização por fluxos migratórios, e nela percebeu-se que as ênfases obtidas nas definições e percepções descritas acima, deixavam de aparecer em detrimento das nacionalidades que eram evidenciadas, e, por analisar que os problemas sociais estão contidos em todas as reportagens, ou pelo menos perpassam a todos os imigrantes contidos nas reportagens, foi decidido que o segundo tipo de análise (temas: I) trabalho, II) catástrofes naturais, III) Xenofobia e outras dimensões; IV) protagonismo migrante – sempre em diálogo com os eixos de análise) seria mais indicado para este trabalho. Uma vez que o objeto dessa dissertação é a Proteção social e que, embora as nacionalidades sejam importantes para entender de onde se fala, o elemento mais comum encontrado entre os discursos definidos nos jornais diz respeito às expressões da questão social, que em todos os discursos apresentam em comum sobre os imigrantes. Ao invés de analisar as diferenças existentes nas nacionalidades, optou-se pelo que há de comum. Ao mesmo tempo, a forma de organização das tabelas e quadros de análise permitem que as análises por fluxos sejam realizadas posteriormente.

Observou-se opiniões que mais enfraquecem do que legitimam a necessidade de medidas protetivas garantida mediante os direitos sociais efetivos e assegurados pelo Estado. Fica exposto nos discursos que os problemas sociais fazem parte do contexto migratório, associam a problemática ao imigrante que saiu em busca de melhores condições para sobreviver, sem considerar as questões externas que envolvem esse sujeito e que pode ter gerado nele a necessidade de migrar.

Por esta definição ao que concerne à vinculação do migrante à condição de provisoriedade (Sayad, 1998), fica evidente que as relações de intolerância ocupam os espaços da migração e imigração, seja na forma em como o imigrante é acolhido, conforme a afirmação em destaque presente no jornal de class. 21: *“Eu, pessoalmente, dormi vários dias em uma praça. A gente não tinha como alugar uma casa sem fiador, e não tínhamos ninguém [...]”* (Costa, 2019, class.21) e, por vezes, submetido à intolerância perante a diversidade trazida da proximidade com o diferente e que por meio da exceção, das particularidades apresentadas pelo outro, o racismo nasce e prospera a partir dele próprio (Eco, 2020 p. 83-84), e pelo exposto no jornal de class. 14 esta interpretação se confirma: *“As pessoas veem que sou negro e africano, acham que passo fome e vou aceitar qualquer coisa”* (Avansini, 2017b).

Diante disso, constatadas as vulnerabilidades sociais presentes no discurso, as similaridades quanto às dificuldades apresentadas sobre os imigrantes do Sul-global, o processo de análise considerou os fluxos migratórios tendo em vista que essas nacionalidades analisadas correspondem a países emergentes e, portanto, em comum condição de exploração socioeconômica.

Tendo em vista a considerável quantidade de reportagens que abordaram as condições de dificuldades de permanência desses imigrantes aos territórios de onde vieram, há reportagens que os discursos são apresentados “genericamente”, das dificuldades enfrentadas, como no jornal de class. 25, que leva em seu título: *“Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina”* e, na redação, está posto que *“os venezuelanos são a maior demanda por causa da crise que se instalou naquele país”* (Machado, 2021, class. 25), mas nesta reportagem o imigrante não foi descrito em sua particularidade a partir de sua presença única, individual, ele é reconhecido a partir das expressões sociais externas, que são apenas informadas nos discursos e não problematizadas; *“Não podemos afirmar se isso é reflexo da pandemia. Os dados não abrem espaço para essa interpretação. Mas é claro que a crise econômica dos países latino-*

| | |
|---|--|
| <p>**NOVA DIREITA – Princ. Instâncias: mercado e outras inst. Privadas não mercantis (Ongs) Impor. da teoria: Valorização da teoria Principais instâncias – Estado e mercado Status de direito – Proteção social NÃO é direito Obj. Primeiro da Prot. Social: Preservação do Capitalismo</p> | |
| <p>Análise final: Frente às explicitações básicas das categorias teóricas centrais (Pereira, 2016)</p> <p>Do par categorial: Necessidades: O Estado é responsável pela Proteção social por meio do direito, intervenção coletiva;</p> <p>Preferências: Descomprometimento do Estado Responsabilidade do mercado (Ongs/ entidades sociais e privadas) intervenção focalizada; individual;</p> <p>Embora a intervenção Operação Acolhida e Interiorização dos Venezuelanos seja legitimada pelo Estado, a efetividade da ação é de responsabilidade da sociedade civil; entidades não governamentais; instituições privadas e os espaços religiosos. Portanto, o conceito de Preferências se destaca; no entanto, o Estado mediante resoluções, portarias e leis, manifesta a mínima necessidade do reconhecimento de direito.</p> <p>Direito e Mérito – Ausência do Direito social, pois no discurso não está posto a implantação de medidas amplas/ coletivas. Consiste em caso isolado; focalizado de um determinado grupo de imigrantes. Identificado a viabilização de medidas interventivas fundamentado na meritocracia do indivíduo. Portanto, a Proteção social não é viabilizada pelo Estado, neste contexto, ela deve ser obtida pelo próprio indivíduo e a entidade civil, viabilizar meios mínimos para, temporariamente, acolher.</p> <p>Igualdade e Desigualdade – não consta na reportagem; (mas pela análise, frente às considerações de Pereira (2016), a igualdade no capitalismo gera desigualdade e para superação da desigualdade é preciso superar o capitalismo.</p> | |

Fonte: Elaborado pela autora

4.3 SEGUNDA FASE DE ANÁLISE

Antes de apresentar as análises, é importante indicar como elas serão dispostas no texto. Convencionou-se que as citações das reportagens serão referenciadas bibliograficamente pelo nome do(a) repórter e ano para cumprir com as normatizações da ABNT, mas também se utiliza a numeração de 1 a 36 para localizar⁵⁹ as citações, tanto nas categorias analíticas quanto nos países sobre os quais a reportagem foi produzida. Essa sistematização das reportagens propostas pode ser observada no Quadro 5 acima.

As falas contidas nas reportagens, das citações retiradas dos jornais, foram selecionadas em itálico para expressar a fala do entrevistado.

Foram analisados os discursos dos jornais a respeito da proteção social tendo os binômios (*Necessidades e Preferências, Direitos e mérito, Igualdade e desigualdade*) propostos por Pereira (2016) como eixo de análise balizadores.

No que diz respeito às necessidades e preferências, a autora citada vai indicar a imprecisão conceitual do termo “necessidades”, que, a depender de seu uso, pode tanto fortalecer o papel do Estado quanto enfraquecê-lo, já que

⁵⁹ No Quadro 4: Quadro das reportagens coletadas entre 2011 e 2023, p. 106.

necessidades não podem ser definidas em separado da noção de direitos e, portanto, não “podem ser equiparadas a uma simples e naturalizada carência individual, material ou biológica, e sim a direitos” (Pereira, 2016, p. 60). Posto isso, a autora vai indicar que essa forma de pensar as necessidades coloca o Estado como principal agente de satisfação “descartando, por consequência, o mercado (que não tem vocação social) e as instituições privadas sem fins lucrativos (que não garantem direitos) do exercício da função” (Pereira, 2016, p. 61).

Assim, a imigração é tratada como direito humano com amplo acesso aos direitos sociais que devem ser assegurados pelo Estado, ou se a proteção social está associada às ações assistenciais a partir da relação filantrópica? Ou seja, a imigração é abordada como uma *necessidade humana* (coletiva) que tem no Estado as possibilidades de intervenção através de direitos, ou é abordada como uma *preferência individual* que pode ser assistida por entidades e indivíduos isoladamente?

Aos conceitos de Direitos e mérito, a autora considera que o surgimento dos direitos sociais, conforme T. H. Marshall, teve seu surgimento no século XX, na implantação de um Estado Social forte, voltado à proteção social pública, através da equidade e justiça social, garantida e regulada pelo Estado (Pereira, 2016). Deste modo, os direitos sociais não se reduzem às garantias de prevenção e de assistência, como forma de compensar as falhas do mercado, ou ações de governo, eles devem legitimar as políticas sociais universais mediante a materialização da política pública. No entanto, tendo em vista a hegemonia burguesa e a formação de padrões neoliberais, que menosprezam os valores da existência do Estado Social forte – os direitos sociais são enfraquecidos pelo valor “meritocrático”, a partir da responsabilização que há ao indivíduo ou ao grupo, que trabalham para o sucesso com princípios hierárquicos, competitivo, associado a privilégios, hereditariedades e discriminação, conforme apresentado por Pereira (2016). Portanto, foram analisados que, a partir da abordagem do discurso dos jornais, as condições de vulnerabilidades sociais reconhecem a carência da Proteção social, no entanto, é recaído sobre o indivíduo na providência de medidas para superar as mazelas resultantes do capitalismo. Portanto, fica o questionamento quanto a essa condição. O indivíduo deve, por seus próprios meios, particulares, alcançar a superação da desproteção gerada por uma demanda que é social? Além disso, os direitos sociais, quando executados por ações coletivas pelas entidades sociais e religiosas deixam de ser reconhecidos como dever do Estado, e podem ser confundidos por ações

solidárias, com destaque ao mérito do sujeito que se empenha para merecer o atendimento no acesso ao suporte que viabilize a superação de suas dificuldades atendidas particularmente.

Quanto à Igualdade e desigualdade, na Figura 16 não houve classificação analítica por entender que a correlação a este ponto consiste na ideia de predomínio da desigualdade em todas as reportagens, ainda que a igualdade seja objetivada. Ou seja, a igualdade que o “capitalismo cultiva e propala é um simulacro do conceito genuíno, pois consiste em um indicador exclusivamente funcional à persistência da dominação do trabalho pelo capital” (Pereira, 2016). Portanto, sob a organização capitalista, toda relação é desigual. No processo explicativo de Pereira (2016), esse binômio de Igualdade e desigualdade é indissociável, na relação de causa e efeito neles presentes, pois a Igualdade empregada aqui está vinculada ao preceito burguês liberal, constitucionalmente estabelecida: “todos são iguais perante a lei”, no entanto, essa noção oculta a realidade, pois no capitalismo existe desigualdade a partir da produção e exploração gerada pelo próprio sistema (Pereira, 2016).

Dos eixos constituídos para a análise, o “Protagonismo”, que consiste na capacidade de uma pessoa encarregar-se de ações que influenciam o resultado de um evento ou uma situação, foi o único criado a partir da observação do espaço de fala do imigrante. A partir da observação, não são em todos os jornais analisados que o imigrante fala sobre si quanto à desproteção por ele vivida. E, na correlação às “Explicitações básicas das categorias teóricas centrais” propostos por Pereira (2016), esses discursos são manifestados de forma híbrida, uma vez que são caracterizados, tanto na matriz residual como no discurso apresentado no jornal de “class. 28”, pela responsabilização e culpabilização dos indivíduos responsáveis pela estudante venezuelana que por empenho e dedicação da adolescente, por seus méritos, teve sua redação selecionada em concurso internacional, mas pelas dificuldades econômicas enfrentadas por seus responsáveis, que no discurso não são problematizadas, fica exposto o relato de seu pai: “*Agradeço a Deus por ter uma filha igual a ela. Uma menina que cresceu trabalhando com metas, dedicação. Mas também fico triste porque não tenho condições de ajudá-la. É muito difícil para um pai e estou sofrendo por isso*” (Marconi, 2021). O outro discurso, como exemplifica o protagonismo do imigrante na reportagem, corresponde aos imigrantes que compõem a “Associação de Estrangeiros Residentes na Região de Maringá”, onde fica posta no

discurso a fala do imigrante e, nesta análise, a vinculação dessa reportagem à matriz Social-democrata pela valorização da ação coletiva: “Mais do que competir, a ideia do torneio foi integrar e celebrar a amizade” (Fleischmann, 2019 class. 20).

Os demais eixos foram compostos a partir da frequência do uso das palavras que empregam a desproteção social acometida aos imigrantes no decorrer dos discursos das reportagens.

A seguir a Figura 16 expressa a sistematização das trinta e duas reportagens analisadas, conforme o processo de filtragem e do resultado de todo processo de detalhamento do discurso e as opiniões vinculadas, tanto no material impresso (NDPH) quanto no material digital, acessado pelo *site* da Folha de Londrina. As classificações dos jornais analisados, bem como dos Quadros para a Análise utilizados para a primeira e segunda fase do processo de apreciação dos discursos possuem a mesma numeração de ordem classificatória que os jornais apresentados ao longo do texto por “class. ” Foram aplicadas as seguintes demarcações na figura 16: o “x” sinaliza à reportagem que se vincula a um dos eixos temas – situado na parte superior. Por exemplo, conteúdo com o título: “Haiti dramas humanos da nação”, posto “x” no eixo “II catástrofes naturais” por fazer referência a este tema, sendo o fato da temática destaque a esse assunto.

O termo aplicado “sem menção”, foi utilizado quando no discurso não foi identificada a presença de informações à ordem classificatória posta no eixo. Por exemplo: no mesmo título exemplificado acima, o eixo “III Xenofobia e outras dimensões”, classificado com “sem menção”, por não constar informações correspondentes a este eixo no discurso desta reportagem. Outra classificação utilizada foi “ausente e presente”, especificamente, no eixo “Protagonismo dos Imigrantes”, sendo “ausente” aos discursos que os imigrantes não expressam sua voz e “presente”, aos discursos que os imigrantes discursam.

Nas Necessidades humanas foi classificado “maior ou menor”, sendo “maior” para quando o discurso expressa a aplicabilidade do direito enquanto incumbência do Estado, e “menor” quando essa responsabilidade é insuficientemente apresentada no discurso. No conceito Preferências Individuais, também foi aplicado “maior e menor” no quadro de classificação, sendo “maior” para os discursos, cuja responsabilização das entidades e organizações privadas sobressaem na oferta de medidas protetivas e menor, e assim não for, ou seja, quando a relação do direito social sobressai ao mérito individual.

A classificação nos conceitos “Direitos e mérito”, foi sinalizada com “sim” para a condição de que o discurso está vinculado ao reconhecimento dos direitos sociais, e, “sem menção”, quando não constatado no discurso da reportagem, informação que correlacione a informação aos Direitos ou ao mérito. Essas análises foram aplicadas a partir das Explicitações básicas das categorias teóricas centrais definidas por Pereira (2016).

Quadro 6– Quadro de reportagens por temas e categorias (Pereira, 2016)

| CLASSIFICAÇÃO | ANÁLISE DE CONTEÚDO | I TRABALHO (1) DOCUMENTAÇÃO (2) | II CATÁSTROFES NATURAIS | III XENOFOBIA E OUTRAS DIMENSÕES | IV PROTAGONISMO dos imigrantes | NECESSIDADE | PREFERÊNCIA | DIREITO | MÉRITO |
|---------------|--|---------------------------------------|-------------------------------|--|-----------------------------------|-------------|-------------|------------|------------|
| C1 | Haiti Dramas humanos na nação | Sem menção | X | Sem menção | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C10 | ALERTA [...] | Sem menção | X | Sem menção | Ausente | Maior | Menor | Sim | Sem menção |
| C11 | RECOMEÇO | 1 | X | Sem menção | Presente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C12 | Um continente, muitas tendências | 1 | Sem menção | X | Presente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C14 | Mesmo ilegais, imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos | 1 / 2 | Sem menção | X | Presente | Maior | Menor | Sim | Sim |
| C15 | Africanos pés vermelhos na São Silvestre | 1 | Sem menção | X | Ausente | Sem menção | Maior | --- | --- |
| C16 | Demandas de imigrantes e refugiados geram debates sobre direitos e políticas | 1 | X | X | Presente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C17 | Novo Grupo de Imigrantes chega ao Paraná | 1 | Sem menção | Sem menção | Presente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C18 | Haiti e Paquistão – Universidade Estadual de Londrina de portas abertas para o mundo | Sem menção | Sem menção | Sem menção | Presente | Maior | Menor | Sim | Sem menção |
| C19 | Pais deixará Pacto de Migração da ONU | Sem menção | Sem menção | X | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C2 | Perseguidos políticos buscam abrigo no Brasil | 1 / 2 | Sem menção | X | Presente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C20 | Refugiados disputam copa de futebol em Maringá | 1 | Sem menção | Sem menção | Presente | Maior | Menor | Sim | Sim |
| C21 | Mesmo com escolaridade elevada refugiados têm dificuldade de inclusão | 1 | Sem menção | Sem menção | Ausente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C22 | Refugiado iraniano cria app de entrega de comida caseira para vizinhos no Brasil | 1 | Sem menção | Sem menção | Presente | Menor | Maior | Sem menção | Sim |
| C23 | Estudo revela perfil dos imigrantes que vivem na RML | 1 | Sem menção | X | Ausente | Maior | Sem menção | Sim | Sem menção |
| C24 | Número de atendimentos a migrantes aumenta na Cáritas de Londrina | 1 e 2 | Sem menção | Sem menção | Presente | Menor | Maior | Sem menção | Sim |
| C25 | Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina | 1 e 2 | Sem menção | Sem menção | Ausente | Menor | Maior | Sim | Sim |

| | | | | | | | | | |
|-----|---|------------|------------|------------|----------|------------|-----------|------------|-----|
| C26 | Imigrantes são integrados ao Economia Solidária em Londrina | 1 | Sem menção | Sem menção | Ausente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C27 | Bolsonaro convida africano acusado de guinada autoritária para visita oficial | Sem menção | Sem menção | X | Ausente | Sem menção | Maior | --- | Sim |
| C28 | Venezuelana que mora em Londrina busca ajuda para estudar na Inglaterra | 1 e 2 | Sem menção | Sem menção | Presente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C29 | A vergonha e a Barbárie | 1 e 2 | Sem menção | X | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C3 | Uma embaixatriz surpreendente | Sem menção | Sim | Sem menção | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C30 | ESPAÇO ABERTO A carne mais barata | 1 e 2 | Sem menção | X | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C31 | ESPAÇO ABERTO Nova ordem sem axiologia | 1 e 2 | Sem menção | X | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C32 | Ministério Público denuncia 3 presos pela morte de Moïse Kabagambe. | 1 e 2 | Sem menção | X | Ausente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C33 | Família de Congolês administrará quiosque no Rio | 1 e 2 | Sem menção | X | Presente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C34 | Operação Acolhida interioriza refugiados no Paraná | 1 e 2 | Sem menção | Sem menção | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C35 | Editorial: Acolhida brasileira para refugiados | 1 e 2 | Sem menção | X | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C36 | Maior dificuldade é o acesso ao mercado de trabalho | 1 e 2 | X | Sem menção | Ausente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C4 | Os símbolos e os órfãos | | X | Sem menção | Ausente | Sem menção | Maior | Sem menção | Sim |
| C7 | Haitianos são contratados para trabalhar em Ibiporã | 1 e 2 | X | Sem menção | Ausente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| C8 | HISTÓRIAS marcadas pelo terremoto | 1 e 2 | X | X | Presente | Menor | Maior | Sim | Sim |
| | Total menções | 24 | 10 | 15 | 1 | 8 | 25 | | |

Fonte: Hemeroteca do NDPH. Elaborado pela autora.

Nota: o número 1 representa a presença do tema Trabalho e o número 2 a presença de menções às documentações. O termo ausente na coluna Protagonismo significa que não há protagonismo do imigrante

O critério de avaliação para classificar se a reportagem corresponde a Necessidades ou Preferências, Direito ou Mérito, Igualdade ou Desigualdade se fez a partir de como o jornal discursa a responsabilidade do Estado perante a Proteção social. Foram identificados discursos em que o Estado apresentou participação, no entanto, as responsabilidades na efetivação do atendimento aos imigrantes vêm acompanhadas da presença do terceiro setor, principalmente a instituição religiosa. Em todos os casos analisados, o país de onde esses imigrantes advem está posto como um território ausente de Proteção social e com distantes condições favoráveis para permanecer.

Foram identificados mais discursos (22; 78,5%) com teor associado às *Preferências individuais*, do que às *Necessidades coletivas* (8; 28,5%). Para exemplificar, sob as observações de maior referência (preferências individuais), é apresentado o discurso sobre o guineense Oscar José, que leva como título na reportagem: “Perseguidos encontram refúgio no Brasil” de ordem de “class. 2”, que faz referência na colocação plural “Perseguidos”, ao expressar a condição coletiva a partir da experiência do guineense, e sua experiência é aplicada como exemplo de resistência e dedicação apesar de indocumentado; ele “ [...] ganha a vida pintando casas e fazendo trabalhos artesanais em Sertanópolis (norte) ” (Baldussi, 2011b class 2).

Esta padronização de estrutura está fundamentada no ethos burguês, que para Pereira (2016) é representada pelos partidários da ideologia burguesa, que preferem negar a existência de necessidades humanas para não admitirem a possibilidade de elas serem atendidas por políticas públicas, ou seja, torna o sujeito responsável pela existente condição, cabendo a ele recorrer a meios próprios para superar suas dificuldades, que muitas vezes são interpretadas como temporárias, ou provisórias, em razão da noção de provisoriedade atribuída à condição do imigrante pelo fato de migrar.

Dessa constatação, reforça-se e aprofunda-se a primeira consideração já obtida na fase anterior, ao mesmo tempo em que se tem a sexta constatação: foi possível perceber pelas reportagens, que uma noção de proteção social está associada à responsabilidade civil e demais entidades sociais e não é caracterizada, ou reconhecida, enquanto um direito. As intervenções em prol dos imigrantes só emergem enquanto ações na proporção em que as expressões da questão social vão se acentuando e tomando uma forma que afeta ‘a ordem social’ e

sua 'estética'. A ruptura com a inércia em relação à condição social do imigrante só é produzida para pressionar o Estado ou as entidades públicas, visando medidas interventivas para solucionar situações específicas, não pela desproteção do sujeito em si, mas a partir da sua relação com o direito individual daqueles que se sentem incomodados com a presença do desprotegido (imigrante). Como exemplo, os Venezuelanos (Reportagem 25) vistos nos semáforos pedindo esmola.

Pelas ruas de Londrina, não é difícil encontrar alguém com um pedaço de papelão relatando que está com fome e precisa de ajuda para sustentar a família. Cena evidente principalmente nos semáforos da cidade, os imigrantes também passam por essa situação. Um balanço fornecido à **FOLHA** pela prefeitura por meio da Lei de Acesso à Informação mostra que os venezuelanos são os estrangeiros que mais procuraram os serviços assistenciais entre o início de 2020 e março deste ano (Machado, 2021, class. 25).

A condição da necessidade de superação desta condição, não está vinculada à ausência de Proteção social a este indivíduo e à responsabilidade do Estado de prová-la, mas, sim, de olhar o imigrante enquanto sujeito responsável pela situação que a ele afeta, sendo este responsável pelas medidas necessárias para a superação.

Neste passo, em que se contesta que a opinião pública não tem legitimado a efetiva presença do Estado nas responsabilidades junto à proteção social dos migrantes, foi realizado um outro quadro para sistematizar esta observação mencionada, conforme exposto abaixo, no Quadro 6.

A classificação afirmativa posta no Quadro foi resultado da análise do conteúdo, onde foram apuradas as palavras destaques na reportagem, bem como as imagens trazidas nas manchetes dos jornais juntamente com os títulos "causadores de efeitos", que expressam uma primeira impressão, vinculada à formação de opinião do leitor.

Quadro 7 – Sistematização das Reportagens correlacionadas às Necessidades e Preferências (Pereira, 2016)

| NDPH TÍTULO | DIGITAL TÍTULO | CLASS. | PAÍS | Necessidades e Preferências |
|--|---|--------|---|------------------------------|
| I TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO | | | | |
| Mesmo ilegais, imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos | Mesmo ilegais, imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos | 14 | Bangladesh | NECESSIDADES |
| Haitianos são contratados para trabalhar em Ibioporã | Haitianos são contratados para trabalhar em Ibioporã | 7 | Haiti | PREFERÊNCIAS |
| HISTÓRIAS marcadas pelo terremoto | não consta | 8 | Haiti | PREFERÊNCIAS |
| RECOMEÇO | não consta | 11 | Haiti | PREFERÊNCIAS |
| Demandas de imigrantes e refugiados geram debates sobre direitos e políticas | não consta | 16 | Haiti | PREFERÊNCIAS |
| Maior dificuldade é o acesso ao mercado de trabalho | TERRA ESTRANGEIRA Maior dificuldade é o acesso ao mercado de trabalho | 36 | Haiti | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Refugiado iraniano cria app de entrega de comida caseira para vizinhos no Brasil | 22 | Irã | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina | 25 | Venezuela | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Imigrantes são integrados ao Economia Solidária em Londrina | 26 | Venezuela | PREFERÊNCIAS |
| Com pandemia, Cáritas registra aumento no número de atendimentos a migrantes [...] | Número de atendimentos a migrantes aumenta na Cáritas de Londrina | 24 | Venezuela | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Novo Grupo de Imigrantes venezuelanos chega ao Paraná | 17 | Venezuela | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Operação Acolhida interioriza refugiados no Paraná | 34 | Venezuela | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Editorial: Acolhida brasileira para refugiados | 35 | Venezuela | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Estudo revela perfil dos imigrantes que vivem na RML | 23 | Haiti; Bangladesh; Colômbia; Senegal; Angola; Guiné-Bissau; | NECESSIDADES |
| Africanos pés vermelhos na São Silvestre | não consta | 15 | Quênia | PREFERÊNCIAS |
| Mesmo com escolaridade elevada refugiados têm dificuldade de inclusão | Qualificados e com vontade de empreender | 21 | Sírios; República Democrática do Congo; Angola; Colômbia; | NECESSIDADES PREFERÊNCIAS |
| Um continente, muitas tendências. Missa Afro celebra diversidade religiosa | As cores e o gingado do Senegal | 12 | Haiti, Nigéria, Senegal; Cont. Africano | PREFERÊNCIAS |
| II CATÁSTROFES NATURAIS | | | | |
| Os dramas humanos na nação | não consta | 1 | Haiti | PREFERÊNCIAS |

| | | | | |
|--|--|----|--|------------------------------|
| Uma embaixatriz surpreendente | Haiti Uma embaixatriz surpreendente | 3 | Haiti | PREFERÊNCIAS |
| Os símbolos e os órfãos | Haiti Os símbolos e os órfãos | 4 | Haiti | PREFERÊNCIAS |
| ALERTA [...] | não consta | 10 | Guiné-Bissau | NECESSIDADES |
| III XENOFOBIA E OUTRAS DIMENSÕES | | | | |
| País deixará Pacto de Migração da ONU | Memória: País deixará pacto de migração da ONU | 19 | Brasil | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Bolsonaro convida africano acusado de guinada autoritária para visita oficial | 27 | Brasil | PREFERÊNCIAS |
| não consta | “A vergonha e a Barbárie” | 27 | República Democrática do Congo | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Família de Congolês irá administrar quiosque no Rio | 33 | República Democrática do Congo | PREFERÊNCIAS |
| não consta | ESPAÇO ABERTO a carne mais barata | 30 | República Democrática do Congo | PREFERÊNCIAS |
| não consta | ESPAÇO ABERTO Nova ordem sem Axiologia | 31 | República Democrática do Congo | PREFERÊNCIAS |
| não consta | Ministério Público denuncia 3 presos pela morte de Moïse Kabagambe. | 32 | República Democrática do Congo | PREFERÊNCIAS |
| IV MIGRAÇÃO E O PROTAGONISMO DOS MIGRANTES | | | | |
| Haiti e Paquistão - Universidade Estadual de Londrina de portas abertas para o mundo | Haiti e Paquistão - Universidade Estadual de Londrina de portas abertas para o mundo | 18 | Haiti e Paquistão | NECESSIDADES |
| Refugiados disputam copa de futebol em Maringá | Maringá tem final da Copa de Refugiados | 20 | Angola, Guiné-Bissau, Haiti, Venezuela, Síria e Líbano | PREFERÊNCIAS NECESSIDADES |
| Venezuelana que mora em Londrina busca ajuda para estudar na Inglaterra | não consta | 28 | Venezuela | PREFERÊNCIAS |

Fonte: Hemeroteca do NDPH. Elaborado pela autora.

Conforme exposto no Quadro 6, a classificação que aplica as categorias de Necessidades humanas e Preferências individuais às reportagens, foi definida posteriormente à primeira fase da análise dos jornais. Segundo Pereira (2016, p. 63):

Mas, é o par categorial “necessidades e preferências”, tal como acima definido, que constituirá o parâmetro pelo qual se analisará a maior ou menor relação de correspondência entre proteção social e cidadania e a maior ou menor consistência protetora das medidas criadas para esse fim.

Por este critério de posicionamento de graus/escala (maior ou menor) em relação à assistência recebida (se recebida) e por qual instituição (Estado, ONGs, pessoas particulares...) já explicada anteriormente, na qual se apresentam as definições conceituais das categorias em questão, foi se interpretando os discursos e os classificando sob essa perspectiva.

Dado que a quantidade de reportagens forneceu muito material para o processo de análise, optou-se por expor as principais notícias vinculadas e sistematizadas por temas. Estas, dentro dos eixos de análise, evidenciaram a desproteção social em suas expressões, vivenciadas pelos migrantes, e que nos discursos dos jornais analisados, expressa as opiniões quanto às ações interventivas da Proteção social preconizada no ethos burguês. Assim, foi constatado que em ordem de presença identificou-se: 24 reportagens (75%) de menções referentes a “ Migração, Trabalho e Documentação”, sendo neste mesmo eixo 11 (34,3%) para Documentação, 15 (46,8%) para o eixo “Respeito à pessoa imigrante (xenofobia e outras dimensões); e, na sequência, a categoria “Migração e o Protagonismo dos migrantes” com 9 (28,1%) menções.

Além disso, neste processo de análise, foi constatado o tipo de discurso que emprega a valorização de atos heroicos, de outros que exercem sobre o imigrante, vitimando-o e desconstruindo a relevância dos direitos sociais por associar a necessidade às ações emergenciais ineficientes, que não solucionam a demanda da desproteção social. Todavia, foram observadas mais ações interventivas vinculadas às Preferências individuais de cunho meritocrático por se empenharem ao próprio esforço para conseguir alcançar possibilidades interventivas, ainda que emergencialmente, em condição de expressiva desigualdade social tão presentes nos países periféricos. Assim, a ausência de Proteção social é informada, no entanto, a

informação associa a desproteção social como problema do imigrante que chega, não faz associação das vulnerabilidades aparentes como fruto do processo de exploração capitalista e à ausência do Estado protetivo.

4.3.1 Migração, Trabalho e Documentação

A violenta presença do colonialismo europeu e as influências liberais das Américas são elementos de partida para as análises. A categoria “trabalho” foi a mais identificada, está presente em 24 (75%) discursos; ora com expressões da ausência do trabalho, ou do trabalho obtido e as possibilidades de se esperar, bem como o acesso ao trabalho efetivo com a insuficiência econômica proporcionada pela baixa remuneração. Tendo em vista a maior relação com as preferências individuais, sob a associação de privilégios, ao acesso de posições ou direitos.

Na desigual condição perante o direito liberal, individual, cujo estabelecido, a partir da Declaração Universal e a Constituição de 1988, definido no art. 5º é que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança e à propriedade” e, através das análises realizadas no contrário a essa igualdade defendida em lei, a citação abaixo expõe a desigual condição do imigrante, ao constatar no discurso que:

O maior desafio que enfrentam é a barreira linguística e o preconceito que limita a oferta de oportunidades, principalmente de trabalho [...]”. (Avansini, 2017a). Classificação nº 16

Foi também identificado discurso que expressa a relação do empregador ao trabalhador. Neste caso, refere-se aos 24 haitianos que foram contratados para trabalhar em uma indústria em Ibiporã. E, segundo o advogado do sindicato e responsável pelo processo, [...]

“[...] a vinda dos 24 haitianos servirá como teste [...] Esperamos trazer até 150, que serão alojados e tratados com dignidade” (Baldussi, 2012a, class. 7).

O advogado também completou a respeito do trabalho exercido à luz do direito trabalhista assegurado pela lei, que se associa aos elementos apresentados na matriz social-democrata (Pereira, 2016 p. 194), onde assegura a proteção social aos trabalhadores na condição de falhas a este sistema que impera, o capitalista.

“Eles vão chegar na madrugada de sexta. Vamos fazer um almoço no dia e até chamamos o delegado do Ministério do Trabalho para estar presente. Até porque o que se ouve muito hoje é sobre trabalho escravo. E queremos deixar bem claro que eles terão moradia, alimentação e emprego, assegurando todos os direitos constitucionais dos trabalhadores”, garantiu o advogado (Baldussi, 2012a, Class. 7).

O significado *teste*⁶⁰, portanto, a condição da vinda, ou não, de mais imigrantes a esta empresa em Ibiporã, está associada ao desempenho satisfatório dos 24 trabalhadores contratados, sendo estes responsabilizados e pressionados à condição de empenhar-se para além daquilo que outros trabalhadores expressam; reforçando a razão de ser do migrante: “Ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho” [...]. (Sayad, 1998).

“Eles ficaram emocionados. Parece que somos uns dos primeiros dos País a oferecer emprego e moradia para eles, declarou Adamczick”⁶¹ (Baldussi, 2012a, Class. 7).

“Nós vimos as notícias na televisão de milhares de haitianos fugindo para o Brasil por conta da situação do país e ligamos para o consulado. O nosso setor está precisando de mão de obra, mas o principal motivo foi social mesmo” (Baldussi, 2012a, Class. 7).

O *trabalho* é eixo central, portanto a razão de ser da imigração (Sayad, 1998), a possibilidade em serem aceitos, da permanência em meio à condição de provisoriedade do imigrante, e ao fato de nem sempre ser recebido com “bons olhos”, sendo comuns os preconceitos e a discriminação a eles (Level; Silva; Magalhães, 2020). Seu significado está sujeito à função que exercerá, sua mão de obra operante ao mercado de trabalho.

Nem sempre, ou na maioria das vezes, a receptividade atribuída a esses imigrantes em específico, ocorre. Quanto a isso, o “mito do Brasil receptivo” mostra os dados associados à intolerância presente na nação brasileira, seja no assassinato de Zulmira de Sousa Borges Cardoso, mestranda em engenharia e prestes a retornar a Luanda, quando foi atingida por tiros por um grupo de brasileiros que insultaram e ameaçaram os angolanos que frequentavam o bar no bairro do Brás, em São Paulo em 2012 (Reis, 2022), ou o fato de Moïse, morto a pancadas em 2022

⁶⁰ Significado teste; emprega o sentido de avaliar as características ou qualidades de algo, ou de alguém Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/teste/>. Acesso em: 27 out. 2023.

⁶¹ Para acesso à notícia completa; FOLHA, Londrina. “Haitianos são contratados para trabalhar em Ibiporã” 24 jan. 2012. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/haitianos-sao-contratados-para-trabalhar-em-ibipora-787648.html?d=1>. Acesso em: 25 out. 2023.

após cobrar o salário referente a duas diárias no quiosque que trabalhava na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro (FOLHA, 2022). Portanto, embora muitos digam que o Brasil é acolhedor, a receptividade presente no Brasil torna-se um mito, ou seja, é uma fantasia coletiva entre os brasileiros que têm a aparente função de impedir que entremos em contato com as dores e a realidade histórica atual do país, principalmente aos negros (Reis, 2022).

São recorrentes os casos de imigrantes que chegam a Londrina em situação de desproteção, e, na permanência das dificuldades, outras demandas são geradas resultando em acúmulos de desafios. O padre haitiano Wilnie Jean, discursa sobre as condições vulneráveis vividas pelos imigrantes,

Os serviços da assistência social, ressalta o padre, auxiliam a satisfazer as necessidades mais urgentes, mas não resolvem o problema. “Às vezes eles recebem a ajuda de uma cesta básica, uma roupa, mas você dá um pacote de feijão a uma pessoa e uma semana depois não tem mais” (Saris, 2017). Classificação nº 36

A antiga e confusa relação de vincular a proteção social à entrega de cestas básicas e/ou doações de mantimentos ainda prevalece como estratégia para encarar a vulnerabilidade social que é estruturada pelo capitalismo e inesgotável perante a exploração social, sendo expressada nos altos índices de desemprego, fome, ausência de moradia, e que atinge a toda demanda social, mas expressa-se de forma latente à população mais empobrecida, sendo esta demanda reconhecida ao acesso da proteção social, condizendo com a afirmação de Pereira (2016), “o merecedor da proteção social deve ser o mais pobre dentre os pobres”.

Outra relação associada ao imigrante e nem sempre considerada nos discursos das reportagens refere-se às condições particulares do indivíduo; a saudade, a insegurança, o desconhecimento do novo.

Na reportagem “Interior do Paraná se consolida como destino de migrantes”, de class. 16, fica posto esta afirmativa, onde o redator afirma que: “Para Vladimir Louis, o mais complicado é suportar a saudade da filha Jeniffer, que não vê há quatro anos”. Esse fator que expressa a particularidade do imigrante tem relevância, em razão da utilização do discurso para expressar condições que muitas vezes não são compartilhadas. Isso mostra a sensibilidade do jornalista ao respeitar as condições da realidade enfrentada pelo imigrante, as quais, muitas vezes, não são enxergadas.

Aceitar viver em terra estrangeira na condição de que essa provação é passageira, e que ela achará em si mesma a resolução (Sayad, 1998). Desta forma, a fala de outro imigrante, Louis, imigrante haitiano, demonstra essa condição abordada por Sayad, em achar a solução em si mesma.

Vim sozinho para o Brasil, me senti muito triste. Senti falta da minha família. Mas aqui tem mais oportunidade, a vida é melhor e estou me adaptando, graças a Deus. ” [...] Louis diz que seu pai pretende levá-lo para a América do Norte. “Mas o tempo depende de Deus. Hoje em dia ninguém sabe o que vai acontecer. ” (Avansini, 2017a, Class. 16).

A segurança do imigrante, portanto, está a depender da condição em que ele se encontra com o trabalho. Ou seja, ao modo como está contratado, e a provisoriedade a essa condição. Por este discurso, novamente está presente a vinculação da proteção social às Preferências individuais ao vincular o trabalho (mercado) o meio provedor à superação da desproteção. O conceito de Igualdade e desigualdade fica evidenciado nesta citação, uma vez que, apesar de constitucionalmente a garantia à igualdade e liberdade ser assegurada em lei, o imigrante não dispõe dessa possibilidade para escolher ausentar-se do trabalho para atender às suas demandas particulares, emocionais, em razão da dependência de manter-se no trabalho e nas oportunidades para seu provimento econômico, bem como, exercer seu direito de ir e vir, por não ter condições materiais para estar com sua família e nem de migrar para outro destino, por estar “preso” à condição provisória do migrante pelo trabalho, mesmo que não ideal ou satisfatório.

Além disso, emprega-se ao uso da divina existência superior (Deus), na garantia à provisão milagrosa de superar as condições particulares que o envolve, expressões das desigualdades que o afligem e que são superadas pela fé depositada em sua expressão em acreditar que graças a Deus está se adaptando.

Frente a isso, outro discurso presente no jornal “Maringá tem final da Copa de Refugiados” de class. 20, discursa sobre essa vinculação característica da matriz residual, ao expor que:

De terno, o treinador da equipe África, Pierre Renald Daepheinis, 33, conta que deixou sua família no Haiti para procurar emprego no Brasil. Conseguiu como operador em uma empresa de alimentação na cidade, mas o preço é uma jornada de trabalho maçante. “São muitas horas, é difícil”. Neste domingo, porém, Daepheinis era somente o treinador, e da equipe finalista. “A estratégia é vencer”, disse (Fleischmann, 2019, class. 20).

Portanto, a relação da proteção social em algumas reportagens é correlacionada de forma híbrida entre as matrizes, residual e social-democrata (Pereira, 2016), como o caso desta reportagem de “class. 20”, pois em alguns momentos o discurso expressa a formação coletiva do grupo de estrangeiros como meio para alcançar o reconhecimento aos direitos sociais e, em outros momentos, o discurso é direcionado à noção residual por normalizar o discurso de “trabalho maçante” e referenciar o espaço a que o imigrante está associado, como espaço de fuga momentânea aos problemas, ainda que as condições conflituosas, os desafios não serão superados, mas, sim, “alienado”.

Sob este eixo “ Migração, Trabalho e Documentação”, foram constatadas 11 (34,4%) reportagens que fazem menções a esta abordagem. Como exemplo da precarização e vulnerabilidade presente aos imigrantes Sul-Sul, o caso do jovem congolês se destaca quando fica posto às manchetes em vários jornais para além dos locais, mas que em Londrina gerou repercussão durante o curto período de dois a três meses. Importante considerar que a citação abaixo pertence à reportagem apresentada na class. 30, e que para além da categorização a este eixo, também foi incluído no eixo III “Respeito à pessoa imigrante (xenofobia e outras dimensões). Neste sentido, a contextualização referente a Moïse e o território de onde veio, foi abordado no eixo III.

Na condição de refugiado político Moïse trabalhava informalmente em um quiosque praiano no Rio de Janeiro e foi lá que, ao cobrar duas diárias em atraso (R\$ 200,00), recebeu a surra final patrocinada por três agressores covardes. Apanhou até morrer...” (Filho, 2022, Class. 30).

O acúmulo de desproteção ao imigrante fragiliza-o e, portanto, coloca-o em condições de risco, por ausência de efetivas políticas públicas protetivas e preventivas, que resultam na violação de seus direitos e, a este caso, lamentavelmente, chegou a atos brutais. Não são recentes as violações sofridas pelos imigrantes, principalmente aos negros e índios vindos dos países periféricos, e, quanto a isso, fica posto que no Brasil, apesar da existência da Lei de Imigração nº 13.445/2017 e da Lei de acolhida a refugiados, de nº 9. 474/1997, os direitos não são cumpridos pelo Estado e, tampouco, respeitados pela população (Santos, 2020). Em estudo, considera-se que o perfil é de imigrantes em condição social e econômica vulnerável que se inserem em trabalhos altamente precários, e a condição “padrão

indocumentado de entrada no país”, em maior representatividade é daqueles de nacionalidades de países periféricos (Villen, 2015). No caso, cuja repercussão veio à tona após crime hediondo a Moïse (2022), fica compreendido que o racismo só chama atenção nestas situações bárbaras. Segundo a autora:

O racismo é parte do que chamava “estrutura dinâmica” do capitalismo periférico. No “movimento perpétuo” de sua “modernização dependente”, o velho (padrão de dominação colonial) é projetado no novo modelo societário, o “negro prolonga a situação do escravo” e o racismo (velado ou não) continua vigorando como instrumento (Villen, 2015, p. 128).

São muitos “Moíses” presentes em nosso cotidiano, à margem dessa brutalidade tal qual por ele sofrida. E o discurso trazido abaixo, do imigrante bengalês, apresenta a condição de exploração cotidiana. Em sua fala, ele relata as condições abusivas vividas no trabalho por seu patrão e, apesar de sua vinculação a este trabalho ser regularizada pelo registro trabalhista, ele não esteve imune aos atos criminosos, mas o registro trabalhista deu ao imigrante a possibilidade de requerer seus direitos, ainda que neste íterim teve seu prazo de permanência no Brasil expirado, sendo noticiado como “ilegal” e sujeito indocumentado.

[...] eu chegava a ficar até três horas da manhã sem ganhar nada a mais. Cheguei a fazer 140 lanches sozinho em uma noite. Fui contratado para ser chapeiro, mas lavava louça, limpava o chão e tive que limpar até um vazamento de esgoto. O patrão sabia que eu precisava do trabalho e abusava”, conta (Avansini, 2017b, Class. 14).

No discurso acima é posto que o migrante está em condição de ilegalidade, no entanto, pela Lei 13.445/2017, **migração ilegal**, refere-se à, segundo Art. 232-A “Promover por qualquer meio, com o fim de obter vantagem econômica, a entrada ilegal de estrangeiro em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro”. Ou seja, o termo é inapropriado ao caso abordado na reportagem, e seu uso deprecia a condição do imigrante, promovendo a ele uma classificação deturpada do real fato, gerando uma inverdade a seu respeito.

Opiniões assim viabilizam a efetivação de que migrantes sem documentos não têm direitos. Esse termo é ainda juridicamente utilizado de forma equivocada, pelo fato de estar sem documentação refere-se mais a uma infração administrativa do que um ato criminoso – essas ideias são bem desenvolvidas entre quem defende a migração como um direito humano (Delfim, 2014). Outro fato a ser discutido, a partir desta citação, consiste no relato onde o migrante expressa que

suportou a condição de exploração de trabalho em razão da necessidade de arcar com os valores econômicos necessários para requerer a renovação de seus documentos, a fim de manter sua permanência no território brasileiro, portanto, submeteu-se à condição de subalternização imposta pelo empregador para regularizar sua condição civil na sociedade.

Outro fato emerge dessa reportagem, a percepção de si e da condição na qual estava o imigrante. No texto mencionado, de class. 14 com o título “Mesmo ilegais, imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos”, consta que o imigrante bengalês denominado “ilegal” no discurso produzido pelo jornal é estudante de graduação em Direito. Este fato oportunizou a ele entender a condição abusiva em que estava tendo a compreensão das tomadas de decisões necessárias e denunciado seu empregador em prol de seu direito.

“Os imigrantes que estão em situação irregular acreditam que não têm direitos”, diz a juíza Angélica” (Avansini, 2017b, Class. 14).

Frente a este discurso, fica posto que o uso da palavra “situação irregular”, utilizada nos discursos pela juíza e pelo redator da reportagem, se aplica durante o discurso em diferentes momentos. Desde o título da notícia, que anuncia o que será abordado, à entrevista descrita no jornal. No entanto, esta colocação, que denota o migrante indocumentado, tem uma conotação negativa e é combatida pelo fato de depreciar a situação de ser imigrante, como se o ato de imigrar fosse considerado uma atividade ilícita – pelo contrário, a migração é um direito humano (Delfim, 2014). Portanto, ele não pode ser caracterizado por este termo “situação irregular”, mas sim como indocumentado.

Diante do exposto, na chamada da matéria consta:

“Mesmo ilegais imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos [...] (Avansini, 2017b, Class. 14).

“Alguns empregadores abusam, pagam menos e exigem muitas horas de trabalho por dia” (Avansini, 2017b, Class. 14).

Feitas as ressalvas da palavra “*ilegais*”, o discurso é de grande valor por trazer a informação sobre o acesso aos direitos trabalhistas aos imigrantes em condição irregular, reconhecendo-os sujeitos de direitos.

4.3.2 Migração e o Protagonismo⁶² dos Migrantes

Quando sinalizado o conceito protagonismo para compor um dos eixos, buscou-se destacar os imigrantes considerados no “espaço fala”, que foram ouvidos e considerados em seus discursos. Isso chamou atenção, pois pode-se perceber nas reportagens duas condições, a primeira diz respeito a profissionais (advogados, professores, representantes de Ongs entre outros) que falam sobre a imigração e os imigrantes e suas dificuldades, descrevendo as situações-problemas por eles vividos; e a segunda, a ausência da voz do imigrante, em algumas reportagens, para falar sobre si. Portanto, o protagonismo é um eixo transversal que expõe o espaço social dado à pessoa imigrante em sua condição. Foram encontradas apenas 9 (28,1%) reportagens que davam protagonismo aos imigrantes.

Em alguns casos a omissão da pessoa se apresenta pela sua substituição, como no caso abaixo, no qual um imigrante em situação de trabalho degradante se percebe enquanto sujeito de direitos e entra na Justiça do Trabalho requerendo esses direitos, mas quem é evidenciado é a autoridade jurídica que aplicou a lei preestabelecida.

Decisão favorável a bengalês com documentação irregular que cobrou recebimento de FGTS rendeu prêmio à juíza paranaense” (Avansini, 2017b, Class. 14).

No discurso o protagonismo pertence à juíza, que foi reconhecida e premiada na categoria “Direito dos imigrantes e refugiados” pela decisão favorável ao migrante concedendo a ele os valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Portanto, o imigrante não protagoniza o discurso, ele não é um elemento de destaque, uma vez que nesta ação obteve-se o acesso a medidas protetivas ao trabalhador enquanto garantia de direito em esfera pública.

A partir dos Direitos Humanos e os avanços históricos geradores de disputas, ao comparar a Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, e a atual Lei de Migração nº 13.445 de maio de 2017, que estabelece no “Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I – universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”, constata-se que a

⁶² Conceito de Protagonismo corresponde à capacidade de uma pessoa em tomar ações que influenciam o resultado de um evento ou uma situação. Isso não é o mesmo que liderança, mas sim a capacidade de tomar ações que geram influência.

identificação e legitimação ao imigrante enquanto sujeito de direitos vem sendo estabelecida mediante a defesa dos direitos sociais, portanto sob a ideologia social democrata, que através dos direitos sociais visa requerer, por meio do Estado Social, a proteção pública contra as inseguranças sociais (Pereira, 2016).

Outro exemplo de usurpação de protagonismo vem de outra intervenção feminina, eivada de aspectos de caridade pessoal em detrimento das obrigações legais. Em uma matéria que aborda a calamidade ocorrida em 2011, gerada por um terremoto no Haiti, está presente outra reportagem com a presença da embaixatriz bióloga Roseana Kipman, que foi destaque em razão das ações sociais realizadas no Haiti. Na manchete, a notícia é apresentada com uma foto estampada da embaixatriz demonstrando afetos a uma pessoa haitiana, com toques e a proximidade dos rostos. Abaixo da foto, consta a legenda, a informação que prepara o leitor àquilo que está por vir no conteúdo dentro do caderno, a anunciação, “TRABALHO EXEMPLAR” e, logo abaixo:

Em meio aos dramas humanos – crianças escravas, fome e violência – no Haiti, a bióloga paranaense Roseana Kipman se destaca deixando as funções burocráticas de embaixatriz do Brasil em segundo plano para socorrer as vítimas do terremoto. “Não seria feliz em outro lugar” (Ranalli, 2011, grifo nosso, Class. 3).

O discurso transmite ao leitor o enaltecimento da embaixatriz, de seu ato heroico, que nesta análise é respeitado e valorizado, no entanto, desconfigura a relação do direito humano, confunde o leitor ao associar a calamidade social presente no Haiti às práticas voluntariadas. Outro fato a ser considerado é a participação do imigrante, que mais uma vez não protagoniza a notícia, sendo a sua participação atribuída aos destaques da ação exemplar realizada pela embaixatriz. Mais uma vez não foram discursados assuntos para além do fato da destruição gerada pelo terremoto, como dos conflitos sociopolíticos e a corrupção tão presente no território caribenho.

Figura 17 – A Embaixatriz no Haiti



Fonte: Folha de Londrina 19 jun. 2017.

Para além destes apontamentos, o discurso trouxe fragmentos de informações quanto aos valores de credídes.

“Existe uma crença no Haiti que se você morre sem um pedaço do corpo, quando nascer novamente estará sem esse membro, a não ser que o corpo queime no fogo. Estava passando por uma rua, à noite, logo após o terremoto, quando uma criança puxou meu vestido e disse: ‘me ajude! me ajude!’. Quando olhei tinha uma mulher morta no chão sem as duas pernas, mãe da criança. O garoto me pediu para ajudá-lo a colocar fogo no corpo da mãe, pois não queria que ela nascesse sem as duas pernas” (Ranalli, 2011, Class. 3)

A presença desses discursos sugere mostrar a condição de calamidade que o país vem sofrendo, mas sem aprofundar em outros assuntos.

A exploração exercida pelos países de capitalismo central sobre o Haiti deixou marcas que refletem até hoje nas contradições sociais históricas do país. As políticas sociais do Haiti foram provenientes das lutas de classes e de desenvolvimento particular do capitalismo europeu, através das ONGs (Baptiste, 2018). Às sucessivas ditaduras, entre governabilidades estrangeiras e democráticas, os altos índices de corrupção, além das catástrofes naturais, os terremotos, contribuem para a precarização do desenvolvimento social e econômico do país. O país ainda sofre com altas taxas de desabrigados em decorrência do terremoto de 2010, e, pelas ausências de mínimas condições de saneamento básico e a falta de dinheiro para reestruturação do país, muitos conflitos internos são gerados (News, 2021).

As políticas sociais do Haiti se baseiam na Constituição de 1987, que estabelece os direitos fundamentais da pessoa humana nas seguintes seções: A) Direito à vida e à saúde; B) direito à liberdade individual; C) Direito à liberdade de expressão; D) Direito à liberdade de consciência; E) Direito à liberdade de reunião e de associação; F) Direito à educação e ensino; G) Direito à liberdade de trabalho; H) Direito à propriedade; I) Direito à informação; e J) Direito à segurança. Mas, as definições estabelecidas na Constituição, não são presentes na prática. A atuação das ONGs no Haiti são frequentes; e em 1982 foi publicada a primeira lei com o propósito de estabelecer o controle do Estado às Ongs, no entanto, a lei não apresenta uma efetivação real sobre o funcionamento das Ongs, haja vista a legitimação popular e internacional a elas presentes, pois a maior atenção destinada à demanda rural do Haiti é disponibilizada pelas Ongs e ignorada pelo Estado haitiano (Baptiste, 2018).

No ano de 2022 a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), uma das agências da ONU, durante o seminário internacional intitulado “Haiti: os desafios de implementar a Política Nacional de Proteção e Promoção Social (PNPPS), apresentaram a estratégia à “Política Nacional de Proteção e Promoção Social à república do Haiti”⁶³ com intuito de viabilizar efetivas possibilidades à superação da questão social que o país enfrenta, no entanto, a efetividade da proteção social ainda é responsabilidade das instituições privadas e/ou entidades religiosas.

4.3.3 Categoria Catástrofes Naturais

Outra categoria em destaque corresponde a “catástrofes naturais”. Esse conteúdo é bem demarcado nas reportagens sobre o Haiti, cujos imigrantes haitianos no ano de 2010 sofreram os fortes abalos sísmicos causadores de destruição e mortes de aproximadamente 220 mil pessoas; 300 mil feridos; e 1,3 milhão de desabrigados⁶⁴. Nos materiais impressos, foram constatados que esta temática foi apresentada em três reportagem nos dias 18 e 19 de junho de 2011, todas

⁶³ Ver República do Haiti Política nacional proteção e promoção social. Disponível em: <https://www.socialprotection.org/gimi/gess/RessourcePDF.action;jsessionid=VoHNNHf970SyvUgwkwMSPsQY2ys5Zht5LuTJDECal4xXqXlfaBMI!1750948109?id=57284>

⁶⁴ O terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti resultou alarmante número de destruição humana, segundo dados apresentados pelo Boletim Internacional do IPEA. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100622_boletim_internacional02_cap9.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

referentes à situação da catástrofe no país caribenho. Importante destacar que algumas notícias são evidenciadas no mês de junho, mês que se comemora a Semana do Migrante e do Refugiado, celebrada anualmente entre os dias 19 e 23 de junho⁶⁵. No total foram encontradas 10 (31,3%) de menções a respeito dessa categoria.

No que compõe o processo histórico, o Brasil tem relação diplomática estabelecida com o Haiti desde 2004, e atuou na Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) por aproximadamente 13 anos. Essa ação incorporou ao Brasil a primeira experiência obtida no uso da força em nível tático em uma missão de estabilização das Nações Unidas ao enfrentamento das gangues no Haiti (Pinheiro, 2015). São muitas as controvérsias quanto à participação do Brasil nessa ação do Exército brasileiro, em razão das constatações de sequências de abusos, dentre eles a exploração e abuso sexual realizadas pelos soldados brasileiros durante a missão no Haiti. Estudos apontam que foram 131 vítimas que proferiram ter engravidado, dentre elas, havia menores (Toledo; Braga, 2020).

A ausência de governança provedora de proteção social no Estado haitiano não é recente, o país sofre até hoje com os recorrentes ataques políticos e econômicos, se vendo sufocado na condição de exploração desde sua colonização (1492)⁶⁶, que lhe resultou na captura de suas terras e riquezas pela diplomacia dos países centrais, que atacaram os povos nativos, os indígenas caribenhos⁶⁷ na exploração de seus minérios e terras. Em 1697, as constantes embarcações negreiras atracaram com os muitos povos escravos, para o trabalho forçado nas lavouras de cana de açúcar, regido pela França. No contexto haitiano é demonstrado o grito de liberdade sufocado, mas não interrompido, haja vista que ainda existem nativos que resistem por lá.

⁶⁵ Semana do Migrante será comemorada anualmente em junho. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/19/semana-do-migrante-sera-comemorada-anualmente-em-junho>. Acesso em: 26 out. 2023.

⁶⁶ Breve contextualização da Revolução Haitiana, por CARDOSO, Ana Luísa de Azevedo. Revolução haitiana: o que foi e qual sua importância para a história? Rev. Politize! 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/revolucao-haitiana/#:~:text=A%20coloniza%C3%A7%C3%A3o%20da%20ilha%3A%20o,nomeada%20de%20lha%20de%20Hispaniola>. Acesso em: 26 out. 2023.

⁶⁷ “Líder dos indígenas caribenhos, conhecido como taínos, descreve como a história de seu povo foi apagada – e o que estão fazendo para recuperá-la.” ESTEVEZ, Jorge Baracutei. Conheça os “sobreviventes” de um genocídio que nunca existiu. Rev. National Geographic. 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/10/sobreviventes-genocidio-no-papel-indigena-caribe-tainos-extintos-dna>. Acesso em: 26 out. 2023.

Essa relação cruel, cerceada de vantagens presunçosas, corresponde à lógica do acúmulo capitalista. Portanto, ao analisar os discursos referentes ao território haitiano e os demais países destacados nesta análise, retomar as evidências históricas permite entender a condição a que esses países foram constituídos e compreender de onde se fala e sobre quem se fala.

Das reportagens analisadas, foram constatados vários discursos com apelo à caridade ao Haiti, mas nesses discursos não são abordadas ou problematizadas as razões que motivaram e motivam as atrocidades ainda ali tão presentes.

O Haiti é considerado o país mais pobre das Américas, cuja calamidade prevaiente, retrata e estereotipa o imigrante que aqui emigrou. No título da matéria: “*Os dramas humanos na nação das catástrofes*” (class. 1). No decorrer da redação, foram observados discursos que causam ação de impactos ao leitor:

[...] “se você levar ela embora, é a chance dela ter um futuro melhor. Dizer de uma mãe haitiana na tentativa de entregar sua filha para uma repórter que foi cobrir a notícia no Haiti. [...] A mãe faz isso na melhor das intenções senão essa criança vai morrer” (Ranalli, 2011 class. 1).

Para além destes apontamentos, o discurso trouxe fragmentos de informações quanto aos valores de credíes:

[...] “Quinze crianças do orfanato perderam os pais no terremoto. Estavam sozinhas vagando pelas ruas quando o coordenador do abrigo, o pastor haitiano Supreme, as encontrou. A instituição tem professores, funcionários, reformas e alimentos custeados por militares brasileiros. “Preciso de dinheiro para investir no projeto. Por enquanto, ajuda só do Brabat II”, desabafa o pastor” (Ranalli, 2011 Class. 4).

A presença desses discursos sugere mostrar a condição de calamidade que o país vem sofrendo, e a dependência protetiva externa para superar a calamidade social enfrentada, no entanto, não está posto no discurso a precarização social que o Haiti já sofria antes da catástrofe natural. O que se destaca é que, em virtude do terremoto, o país aprofundou-se ao estado de emergência de atenção global.

No ano de 2022 a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), uma das agências da ONU, durante o seminário internacional intitulado “Haiti: os desafios de implementar a Política Nacional de Proteção e Promoção Social (PNPPS), apresentaram a estratégia à “Política Nacional de

Proteção e Promoção Social à república do Haiti”⁶⁸. O Brasil, através do Ministério da Defesa do Exército Brasileiro – BRABAT 2, que se refere ao 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz, realizou operação conjunta com o Haiti juntamente com outros órgãos de segurança das Nações Unidas, para deter a violência no Haiti (Brasil, 2023).

Através da análise crítica, que embasa este trabalho e os estudos dirigidos sobre Proteção social e políticas sociais, tem-se a compreensão da relação entre dominantes e dominados, constituída desde o período colonial, imperial e seguida com a globalização mercantil, onde foram demarcados os territórios periféricos, cujo georreferenciamento situa-se ao Sul-global, territórios explorados em suas riquezas naturais e na mão de obra barata dos trabalhadores e que são produtores das riquezas presentes nos países capitalistas centrais.

Deste modo, assim como o Haiti, os demais países situados nos territórios emergentes também são alvos da relação exploratória, e a identificação da não problematização a esses fatos, dessa relação problemática da exploração nos discursos, geram informações que formam opiniões balizadas no padrão liberal burguês, que considera as expressões da questão social, através das desigualdades sociais, consequências naturais ao modo de produção capitalista e que essas vulneráveis condições devem ser solucionadas pelo esforço do próprio indivíduo.

Nesta perspectiva, quanto ao Haiti, estão presentes nos discursos que o território haitiano conta com o apoio das instituições privadas sem fins lucrativos, religiosas e com o Conselho de Segurança da ONU para a execução de ações emergentes de medidas interventivas à sobrevivência da população, na expectativa que tais medidas solucionem as situações que foram iniciadas desde seu processo de estruturação.

Portanto, por esta análise entre os conceitos Preferências individuais e Necessidades humanas, o discurso expressa que no Haiti as práticas solidárias de ações caritativas são vias principais de acesso à proteção social, que são atendidas por civis, as instituições privadas com e sem fins lucrativos, que, insuficientemente, atendem a emergência do território na menor relação de correspondência à consciência protetora enquanto Direito, portanto, classifica-se na preferência individual (Pereira, 2016). Quanto aos conceitos Direitos e mérito, fica posto a

⁶⁸ Ver República do Haiti Política nacional proteção e promoção social. Disponível em: <https://www.socialprotection.org/gimi/gess/RessourcePDF.action;jsessionid=VoHNHNf970SyyUgwkwMSPsQY2ys5Zht5LuTJDECaI4xXqXlfaBMI!1750948109?id=57284>

vinculação da mínima participação do Estado, sendo a presença maior das entidades privadas, organizações civis organizadoras dirigentes das estratégias à efetivação da Proteção social. E, em que pese a relação de igualdade e desigualdade, pelo discurso fica exposto a desigualdade, mesmo que na condição de igualdade a partir da noção de liberdade negativa ilusória presente na ordem capitalista. Pois, para além de desigualdade econômica e estrutural presente no país, existe a desigualdade ao acesso à liberdade universal, onde não é estabelecida em razão da emergente condição de desproteção social, gerada pela exploração social.

4.3.4 Respeito à Pessoa Imigrante (Xenofobia e outras Dimensões)

O próximo tema a dialogar com os eixos da pesquisa corresponde à relação de respeito ou não com as pessoas em situação de imigração; o racismo e a intolerância que assombram o cotidiano dos imigrantes vindos dos países periféricos, e a situação fica mais agravada quando se trata do imigrante negro e indígena, que desde a colonização à escravidão vivem as marcas das injúrias na pele e, diariamente, lutam para romper com os estereótipos criados pela supremacia branca, para serem respeitados em acesso aos direitos, à liberdade de ir e vir, em desfrutar da segurança e participação social igualitária.

Quanto à relação preconceituosa 15 (46,8%) reportagens, sendo a segunda categoria mais encontrada, sinalizaram a presença xenofobia, o racismo e a intolerância, que será mencionado neste trabalho como “Xenofobia e outras dimensões”, tendo em vista que a presença dessas violências desencadeia outros atos criminosos, e a violência física, quando manifestada, é a que causa maior espanto.

Sobre o migrante congolês Moïse, de 24 anos, que foi violentado até a morte. Ele veio da República Democrática do Congo – RDC, pertencente ao continente africano, sendo o segundo maior país da África (atrás apenas da Argélia) e está localizada na região central do continente, com extensão territorial de 2.345.409 km². Sua população é estimada em 93,7 milhões de habitantes (Ulisses, 2021).

O país enfrenta graves conflitos civis há anos, e esses confrontos e guerras são decorrentes do processo de luta vivenciado por todo continente africano desde a colonização, a luta à independência, questões étnicas, territorial e religiosa. Quanto à RDC, o país enfrentou inúmeros golpes de Estado e governos ditadores. No

território estão presentes mais de duzentos grupos étnicos que disputam espaço, recursos naturais (rica em diamantes, cobre, cobalto, ouro e nióbio) e poder político. Ex-colônia belga, “teve sua liberdade garantida apenas na década de 1960, durante o processo de descolonização africana que, no Congo, foi liderada por Patrice Lumumba e pressão de várias entidades internacionais junto à ONU para ser conquistada” (Cleide; Canto, 2022).

Atualmente, a República Democrática do Congo se encontra em grande crise humanitária e permanece submetida a grupos armados e regimes forçados, portanto, o processo migratório é crescente no país e, segundo a ACNUR (2020), são mais de 918.000 refugiados e solicitantes de asilo na RDC abrigados em países africanos; 5,01 milhões de deslocados internos e mais de 524.000 refugiados de outros países africanos.

As notícias referentes ao jovem congolês chamaram atenção, uma vez que nos discursos constam que ele solicitou refúgio ao Brasil para ver-se livre dos riscos gerados pelos conflitos civis, mas foi assassinado no Brasil por xenofobia; racismo, ou seja, foi vítima de uma guerra silenciada, gerada pela intolerância e preconceito tão presente cotidianamente.

No período em que ocorreu o assassinato, o jornal Folha de Londrina publicou cinco textos, desses, três no “Espaço aberto ou Editorial⁶⁹” do jornal, com os títulos: 1º “A vergonha e a barbárie”, 2º “A carne mais barata do mercado”, 3º “Nova ordem sem axiologia?”, e dois textos redigidos pelos repórteres do Jornal Folha, que levaram os títulos: 1º “Ministério Público denuncia 3 presos pela morte de Moïse Kabagambe”, e o 2º “Família de congolês administrará quiosque no Rio”, onde descreve sobre a atuação da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro, que negociou a concessão do quiosque em Madureira, bairro popular na zona norte da cidade, para a família de Moïse administrar. Na reportagem está presente que,

O município havia oferecido inicialmente a concessão do quiosque Tropicália, onde o jovem foi morto, mas os familiares do rapaz de 24 anos não aceitaram, alegando razões de segurança (Campos, 2022, Class.33).

⁶⁹ Refere-se ao espaço disponibilizado ao leitor do Jornal Folha de Londrina, que realiza textos de opinião; narrações sobre um determinado assunto (Folha, 2023). Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniaio/espaco-aberto-fazer-o-que-3236708e.html?d=1>. Acesso em: 27 out. 2023.

Todas as publicações sobre essa temática ocorreram no período de dois meses, fevereiro e março de 2022, e hoje não se ouve mais os discursos a respeito dessa barbárie, que causou comoção e revolta momentânea em razão do espancamento que o imigrante sofreu, levando-o à morte.

Pensar sobre esse movimento, no qual a informação publicada nos jornais trilha de forma generalizada, inflamando a temática em alguns momentos e depois é silenciada, possibilita entender o quanto os jornais produzem informação ou temas voláteis que perecem rapidamente sendo substituídas por outras de igual intensidade emotiva, tendo a venda (espécime ou de acesso) como mote.

Pela atrocidade sofrida por Moïse, o Senado e a Câmara Federal, por meio das comissões de Direitos Humanos, divulgaram o relatório final⁷⁰ da missão conjunta no Rio de Janeiro relativa à morte do refugiado congolês, onde a Comissão dos Direitos Humanos faz cobranças às autoridades locais e aponta que as soluções estão na melhoria de políticas públicas destinadas aos imigrantes e refugiados no país (Vieira, 2022). Essa tomada de decisão corresponde às medidas adotadas para prevenir outros atos criminosos contra imigrantes. Contudo, essa informação não foi exposta nos jornais, permanecendo apenas discursos opinativos inconformados com o fato.

Os desafios ao alcance de políticas públicas integrativas aos imigrantes são constantes, uma vez que os discursos da região nutrem a superficialidade da informação. Não trazem as soluções aplicadas para a superação desses entraves, muitas vezes, apenas informam o mesmo discurso. Sobre isso, a Folha de Londrina publicou nos jornais a pesquisa realizada sobre “O perfil dos imigrantes do Sul-global no município de Londrina e região”, realizado pelo Grupo de Pesquisa SerSaúde “Migrar com Direitos” do departamento de Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

A pesquisa identifica os acessos à saúde pública pela população imigrante, enquanto direito universal, e o percentual apresentado foi que 68% dos imigrantes já acessaram a saúde pública (Struck, 2020). Notícias assim trazem informações que abrem possibilidades de entendimento quanto à integração da

⁷⁰ Acesso ao Relatório de Missão Oficial Conjunta 14 e 15 de fevereiro de 2022 Rio de Janeiro, RJ. Assassinato por espancamento do refugiado congolês Moïse Mugenyi Kabagambe e situação de direitos humanos de refugiados no estado do Rio de Janeiro (Senado, 2022). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/02/24/relatorio-missao-oficial_moise_versao-final.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

sociedade londrinense ao fenômeno migratório, dos imigrantes do Sul-global.

No discurso fica exposto que a coordenadora do Grupo de Pesquisa SerSaúde, Líria Bettioli Lanza, considera que a pesquisa realizada pelo grupo, revelou que o Poder Público ainda aparece em último lugar nas listas de grupos que foram responsáveis pelo apoio a esses imigrantes quando da sua chegada. E, de acordo com as pesquisas respondidas pelos imigrantes, resultam que em sua chegada eles recorrem, primeiramente, aos amigos, seguidos de familiares e entidades religiosas, como a Cáritas e a Pastoral do Imigrante e, por último, os serviços públicos, com apenas 12% dos imigrantes que acessaram.

Na outra notícia analisada, foi observado o destaque no título “ALERTA”:

Guiné Bissau, que faz fronteira com países com epidemia do ebola, é destino de vários missionários do Norte do Paraná. Criado em Ibiporã, o bispo da Diocese de Bafatá, dom Pedro Zilli (foto), está radicado naquele país há 30 anos e garante que, apesar da apreensão, a situação está relativamente tranquila. * A Secretaria de Saúde de Londrina investiga suspeita da doença em paciente procedente do Togo (Prazeres, 2014, Class. 10).

É frequente a presença do apoio religioso, uma constante nas narrativas, cujo destaque da ação está para aquele que se põs ao exercício de ajudar, mesmo que em condições de risco eminente. E a sinalização do perigo da chegada daqueles que vêm da região mencionada, em razão da epidemia.

O outro fato citado abaixo refere-se ao período da pandemia causada pela Covid-19⁷¹, onde a participação da Instituição religiosa Cáritas Arquidiocesana e Londrina, entidade reconhecida na oferta do atendimento a imigrantes e refugiados, atuou para além dos limites de conveniamento instituído entre a entidade e o poder público, município de Londrina; buscando apoio com a membresia religiosa e as instituições privadas para conseguir donativos:

[...] a Cáritas Arquidiocesana de Londrina registrou um aumento na procura de famílias de outros países. Diferentemente da busca por informações sobre documentação, as pessoas agora estão pedindo

⁷¹ No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que vivíamos uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo vírus Sars-COV-2, e fazia as primeiras orientações quanto a medidas preventivas e de controle da curva epidêmica. O cenário inicial da pandemia foi marcado por uma série de dúvidas quanto à transmissão, aos sintomas, ao diagnóstico e prevenção e ao tratamento de uma condição que, então, se manifestava como uma doença respiratória aguda. Passados três anos, ainda vivemos sob a marca da pandemia, ainda que bastante distinta daquela de 2020 em termos epidemiológicos, sociais, culturais e políticos (Neto, 2023).

apoio na subsistência (Marconi, 2020, Class. 24).

Cabe considerar que a pandemia assolou mundialmente a classe trabalhadora e, na condição dos países periféricos, sua presença foi devastadora. É importante ressaltar que no Brasil o Sistema Único de Saúde – SUS, política pública universal, salvou vidas e atuou na linha de frente, impedindo a permanência do terror pandêmico através das vacinas, apesar do período de desgoverno.

Em análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, estudo revelou que programas, políticas públicas e demais órgãos foram objetos de desmonte ativo no governo Bolsonaro. A maioria dos programas suspensos localizam-se na área social, o que pode indicar não apenas o desmonte de políticas isoladas, mas a tentativa de “atrofiar o braço do Estado que atua na proteção e promoção de direitos da população mais vulnerável” (Couto; Rech, 2023). Ao mesmo tempo em que o retrocesso da política pública avança, a Folha de Londrina publica na manchete do jornal: “MEMÓRIA: País deixará pacto de migração da ONU”, onde o então presidente Jair Bolsonaro considerou em publicação nas redes sociais:

“O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO” (Fernandes, 2019 Class. 19).

Esta afirmação do ex-presidente Bolsonaro legitima atos xenofóbicos e de intolerância, por meio de seu discurso nacionalista, onde expressa o totalitarismo em seu plano de governo. Os imigrantes venezuelanos que cruzaram a fronteira em Roraima, tiveram que resistir às ofensivas validadas pelo então presidente e seus apoiadores. Em janeiro de 2023, sob a posse do governo de Luis Inácio Lula da Silva, o Brasil retorna ao pacto migratório e atua no processo de interiorização dos imigrantes venezuelanos que vêm refugiados ao Brasil.

A reportagem, que traz em seu editorial: “A acolhida brasileira para refugiados⁷²” (class. 35) apresenta que:

⁷² A Operação Acolhida corresponde a uma resposta à questão humanitária aos intensos fluxos migratórios de venezuelanos na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Essa operação foi criada em 2018 com objetivo de garantir o atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil, com a realocação desses indivíduos por meio da “interiorização”. Que visa a integração social desses imigrantes em território brasileiro. Portanto, a Operação Acolhida foi criada pela Medida Provisória nº 820/2018, convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 13.684/2018, que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a

Os motivos que os levam para essa movimentação pode ser, entre outros, político, conflitos internos, guerras e vulnerabilidade social (Folha, 2023, Class. 35).

O discurso mais uma vez permanece na superficialidade por não problematizar as opressões sofridas na Venezuela e as imposições manifestadas pelos EUA e a Europa ao país. Hoje, são mais de 5,4 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela ao redor do mundo, mais de 800.000 solicitantes de refúgio, cerca de 2,5 milhões de venezuelanos vivendo sob outras formas legais de estadia nas Américas (ACNUR, 2023). A saída do país continua sendo uma ação recorrente em razão da crise econômica e política em virtude das sanções impostas pelos EUA e pela Europa, estabelecendo o bloqueio econômico do país (Estanislau, 2023).

Portanto, a penalização recai sobre o povo venezuelano em razão da proposital desvalorização da moeda, castigo aplicado à Venezuela, que gera o empobrecimento em massas da população, causador de crescimento nos índices de violência, insegurança, falta de alimentos, remédios e serviços essenciais básicos, que forçam a população a migrar para outros territórios.

Esse bloqueio econômico afeta o país desde 2015, capitaneados pelos Estado Unidos para tentam intervir no regimento político de esquerda do país vizinho, governado por Nicolas Maduro. Os Estados Unidos consideram o governo de Maduro uma “ameaça inusual para segurança interna dos Estados Unidos”. Deste modo, o ataque à Venezuela representa um emergente conflito, cuja perseguição financeira e os bloqueios boicotam o país à sua autonomia, o que tem desestruturado todo contexto político, social e econômico do país. O país, mesmo com toda riqueza petrolífera, tem vivenciado a desvalorização do barril; que ao comparar entre o ano de 2015 e 2020, de cada 100 dólares, em 2020 o país recebeu apenas 1 dólar (Accarini, 2021).

Na medida emergencial de interiorização do povo venezuelano das recorrentes migrações, o Brasil adotou estratégias para o deslocamento desses migrantes e refugiados, de modo a não superpopularizar apenas um território. Assim, aqueles que manifestaram interesse de começar uma nova vida em outros estados brasileiros, foram direcionados “interiorizados” em outros estados, dividindo a alta demanda. Fica posto que o processo de interiorização vem ocorrendo

peças em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial regulado pelo Decreto nº 9.970 de 2019, revogado e substituído pelo Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021 (Brasil, 2023).

estrategicamente, apesar de toda organização preestabelecida, os agravos enfrentados pelos imigrantes da desproteção são frequentes, onde menos de 10% dos venezuelanos conseguem emprego formal⁷³, o que afeta diretamente na necessidade de políticas públicas garantidoras da proteção social a esses imigrante (Brasil, 2021).

Quanto a isso, a reportagem de class. 25, com o título “Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina”, discursa sobre os altos índices de imigrantes venezuelanos no Paraná, e destaca que a região é uma das que mais recebem imigrantes. Em Londrina, uma das reportagens, expressa que:

Para melhorar o auxílio, a prefeitura fez uma parceria com a Cáritas Arquidiocesana, que pertence à Igreja Católica, para oferecer suporte psicológico e social para o imigrante em situação de vulnerabilidade. Entre os benefícios, ele poderá se regularizar na Polícia Federal, obtendo novos documentos, como CPF, RG e carteira de trabalho. A Cáritas vai receber pouco mais de R\$ 321 mil por um ano (Machado, 2021, class. 25).

Nesta reportagem é ressaltado que a entidade Cáritas Arquidiocesana de Londrina receberá mais de R\$ 321 mil por um ano para atender o Programa ao Migrante, refugiado e Apátridas, sendo R\$ 26.750,00 por mês, correspondendo a R\$ 133,75 para cada migrante, refugiado e apátrida vinculados ao programa executado pela Cáritas de Londrina, conforme o plano de metas que estabelece a quantidade de 200 usuários mês, segundo apresentado pela coordenadora do Programa aos Migrantes, Refugiados e Apátridas de Londrina.

Além desta constatação, o discurso contido na reportagem também informa que:

Conforme os números encaminhados à reportagem, o Centro POP teve um crescimento de 219% de estrangeiros atendidos entre 2019 e 2020. O panorama saiu de 26 pessoas para 83 nesse período. “Não podemos afirmar se isso é reflexo da pandemia. Os dados não abrem espaço para essa interpretação. Mas é claro que a crise econômica dos países latino-americanos contribuiu para esse fenômeno”, pontuou a diretora (Machado, 2021 class. 25).

⁷³ OIM em estimativa constata que menos de 10% dos venezuelanos no Brasil conseguem emprego formal. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/menos-de-10-dos-venezuelanos-no-brasil-conseguem-emprego-formal-estima-oim>. Acesso em: 27 out. 2023.

A relação em como esse imigrante é reconhecido na sociedade londrinense, as opiniões geradas quanto ao acesso dessa demanda aos direitos sociais através das políticas sociais, não são diretamente esclarecidas, no entanto, através do discurso, no uso das palavras, a definição estabelecida fica que os “Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina”, e, por qual razão? Na reportagem está posto que “*Os venezuelanos são a maior demanda por causa da crise que se instalou naquele país. Eles chegam de diversas formas, às vezes sozinhos ou em um grupo. Em muitos casos, nem somos comunicados da chegada, o que dificulta o acompanhamento*” (Machado, 2021), no entanto, o fato mais uma vez não é problematizado, apenas informado.

Portanto, no presente eixo de análise e frente aos discursos, fica posto que as relações xenofóbicas e as outras dimensões estão associadas ao domínio da supremacia branca. Quanto a isso, Villen (2015) aborda que as estruturas herdadas do passado ainda determinam a posição do negro na modernidade, estando o negro ao lado do branco em constante desvantagem, seja pela inexistente similaridade às condições de acesso à proteção social, desde a obtenção de um contrato de trabalho seguro e estável, ao acesso à liberdade de ir e vir enquanto direito universal.

4.4 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS, SEGUNDO AS EXPLICITAÇÕES BÁSICAS DAS CATEGORIAS CENTRAIS (PEREIRA, 2016)

Das presentes análises realizadas foi constatado que as opiniões da sociedade londrinense acerca da proteção social aos imigrantes, em geral, são formadas por conteúdos que informam sobre o imigrante, sendo as medidas protetivas assumidas mais sob responsabilidade de Instituição religiosa (Cáritas), do que ao Estado, fato que associa o discurso ao conceito às Preferências Individuais, por ser recorrente a abordagem da proteção social associada às entidades caritativas de forma focalizada e, portanto, vinculado às definições aplicadas na Matriz Residual, com a ausência do Estado na efetivação da Proteção social, e, que embora reconheça em seu desprovimento, associa à responsabilidade de provê-la ao mercado privado, nega as necessidades humanas por ausência de interesses para não afetar os desejos conservadores de mercado e acúmulo (Pereira, 2016 p. 59).

As reportagens produzidas tendenciam a seguir um “modelo padronizado”, ao abordar sobre as temáticas migração do Sul-global, sempre

considerando as condições de vulnerabilidades aos imigrantes como algo a ser superado a partir das vontades particulares que, frente aos conceito de Direitos e méritos, expressa a condição do sujeito merecedor da proteção social, que para acessar, deve ser o mais pobre dentre os pobres, o mais necessitado (Pereira, 2016, p. 65); e em grande parte dos discursos, não são problematizadas a necessidade e a ausência de Políticas públicas efetivas aplicadas pelo Estado de direito, tendo em vista que muitas necessidades humanas, enquanto garantias de direitos, não são reconhecidas como necessidades para não gerar novas políticas sociais (Pereira, 2016, p. 63).

Consequentemente, são presentes em alguns discursos, as práticas interventivas emergenciais realizadas por entidade social religiosa e, em razão desta associação, as políticas sociais são incorporadas às ações sociais desempenhadas pela igreja, causando ao leitor a confusão na distinção daquilo que é direito social com o que são obras sociais.

A maior parte dos discursos e as opiniões são vinculados à Matriz Residual, uma vez que é constatado o predomínio de conceitos sob a ideologia burguesa, onde reconhece o direito individual pautando-se na propriedade privada, em que os discursos são validados com ênfase ao mérito do indivíduo, dos sonhos e obstáculos superados, conforme fragmento da matéria a seguir;

“Trabalhava de barman e o pessoal era bacana comigo, conversava, mas eu não entendia nada” [...]. Escolheu empreender quando teve a oportunidade do trabalho formal. “Recebia um bom salário, tinha um bom emprego, mas escolhi seguir meus sonhos” [...] (Mantovani, 2020, class. 22).

A superação da dificuldade deve vir do esforço do indivíduo imigrante, sendo sua relação com o trabalho o eixo central e definidor à superação das mazelas sociais que vivencia. O migrante que discursa acima, refere-se à nacionalidade iraniana. Nesta reportagem, a valorização do seu empenho, mediante seu mérito, é destacada. As duas reportagens que retratam os imigrantes do Oriente Médio, essa primeira do iraniano de class. 22 e a segunda do imigrante sírio de class. 36, exposto no discurso em um quadro com o título “Cabeleireiro sírio se estabelece em Londrina”, são postos à condição de superação pelos imigrantes.

Quanto a isso, o discurso de class. 36 expressa a seguinte declaração do imigrante:

“Meu negócio vai bem, consegui pagar o investimento no primeiro ano”, comemora” (Avansini, 2017c, class. 36).

Diferente desses dois imigrantes, as demais nacionalidades, principalmente entre os haitianos e venezuelanos, expressam nos discursos as dificuldades encontradas e não superadas. Como exemplo, o discurso com o título “Recomeço: Falta de estrutura para receber refugiados” em class. 11, expressa as dificuldades enfrentadas pela família de imigrantes haitianos, que após três anos de sua chegada em Londrina, alegam que: “Mesmo com trabalho, relatam que a situação financeira é crítica” (Trigueiros, 2015), e expressam que pela ausência de condições financeiras suficientes, não conseguem receber outros familiares que almejam vir para o Brasil.

A outra reportagem, trazida como exemplo, retrata vulnerável condição do venezuelano Avelino Bracho e sua família, que não tiveram a situação superada apesar dele e sua esposa terem formação superior, ela médica e ele profissional de marketing. E, foi posto no discurso que:

O imigrante chegou a conseguir trabalho recentemente como suporte técnico em espanhol numa empresa multinacional, entretanto, por exigências de alguns documentos, acabou sendo dispensado. Posteriormente, conseguiu vaga em outro lugar, mas acabou desempregado por causa da crise financeira gerada pela pandemia do coronavírus (Marconi, 2020, class. 24).

O discurso apresentado acima foi retirado pelo acesso digital e, o mesmo, contudo no jornal impresso, apresenta erro textual, prejudicando o sentido do discurso ao leitor. Conforme exposto:

O imigrante trabalhou recentemente como suporte técnico em espanhol numa multinacional, mas por causa da exigência de alguns documentos, foi Posteriormente, conseguiu vaga em outro lugar, mas acabou desempregado por causa da crise financeira gerada pela pandemia (Marconi, 2020, class. 24).

Pelas citações apresentadas, e pelas análises realizadas, a compreensão que se chega é que a desproteção social aos imigrantes é naturalizada pela sociedade, seja pela condição da provisoriedade (Sayad, 1998), ou pela concepção do sentido que envolve a noção de Proteção social, vista como por preferências individuais, subjetivas, individuais e relativas à regulação da vontade determinada pelo mercado e seus interesses (Pereira, 2016).

Portanto, através dos discursos analisados nos jornais foi observada a relação do imigrante com a imagem que se cria sobre ele; de modo geral, ela está associada ao lugar de onde ele vem. Essa vinculação e constatação é obtida a partir das informações presentes nos discursos dos jornais, bem como nas fotografias associadas ao imigrante informado, que estabelece e mostra os estereótipos e fenótipos do imigrante, e retrata sua representatividade e, conseqüentemente, sua relação social de aceitação, inclusive na esfera do mundo do trabalho, onde para os imigrantes são considerados pelos discursos analisados, entraves desafiadores, tendo em vista a afirmação de Sayad (1998):

Sem dúvida, por causa da distância que se tornou insuportável, apesar do trabalho assim efetuado, entre, por um lado, a concepção que se tem de costume (ou que os empregadores notadamente adotam) da imigração – ou seja, como tendo uma função exclusivamente econômica e técnica – e, por outro lado, a realidade presente da imigração (que, pelo “custo social” e, de forma acessória, cultural cada vez maior que ela impõe, contradiz esta concepção), nunca talvez a contradição própria à imigração ou ao que se pode chamar de política de imigração esteve tão evidente quanto neste período conhecido pela crise econômica, pelo desemprego e por dificuldades de toda sorte (Sayad, 1998, p. 51).

Portanto, as condições trazidas na citação acima ainda são observadas nas relações sociais estabelecidas no capitalismo, que são expressões da questão social indissociáveis ao tempo e reproduzidas cotidianamente. Frente a isso, do total de trinta e dois discursos analisados, apenas quatro trazem informações de pesquisas e estudos a respeito das condições desses imigrantes em fluxo e problematiza a condição da desproteção social ao imigrante enquanto expressão social a ser enfrentada, fazendo menção à responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais enquanto necessidades humanas (Pereira, 2016).

A primeira notícia destacada leva como título “Mesmo com escolaridade elevada, refugiados têm dificuldade de inclusão” de class. 21, onde mostra que a população imigrante e refugiados têm formação educacional acima da média, sendo muitos deles qualificados profissionalmente e fluentes em mais de um idioma, mas ainda assim eles passam por dificuldades à inserção no mercado de trabalho, recorrendo ao empreendedorismo como estratégia de sobrevivência (Costa, 2019).

O discurso faz vinculação à matriz residual quando considera o empreendedorismo como estratégia para o acesso ao mercado de trabalho, por

responsabilizar o indivíduo a recorrer a medidas próprias para a sua manutenção e sobrevivência. Na reportagem, são apresentados os resultados da pesquisa acerca do “perfil de escolaridade elevada, domínio do português e grande interesse em empreender”, e foi constatada a presença de “um ativo à alta propensão dos entrevistados para o empreendedorismo: 79,3% disseram que desejam empreender, embora 78,2% tenham citado a falta de recurso financeiro como obstáculo (Costa, 2019). Essa mesma reportagem, em alguns momentos durante o discurso, faz vinculação à matriz social-democrata, ao enfatizar a importância da presença do Estado presente: “O fato de viver sob a proteção do Estado brasileiro tem que significar alguma coisa”, expressa o jornalista e advogado sírio Amr Haudaifa, ao considerar a urgência da atuação do Estado na agilidade à execução do processo de revalidação de diplomas dos imigrantes (Costa, 2019).

Sendo a política social meio necessário para assegurar o desenvolvimento do mercado capitalista, em Londrina incentivos ao empreendedorismo ocorrem como nunca visto. E, quanto a isto, a perspectiva neoliberal defende por vincular à proteção social ao trabalho, que através da “Sala do empreendedor Londrina⁷⁴” o indivíduo regulariza suas atividades informais e, as tem reconhecidas enquanto Microempreendedores individuais (MEI), sob os requisitos presentes na Lei Complementar 123/06.

Portanto, o discurso do jornal quando enfatiza sobre os imigrantes qualificados, mas em condição de desemprego, e atribui ao empreendedorismo a alternativa à superação das dificuldades pela falta de trabalho, legitima os objetivos do mercado ao estabelecer a esse indivíduo a responsabilização de garantir meios de promover sua existência; e a participação do Estado quanto a isso, é mediar e ofertar espaços (como a “Sala do Empreendedor Londrina”) para que esses indivíduos se adequem às condições dirigidas pelo mercado.

A segunda pesquisa analisada, que está vinculada à matriz social-democrata corresponde à reportagem com o título “Estudo que revela o perfil dos imigrantes que vivem na RML” de class. 23, já abordado no eixo “Respeito à pessoa imigrante (Xenofobia e outras dimensões)”, que consiste na apresentação dos dados da pesquisa, onde fica exposta a ausência do conhecimento, por parte dos imigrantes

⁷⁴ Vide <https://portal.londrina.pr.gov.br/sala-empresendedor>

entrevistados, a respeito da atuação do Poder público à execução de proteção social enquanto garantia de direitos sociais.

Outra reportagem que traz inquietações quanto às desproteções vivenciadas pelos imigrantes e se associam à perspectiva social-democrata, por problematizar a ausência de Proteção social aos imigrantes, é a reportagem com o título “RECOMEÇO: Falta de estrutura para receber refugiados” em class. 11, que expõe a falta de estrutura do município para receber imigrantes, no relato onde a falta de condição salarial favorável é desafiadora, mesmo quando vinculado ao trabalho formal (Trigueiros, 2015).

Na última notícia analisada sob o aspecto Social-democrata, em seu título “Demandas de imigrantes e refugiados geram debates sobre direitos e políticas”, está exposto que o Serviço de Assistência Social oferecido pelo município ameniza as necessidades mais urgentes, mas não traça estratégias à superação efetiva das vulnerabilidades sociais (Avansini, 2017a), apresentando, assim, a ineficiência da política pública protetiva.

Frente a essas notícias destaca-se que os presentes discursos identificam a insuficiência das políticas públicas e a necessidade de efetivar medidas interventivas enquanto direitos sociais, a partir do conceito de Necessidade humana, que não são negadas, pelo contrário, são questionadas pela ausente proteção social manifestada pelo Estado. Portanto, por esses discursos analisados, fica posto ao Estado atender as necessidades de desproteção social, “como forma de oferecer compensação aos efeitos socialmente indesejáveis do capitalismo, através da oferta pública a bens e serviços sociais, consensualmente concedidos por governos e grupos parceiros (Pereira, 2016, p. 195).

Na relação entre Direitos e mérito, há maior vinculação à noção com o Direito, pelo fato de os discursos, através dos elementos apresentados, a partir das pesquisas realizadas e compartilhadas através das opiniões expressadas, vincular à necessidade da existência de Proteção social pública, em defesa da equidade e justiça social, que deve ser garantida e regulada pelo Estado (Pereira, 2016, p. 64).

Assim, após a observação a essas quatro reportagens analisadas e correlacionadas à matriz social-democrata, são vinculadas à matriz residual as outras vinte e oito reportagens já destacadas nos capítulos anteriores. Nessas reportagens foram constatados discursos que fazem vinculação ao conceito Preferências individuais, na maior relação individual, onde usa descaracterizar os direitos sociais e

sua necessidade por medidas pautadas ao merecimento do indivíduo (Pereira, 2016 p. 65).

Por esta relação o conceito Direitos e mérito resulta na maior relação ao mérito individual, uma vez que desqualifica a presença do Direito, fazendo valer o critério pelo desempenho pessoal decorrente do talento, da iniciativa, esforço, habilidade e ambição presente em cada um (Pereira, 2016 p. 66-67).

Quanto à igualdade e desigualdade, fica posto nas reportagens a maior relação dos imigrantes com a igualdade ilusória sob a relação paradoxal de sua dependência ao trabalho assalariado para sobreviver, portanto, o trabalho e sua vinculação se mantém e se reproduz pela obrigatoriedade em submeter-se esta condição ao prevalecimento da exploração da força de trabalho em troca do salário, e da relação com o consumo ao sujeito empregado, não havendo outra forma de relacionar-se na sociedade capitalista ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas nos discursos dos jornais da Folha de Londrina, em correlação às *Matrizes teóricas Ideológicas e conflitantes* por Pereira (2016), permitiram confirmar as hipóteses quanto às concepções políticas das opiniões que permeiam as relações sociais no processo histórico londrinense. Cabe ressaltar que este levantamento identificado não corresponde a uma condição estabelecida e invariável a longo prazo, tendo em vista que o campo das opiniões é flutuante e sua formação está totalmente vinculada aos movimentos e relações sociais que permeiam as estruturas sociais; no entanto, o atual resultado identificado expressa o contexto histórico e os arranjos sociais, materializado na vinculação do sujeito com o trabalho e sob preceitos culturais conservadores que são balizados pelo *ethos* burguês, na construção de opiniões que vão de encontro às prerrogativas aplicadas na Matriz Ideológica Residual (Pereira, 2016).

A introdução deste trabalho visa contextualizar brevemente o território delimitado por norte-pioneiro, os povos nativos que aqui estavam e foram roubados, sequestrados e violentados, em razão das primeiras migrações que ocorreram sob o domínio dos homens brancos, desbravadores e migrantes internos, mineiros, paulistanos, que chegaram e se apropriaram deste espaço e que, somados a eles, os imigrantes, que apostaram no desenvolvimento econômico com o progresso do café, fizeram desta região território atraente e promissor para o mercado. E, neste contexto, o jornal Folha de Londrina foi porta-voz do processo formador do município, expressando discursos correspondentes aos interesses de mercado sob a opinião predominante ao *ethos* burguês.

No primeiro capítulo deste trabalho, foi falado sobre a Proteção social, conforme definido por Pereira (2016), e suas definições dentro de cada matriz, conforme exposto nas *Matrizes teóricas ideológicas e conflitantes*: Residual, Social-Democrata e Socialista (Pereira, 2016 p. 336). E, posteriormente, buscou-se trazer os conceitos históricos sobre a Proteção social em seu surgimento com o capitalismo, portanto, foi realizada uma contextualização teórica da fase transitória, do feudalismo ao capitalismo, e a fundamentação da Proteção social e sua vinculação ao sistema capitalista constituído sob a hegemonia burguesa, determinadora de preceitos que preconizam o modo operante das relações sociais e, portanto, as opiniões e interpretações quanto à Proteção social e a função que ele exerce.

Juntamente com as influentes concepções ideopolíticas, também foram consideradas as correntes econômicas que são indissociáveis do processo analítico a respeito da temática Proteção social, em relação à sua efetivação, ou não, na execução das políticas sociais, a depender da perspectiva econômica social estabelecida no processo de gestão; se pautada em princípios liberais, estruturalistas ou neoliberais.

Tendo em vista as distintas relações acerca da Proteção social e as Políticas sociais que a envolvem, foram apresentadas as particularidades nos diferentes contextos históricos, desde a gênese da Proteção social na Europa, com o Plano beveridgiano da universalidade dos acessos e o Plano bismarckiano previdenciário. Com relação à Proteção social no Brasil, buscou-se contextualizar os processos históricos que antecederam a Seguridade social presente com a Constituição Federal de 1988, e que em sua consolidação tiveram influências do Plano beveridgiano e Plano bismarckiano.

A escolha do imigrante como sujeito histórico, possibilitou identificar que tipo de Proteção social é ofertada a eles, e para isso foi preciso analisar as migrações e a relação do fenômeno migratório no contexto capitalista, cujos fluxos podem corresponder à condição exploratória do mundo globalizado. Em se tratando das migrações do Sul-global, a mobilidade associa-se aos emergentes enfrentamentos contidos nas expressões da questão social econômicas e políticas, motivos que são difíceis de ser apontados, mas que em muitos casos estão associados à busca de melhores condições de vida.

Dentre os vários fluxos migratórios, optou-se por analisar os correspondentes referidos à migração Sul-Sul, cujas relações entre países periféricos emergentes, alvo de mais emigrações do que imigrações, tornam-se estratégia de recomeços aos imigrantes. Portanto, nesta pesquisa buscou-se tratar da migração no Brasil, na relação de chegadas dos migrantes do Sul-global, geograficamente delimitando à Região Metropolitana de Londrina, que ainda é considerada rota de migrações.

No processo de análise, a relação do discurso quanto à identificação das opiniões emitidas no Jornal Folha de Londrina, sobre a Proteção social ao imigrante, foi realizada a partir do método presente nas análises: de Conteúdo e do Discurso. Respeitando as distintas especificidades de cada análise, ambos saberes, um definido por Bardin, (2016) e o outro por Bakhtin (2006), que criam maneiras de

leitura e aproximação com o texto. Na análise do discurso, a compreensão está nos sentidos que envolvem as palavras e as representam em símbolos e significados, e que, através dos jornais, foram identificadas concepções pertencentes ao ethos burguês, mediante as anunciações que estão vinculadas mais a ideia de venda e captação de novos leitores, do que à oferta de conteúdo esclarecedor, com enunciados curtos com sentido enrustido por detrás dessa chamada. Como exemplo, o título da reportagem “ALERTA [...].” Quanto à análise do conteúdo, a observação se deteve à precisão das palavras, à frequência de seu uso, às chamadas de destaque que dão ênfases e compõem todo processo intencional tendencioso à influência de opinião.

Nas reportagens analisadas foram destacados elementos extraídos dos jornais analisados, intencionalmente definidos após o processo de levantamento e filtragem dos materiais, e as informações identificadas como relevantes foram acrescentadas, a princípio, no quadro que serviu para classificar as reportagens em ordem de análise. Dentre esses dados obtidos, foram considerados os títulos, que correspondem às manchetes das notícias, e os subtítulos, responsáveis por apresentar uma breve contextualização da notícia que está por vir. E neste processo de análise, foi possível constatar a presença do imigrante e sua participação na reportagem, se há presença de fala do imigrante.

Posteriormente, no capítulo 4, foram apresentadas as constatações das análises realizadas nos quadros de análises individuais, desde o detalhamento dos dados extraídos dos jornais, a contextualização feita no processo de leitura e compreensão da pesquisa, incluindo o processo inicial de aproximação às pesquisas realizadas para compreender os distintos países apresentados nos discursos dos jornais, e que aqui, na fase dos materiais já selecionados, foram direcionados para a compreensão dos discursos correspondentes da determinada reportagem em estudo à vinculação do conteúdo às *Matrizes ideológicas e conflitantes* de Pereira (2016).

Neste processo, observou-se que, de modo geral, 28 das 36 notícias coletadas da hemeroteca do NDPH corresponderam à perspectiva Residual, ressalvadas 4 notícias destacadas no capítulo das análises, que “conversam” com a Matriz Social-democrata e, outras 4 notícias foram desconsideradas por não abordarem a temática estudada nesta pesquisa.

Uma vez que a desproteção social está concretizada no cotidiano, seja na condição dos migrantes presentes nos sinaleiros da cidade de Londrina, ou

na sua vinculação ao trabalho precário, e nas moradias inadequadas em irregulares ocupações habitacionais, fica evidente que a Proteção social vem sendo negligenciada pelo Estado. Portanto, o *Conceito de Preferência, individual* é predominante aplicado nas reportagens analisadas, contido em 28 das 32 reportagens analisadas, ou seja, 80,8% dos discursos analisados se referenciam a esse conceito. Quanto ao *Conceito Necessidades humanas*, que são tratadas enquanto direitos, aparece em apenas 12,8% das reportagens analisadas. Foi constatado que o conceito ideopolítico está estruturado com predominância aos conceitos liberais, sendo, 87,5% dos jornais analisados enquadrados na mesma matriz, a residual.

A cidade de Londrina está sob influência do processo de massificação das informações, entendendo que as notícias e os discursos estabelecidos não representam de fato a Proteção social na condição de direitos sociais. Eles estão atrelados às noções político-econômicas, que excluem o Estado da responsabilidade de cuidados e de ações interventivas, garantindo direitos, mas, sim, age reconhecendo entidades de terceiro setor e demais instituições privadas, e a própria sociedade civil, como responsáveis em viabilizar estratégias de ações e desestabilizando a base protetiva assegurada em Lei, a partir de ações filantrópicas de solidariedade na prestação e ofertas de atendimentos emergentes e focalizados.

Outro fato concluído é a proteção social, além de não ser discursada enquanto direitos sociais nos jornais, também é desconhecida por parte dos migrantes; e esse desconhecimento não é de se surpreender, uma vez que a vinda desses sujeitos, neste tipo de migração pelas reportagens analisadas, corresponde na maioria aos migrantes dos países pertencentes ao Sul-global, que chegam no objetivo de reconstruir a vida em razão de fatores emergentes que os atingiram e, que na condição de desproteção, os fizeram migrar. Assim, são pessoas motivadas a migrar por viverem na condição de desproteção e que, ao chegarem, desconhecem os direitos sociais e as políticas públicas fundamentais deste território, por isso, muitas vezes não acessam as políticas públicas de direito.

Posterior aos fatos obtidos em todo processo de análise, foi constatado que pela análise existe a condição de cruzamento dos discursos. Deste modo, algumas reportagens versam entre as matrizes em alguns momentos. Esse hibridamento ocorre entre as Matrizes Residual e Social-Democrata, e acontece porque existe similaridade entre essas matrizes na preservação do mercado de trabalho, no objetivo de manter o desenvolvimento capitalista, no entanto, para além

desta observação, ambas as matrizes se distanciam, pois, associam a existência do Estado de diferentes maneiras.

Na ideologia residual, o Estado deve ser inexistente na efetivação da Proteção social, sendo atuante para a preservação do mercado privado, portanto, se existente, que seja minimamente e ou ausente, no fornecimento de serviços públicos; não reconhece a proteção social como direitos sociais. Frente a isto, a partir das Explicitações básicas das categorias teóricas centrais por Pereira (2016), as 28 reportagens analisadas foram associadas sob maior influência à matriz residual, que são vinculadas às Preferências individuais, onde “preferem negar a existência de necessidades humanas para não admitirem a possibilidade de elas serem atendidas por políticas públicas” e, portanto, necessidades humanas que deveriam ser supridas socialmente, são tratadas como preferências individuais.

E, posteriormente, na análise das quatro notícias vinculadas à Matriz Social-democrata, fica posto o fato de relacionar a presença do Estado na efetivação da Proteção social enquanto reconhecimento dos direitos sociais; portanto, por essas 4 análises vinculadas a esta matriz, foi constatado que a partir das Explicitações básicas, aplicadas por Pereira (2016), as Necessidades humanas são de maior referência, haja vista o reconhecimento da existência de leis garantidoras às efetivas políticas públicas.

O conceito de Direitos e mérito, pela lógica Residual sob o predomínio do ethos burguês, valoriza o mérito individual, portanto, desconstrói os direitos, pois, se existem direitos sociais, as políticas públicas também existem, e por eles (vinculados à ideologia neoliberal) são desestruturados.

Frente a isso, nos jornais são apresentados discursos que associam a proteção social às instituições de terceiro setor, com destaque à Cáritas de Londrina, reconhecida e referenciada ao atendimento da demanda imigrante no fornecimento de ações interventivas protetivas limitadas, haja vista sua existência a partir das determinações estabelecidas pelo mercado, com a mínima participação do Estado no fornecimento de recursos para provimento da Proteção social, que é insuficiente.

Por isso, pela mínima atuação do Estado, as instituições sociais e civis assumem as demandas oriundas da desproteção social e com a menor relação de correspondência entre proteção social e maior participação e responsabilidade cidadã, com as menores consciências protetoras enquanto direitos sociais (Pereira, 2016, p. 63).

No que tange ao conceito Direitos e méritos à Matriz Social democrata, pelos discursos emitidos nas reportagens estão presentes, tanto a vinculação aos direitos sociais, no reconhecimento de sua efetividade, quando a vinculação aos méritos, apesar desta condição confundir aquilo que se discursa, o que é direito ou ação caridosa. E quanto a isto, Pereira (2016) afirma, pela relação de merecimento, que os direitos sociais conquistados perdem seu caráter civilizador, transformando-se em ajuda ou favor ofertados aos despossuídos de acesso à cidadania, mas que provam estar à margem dela.

Quanto ao conceito Igualdade e desigualdade, pela prerrogativa residual, a igualdade é existente quando o segmento funcional é estabelecido e mantido na permanência do trabalho pelo capital que, embora na realidade ilusória, faz vinculação à liberdade associado ao interesse de mercado e consumo. Ou seja, a remuneração corresponde ao reconhecimento “fetichizado” da liberdade para o consumo.

Portando, a partir das constatações presentes até aqui pelas análises realizadas, fica exposto que os discursos ao mesmo tempo que relacionam a necessidade do direito ao imigrante à maior relação de desproteção social, a partir da ausência do Estado, insere o discurso que legitima e reconhece as intervenções sociais geradas pelas entidades, vinculados ao mercado, validando a opinião quanto à responsabilidade da participação civil, e a presença desses agentes à execução das ações assistenciais emergentes. Deste modo, conforme já posicionado anteriormente no decorrer deste texto, os discursos mais informam os fatos e, nesta medida, opiniões originadas pelo ethos burguês que são reproduzidas sem serem contestadas.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, André. Sanções econômicas dos Estados Unidos e Europa penalizam povo venezuelano. **Rev. Central Única, dos Trabalhadores**, Brasil – CUT, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/sancoes-economicas-dos-estados-unidos-e-europa-penalizam-povo-venezuelano-e291>. Acesso em: 30 out. 2023.

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados Brasil. **Após 5 anos, estratégias de interiorização no Brasil beneficia mais de 100 mil venezuelanos**. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/04/04/apos-5-anos-estrategia-de-interiorizacao-no-brasil-beneficia-mais-de-100-mil-venezuelanos/#:~:text=Esse%20total%20representa%20quase%20um,venezuelanos%20que%20vivem%20no%20Brasil>. Acesso em: 11 out. 2023.

ACNUR, Brasil. República Democrática do Congo (RDC). 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/republica-democratica-congo-rdc/>. Acesso em: 30 out. 2023.

ACNUR, Brasil. Venezuela. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 27 out. 2023.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Os meios de comunicação contemporâneos e a experiência de espaço-tempo. *In*: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE – SIPEC, 10., 2004, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro, 2004.

ARAUJO, Motta. O Jornal de todos os Brasis. A história da Paraná Plantations Ltd. Publicado em 19 de fev. de 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cultura/a-historia-da-parana-plantations-ltd/> Acesso em: 7/10/23.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AVANSINI, Carolina. “Interior do Paraná se consolida como destino de migrantes”. Folha Especial. p. 9. Folha de Londrina, 17 e 18 jun. 2017a. Caderno Especial.

AVANSINI, Carolina. “Mesmo ilegais imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos”. Folha de Londrina, 15 mar. 2017b. Folha Cidades.

BAPTISTE, Marc Donald Jean. **O Haiti está aqui**: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil. Londrina, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Jean%20Baptiste_Marc_D_Me_2018.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. BRAIT, Beth (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Bakhtin**. Estética da Criação Verbal. São Paulo, SP: Editora Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. Edição. [S. l.]: Ed. HUCITEC, 2006.

BALDUSSI, Davi. Haitianos são contratados para trabalhar em Ibioporã. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 jan. 2012. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/haitianos-sao-contratados-para-trabalhar-em-ibipora-787648.html?d=1>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética em movimento**: curso de capacitação para agentes multiplicadores/as. 5. ed. Brasília, 2017. Versão ebook, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo01-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BERELSON, B. Content analysis in communications research. New York: Free Press, 1952.

BIONDI, Pablo. A terceirização e a lógica do capital. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 300-318, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/h6ygRt3qcx3H8Dw9FgfFnZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2023

BOTELHO, Luciano Henrique Fialho; ABRANTES, Luíz Antônio. Reflexões sobre a incidência tributária no Brasil e suas relações com o desenvolvimento socioeconômico nacional. **Ciências Sociais Unisinos**, [S. l.], v. 54, n. 1, p. 123-133, jan./abr. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada – Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Diário Oficial da União – Seção 1 – 13/4/1923, Página 10859 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – cap. II da Seguridade Social – Seção I – disposições gerais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 nov. 2023

BRASIL. Exército Brasileiro. BRABAT 2 – Operação ANBRASEM. Disponível em: https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1202286&_101_type=content&_101_groupId=112951&_101_urlTitle=brabat-2-operacao-anbrasem&inheritRedirect=true. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Governo Casa Civil. Interiorização. Pub. 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/base-legal-1/interiorizacao>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Governo. Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6815&ano=1980&ato=599g3YE9UMrRVTa38>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Lei de Migração. Nº 13.445 de 24 de maio de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Operação Acolhida. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Autorização em Residência. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Portal de Imigração. Informativo Mensal Agosto de 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Informativos_Mensais/AGOSTO_2023_5.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Congresso celebra os 35 anos da Constituição Cidadã**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/10/05/congresso-celebra-os-35-anos-da-constituicao-cidada>. Acesso em: 10 out. 23.

CARMO, Michelly Eustáquia. GUIZARDI, Francini Lube. **Cadernos de saúde pública**. 2018; 34 (3): e 00101417. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 dez. 2023

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1152-Teoria_das_Relacoes_Internacionais-novo.pdf. Acesso em 3 dez. 2023.

CAVALCANTE, Pedro. **A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer**. Rev. Nº 2593. Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA, 2020.

CAMPOS, Ana Cristina. Família de congolês administrará quiosque no Rio. Folha de Londrina, Londrina, 16 mar. 2022. Agência Brasil. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/familia-de-congoles-administrara-quiisque-no-rio-3180628e.html?d=1>. Acesso em: 27 out. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Em defesa da liberdade de expressão e por uma Ley de Mídios**. Palestra realizada no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em 10 set. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos, 13)

CLARO, Carolina de A. B. Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: Avanços e Expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional** – BEPI, [S. l.], n. 26. set. 2019/abr. 2020.

CLEIDE, Eveline; CANTO, Isabela. República Democrática do Congo. Observatório de Crises Internacionais – OCI. Pub. 7 fev. 2022. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2022/02/07/republica-democratica-do-congo/>. Acesso em: 30 out. 2023.

COSTA, Rafael. *RAIO X* – Mesmo com escolaridade elevada, refugiados têm dificuldade de inclusão – Qualificados e com vontade de empreender. Folha de Londrina, Londrina, 8 jul. 2019. Folha Geral. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/qualificados-e-com-vontade-de-empreender-2950455e.html?d=1>. Acesso em: 26 out. 2023.

COUTINHO, Eduardo Granja; FILHO, João Freire; PAIVA, Raquel. **Mídia e Poder**. Ideologia, discurso e subjetividade. Lapa, RJ: Editora Mauad, 2011.

COUTO, Leandro Freitas; RECH, Lucas Trentin. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá (org.). **Desmonte ativo no governo Bolsonaro**: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. [S. l.: s. n.], [2023]. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11961/1/220426_LV_Desmontes_Cap15.pdf. Acesso em 4 dez. 2023 cap. 15.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. [S. l.]: Ed. E-books da Boitempo, 2014.

DELFIN, Rodrigo Borges. Campanha pede fim do uso do termo “ilegal” sobre imigração. Pub. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://migramundo.com/campanha-pede-fim-do-uso-do-termo-ilegal-sobre-imigracao/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DURIGUETTO, M.L.; MONTAÑO, C. Estado, Classe e Movimento Social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DURKHEIM, Émile. **A função da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Nova Cultura, 1978. (Coleção Os pensadores). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfilbravoe.php/121098/mod_resource/content/1/Durkheim_Da%20divis%C3%A3o%20do%20trabalho%20social.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

DUTRA, Delia. **Migração internacional e trabalho doméstico**. Mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.

EAGLETON, Terry. **Marx e a Liberdade**. Tradução Cristina Meneses. Lisboa: Edições Dinossauro, 2002.

ECO, Umberto. **Migração e Intolerância**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2020.

ESTANISLAU, Lucas. Com Maduro, Lula critica sanções dos EUA contra Venezuela e defende expansão do Brics. **Brasil de Fato**, [S. l.], 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/29/com-maduro-lula-critica-sancoes-dos-eua-contra-venezuela-e-defende-expansao-do-brics>. Acesso em: 27 out. 2023.

FERNANDES, Talita. O Brasil é soberano para decidir sobre migração, diz Bolsonaro. **Folha e Londrina**, Londrina, 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/memoria-pais-deixara-pacto-de-migracao-da-onu-3227436e.html?d=1>. Acesso em: 30 out. 2023.

FERREIRA, Erika Leonel; ROMPATTO, Maurílio. Histórias e Mitos da Colonização do Norte do Paraná e do desenvolvimento de Apucarana. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015. **Anais [...]**. 6-9 out. 2015. ISSN 2175-4446 (*on-line*).

FLEISCHMANN, Isabela. Maringá tem final da copa de Refugiados. *Folha Geral*, p. 8. 15 jun. 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/maringa-tem-final-da-copa-de-refugiados-2952206e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FILHO, João dos Santos Gomes. “A carne mais barata do mercado...”. **Folha de Londrina**, Londrina, 4 fev. 2022. Espaço Aberto. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/espaco-aberto---a-carne-mais-barata-do-mercado-3163496e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023. FLOCKER, Michael. **Manual do hedonista** – dominando a esquecida arte do prazer. [S. l.: s. n.], 2007.

FOLHA DE LONDRINA. **ISSO 9002**. 12 dez. 1997. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/iso-9002-54241.html?d=1> Acesso em: 3 nov. 2023. FOLHA, DE LONDRINA. **JOÃO MILANEZ, O JORNALISTA VISIONÁRIO**. 13 nov. 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/joao-milanez-o-jornalista-visionario-993054.html?d=1>. Acesso em: 3 nov. 2023

FOLHA DE LONDRINA. EDITORIAL: A acolhida brasileira para refugiados. **Folha de Londrina Digital**, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/editorial-a-acolhida-brasileira-para-refugiados-3227692e.html?d=1>. Acesso em: 30 out. 2023.

FOLHA DE LONDRINA. **Folha completa 70 anos de história**. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/folha-completa-70-anos-de-historia-1020216.html?d=1>. Acesso em: 17 out. 2023.

FOLHA DE LONDRINA. **Grupo Folha**. Nossa história. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/grupo-folha/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

FOLHAWEB, Redação. A vergonha e a barbárie. 3 fev. 2022. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/editorial---a-vergonha-e-a-barbarie-3163234e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FORTE TERREMOTO CAUSA DESTRUIÇÃO NO HAITI. **BBC NEWS** – Brasil. [S. l.], 12 jan. 2010. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112_terremoto_haiti_np. Acesso em: 27 nov. 2023.

GARCIA, J. R.; VELOSO, V. C. Eureka: construindo cidadãos reflexivos. Florianópolis: Sophos, 2007.

GOMES, C. **Em Busca do Consenso**: Radicalidade democrática e afirmação de direitos, tendências contemporâneas no serviço social. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GOMES, Laurentino. **1808**. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo, SP: Ed. Globo, 2014.

GONTIJO, Silvana. **O Livro de Ouro da Comunicação**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

GOVERNO FEDERAL. Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil. OIM, ONU Migração. 2021. Disponível em: Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo... | OIM Brasil (iom.int). Acesso em: 8 ago. 2023.

GURGEL, Eduardo Amaral. Gêneros Jornalísticos na Folha de Londrina. Universidade Metodista de São Paulo – UMESP – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares na Comunicação. XXXVIII In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

HAITI: a multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência. **BBC NEWS** – Brasil, [S. l.], 6 jan. 2019, atualizado 7 jul. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129>. Acesso em: 23 out. 2023.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo**. Textos essenciais. São Paulo, SP: Ed. Boitempo. 2022.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou materna, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil**. [S. l.]: Editora Martin Claret, 2007.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Guanabara Koogan, 1986.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. (Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento). Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>. Acesso em: 6 jun. 2023.

OIM, **Glossário sobre Migrações**. Editora: Organização Internacional para as Migrações. 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023

IPEA, Rede Brasil. Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em UFs

selecionadas: mudanças e continuidades. 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/redeipea/index.php?option=com_content&view=article&id=106:migracoes-internas-nos-decenios-1990-e-2000-em-ufs-selecionadas-mudancas-e-continuidades&catid=89:projetos-de-pesquisa&Itemid=206. Acesso em: 17 out. 2023.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

LANZA, Líria M. Bettiol. FAQUIN, Evelyn S. RODRIGUES, Júlia R. SANTOS, Amanda de B. CAMPANUCCI, Fabrício da S. Seguridade Social Imigração: As trajetórias pelo acesso na região metropolitana de Londrina-PR. In: LANZA, Líria M. B. FAQUIN, Evelyn S. ROMIZI, Francesco. A mobilidade Humana Internacional: entre direitos ideais e políticas reais. Editora Pedro & João, 2021, p. 265 – 338. LANZA, Fabio. Matrizes Ideológicas dos Arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário *o São Paulo*. São Paulo, 2006. KOGA, D.H.U. PEREIRA, I. S.M. SOUZA, R.P.E: Territórios e Multiterritorialidades: Circulos Nômades em busca de Proteção social. In: LANZA, Líria M. B. FAQUIN, Evelyn S. ROMIZI, Francesco. A mobilidade Humana Internacional: entre direitos ideais e políticas reais. Editora Pedro & João, 2021, p. 147 173.

LEVEL, Beatriz Patrícia de Lima; SILVA, João Carlos Jarochinski da; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migração, Trabalho e Estado: três aspectos da contemporaneidade do pensamento de Sayad. In: DIAS, Gustavo; BÓGUS, Lúcia; PEREIRA, C. José. BAPTISTA, Dulce (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: EDUC, 2020. Recurso *on-line*: ebook. Livro publicado com o apoio da CAPES e é fruto do Seminário: 20 anos depois: a contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad, realizado na PUCSP, entre 2 e 4 de outubro de 2018.

LONDRINA. Perfil do Município de Londrina 2005-2006, p. 23. Secretaria de planejamento. Disponível em: <https://paranaempresarial.com.br/a-historia-do-fundador-da-folha-de-londrina-joao-milanez/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LONDRINA. Portal da Cidade. **História da Cidade de Londrina**. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/index.php/historia-cidade>. Acesso em: 8 ago. 2023.

LONDRINA. Prefeitura. **História da Cidade de Londrina**. Última atualização: 27 de nov. 2017. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MACNAMARA, Jim. **Content analysis**. University of Technology Sydney, 2019.

MACHADO, Rafael. Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina. 3 mai. 2021. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/venezuelanos-sao-os-imigrantes-que-mais-procuram-servicos-assistenciais-em-londrina-3070192e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MANTOVANI, Flávia. Refugiado iraniano cria app de entrega de comida para vizinhos no Brasil. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 jun. 2020. Folha digital. Disponível em:

<https://www.folhadelondrina.com.br/?d=1&q=iraniano+cria+app+de+entrega+de+comida>. Acesso em: 16 maio 2023. MARCONI, Pedro. Universidade Estadual de Londrina de portas abertas para o mundo. *Folha Cidades*, p. -. 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/universidade-estadual-de-londrina-de-portas-abertas-para-o-mundo-1021747.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MARCONI, Pedro. Número de atendimentos a migrantes aumenta na Cáritas de Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 24 out. 2020. *Folha Digital*. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/numero-de-atendimentos-a-migrantes-aumenta-na-caritas-de-londrina-2996933e.html?d=1>. Acesso em: 26 out. 2023.

MARCONI, Pedro. Venezuelana que mora em Londrina busca ajuda para estudar na Inglaterra. *Folha Cidades*, p.-, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/venezuelana-que-mora-em-londrina-busca-ajuda-para-estudar-na-inglaterra-3058760e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MARX, Karl. **O Capital, Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTELARD, Armand e Michèle. **História da teoria da comunicação**. São Paulo, SP: Ed. Loyola, 2003.

MELO, José Marques de (org.). **Imprensa e Desenvolvimento**. São Paulo: ECA-USP, 1984.

MENDES, Aylle de Almeida. **A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes**. *Rev. Scielo – Artigo – sequência (Florianópolis)* (84) p. 64-88) – Jan.- Apr 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/m857phqNWZFzQDZ8vqhLDLM/#>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MEMÓRIA: País deixará pacto de migração da ONU. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opinioao/memoria-pais-deixara-pacto-de-migracao-da-onu-3227436e.html?d=1>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MISSIO, Fabrício J.; JUNIOR, Frederico G. J.; OREIRO, José L. **A tradição estruturalista em economia**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3b4c257c6943e21b64ad04a29763cb3685ea7215.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

MILLS, C.W. **A sociedade de massas** In: FORACCHI, M.L. e MARTINS, J.S. *Sociedade e sociedade*. RJ, LTC, 1977, p. 315-325.

MORAES, Denise de. Comunicação, Hegemonia e Contra Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, RS, 2010.

MORAES, Pâmela. **Politize!** Cidadania, Cultura e Sociedade, Direitos Humanos. Xenofobia no Brasil: o que gera essa intolerância? Publicado em 17/10/2018, atualizado em 27/06/2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/xenofobia-no-brasil-existe/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MOORE, John. Qual é o termo adequado: Imigrante Ilegal ou Indocumentado? **Migra Mundo**, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://greelane.com/pt/humanidades/problemas/illegal-immigrants-or-undocumented-immigrants-721479/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/geografiauel,+Gerente+da+revista,+9.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

NETO, Luiz Alves Araújo. Especial História e Covid-19: os impactos da pandemia no ofício de historiadoras e historiadores, **FIOCRUZ**, Fundação Oswaldo Cruz, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/especial-historia-e-covid-19-os-impactos-da-pandemia-no-oficio-de-historiadoras-e>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. TEMPORALIS. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Cinco notas a propósito da “Questão Social”, [S. l.], ano 11, n. 3, p. 41 a 49, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 9 out. 2023.

OBMIGRA, **Portal da Migração**, [S. l.], ano 4, n. 3, mar. 2023. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/inicio/1732-obmigra/dados/relatorios-mensais/401707-ano-4-numero-3-marco-2023>. Acesso em: 11 out. 2023

OIM, Migração ONU Brasil. **Governo Federal da OIM lança pesquisa nacional sobre deslocamento da população indígena refugiada e migrante venezuelana no Brasil**. 27 fev. 2021. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/governo-federal-e-oim-lancam-pesquisa-nacional-sobre-deslocamento-da-populacao-indigena-refugiada-e-migrante-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 14 out. 2023.

PARANÁ. **Assembléia Legislativa do Estado**. Deputado Tercilio Tutini (PSD) parabeniza o jornal Folha de Londrina pelos 75 anos de fundação. pub. 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/deputado-tercilio-turini-psd-parabeniza-o-jornal-folha-de-londrina-pelos-75-anos-de>. Acesso em: 12 nov. 2023 PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; pub. folha, 2000.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo, críticas e teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas&questões**. São Paulo; Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (org.) **Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política: transfigurações da política social** – São Paulo; Cortez, 2020

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A atuação militar brasileira na Minustah: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional PPGDSCI – UbB Brasília, 2015. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19957/1/2015_JulianaSandiPinheiro.pdf.

Acesso em: 24 out. 2023.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Tradução Karl Polanyi; Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PUENTE, Beatriz. Imagens de câmeras de segurança podem apontar responsáveis pela morte de congolês. **CNN Brasil**, [S. l.], 31 jan. 2022. Atualizado 2 fev. 2022.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/imagens-de-cameras-de-seguranca-podem-apontar-responsaveis-pela-morte-de-congoles/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PRAZERES, Diego. ALERTA: Guiné-Bissau, que faz fronteira com países com epidemia do ebola, é destino de vários missionários do Norte do Paraná. Criado em Ibiporã, o bispo da Diocese de Bafatá, dom Pedro Zilli (foto), está radicado naquele país há 30 anos e garante que, apesar da apreensão, a situação está relativamente tranquila. * A Secretaria de Saúde de Londrina investiga suspeita da doença em paciente procedente do Togo. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 7, 12 ago. 2014.

RANALLI, Sergio. HAITI – Os dramas humanos das catástrofes. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jun. 2011. Caderno Geral.

REIS, R. R. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto internacional**, (2011). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/dC4Fr3X9nY7XVcRrdKhkjSd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2023.

REIS, Gabriel. **O mito do Brasil receptivo**. Portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2022. Disponível em:

<https://comunica.ufu.br/noticias/2022/03/o-mito-do-brasil-receptivo>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RESUMO EXECUTIVO. Relatório Anual. OBMigra 2020. Disponível em: [Resumo Executivo _Relatório Anual.pdf](#). Acesso em: 27 jul. 2023.

SANTOS, L. M. Luzio dos. **Da Economia à Ecosocioeconomia, compreender para transformar**. Londrina, PR: Ed. Eduel, 2019.

SANTOS, Willians. Imigrantes entre a vulnerabilidade e a violência. **Migrações em debate**, [S. l.], 20 nov. 2020. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em:

<https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/imigrantes-entre-a->

vulnerabilidade-e-a-violencia. Acesso em: 28 nov. 2023.

SARIS, Simoni. TERRA ESTRANGEIRA – MAIOR dificuldade é a acesso ao mercado de trabalho. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 jun. 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/terra-estrangeira---maior-dificuldade-e-o-acesso-ao-mercado-de-trabalho-980337.html?d=1>. Acesso em: 4 nov. 2023.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SENADO. Intolerância e falta de políticas estimulam violência contra imigrantes, aponta debate. 8 mai. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/08/intolerancia-e-falta-de-politicas-estimulam-violencia-contr-imigrantes-aponta-debate>. Acesso em: 27 maio 2023.

SILVA, e C.A. Especial: Entre o Brasil e a África houve uma troca forte e poderosa, diz Alberto da Costa e Silva. Nações Unidas Brasil. 24 mai. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80084-especial-entre-o-brasil-e-%C3%A1frica-houve-uma-troca-forte-e-poderosa-diz-alberto-da-costa-e>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SIMÕES, A.; HALLAK NETO, J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; LEMOS SILVA, S. **Relatório Conjuntural: tendências da imigração e refúgio no Brasil, 1º quadrimestre/2023**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio_Conjunturais/Informativo_Conjuntural_1-23.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

SMITH, Adam. Os Economistas – A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua Natureza e suas Causas, com a introdução de Edwin Cannan. São Paulo, SP: Editora Nova Cultura Ltda., 1996. v. 1.

STRUCK, Vitor. Estudo revela perfil dos imigrantes que vivem na RML. **Folha de Londrina**, Londrina, 15 dez. 2020. Folha Digital. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estudo-revela-perfil-dos-imigrantes-que-vivem-na-rml-3040612e.html?d=1>. Acesso em: 30 set. 2023.

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Moraes. Abuso e exploração sexual em operação de paz: o caso da MINUSTAH. **Rev. Estud. Fem.**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360992>. Acesso em: 26 out. 2023.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

TRIGUEIROS, Marian. Folha de Londrina. Recomeço: Falta de estrutura para receber refugiados. 9 fev. 2015.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Perfil Imigratório no Brasil nos censos de 2000 e 2010: uma análise cartográfica temática. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 999-1011. ISBN 978-85-63800-17-6.

ULISSES, Pablo de Deus. República Democrática do Congo: Um país longe da paz. **Revista Dois Níveis**, [S. l.], 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.doisniveis.com/doisniveis/republica-democratica-do-congo-um-pais-longe-da-paz/>. Acesso em: 24 out. 2023; 30 out. 2023.

UNICEF. Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: Declaração Universal dos Direitos Humanos (unicef.org). Acesso em: 14 out. 2023.

UNIDAS, Nações Brasil. **IDH: relatório indica no desenvolvimento humano em 90% dos países**. 8 set. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/198320-idh-relat%C3%B3rio-indica-recuo-no-desenvolvimento-humano-em-90-dos-pa%C3%ADses>. Acesso em 4 out. 2023

VENEU, A.; FERRAZ, G.; REZENDE, F. Análise de Discursos no Ensino de Ciências: Considerações teóricas, implicações epistemológicas e metodológicas. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 126-149, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/4vfcPYvhCXJLVJQWVRjFhkQ/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2023.

VIANA, A. L. d'A. LEVCOVITZ, Eduardo. **Proteção Social: introduzindo o debate**. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila. ELIAS, Paulo Eduard M. IBAÑEZ, Nelson. *Proteção social: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 15 – 57.

VIANNA, M. L. T. W. **Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: O papel dos benefícios não contributivos**. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila. ELIAS, Paulo Eduard M. IBAÑEZ, Nelson. *Proteção social: dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 89 – 121. VIANNA, M. L.T.W. **Universalismo X Focalização e outras controvérsias: Espécies em Extinção?** In: MELAMED, Clarice. PIOLA, Sérgio Francisco. *Políticas públicas e financiamento federal do Sistema Único de Saúde - Brasília: Ipea*, 2011. p. 15 – 34. VIANNA M. L. W. **Política Social e Transição Democrática: o caso do INAMPS**, texto de discussão n. 226, IEI/ UFRJ e “A emergente temática da política social na bibliografia brasileira”, 818, n. 28, 1989. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/15370/1/MLTWVianna.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

VIEIRA, Anderson. **Relatório da CDH sobre morte de Moïse Kabagambe no RJ cobra autoridades locais**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/24/relatorio-da-cdh-sobre-morte-de-moise-kabagambe-no-rj-cobra-autoridades-locais>. Acesso em: 27 out. 2023.

VIEIRA, Anderson. Relatório da CDH sobre morte de Moïse Kabagambe no RJ cobra autoridades locais. **Notícias Senado**, [S. l.], 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/02/24/relatorio-da-cdh-sobre-morte-de-moise-kabagambe-no-rj-cobra-autoridades-locais>. Acesso em: 30 out. 2023.

VILLEN, Patrícia. **Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho**. Revista PUC/SP. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 126-142, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25762/pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

VILLEN, Patrícia. **O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil**. Revista Rua, Campinas, v. 2, n. 21, p. 247-264, nov. 2015. Disponível em: O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil | RUA (unicamp.br). Acesso em: 3 ago. 2023.

VILLEN, Patrícia. **Crise e imigração no Brasil contemporâneo**. In: Rev. Fontié ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas nº 1, ano fontieforum.org. 1 nov. 2018. O desafio da comunicação diante das populações em deslocamento. Ed. Colabor, 2018 p. 43 47. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/pub_I_Forum_Fontie_ki_Kwaze.pdf. Acesso em 15 nov. 2023 VOVELLE, M.; ECHALAR M. **A Revolução Francesa**. São Paulo, Editora Unesp, 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**/ Max Weber. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. téc. Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009 (reimpressão). p.464

WILLE, José. Portal Paraná Empresarial. **A história do fundador da “Folha de Londrina”, João Milanez**. 1997. Disponível em: <https://paranaempresarial.com.br/a-historia-do-fundador-da-folha-de-londrina-joao-milanez/> Acesso em: 25 out. 2023.

WOLFF, Laura. **O que é Cooperação Sul-Sul e por que ela é importante**. Publicado em 13/9/2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/2020/09/13/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-e-importante/>. Acesso em: 11 out. 2023.

ANEXO I

REFERÊNCIAS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS

1 RANALLI, Sergio. Folha de Londrina. Caderno Geral. **Os dramas humanos na nação das catástrofes**. 18 jun. 2011.

2 BALDUSSI, Davi, Redação. Folha de Londrina. Caderno Geral. **Perseguidos políticos buscam abrigo no Brasil**. 22 jun. 2011. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/perseguidos-encontram-refugio-no-brasil-756163.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

3 RANALLI, Sergio. Folha de Londrina. Caderno Geral. Haiti: **Uma embaixatriz surpreendente**. Folha Reportagem, p. 13. 19 jun. 2011. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/haiti-uma-embaixatriz-surpreendente-755504.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

4 RANALLI, Sergio. Folha de Londrina. Caderno Geral. **Haiti Os símbolos e os órfãos**. Folha Reportagem, p. 12. 19 jun. 2011. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/haiti-os-simbolos-e-os-orfaos-755475.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

7 BALDUSSI, Davi. **Haitianos são contratados para trabalhar em Ibiporã**. Folha Geral, p. 7. 24 jan. 2012. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/haitianos-sao-contratados-para-trabalhar-em-ibipora-787648.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

8 BALDUSSI, Davi. **Histórias marcadas pelo terremoto**. Folha de Londrina 28 de jan, 2012. Caderno Geral.

10 PRAZERES, Diego. **ALERTA: [...]**. 12 ago. 2014. Caderno Geral.

11 TRIGUEIROS, Marian. Folha de Londrina. Recomeço: **Falta de estrutura para receber refugiados**. 9 fev. 2015.

12 AVANSINI, Carolina; GONÇALVES, Érika. **As cores e o gingado do Senegal**. Folha. Mais, p. 2-3. 26 e 27 nov. 2016. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-mais/as-cores-e-o-gingado-do-senegal-964057.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

13 AVANSINI, Carolina. **Missa Afro celebra diversidade religiosa**. Folha Mais, p. 4. 26 e 27 nov. 2016. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-mais/missa-afro-celebra-diversidade-religiosa-964049.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

14 AVANSINI, Carolina. **Mesmo ilegais, imigrantes têm direitos trabalhistas garantidos**. Folha Cidades, p. -. 15 mar. 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/mesmo-ilegais-imigrantes-tem-direitos-trabalhistas-garantidos-972375.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

15 CRUZ, Lucio Flávio. **Africanos pés vermelhos na São Silvestre**. Folha Esporte, p. 12. 30 e 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/esporte/africanos-pes-vermelhos-na-sao-silvestre-996964.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

17 COSTA, Rafael. **Novo grupo de imigrantes venezuelanos chega ao Paraná**. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/novo-grupo-de-imigrantes-venezuelanos-chega-ao-parana-1022955.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

18 MARCONI, Pedro. **Universidade Estadual de Londrina de portas abertas para o mundo**. Folha Cidades, p. -. 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/universidade-estadual-de-londrina-de-portas-abertas-para-o-mundo-1021747.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

19 FERNANDES, Talita. **Brasil é soberano para decidir sobre migração, diz Bolsonaro**. Folha de Londrina 10 de jan.2019. Caderno Opinião.

19 FOLHAWEB, Redação. **Memória: país deixará pacto de migração da ONU**. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/memoria-pais-deixara-pacto-de-migracao-da-onu-3227436e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

20 FLEISCHMANN, Isabela. **Maringá tem final da copa de Refugiados**. Folha Geral, p. 8. 15 jun. 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/maringa-tem-final-da-copa-de-refugiados-2952206e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

21 COSTA, Rafael. **Qualificados e com vontade de empreender**. Folha Geral, p. 5. 6 jul. 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/qualificados-e-com-vontade-de-empreender-2950455e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

22 MANTOVANI, Flávia. **Refugiado iraniano cria app de entrega de comida caseira para vizinhos no Brasil**. Jun. 2020 Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/mundo/refugiado-iraniano-cria-app-de-entrega-de-comida-caseira-para-vizinhos-no-brasil-2995091e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

23 STRUCK, Vitor. **Estudo revela perfil dos migrantes que vivem na RML**. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/estudo-revela-perfil-dos-imigrantes-que-vivem-na-rml-3040612e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

24 MARCONI, Pedro. **Número de atendimento a migrantes aumenta na Cáritas de Londrina**. Folha Cidades, p.-. 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/numero-de-atendimentos-a-migrantes-aumenta-na-caritas-de-londrina-2996933e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

25 MACHADO, Rafael. **Venezuelanos são os imigrantes que mais procuram serviços assistenciais em Londrina**. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/venezuelanos-sao-os-imigrantes-que-mais-procuram-servicos-assistenciais-em-londrina-3070192e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

26 MARCONI, Pedro. **Imigrantes são integrados ao Economia Solidária em Londrina.** Folha Cidades, p.-. 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/imigrantes-sao-integrados-ao-economia-solidaria-em-londrina-3088349e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

27 COTELLA, Ricardo Della. **Bolsonaro convida africano acusado de guinada autoritária para visita oficial.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/ultimas-noticias/bolsonaro-convida-africano-acusado-de-guinada-autoritaria-para-visita-oficial-3094362e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

28 MARCONI, Pedro. **Venezuelana que mora em Londrina busca ajuda para estudar na Inglaterra.** Folha Cidades, p.-, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/venezuelana-que-mora-em-londrina-busca-ajuda-para-estudar-na-inglaterra-3058760e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

29 FOLHAWEB, **Redação.** **A vergonha e a barbárie.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/editorial---a-vergonha-e-a-barbarie-3163234e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

30 FILHO, João dos Santos Gomes. **A carne mais barata do mercado.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/espaco-aberto---a-carne-mais-barata-do-mercado-3163496e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

31 SANTOS, Padre Emanuel Joaquim R. dos Santos. **Nova ordem sem axiologia?** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/espaco-aberto---nova-ordem-sem-axiologia-3163958e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

32 ALBUQUERQUE, Ana Luiza. **Ministério Público denuncia 3 presos pela morte de Moïse Kabagambe.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/ministerio-publico-denuncia-3-presos-pela-morte-de-moise-kabagambe-3176479e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

33 CAMPOS, Ana Cristina. Agência Brasil. **Família de congolês administrará quiosque no Rio.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/familia-de-congoles-administrara-quiisque-no-rio-3180628e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

35 OGAWA, Vitor. **Operação Acolhida interioriza refugiados venezuelanos no Paraná.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/operacao-acolhida-interioriza-refugiados-venezuelanos-no-parana-3227694e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

35 FOLHAWEB, Redação. Editorial: **A acolhida brasileira para refugiados.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/editorial-a-acolhida-brasileira-para-refugiados-3227692e.html?d=1>. Acesso em: 6 jun. 2023.

36 SARIS, Simone. **Maior dificuldade é o acesso ao mercado de trabalho.** Folha Especial, p. 10. 16 e 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/terra-estrangeira---maior-dificuldade->

e-o-acesso-ao-mercado-de-trabalho-980337.html?d=1. Acesso em: 6 jun. 2023.
Acesso em: 6 jun.2023.